

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

CRÔNICAS DOS JOVENS NA PERIFERIA:
criminalização da pobreza, sociabilidades e conflitos

Daniela Cristina Neves de Oliveira

Vitória
2018

Daniela Cristina Neves de Oliveira

CRÔNICAS DOS JOVENS NA PERIFERIA:
criminalização da pobreza, sociabilidades e conflitos

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues.

Vitória
2018

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas da Ufes para ser confeccionada pelo autor

O48c Oliveira, Daniela Cristina Neves de, 1990-
Crônicas dos jovens na periferia : criminalização da pobreza,
sociabilidades e conflitos / Daniela Cristina Neves de Oliveira. -
2018.
210 f. : il.

Orientadora: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Sociabilidade juvenil. 2. Conflito interpessoal. 3.
Masculinidade. 4. Jovens. 5. Periferia urbana. I. Rodrigues,
Márcia Barros Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

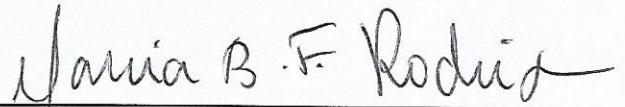
DANIELA CRISTINA NEVES DE OLIVEIRA

**“CRÔNICAS DOS JOVENS NA PERIFERIA: CRIMINALIZAÇÃO DA
POBREZA, SOCIABILIDADES E CONFLITOS”**

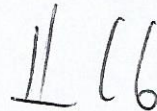
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 25 de janeiro de 2018.

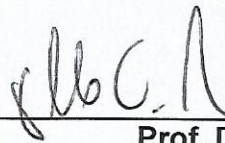
Comissão Examinadora:



Prof.ª. Dr.ª. Marcia Barros Ferreira Rodrigues
Orientadora e Presidente da Comissão - UFES



Prof. Dr. Humberto Ribeiro Júnior
Membro Titular Externo - UFES



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa
Membro Titular Externo - UFES

AGRADECIMENTOS

Sou agradecida a tantas pessoas que não teria espaço aqui ou em outro lugar para nomear a cada uma. Por exemplo, sou grata desde aos meus professores do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, até os do cursinho pré-vestibular, pelos estímulos e pelas ricas oportunidades de aprendizado, pelo carinho e atenção. Com certeza muitos deles sequer se lembram de mim ou têm consciência da importância que tiveram em minha caminhada, mesmo assim me inspiraram admiração e respeito. Sem eles não teria sido despertado o gosto pela leitura, pelos estudos. Enfim, mas alguns nomes precisam ser mencionados.

Então, gostaria de agradecer a CAPES pelo financiamento da bolsa de estudos sem a qual a pesquisa não teria sido possível. Sou muito grata ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, a todos os professores, em especial a professora Maria Cristina Dadalto pela carinhosa atenção dedicada aos alunos, assim como a professora Aline Trigueiro, pelos estímulos e debates proporcionados na disciplina *Seminários de Pesquisa*. À professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFES, Maria Beatriz Nader, pelo entusiasmo com o qual ministrou a disciplina *Gênero e Violência*, no segundo semestre de 2016, foram tardes muito agradáveis e proveitosas. Agradeço imensamente também aos servidores da Secretaria Integrada de Pós-Graduação pelo apoio, presteza e gentileza habituais.

À minha orientadora, Márcia Barros Ferreira Rodrigues, a quem admiro pela dedicação e trabalho como professora e pesquisadora. Muito obrigada pelos direcionamentos, pela paciência e diálogo na construção dessa pesquisa! Aos gentis professores Humberto Ribeiro Júnior, Maro Lara Martins e Pablo Ornelas Rosa, pelas críticas valiosas e construtivas por ocasião do exame de qualificação. Aproveito e agradeço também a todos os meus colegas do PGCS, turma 2016, em particular a Karla, ao João, a Luana, a Danielly e a Carolina, pelo interesse demonstrado em meu trabalho, pelas sugestões amigáveis e solidariedade. Ao meu amigo Hudson, o qual acompanha meu caminhar nas Ciências Sociais desde a graduação, onde nos conhecemos e descobrimos interesses em comum, o que me proporcionou conversas muito importantes na organização das minhas ideias para a constituição desta pesquisa. À minha grande amiga Camila pelo encorajamento nos estudos e na vida. Não conseguimos realizar nada sozinhos.

Agradeço ao Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo, em particular a Subgerência de Formação e Pesquisa, e especialmente aos técnicos e funcionários da

Unidade de Internação Metropolitana, por terem generosamente colaborado com meu trabalho na instituição. Também sou grata ao pessoal da Casa da Juventude, em São Pedro, por igualmente terem contribuído com a pesquisa, sobretudo ao Handerson, responsável pelo coletivo do Projovem Adolescente que se reúne na Casa.

Agradeço acima de tudo a minha família. À minha lindíssima irmã, Mariana, meu exemplo de força e determinação, pelo apoio, pela amizade e amor de irmã. Ao meu igualmente lindo e inteligente sobrinho, Murilo, por ser simplesmente um amor de criança. Ao meu pai, Geraldo, pelo amor e atenção, por me fazer sentir especial, mesmo estando longe. À minha mãe, Clemilda, por *tudo*. Agradeço a ela, em particular, pelo encorajamento em cada etapa deste trabalho e da minha vida em geral, por se entristecer comigo quando eu estava triste e por se entusiasmar com meu entusiasmo. Por me fazer acreditar que eu seria capaz, apesar das dificuldades (que são universais), de concluir este trabalho; e por, entre *tantas outras coisas*, ter preparado o lanche da confraternização de encerramento da pesquisa com os adolescentes na Unimetro. Era Páscoa e ela fez primorosas lembrancinhas, com muito cuidado. A propósito, também sou profundamente grata aos participantes desta pesquisa.

Agradeço a todos os adolescentes e jovens que compartilharam comigo alguns momentos preciosos, suas lembranças, pensamentos e juízos mais profundos. Foi um tempo de intensa troca e aprendizagem. Espero que este estudo possa, de algum modo, servir para o nosso bem, no tocante ao desenvolvimento de uma sociedade que preze *efetivamente* pela vida e pela liberdade.

Em duas palavras, graças a Deus: “Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos! Por que quem compreendeu a mente do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro? Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado? *Porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.*” (Romanos 11: 32-36).

RESUMO

O presente trabalho discute as sociabilidades e os conflitos intersubjetivos *entre* adolescentes e jovens na periferia de Vitória-ES. Desde os anos 1980, adolescentes e jovens (em geral, afrodescendentes e do sexo masculino) constituem o grupo mais vitimado pelos homicídios no Brasil. Nesse sentido, trata-se do segmento mais exposto às situações violentas. À vista destas coisas, dou um passo atrás do iníquo quadro de homicídios juvenis para refletir sobre os significados dos conflitos *entre* adolescentes e jovens à luz das dinâmicas de sociabilidade. A pesquisa tenciona transitar do contexto macro ao micro de análise, assim como deslocar o foco dos estudos sobre homicídios para os estudos sobre conflito. Não obstante, sob o ponto de vista macro de análise, examino o aspecto da criminalização das juventudes urbanas pobres, a qual possui raízes históricas nesta sociedade. Todavia, o alvo principal é refletir “*o que as pessoas fazem com o que fazem delas?*”. Isto é, a intenção é observar empiricamente a relação entre os constrangimentos estruturais e a forma como os indivíduos atuam em seu campo de possibilidades, a partir dos significados que atribuem às coisas em sua vida cotidiana. Parto de uma abordagem qualitativa, a qual utiliza como instrumentos narrativas de vida e grupo focal, bem como observação participante e questionários com perguntas abertas. Enfoco indivíduos na faixa etária de 14 a 26 anos, os quais estavam cumprindo medida socioeducativa de internação no âmbito do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo e sujeitos com o mesmo perfil etário, porém moradores de bairros periféricos de Vitória, notadamente da região do bairro São Pedro. Dentre os significados analisados no que tange aos conflitos, destaco a construção social da masculinidade e as regras morais de conduta definidas pelos grupos para regularem a convivência. Em determinado contexto, os conflitos e, no limite, os homicídios são legitimados moralmente, em virtude da percepção de que se vive em um estado de “guerra” em que os outros são “inimigos”. Tem-se como resultado que a *desconfiança* intragrupo e entre grupos provavelmente sustenta o uso da violência. O contexto mencionado diz respeito à sociabilidade no domínio do comércio varejista de substâncias ilícitas, espreado pelos bairros pauperizados da Região Metropolitana da Grande Vitória, o qual fomenta uma cultura ou um modo de ser agonístico. Por fim, enfatizo que em um mesmo contexto socioeconômico existem distintas formas de sociabilidade juvenil. Portanto, desde que comparo dois grupos, busco compreender quais são os fatores condicionantes para diferencialidade de percursos de vida, sobretudo no que se refere ao engajamento ou não em atividades ilícitas (arriscadas). Tais fatores são, basicamente, relacionados ao contexto familiar e escolar e a outras esferas de sociabilidade (como projetos sociais e igrejas) das quais os agentes participam, constituindo significados que orientam suas decisões.

Palavras-chave: sociabilidade juvenil; conflito interpessoal; masculinidade; jovens; periferia urbana.

ABSTRACT

This paper discusses the sociabilities and intersubjective conflicts between adolescents and young people in the periphery of Vitória-ES. Since the 1980s, adolescents and young people (in general, Afro-descendants and males) constitute the group most victimized by homicides in Brazil. In this sense, it is the segment most exposed to violent situations. In view of these things, we take a step back from the iniquitous picture of juvenile homicides to reflect on the meanings of conflicts between adolescents and young people in the light of the dynamics of sociability. The research intends to move from the macro context to the micro analysis, as well as shifting the focus from homicide studies to conflict studies. Nonetheless, from the macro analysis point of view, I examine the criminalization aspect of poor urban youth, which has historical roots in this society. However, the main goal is to reflect "what do people do with what they do to them?". That is, the intention is to empirically observe the relationship between structural constraints and how individuals act in their field of possibilities, from the meanings they attribute to things in their daily lives. I start from a qualitative approach, which uses as narrative life instruments and focus group, as well as participant observation and questionnaires with open questions. I focused on individuals aged 14 to 26 years, who were fulfilling a socio-educational measure of detention in the scope of the Institute of Socio-educational Assistance of Espírito Santo and subjects with the same age profile, but residents of peripheral neighborhoods of Vitória, notably the neighborhood region São Pedro. Among the meanings analyzed in relation to conflicts, I highlight the social construction of masculinity and the moral rules of conduct defined by the groups to regulate coexistence. In a given context, conflicts and, in the limit, homicides are legitimated morally, by virtue of the perception that one lives in a state of "war" in which others are "enemies." As a result, intragroup and intragroup mistrust probably supports the use of violence. The aforementioned context concerns sociability in the retail trade of illicit substances, spread throughout the impoverished neighborhoods of the Região Metropolitana da Grande Vitória, which fosters a culture or an agonistic way of being. Finally, I emphasize that in the same socioeconomic context there are different forms of youth sociability. Therefore, since I compare two groups, I try to understand which are the conditioning factors for the differentiability of life paths, especially when it comes to engaging in (risky) illegal activities. These factors are basically related to the family and school context and other spheres of sociability (such as social projects and churches) from which the agents participate, constituting meanings that guide their decisions.

Keywords: youth sociability; interpersonal conflict; masculinity; youth; urban periphery.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Quadro demonstrativo dos participantes da pesquisa na Unimetro e em São Pedro.....	36
Tabela 2 – Informações socioeconômicas sobre a Região da Grande São Pedro.....	65
Tabela 3 – População do bairro São Pedro conforme a faixa etária.....	66
Tabela 4 – Número de adolescentes internos no ES.....	82
Tabela 5 – Adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade por Estado da federação referente ao ano de 2013.....	83
Tabela 6 – Principais atos infracionais cometidos por adolescentes em restrição e privação de liberdade por estado da região sudeste, 2013.....	85

SUMÁRIO

Apresentação	8
Introdução	13
I. Situando o problema	20
1.1 Objeto de investigação.....	20
1.2 Proposta metodológica.....	26
1.3 Amostra e recrutamento dos participantes.....	28
1.4 Procedimentos de coleta e de análise dos dados.....	36
II. Refletindo sobre o campo de investigação	46
2.1 A Unidade de Internação Metropolitana.....	46
2.2 O bairro São Pedro, Vitória-ES.....	61
III. O que as pessoas fazem com o que fazem delas?	74
3.1 A criminalização de adolescentes e jovens urbanos pobres no Brasil: um breve quadro descritivo e analítico.....	74
3.2 A desumanização e a apatia moral da sociedade brasileira.....	95
IV. Sociabilidade e conflitos <i>entre</i> adolescentes no comércio varejista de substâncias ilícitas na RMGV	107
4.1 Discutindo os termos: sociabilidade e conflito.....	107
4.2 A cultura agonística e o “sujeito-homem”: um exame das concepções morais e da construção social da masculinidade.....	120
V. Crônicas dos jovens na periferia	137
5.1 Ser adolescente e ser jovem.....	137
5.2 Viver “na quebrada”.....	142
5.3 Condicionantes da diferencialidade de percursos de vida no mesmo contexto socioeconômico: uma análise comparativa.....	147
5.3.1 Contexto familiar e escolar.....	147
5.3.2 Contexto comunitário segundo os jovens.....	162
5.3.3 A igreja como esfera de sociabilidade juvenil.....	176
Considerações finais	191
Referências	194
Anexos	204

Apresentação

Peço licença para iniciar esse texto relatando uma experiência vivida no ano de 2013, em uma Delegacia do Adolescente em Conflito com a Lei em Vitória/ES. É preciso ser franca e dizer que os fatos descritos não estão exatamente vivos na memória, mas logo que tive a oportunidade, depois do evento ocorrido, fiz questão de narrá-los em duas ou três folhas de papel. Na época estava desenvolvendo uma pesquisa acerca da percepção da violência de mães de jovens os quais foram vítimas de homicídio, por isso o meu especial interesse em descrever e analisar a situação vivenciada. A bem da verdade, desde criança gosto de anotar as coisas que acontecem comigo, é um meio de pensar melhor, organizar as ideias, refletir para talvez alcançar melhores decisões.

Enfim, voltando ao assunto mais importante que agora nos motiva, costumo escrever a respeito dos momentos que considero mais relevantes acerca da minha vida, que, convenhamos, é passageira como a flor do campo, pois soprando nela o vento, desaparece. E foi assim que há uns dias, enquanto organizava minhas pastas com folhas e mais folhas de textos impressos, cadernos, trabalhos e provas acumuladas durante os intermináveis anos escolares/acadêmicos, deparei-me com aquelas folhas de papel de que falei no início desse texto, que nos dizem sobre a experiência da delegacia. Achei por bem registrar esse caso, porquanto pode justificar aos curiosos leitores e leitoras a minha motivação para o presente empreendimento de pesquisa num terreno tão complicado. Voltarei ao episódio da delegacia logo adiante.

Como já disse, não é a primeira vez que me ocupo de estudar o fenômeno da violência juvenil. Creio que para todos nós, seres urbanos, a violência é como um fantasma onipresente; um dos assuntos mais falados desde os pontos de ônibus até as salas de espera do dentista. Além disso, é um dos temas telejornalísticos preferidos que em geral apresentam, por exemplo, exaustivamente a reportagem sobre a padaria que foi assaltada pela décima vez no mesmo ano e o caso do adolescente “*envolvido* com drogas” assassinado ou apreendido pela polícia. É relativamente seguro supor que, no contexto brasileiro, tais matérias sobre a dita “violência urbana” contribuem para fomentar um tipo perigoso de indignação que pode motivar episódios de linchamento, ou mesmo a aceitação implícita de situações de tortura policial. Ora, na medida em que a sociedade é superexposta a situações assim, por meio do discurso midiático enviesado e irrefletido, a percepção de risco pessoal tende a aumentar. Esta

percepção, quando aliada à sensação de impunidade, estimula a vontade de se “fazer justiça com as próprias mãos”. Sabemos que as percepções são reais em suas consequências. Eis o quadro em que estamos atuando. Não é à toa, portanto, os clamores por uma legislação mais rigorosa em punir certos adolescentes – aqueles representados como protagonistas da “violência urbana”.

Pois bem, o tópico da “violência urbana” é algo que nos rodeia cotidianamente, quer queiramos ou não. Todavia eu, que nunca fui fã de programas do tipo “Balanço Geral”¹, sensibilizei-me para o fenômeno quando comecei a trabalhar em uma instituição social na periferia do município de Serra (localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV), tendo em conta que era impressionantemente “comum” os homicídios de adolescentes por lá.

Imagine a minha situação, enquanto eu estava na instituição planejando alguma atividade, era trivial algum morador (geralmente moradora) passar por ali e iniciar uma conversa mórbida sobre o assassinato ocorrido na véspera. Essas visitas eram habituais, considerando que os moradores estavam ansiosos pelo início das atividades daquela incipiente organização. É patente que não se convive com episódios de homicídios de maneira tranquila ou resignada, mas por certo eu compreendia, aos poucos e empiricamente, que o homicídio de um adolescente em Jardim Carapina² parecia mais *aceitável* do que o eventual homicídio de um adolescente na Praia do Canto³. Quando muito, as pessoas suspiram profundamente e se limitam a menear a cabeça, em sinal de lamentação. Para além disso, tais homicídios parecem ser justificados pelo suposto *envolvimento* com drogas por parte vítima, ou qualquer outra atividade relacionada ao “mundo do crime”⁴.

1 Balanço Geral é um programa telejornalístico brasileiro promovido pela Record TV, com um estilo não convencional que varia entre jornalismo policial e comunitário de forte apelo popular. Mostra casos de crimes violentos, descaso dos serviços públicos, etc. Em geral, o apresentador do programa tece comentários sobre a perversidade dos autores dos crimes e clama indignado por *justiça*. Para uma visão mais detalhada acerca desse assunto ver Borja (2011).

2 Jardim Carapina é um bairro periférico do município de Serra – RMGV, em que os homicídios juvenis são relativamente comuns, sobretudo em função de conflitos entre os vários pontos de venda de drogas ilícitas.

3 Bairro localizado no município de Vitória, contíguo à UFES. Possui uma das melhores infraestruturas da cidade e seus moradores são considerados de classe média alta: servidores públicos, empresários, operários especializados, professores, etc.

4 O termo é apresentado entre aspas por ser uma expressão nativa, usada pelos indivíduos para se referirem às atividades ilícitas realizadas no âmbito do comércio varejista de substâncias ilícitas, do roubo e do furto. Denota uma organização particular, com suas próprias regras, as quais seriam diferentes do “mundo convencional”. “Mundo do crime” é menos uma realidade empírica do que uma representação social. O termo “crime” também aparecerá entre aspas por ser tomado em sua acepção nativa.

Essas circunstâncias me conduziram à reflexão sobre as contradições que giram em torno da distribuição do direito à vida na sociedade brasileira. Assim, cheguei ao ponto de pensar que conquanto o direito à vida seja o mais elevado, em tese ao menos nas democracias constitucionais do ocidente, ele é *relativizado*, dependendo de qual grupo societário se trata. Nesse sentido, o assassinato de um jovem urbano pobre é “menos assassinato”, ou seja, causa menos indignação, do que o assassinato de um jovem urbano abastado. Sociedade contraditória. Podemos notar um indício dessa contradição na obsessão social contemporânea por um corpo saudável (a mania *fitness*), pela conservação da beleza e juventude desse corpo, pelo “bem-estar”; mas pouco ou nada importa se os membros *realmente mais jovens* dessa sociedade estão morrendo de modo violento. São mortes evitáveis e talvez, para evitá-las, seria necessário realizar menos esforço do que passar horas a fio por semana enclausurado em uma academia de ginástica, correndo numa esteira elétrica, por exemplo.

Mas afinal de contas, o que aconteceu naquela delegacia do adolescente em conflito com a lei? Certo dia, ou melhor, certa noite em 2013, eu e minha mãe estávamos caminhando pela orla da praia de Camburi, em Vitória, quando fomos interrompidas por dois meninos ou, melhor dizendo, adolescentes que nos pediram desajeitadamente os celulares e dinheiro; enfim: era um assalto. Naquele instante, passavam policiais militares em uma viatura (volkswagen kombi) que notaram a situação e resolveram perseguir os tais meninos. Para encurtar a história, fomos eu, minha mãe, um dos meninos (o outro escapou furtivamente) e os dois policiais parar em uma delegacia para registrar a ocorrência do fato; todos no mesmo veículo. Verdade seja dita, me senti no mínimo muito mal, era a última coisa que gostaria de ter feito naquela noite que havia começado de maneira tão agradável e despreziosa. Fui, contrariada por aquela cadeia de circunstâncias fortuitas e etc., mas fui. Porém, a delegacia estava abarrotada de “vítimas” em condições bem piores do que a minha em termos de danos sofridos; e de tanto que demorava para sermos ouvidas pelo delegado e de tanto que eu reclamava com a minha mãe por estarmos lá (tentava persuadi-la a irmos embora), dado que não tinha sido nada grave; por fim, nós concordamos em partir. Além disso, embora pareça surreal, quase kafkiano, acontecia o aniversário de uma funcionária (ou funcionário, não sei) na delegacia e podíamos ouvir a canção de “parabéns para você” com direito a assovios, etc.

Dias depois recebemos uma intimação em casa para comparecermos à delegacia, a fim de testemunharmos sobre o evento daquela noite. Eu pensei que estivesse livre da desagradável situação, porém os policiais já haviam iniciado o processo e mesmo que

tivéssemos ido embora, sem mais nem menos, não havia jeito de voltar atrás. Era preciso seguir até o fim com aquelas formalidades da burocracia policial, que, o leitor me perdoe, não entendo suficientemente para explicar desta feita. Assim, fomos à delegacia narrar os fatos, mas desta vez em outro local, na Delegacia Especializada do Adolescente em Conflito com a Lei (Deacle), que na época ficava na Ilha de Santa Maria, em Vitória. Quem nos “ouviu”, muito mais falou do que ouviu. Ademais, estava com a foto do adolescente, um menino negro, e fez questão de nos mostrar a tal foto enquanto fazia odiosos comentários racistas a respeito das características faciais do adolescente. Ele discursou categoricamente sobre: ser a favor da redução da maioridade penal, contra o código penal ultrapassado e contra a complacência dos juízes para com os adolescentes “infratores”, e coisas afins. Para o burocrata, a despeito dos trabalhos árduos desempenhados pela polícia no sentido de proteger a sociedade dos “bandidos”, a justiça não seria eficiente, pois esta “solta” quem a polícia “prende”. Eu, enquanto pesquisadora (emergente) das Ciências Sociais, aproveitei a oportunidade para ouvir o que aquele sujeito tinha a falar. Aliás, não precisei me esforçar, pois ele mesmo parecia ter necessidade de desabafar sobre seu trabalho – apontava para uma pilha de processos que tinha em cima de sua mesa, parecia desolado com esse estado das coisas, com a legislação (o Estatuto da Criança e do Adolescente - Ecriad, por exemplo) a qual protege os “bandidos”, na concepção dele.

Com efeito, não estou supondo, aqui, que boa parte dos delegados e demais técnicos da Polícia Civil pensam de igual maneira. Porém, esse tipo de discurso, também, em alguma medida, evocado pela grande mídia e parte da opinião pública mais conservadora, possui ressonância na sociedade abrangente, a qual define, julga e pune certas condutas e não outras, dependendo de quem comete determinado ato.

Alvarez (2014) explica que o Ecriad buscou demarcar outro horizonte, o qual não mais enquadrasse os adolescentes no registro do perigo e da desordem social, por isso, ele é voltado para a garantia de direitos. Contudo, a legislação é alvo de movimentos populistas no domínio das políticas de segurança pública, sendo quase sempre associada à impunidade. Por certo, percebemos que o tal discurso populista estava impregnado no ambiente daquela delegacia.

Embora no caso empírico narrado os adolescentes de fato tenham tentado empreender um curso de ação definido como delituoso, em que medida o fato de se enquadrarem de antemão em um estereótipo e sofrerem possivelmente estigmatizações/perseguições em função disso, “favoreceu” aquela tomada de decisão? Outro ponto que me inquietava era o

fato de em um mesmo contexto socioeconômico uns adolescentes, a minoria, enveredarem pelo caminho do “mundo do crime” e outros traçarem percursos considerados legítimos pela sociedade. Tendo em vista que a pobreza não é a causa da criminalidade violenta⁵, quais processos sociais operam para que um adolescente se engaje no comércio de drogas ilícitas e outro não? Questões assim ocupavam a minha mente naquele momento.

Então, foi mais ou menos deste modo que passei a me interessar mais pela questão dos adolescentes, da criminalização da pobreza, da desigualdade social e dos homicídios. Porém, desta feita, o foco recaí sobre as sociabilidades juvenis e os conflitos que são anteriores aos desfechos fatais, buscando compreender de forma aproximada como adolescentes e jovens se tornam vítimas e perpetradores de atos definidos como violentos.

A pergunta que guia minha reflexão é: “o que as pessoas fazem com o que fazem delas?”⁶. Ou seja, dado o estado das coisas – a política brasileira com relação à comercialização e ao uso de determinadas substâncias, bem como o conseqüente enfrentamento belicoso da política de segurança pública, nesse sentido, e a situação histórica de criminalização da juventude pobre urbana – *como as pessoas atuam em seu campo de possibilidades, considerando este contexto?* Busco responder a pergunta a partir dos relatos de vida de adolescentes e jovens na periferia da Região Metropolitana da Grande Vitória, são crônicas do cotidiano dos indivíduos, uns internos em uma instituição de atendimento socioeducativo e outros, com o mesmo perfil etário e social, mas em um bairro periférico de Vitória – São Pedro. A escolha dos dois grupos teve a finalidade de conhecer fatores que condicionam a diferencialidade de percursos de vida em um mesmo contexto socioeconômico, sobretudo no que se refere ao envolvimento ou não com atividades ilícitas (arriscadas).

Sem mais, peço aos leitores o mesmo que pediria Machado de Assis: “intenção benévola, mas expressão franca e justa. Aplausos, quando os não fundamenta o mérito, afagam certamente o espírito, e dão algum verniz de celebridade; mas quem tem vontade de aprender e quer fazer alguma coisa, prefere a lição que melhora ao ruído que lisonjeia”⁷.

Boa leitura!

5 A tese, equivocada, que relaciona pobreza e criminalidade já foi bastante refutada por cientistas sociais. Ver Misse (1995).

6 Esta pergunta filosófica foi formulada pelo pensador francês Jean-Paul Sartre e exprime uma reflexão sobre a liberdade humana.

7 Pedido elaborado pelo escritor no prefácio de seu primeiro romance, nomeado *Ressurreição*.

Introdução

No começo do século XX verificamos no Brasil o início dos processos de industrialização e urbanização, o aumento súbito da população em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, e a inserção precária das camadas populares no mundo do trabalho. Na esteira da modernização vieram os problemas relacionados ao crescimento rápido da população das cidades e a pobreza (com todos os seus desdobramentos). Em geral, as famílias urbanas pobres trabalhavam e, quando os filhos não estavam inseridos nesse mercado, também não eram assistidos por nenhuma instituição, como a escola, por exemplo. Esse estado de coisas fez com que crianças e adolescentes ficassem pelas ruas em busca de diversão e sustento, provocando a preocupação social, tendo em vista que eram refratários à ordem estabelecida, insubordinados com suas travessuras e, eventualmente, protagonistas de atos ilícitos. Eis que surge o problema social, demandando intervenções: “a questão do menor”. Assim, a criança e o adolescente “abandonados” pelas ruas da cidade geravam medo, ansiedade, tornavam-se uma categoria social particularmente inquietante. A associação dos adolescentes pobres com o crime teve início dessa maneira, conforme o diagnóstico de Liana de Paula (2015). Desde então, o adolescente das camadas urbanas pauperizadas passou a ser percebido como um tipo social “perigoso”. Para Vera Malagutti Batista (2003), os jovens provenientes dos estratos mais pobres da população são “perigosos”, pois, assim como os mendigos e vadios, a atividade que exercem denota insubordinação à disciplina que o sistema deles exige.

Para além do aspecto da criminalização de adolescentes e jovens pobres em contextos urbanos, considero, neste trabalho, outro aspecto que é um desdobramento ou uma consequência deste: trata-se dos homicídios que afetam sobretudo esse mesmo segmento social. Vejamos. A partir dos anos 1980, no Brasil, a morte violenta cresce, sobretudo entre os jovens. Já no final dos anos 1980, as mortes por agressão ultrapassaram os acidentes de trânsito e passaram a ocupar o primeiro lugar entre as causas de morte na população jovem (SOUZA, 1994; PERES et al., 2006). Vários estudos apontam os jovens do sexo masculino e moradores de áreas com superexposição de desvantagens socioeconômicas como o grupo particularmente exposto ao risco de morte por homicídios e, em especial, nos grandes centros urbanos. Alguns investigadores concebem que esse grupo é preferencialmente vitimado pela violência comunitária e criminal, com ênfase ao mercado ilegal de drogas e outras atividades ilícitas. Uma informação que reforça essa hipótese é o predomínio de mortes por armas de

fogo. Por exemplo, no início dos anos 2000, em algumas capitais como Rio de Janeiro, Recife e Vitória, as armas de fogo eram utilizadas em mais de 80% dos homicídios (PERES e SANTOS, 2005). Desse modo, o crescimento da criminalidade violenta nesse período histórico foi, em parte, uma consequência do estabelecimento de rotas do tráfico internacional de drogas e de outras modalidades de crime organizado em bases transnacionais, como o contrabando de armas (ADORNO, 2002).

Nesse sentido, Zaluar (2012) assevera que a pobreza teve impacto na disseminação das atividades criminosas no Brasil a partir do final da década de 1970, em que houve um aumento impressionante da criminalidade violenta entre homens jovens. No entanto, conforme a autora, não podemos tomar a pobreza como um tipo de determinação (econômica) do crime, e fazendo isso, excluir as dimensões da subjetividade e da indeterminação. Isso é importante, pois apenas alguns jovens, entre muitos, embarcam em “carreiras criminosas”. Machado da Silva (2004) explica que o estabelecimento de mercados ilícitos (como o comércio varejista de drogas) se deu sobretudo em favelas, provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral densos e com traçado viário precário, o que dificulta o acesso de quem não está familiarizado com eles e, assim, favorece os agentes que lograrem se estabelecer neles. Ou seja, uma hipótese também plausível para a conexão entre essa modalidade de crime e pobreza.

Com relação ao contexto do estado do Espírito Santo, Zanotelli et al. (2011) afirmam que a morte de jovens em certas condições e em certos espaços urbanos tem tendência a se agravar em função de uma série de fatores, incluindo aí o porte de arma e a fragilidade daqueles em situação de risco social. Assim como outros estudiosos, os autores analisam os homicídios considerando fatores socioeconômicos. Esse quadro é acentuado pelo envolvimento de parte da juventude com o fragmentado comércio de drogas ilícitas, o qual é regulado de forma violenta pelos grupos que buscam o controle dos pontos de venda. Por se tratar de uma atividade ilegal, ela retira do Estado o monopólio do uso da violência, criando um mercado de bens e serviços baseados no emprego da força. Além disso, Zanotelli et al. (2011) sublinham que a criminalidade violenta não tem relação exatamente com a *pobreza*, mas com a *desigualdade social*, pois onde há maior riqueza relativa e melhor infraestrutura, há maior criminalidade ao nível dos municípios.

Imbusch, Misse e Carrión (2011) ao estudarem o fenômeno social da violência na América Latina à luz de uma extensa revisão bibliográfica, apontam como principais fatores

explicativos para o fenômeno: a desigualdade social e de oportunidades, a justaposição entre pobreza extrema e riqueza superconcentrada, a permanência do processo de exclusão social, a frágil legitimidade dos Estados no monopólio do uso da violência, bem como processos de modernização truncada.

Zanotelli et al. (2011) declaram que o processo de urbanização e industrialização acelerada no Espírito Santo na segunda metade do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, atraiu um grande contingente populacional de outros estados, como Minas Gerais e Bahia. Até os anos de 1950, 78,2% da população residia em área rural, e em 2009 o grau de urbanização da população capixaba atingiu o índice de 82,6%. As grandes plantas de indústria, então denominadas “Grandes Projetos Industriais”, na região da Grande Vitória, foram estabelecidas como estratégia política governamental, elaborada nos anos de 1970, a fim de romper com a dependência da economia cafeeira e com a estagnação econômica na qual se encontrava o estado. Desse modo, os municípios componentes da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, passaram a concentrar, a partir dos anos 1970, quase a metade da população do estado. Portanto, a região é resultado da contínua absorção de migrantes vindos de vários lugares do próprio estado, do país e do exterior. Um dos efeitos desse estado de coisas é a criminalização de alguns tipos de delitos, que são consequências do aumento de conflitos relacionados ao crescimento populacional e ao convívio entre diferentes. (DADALTO e RODRIGUES, 2014).

Para Zanotelli et al. (2011), a aceleração dos homicídios na RMGV, a partir dos anos 1980, se deve a uma situação de aglomeração dos problemas urbanos, sociais e econômicos. O tipo ideal de vítima pode ser resumido em um homem jovem, de cor negra ou parda e vivendo em um dos bairros pauperizados na RMGV ou em algum dos mais importantes municípios do interior, do ponto de vista socioeconômico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em um estudo global sobre óbito de adolescentes, constatou que a violência interpessoal é a principal causa pela qual jovens de 10 a 19 anos perdem a vida precocemente no Brasil. Na faixa etária de 10 a 15 anos as principais causas de morte, conforme o estudo, são: violência interpessoal, acidentes de trânsito, afogamento, leucemia e infecções respiratórias. Já na faixa de 15 a 19 anos, os jovens morrem mais por: violência interpessoal, acidentes de trânsito, suicídio, afogamento e infecções respiratórias. O Brasil está inserido na categoria dos países de renda baixa-média das Américas. A tendência observada dentro desse grupo também aponta a violência interpessoal

como principal causa de morte, representando 43% dos óbitos. O conceito de violência interpessoal utilizado pela entidade é amplo, pois inclui assassinatos, agressão, brigas, *bullying*, violência entre parceiros sexuais e abuso emocional (WENTZEL, 2017).

No resto do mundo as cinco causas principais de morte entre jovens de 10 a 19 anos consistem em acidentes de trânsito, infecções respiratórias, suicídio, infecções intestinais e afogamento. Em regiões com boas condições econômicas, como a Europa, o suicídio aparece entre as principais causas. Cortar a si mesmo é o tipo de auto-violência mais praticado. A organização estima que, globalmente, até 10% da população adolescente mundial cometa algum ato de violência contra si. Para a OMS, essas tragédias poderiam ser evitadas se os países investissem mais em educação, saúde e apoio social.

O ponto é que as mortes decorrentes de violência estão distribuídas de maneira desigual. A desigualdade se explica à luz das diferenças socioeconômicas entre as regiões do mundo. Por exemplo, nos países mais pobres ou onde a concentração de riqueza é mais acentuada, a violência interpessoal tende a figurar entre as principais causas da mortalidade de adolescentes e jovens.

Dessa maneira, no Brasil, adolescentes e jovens compõem o grupo social mais exposto às situações violentas, ora como vítimas e ora como perpetradores de práticas consideradas violentas. Passemos a palavra para o pesquisador Marcos César Alvarez (2014, p.110):

Agressores e vítimas na realidade se confundem, o jovem considerado como agressor quase sempre emerge de um contexto social marcado pela pobreza e pela privação de direitos e seu destino será marcado também pela violência: a morte precoce no conflito com outros jovens, no enfrentamento com a polícia ou ainda nas mãos de grupos de extermínio [...]

Além disso, Alvarez (2014) também menciona a institucionalização de adolescentes e jovens adultos como uma expressão dessa violência.

Diante das ideias até aqui expostas, dou um passo atrás do iníquo quadro de homicídios juvenis para refletir acerca dos conflitos (potencialmente letais) *entre* adolescentes e jovens, com idades entre 14 e 26 anos. Ênfase dois grupos: adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação⁸ em função de vínculos com o conflituoso comércio varejista de drogas ilícitas, bem como adolescentes e jovens moradores da região de São

⁸ O estudo foi realizado na Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro) no âmbito do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases).

Pedro, periferia de Vitória-ES. Tal delimitação teve em mente que esses sujeitos são mais suscetíveis aos homicídios, conforme a literatura especializada. Os conflitos serão estudados à luz das dinâmicas das interações entre os indivíduos.

Um dos alvos do estudo é compreender por quais motivos alguns adolescentes embarcam em atividades ilícitas (arriscadas) e outros, embora vivendo no mesmo contexto, constituem outros tipos de relações sociais, daí também o enfoque em dois grupos. Trata-se de um estudo situado no campo da Sociologia da Violência e Conflitualidade; a partir de uma abordagem da concepção simmeliana de sociedade, a qual será discutida mais para frente.

A pesquisa “A percepção social da violência na Serra⁹: proposições de políticas públicas para conter a violência no município”, realizada na primeira década do século XXI, demonstrou que, de acordo com as respostas da população investigada, os principais motivos que levariam uma pessoa a matar são de ordem subjetiva, não relacionados ao aspecto socioeconômico, mas sim relacionados aos conflitos interpessoais e societários. Dentre as razões apontadas aparecem vingança, legítima defesa, infidelidade, agressão física e cagete. Porém, o estudo reconheceu contradições nas respostas do grupo pesquisado. Vejamos.

Se as razões diretas para matar são de ordem subjetiva e interpessoal, quando se trata de identificar os grupos ou classes sociais mais responsáveis pela violência, a resposta foi: a classe baixa (24,2%) e pobres (11,7%), por que ocorre tanta violência na Serra? A resposta foi: desemprego (21,5%) e drogas (23,3%). Ou seja, quando se trata de identificar os grupos sociais e os motivos da violência a resposta aponta para fatores socioeconômicos, quando se trata de identificar as razões (diretas), elas são de ordem subjetiva ou interpessoais (SERRA, 2006).

Desse modo, os pesquisadores reconhecem a necessidade de trabalhos qualitativos, os quais pudessem analisar as contradições apontadas. De modo semelhante, no meu trabalho de monografia sobre a percepção social das mães das vítimas de homicídio sobre a violência num bairro periférico do município de Serra, verifiquei que, em geral, as causas da violência e especialmente dos homicídios, apontadas pelas mães e por outros moradores do bairro, são identificadas no contexto socioeconômico. Basicamente os interlocutores disseram: “falta de oportunidades” e “desemprego”. Mas quando estudamos de modo aproximado os fatos que levaram ao desfecho fatal, notamos motivos vinculados à sociabilidade local, ciúmes e inveja.

9 Serra é uma cidade da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). A RMGV é composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Tais municípios abrigam quase a metade da população do Espírito Santo.

É importante destacar que, muitas vezes, os homicídios se dão em torno do comércio de substâncias ilícitas no varejo, mas sem terem relação direta com a dinâmica comercial, por questões de dívida, por exemplo. Ocorre que os homicídios estão sim relacionados à dinâmica comercial ilícita na medida em que esta facilita o acesso às armas de fogo e, ao mesmo tempo, contribui para a constituição de uma cultura de resolução dos conflitos pela violência, sobretudo entre os homens jovens.

Por exemplo, a mãe de um jovem assassinado explicou que o filho, que não tinha envolvimento com o “tráfico de drogas”¹⁰, foi morto por um “traficante” em função de ciúmes, visto que o rapaz estava namorando uma jovem que era ex namorada do “traficante”. E essa jovem, diga-se, só escapou da morte, pois conseguiu fugir em tempo para uma cidade situada no interior do estado (OLIVEIRA, 2013). Vemos, portanto, que as questões de ordem socioeconômica e as de ordem subjetiva e interpessoal estão entrelaçadas, dado que o fenômeno da mortalidade violenta é composto de diferentes elementos e, assim sendo, derivado de muitas causas.

Nessa mesma ordem de ideias, a dissertação pretende refletir “o que as pessoas fazem com o que fazem delas”, ou seja, considero os constrangimentos sociais e estruturais e considero o campo de possibilidades em que os agentes atuam, a partir dos sentidos que atribuem às coisas em seu cotidiano. Isso importa, porquanto os tais *sentidos* produzirão efeitos objetivos na sociedade.

Costa (2012), discutindo os “Mitos sobre os homicídios no Espírito Santo”, assevera que a despeito da superação das dificuldades econômicas e políticas dos anos 1990, a primeira década do século XXI foi sobremaneira violenta para a população capixaba. De modo que o saneamento das contas públicas e a volta dos investimentos que marcaram os anos do governo Paulo Hartung, a partir de 2002, não foram acompanhados por reduções nas taxas de mortalidade por homicídio. Ao contrário, no período mencionado, o estado acumulou um volume significativo de mortes violentas e por isso alcançou a segunda colocação no ranking nacional de homicídios (WAISELFISZ, 2012).

10 Os termos aparecem entre aspas por serem compreendidos, aqui, mais como uma representação social do que como uma realidade empírica. “Tráfico de drogas” parece ser a síntese de ideias que nos remetem à adolescentes e jovens pobres, negros, urbanos e periféricos, em geral, violentos, dispostos a cometerem atrocidades devido ao espírito perverso e ganancioso. Por isso, o termo será apresentado entre aspas, assim como “traficante”. Pessoas brancas e ricas podem ser (e algumas são, provavelmente) “traficantes”, mas, de um modo geral, não pensamos nelas quando proferimos a palavra.

As cidades capixabas com maior taxa de mortes por armas de fogo por 100 mil habitantes são as que apresentam os melhores índices de desenvolvimento humano e taxas de alfabetização. Todavia, Costa (2012) explica que os indicadores sociais provavelmente mascaram o fato de que a riqueza nas cidades é desigualmente distribuída¹¹. Cabe-nos assinalar que a tese que relaciona pobreza e criminalidade já foi bastante refutada por cientistas sociais. Acontece, porém, que os crimes dos pobres teriam maior visibilidade social, maior reação moral e maior interesse público do que os crimes dos ricos (MISSE, 1995).

Não obstante esses fatores de natureza macrossocial, proponho uma reflexão sobre os conflitos intersubjetivos¹² entre adolescentes e jovens à luz das sociabilidades. Em uma determinada forma de interação, compreendida, aqui, como uma tipo de cultura agonística, constituída no comércio varejista de substâncias ilícitas, os conflitos e os desfechos fatais, às vezes, são considerados legítimos pelos sujeitos. Desse modo, tendo em vista que o crime não existe, como explica Durkheim (2005), mas sim o que existe é a reação moral a ele, isto é, a ofensa a consciência coletiva, se o homicídio, por exemplo, não ofende tanto a consciência coletiva, tende a acontecer mais facilmente. Acredito que certos homicídios ofendem mais a consciência coletiva (no que se refere à sociedade abrangente) do que outros. E mesmo no âmbito de uma sociabilidade local (microcosmo), certos homicídios ofendem mais do que outros, à luz das regras morais definidas naquele microcosmo. Mas, para além dos conflitos que emergem pela própria dinâmica do “tráfico”, discuto aqueles motivados por razões subjetivas e culturais. Em outras palavras, parto da hipótese de que mesmo os conflitos que acontecem no interior do “tráfico”, muitas vezes, se explicam menos por lógicas instrumentais/utilitárias do que por motivações culturais e subjetivas.

Enfim, a dissertação foi organizada em cinco capítulos. No primeiro, apresento as questões de ordem metodológica, a problemática, os objetivos e os procedimentos de coleta e de análise dos dados.

O segundo capítulo tece uma reflexão acerca do campo em que a pesquisa foi

11 O Brasil é o décimo país mais desigual do mundo e apresenta mais disparidades que vizinhos como Chile e México, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) elaborado pelas Nações Unidas. O levantamento usa como referência o Índice de Gini. Contudo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerado alto: 0,754. O Brasil ocupa o 79º lugar entre 188 nações. O país seria prejudicado neste ranking, caso as disparidades de renda fossem consideradas para calcular o IDH: perderia 19 posições. (CORRÊA, 2017).

12 A noção de conflito intersubjetivo aponta para o contexto relacional do qual emerge a discórdia. Ele inclui aqueles que ocorrem em espaços de relativa intimidade, como os domésticos e conjugais e, para além deles, os que acontecem nas relações de vizinhança, nos espaços de lazer (especialmente nos bares), de trabalho, de negócios, e mesmo de culto (COSTA, 2011, p. 357).

empreendida, a saber, a unidade de internação e o bairro São Pedro.

O terceiro capítulo, “o que as pessoas fazem com o que fazem delas?”, descreve e analisa o contexto social abrangente de criminalização dos adolescentes e jovens pobres urbanos no Brasil, debatendo a “desumanização” e a conseqüente *apatia moral* desta sociedade no que tange aos homicídios, em específico aqueles que afetam a juventude urbana pobre e afrodescendente. Assim, essa parte se dedica mais ao aspecto estrutural do fenômeno dos conflitos e da violência que atinge, em especial, os jovens.

O quarto capítulo discute a sociabilidade juvenil e os conflitos no âmbito do comércio varejista de substâncias ilícitas na RMGV, fundamentando-se principalmente nas experiências de dez adolescentes que estavam internos na Unimetro, basicamente em função de vínculos com este comércio.

O quinto e último capítulo é dedicado a discussão dos estilos de sociabilidade tecidos pelos adolescentes e jovens no contexto do bairro São Pedro. O estudo se concentrou em dois grupos: adolescentes participantes de um projeto social e adolescentes frequentadores de uma igreja evangélica. O projeto e a igreja são compreendidos, aqui, como esferas de sociabilidade juvenil. Nesse sentido, desde que enfoco esses grupos (do “tráfico”, do “projeto” e da “igreja”, iguais e diferentes a um só tempo), proponho uma interpretação, que considero plausível, para a diferencialidade de percursos de vida no interior de um mesmo microcosmo, diferencialidade no que se refere ao envolvimento ou não em atividades ilícitas (arriscadas).

O trabalho se esforça para não separar, rigidamente, teoria e empiria, daí o título *Crônicas dos jovens na periferia*. Ao longo do texto, apresento relatos curtos do cotidiano dos jovens, sob a luz de suas esferas de sociabilidade. Assim sendo, tais relatos são analisados segundo a teoria sociológica aqui enfocada.

Capítulo I: Situando o problema

1.1 Objeto de investigação

No momento em que o projeto para esta pesquisa foi constituído, as minhas ideias estavam organizadas da seguinte maneira: “em 2014 o Brasil registrou um número expressivo de homicídios absolutos – 59.627 e uma taxa de 29.1 homicídios por 100 mil habitantes (CERQUEIRA et al., 2016). De acordo com o Atlas da Violência 2016, adolescentes e jovens

(15 a 29 anos) constituem o grupo da população mais vitimado pelos homicídios. Nesse sentido, é o segmento mais exposto às situações violentas, ora como vítimas e ora como perpetradores de práticas violentas (ADORNO et al., 1999). Dito isso, o presente trabalho se propõe a discutir os conflitos entre jovens os quais, no limite, podem ser letais. Todo homicídio envolve um conflito, mas nem todo conflito termina em homicídio. Portanto, elaboro a seguinte questão: *por que a dinâmica de sociabilidade tecida por adolescentes e jovens, no contexto estudado, favorece a emergência de conflitos potencialmente letais?*”

Partindo dos estudos sobre os homicídios juvenis na sociedade brasileira e a desigualdade na distribuição do direito à vida, procurava entender de modo aproximado os motivos para essa situação. Apesar dos aspectos estruturais que explicariam o fenômeno da violência letal, direcionei o olhar investigativo para os *conflitos entre jovens*. Todavia, no contexto enfocado, encontrei formas de sociabilidade que não favorecem a emergência de conflitos potencialmente letais, ao contrário.

O problema de pesquisa, portanto, se configurava na associação provável entre a dinâmica de sociabilidade construída pelos sujeitos e a emergência de conflitos potencialmente letais. Isto é, buscava encontrar nas interações juvenis os significados para os conflitos que poderiam ter desfechos fatais.

Desse modo, o estudo se propunha a analisar a dinâmica de sociabilidade juvenil, a qual, em tese, favorece a emergência de conflitos potencialmente letais no contexto estudado. Noutras palavras: pretendia explicar 1) os conflitos intersubjetivos entre jovens; relacionava tal fenômeno com 2) a dinâmica de sociabilidade e estabelecia uma relação causal (no sentido amplo) entre os dois elementos mencionados. Se os estudos sobre a violência no Brasil apontam a falsa associação entre pobreza e criminalidade violenta (MISSE, 1995) e, adicionalmente, levando em consideração a melhora geral da condição de vida da população brasileira na primeira década do novo milênio (SAPORI, 2012), porém, apesar disso, prevalece um alto índice de homicídios, logo o olhar investigativo foi direcionado para outros aspectos sociais e políticos.

Em linhas gerais, o principal objetivo do estudo era, portanto, compreender a dinâmica de sociabilidade construída por adolescentes e jovens no contexto das periferias da RMGV e, a partir daí, compreender os significados dos conflitos potencialmente letais. Tal compreensão tinha no horizonte o pano de fundo da criminalização das condutas juvenis em contextos pobres urbanos, pois havia um esforço no sentido de evidenciar a mútua relação entre

indivíduo e sociedade ou entre agência e estrutura. A *agência*, no tocante às interações entre os sujeitos do contexto focado que compõem um todo relacional – uma unidade; e a *estrutura*, no sentido dos constrangimentos sociais que condicionam essas interações. A pergunta “o que as pessoas fazem com o que fazem delas?” sintetiza o que operava mentalmente.

O objetivo principal se desdobrou em, no mínimo, mais quatro alvos: 1) identificar as motivações de natureza cultural subjacentes aos conflitos e os *significados* atribuídos pelos sujeitos às suas ações; 2) avaliar a formação e as interações de grupos de adolescentes e jovens baseados em identidades comuns – comunidade (meio social) e na Unimetro, preferências musicais, circuitos de lazer, laços de amizade, por exemplo; 3) examinar a constituição de identidades e subjetividades a partir do conceito de “sujeição criminal” (MISSE, 2010); 4) descrever quais são os eventos e os mecanismos principais que acionam os conflitos potencialmente letais (dimensão vivencial nos conflitos) *entre* os sujeitos e as concepções morais aí entrelaçadas.

Ora, esse objeto de pesquisa está relacionado com o pensamento elisiano de sociedade, pois as interações entre os indivíduos são equilibradas, necessariamente, através de tensões. O conflito, sob esse aspecto, não é um ponto fora da curva do cotidiano, ao contrário, ele é inerente às relações humanas. Por isso: “uma das questões centrais da Sociologia, talvez a questão central, seja saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas” (ELIAS, 2001, p.213).

Entretanto, é preciso dizer explicitamente que não suponho que os adolescentes e jovens provenientes dos estratos populares da sociedade sejam mais “violentos” que outros grupos – lembremos que o conflito está presente em todas as formas de interação humana, logo, em todos os segmentos sociais. Além do mais, discuto os conflitos interpessoais *entre* jovens, sem desconsiderar que quando falamos em homicídios juvenis no Brasil, a violência estatal/policial deve ser levada em conta.

Por fim, entendo que os jovens urbanos pobres são mais perseguidos e criminalizados pela sociedade abrangente. Em verdade, “crime” não é um privilégio de classe, mas os crimes dos pobres teriam mais visibilidade social e maior reação moral (MISSE, 1995). Trata-se também da seletividade penal e dos processos de rotulação e desvio; nesse sentido, sou devedora das ideias da Sociologia do Desvio, a partir de Becker:

[...] grupos sociais criam o desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*. Desse ponto de vista, desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um 'infrator'. O desviante é alguém a quem o rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam como tal (BECKER, 2008, p. 22).

Pois bem, isso nos ajuda a entender porque um mesmo ato pode ser interpretado de maneiras diferentes, tendo em vista quem julga e quem comete o ato. Explico. A pichação de um prédio público pode ser tolerada, brandamente, como “coisa de menino” quando praticada por um adolescente branco e de classe alta; no entanto, pode ser julgada severamente se praticada por um adolescente negro, dos segmentos mais pauperizados da população. Sob esse ponto de vista, torna-se patente que o que está em jogo não é o ato abstratamente concebido, mas quem o praticou e quem está definindo este comportamento.

Advirto aos leitores que o foco do meu trabalho é com efeito discutir as sociabilidades juvenis e os conflitos que emergem destas interações. De fato estive em uma unidade de internação, todavia o objeto da minha pesquisa não era propriamente analisar o cotidiano dos adolescentes internos ou as *rotinas institucionais*, ou ainda assuntos relacionados às *práticas punitivas*, como muito bem fez Bruna Almeida (2010), por exemplo. O meu ponto era a dinâmica das interações entre os jovens no contexto em que viviam *fora* da unidade, em seus percursos de ação, inscritos em contextos sociais. Tencionava abordar também a criminalização da pobreza e os *significados* dos conflitos que provavelmente culminaram com a sua internação. Descobri que no tocante pelo menos ao grupo dos dez rapazes que participaram desta pesquisa na unidade socioeducativa de internação, os conflitos eram relacionados a vivência deles no comércio varejista de substâncias¹³ ilícitas. A partir daí, a

13 Aqui é preciso um esclarecimento de ordem conceitual. Uso os termos “substâncias” e “drogas” de maneira intercambiável. Às vezes prefiro dizer “substância” por causa da carga social negativa que o termo “droga” comporta. Drogas são entendidas neste trabalho como substâncias psicoativas – substância química que age principalmente no sistema nervoso central, onde altera a função cerebral e temporariamente muda a percepção, o humor, o comportamento e a consciência; essa alteração pode ser proporcionada para fins: recreacionais, religiosos, científicos ou médico-farmacológicos. Algumas destas substâncias são lícitas, outras são ilícitas. O fato de uma substância psicoativa ser ou não lícita depende do contexto cultural, social, histórico, político e econômico – cf. Carneiro (1994). Nesse sentido, a concepção de que o “tráfico de drogas” é algo ruim, maligno, pois as drogas traficadas são perigosas, e etc, é uma construção social que nem sempre tem a ver com a realidade concreta. Por exemplo, a produção e a venda de bebidas alcoólicas já foram criminalizadas nos Estados Unidos, hoje as coisas não são mais assim. Ou seja, muito dos conflitos que ocorrem atualmente entre adolescentes em função do comércio varejista de drogas ilícitas se explica, em parte, por causa da concepção cultural presente, que pode ser transitória, de que as drogas que eles comercializam são perigosas e, portanto, devem ser proibidas. Todavia não objetivo, aqui, problematizar esse ponto. O meu foco são os conflitos, os quais têm como pano de fundo esse tipo de sociabilidade. É preciso enfatizar que esses conflitos não são apenas motivados *instrumentalmente* pelo comércio ilícito, existem outros fatores que serão examinados.

análise foi direcionada ao estudo desta forma de sociabilidade e destes conflitos. Porém, como veremos, estes não são apenas de ordem instrumental (para defender o próprio ponto de venda, por exemplo); mas, antes, existem motivos subjetivos/culturais que desencadeiam os conflitos. Na verdade, o “tráfico de drogas” é um ato infracional cometido por grande parte dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Brasil – retornarei a este assunto ao longo do trabalho.

Não obstante, algumas questões relativas à unidade de internação e ao contexto dos adolescentes naquele lugar não puderam ser tratadas com fria indiferença pela pesquisadora. Disso resulta que dedico um item deste capítulo para discutir o contexto da pesquisa, procurando descrever como e em que condições os dados foram coletados. Nesse sentido, o tema da institucionalização/punição é tangenciado, mas que os leitores não sejam excessivamente rigorosos nesse aspecto do trabalho, pois estão prevenidos de que tal discussão por aqui é, em grande medida, secundária.

Ainda tenho necessidade de dizer que não examinar o tema da institucionalização foi uma escolha que tive de fazer, considerando o que eu pretendia investigar. A meu ver, não faria sentido estudar tudo relacionado à unidade de internação se eu também estudaria outro grupo de adolescentes e jovens de fora dali: não institucionalizado. O meu ponto era comparar estilos de sociabilidade no mesmo contexto socioeconômico, e os conflitos entre jovens, como já disse algumas vezes. Parti do pressuposto de que os adolescentes internos eram de origem social humilde, das periferias da RMGV e, por isso, enfoquei outro grupo num destes bairros na periferia da cidade de Vitória, onde os homicídios juvenis são recorrentes, a saber, São Pedro. Ou seja, comparei dois grupos, notadamente comparei percursos de vida, buscando encontrar contrastes e recorrências, a fim de apreender a *dimensão social* da vida destes jovens. Por fim, para mais detalhes sobre o cotidiano e funcionamento especificamente no âmbito da Unimetro, recomendo a leitura da recente tese de doutorado de Amílcar Freitas (2016), fruto de um trabalho de campo na unidade que durou 18 meses. O autor analisou os discursos dos adolescentes internos sobre temas como a medida socioeducativa, a sensação de estar privado de liberdade e as práticas incrimináveis, por exemplo.

Convém ressaltar, aqui, que privilegiei neste trabalho o exame da construção social da

Além disso, prefiro ligeiramente usar o termo “comércio varejista” em vez de “tráfico”, pois o primeiro, a meu ver, designa um quadro mais próximo do que acontece na prática, segundo a experiência de quem está envolvido com esse tipo de atividade ilícita. Não obstante, às vezes escrevo “tráfico de drogas”, já que meus interlocutores e a sociedade em geral costumam se expressar assim. Afinal, fala-se em “traficante” e não em “comerciante de substâncias ilícitas no varejo”.

masculinidade, as representações dos adolescentes sobre o significado de “ser homem”, de “tornar-se homem”, e seus relacionamentos com o sexo feminino. Isso tem a ver com o aspecto dos conflitos e dos consequentes homicídios, pois determinadas concepções de masculinidade favorecem a adoção de recursos violentos na administração dos conflitos. Vejamos as proposições¹⁴ para a pergunta inicial que impulsionou a presente investigação e o motivo de ter enfatizado o tema *masculinidade* poderá ser entendido.

1. A concepção hegemônica de masculinidade, bem como a constituição da identidade masculina no contexto investigado, associada à práticas viris e agressivas é um elemento causal, no sentido amplo, para a ocorrência dos conflitos potencialmente letais. As relações tecidas entre homens e mulheres (e entre homens e homens) tendo como pano de fundo (por assim dizer) a cultura patriarcal/machista, quando associadas à presença de instrumentos violentos na administração dos conflitos (disponibilidade de armas de fogo, por exemplo), provavelmente favorece desfechos fatais para os conflitos.
2. A dinâmica de sociabilidade construída por meio da formação de grupos baseados em identidades comuns, constituídos em torno de preferências musicais, locais e hábitos de lazer por exemplo, em determinados contextos se tornam rivais, provocando, portanto, eventos que acionam os conflitos violentos.
3. A violência enquanto um fenômeno social (objeto de análise sociológica) não é mero sintoma das injustiças socioeconômicas. Ou melhor, a violência não é derivada tão-só das contradições da *infraestrutura*.

Tais foram as proposições elaboradas no projeto de pesquisa. Nesse sentido, me dediquei ao aspecto da masculinidade, considerando que são os homens as principais vítimas de homicídios e aqueles que são mais punidos em presídios e em unidades de internação.

A segunda proposição não foi discutida, em função de que outros elementos me pareceram mais importantes a partir do trabalho de campo. O primeiro elemento é, por exemplo, o papel dos projetos socioeducativos nos bairros periféricos e das igrejas no que se refere à sociabilidade juvenil e à “prevenção” de conflitos potencialmente letais. Outro elemento que eu não havia pensando em abordar no início, e que é um desdobramento do primeiro, são as condicionantes para a diferencialidade dos percursos de vida de jovens no mesmo contexto socioeconômico. Tais aspectos assumiram grande centralidade no curso da

14 Os postulados ou proposições na pesquisa qualitativa não são hipóteses na mesma ordem que aquelas emitidas numa pesquisa de tipo hipotético-dedutivo, e que orquestram a operacionalização do procedimento de pesquisa. Assim, as proposições são enunciadas na perspectiva das questões iniciais, e mesmo das intuições a verificar. (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008).

investigação, tendo em vista o fato de ter enfatizado distintos grupos, semelhantes em um sentido e diferentes em vários outros, como veremos mais para frente. Finalmente, a terceira proposição chama atenção para o fato de que os conflitos que, no limite, podem ser letais, muitas vezes são suscitados por fatores alheios às questões econômicas. São fatores relacionados ao cotidiano dos indivíduos e à sua rede de sociabilidade imediata, me refiro aos conflitos intersubjetivos.

1.2 Proposta metodológica

O estudo se estruturou em torno de dois eixos. O primeiro tencionava compreender a sociabilidade juvenil e os conflitos *entre* adolescentes e jovens na região do bairro São Pedro¹⁵, município de Vitória/ES. O segundo pretendia entender as formas de interação e os conflitos *entre* adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, privados de liberdade, no âmbito do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), especificamente na Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro). Esses eixos foram atravessados pelo aspecto da criminalização da adolescência e juventude urbanas pobres no Brasil.

Apesar de serem dois campos distintos, a pertinência desses eixos é defendida pela ideia de que os indivíduos os quais vivem e constituem suas identidades no meio social das regiões urbanas pobres são os principais alvos das instituições de atendimento socioeducativo - sendo também as principais vítimas de violência letal. Batista (2003), ao estudar o fenômeno da criminalização da juventude no Rio de Janeiro, do início da República até o final da década de 1980, constatou que o estado de abandono, a etnia ou a classe social foram, junto com a reincidência, determinantes para a internação dos jovens que portavam pequenas quantidades de drogas. Levando em consideração tal estudo, podemos inferir que mais do que a infração em si mesma, o que define quem deve ser interno são elementos que ultrapassam o próprio ato cometido. Em alguma medida, a adolescência pobre urbana é criminalizada e, portanto, institucionalizada ou mesmo exterminada. Parece haver uma tensão entre a maneira como as

15 A região de São Pedro está localizada na porção noroeste da Ilha de Vitória junto a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria (Canal de Vitória) e adjacente a Rodovia Serafim Derenzi, estando a uma distância de 4 km do Centro da Cidade. O assentamento de São Pedro iniciou-se em meados dos anos 1970, com a ocupação de uma área de mangue por famílias que lá se instalaram de maneira humilde e precária, em barracas de lona, por exemplo. O local era uma alternativa para migrantes pobres, os quais foram atraídos, parcialmente, pelos denominados “Grandes Projetos” industriais que se constituíram nesse mesmo período histórico no estado do Espírito Santo. O bairro foi criado pela Lei 2.959/82. Mais detalhes serão trazidos a seguir.

sociabilidades juvenis são tecidas e *aprovadas* pelos sujeitos e a maneira como são percebidas e *reprovadas* pela sociedade mais abrangente, através da lente que vê adolescentes e jovens dos segmentos mais pauperizados da população *intuitivamente* como “perigosos”.

Destaco, aqui, o estabelecimento de mercados informais e ilegais (MISSE, 2007) em comunidades pobres nas regiões metropolitanas brasileiras a partir do final do século XX. Esses mercados, em específico o varejista de substâncias ilícitas, recrutam crianças, adolescentes e jovens, que por isso tornam-se suscetíveis a toda sorte de violências. Esse estado de coisas contribui para a criminalização de jovens urbanos e periféricos no Brasil e para a formação de uma ampla percepção social de que os jovens destes locais, em geral, são “bandidos”, o que torna, conseqüentemente, suas vidas menos *humanas*.

Diogo Lyra (2013) afirma em “A República dos Meninos” – trabalho que conta a história de cerca de trinta jovens vinculados ao varejo de drogas no Rio de Janeiro os quais cumpriam medidas socioeducativas no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (Criam) de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro – que entre os jovens de “comunidade”, a adesão ao tráfico é mínima e não existiria uma causa específica para esta, mas antes um conjunto de fatores que remetem a um processo de procura por *autonomia*. Sublinho a ideia de que a adesão ao tráfico é mínima, e, nesse sentido, embora exista o contexto sociopolítico e histórico macro que criminaliza a juventude brasileira urbana pobre, existem outras formas de sociabilidade entre os jovens nas regiões pobres urbanas. Nesse sentido, tinha a intenção de comparar estilos de sociabilidade, buscando identificar os processos sociais que fazem com que alguns jovens embarquem em atividades ilícitas (arriscadas) e outros, embora vivenciando o mesmo contexto adverso, constituam outras relações de sociabilidade, não favoráveis aos conflitos potencialmente letais. Supunha, então, que o “tráfico” engendrava conflitos que seriam, então, responsáveis pela maioria dos homicídios juvenis.

Parti de um exame teórico acerca do que entendo ser a criminalização da adolescência urbana pobre. Para tanto, abordei as teorias da rotulação e do desvio, segundo Howard Saul Becker e Michel Misse (por meio da concepção de sujeição criminal). Ademais, discuti as ideias de sociabilidade e conflito por meio, principalmente, do pensamento de Georg Simmel. Assumi, aqui, a concepção de sociedade como um *todo relacional*.

Tendo em mente os objetivos elencados no tópico anterior, parti de uma abordagem qualitativa, por intermédio dos instrumentos de entrevistas em grupo (grupo focal) e

narrativas de vida¹⁶, assim como observação participante e questionários com perguntas abertas. Mas devido à peculiaridade do campo de pesquisa, também lancei mão de técnicas alternativas, como dinâmicas de grupo. Explico isso mais adiante.

O estudo parte do pressuposto da linha de pesquisa do interacionismo simbólico, cujo enfoque são os processos de interação, isto é, a ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca. O exame desses processos se funda em um conceito particular de interação, o qual enfatiza o caráter simbólico da ação social. Nesse sentido, compreende-se que nas relações sociais a ação não assume a forma de mera transferência de regras fixas, mas as definições das relações são, recíproca e conjuntamente, propostas e estabelecidas. Dessa maneira, as relações sociais não são entendidas como algo estabelecido de uma vez por todas, porém como algo aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos membros da comunidade (JOAS, 1999).

Ademais, segundo essa concepção, os sujeitos agem em relação as coisas de acordo com o significado que essas coisas têm para eles. Esses significados são constituídos por meio dos processos de interação. Desde que existem, em um mesmo microcosmo, distintos processos de interação, logo também existirão significados distintos. E as pessoas guiarão suas “decisões”, dentro do campo de suas possibilidades, a partir de tais significados. Pois bem, isso explica a diferencialidade de percursos de vida, como os leitores poderão ver ao longo do trabalho. Assim espero.

1.3 Amostra e recrutamento dos participantes

Como indicado, enfoquei dois grupos: moradores da região do bairro São Pedro e adolescentes privados de liberdade na Unimetro. Utilizei o tipo de amostra conhecido como “bola de neve”¹⁷ para o recrutamento dos participantes do primeiro grupo, o qual foi composto

16 O conceito de relato ou narrativa de vida foi introduzido na França por Daniel Bertaux (2010) em meados da década de 1970, com o objetivo de propor uma concepção metodológica alternativa à história de vida. Constitui em um tipo de entrevista narrativa em que o pesquisador solicita ao entrevistado que relate a totalidade ou uma parte de sua experiência vivida; diferente da história de vida, pois se ocupa apenas de um ou mais fragmentos da experiência vivida. O relato de vida parte do pressuposto de que qualquer produção discursiva do sujeito, desde que seja uma narrativa, pode ser analisada sociologicamente.

17 Trata-se de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Lançamos mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, para localizarmos algumas pessoas com o perfil necessário para o estudo, dentro da população geral. As sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Depois, solicitamos as pessoas indicadas pelas sementes que indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, logo, o quadro de amostragem pode aumentar a cada entrevista (VINUTO, 2014). Dessa forma, o trabalho de campo é agilizado e

por adolescentes e jovens com idades entre 14 e 26 anos¹⁸, heterogêneo no que se refere ao sexo e a origem étnica. O contato com estes sujeitos foi realizado por meio de diferentes entradas no campo. Uma delas se deu pela via de um coletivo do Projovem Adolescente, cujas atividades funcionam na Casa da Juventude, em São Pedro – direi o que é o Projovem e o que é a Casa da Juventude no capítulo II. Outra entrada no campo se deu pelo contato com um grupo de adolescentes de uma igreja evangélica denominada Casa de Oração do Avivamento (a partir de agora Coanp) localizada na mesma região. Como consegui esses contatos? Explico.

Conhecia eu um colega de trabalho de minha mãe que morava em São Pedro. Por saber que tal colega morava no bairro onde pretendia realizar a pesquisa, perguntei se ele poderia fazer a gentileza de me apresentar a alguns jovens do lugar. Tudo isso sendo intermediado pela minha boa mãe, muito interessada no sucesso de minha pesquisa. Então, generosamente, para facilitar meu trabalho, esse colega resolveu me apresentar ao líder do grupo de adolescentes e jovens da comunidade religiosa que frequentava (a Coanp), pois esta pessoa sim poderia viabilizar meu acesso a vários jovens moradores da região de São Pedro. Tendo conseguido o telefone desse líder, conversei com ele acerca da minha pesquisa e não demorou muito para que em um sábado a noite eu fosse a tal igreja para um culto especificamente direcionado aos adolescentes e jovens. No final do culto, fui gentilmente apresentada a um grupo de pessoas, possíveis participantes de minha pesquisa, trocamos telefones, contatos das redes sociais e, dessa forma, as coisas foram encaminhadas. Criamos um grupo no Facebook para trocar informações sobre a pesquisa e tentar conciliar a agenda de todos a fim de marcarmos as entrevistas em grupo – o que, adianto, não foi simples. Afinal, leitores, são jovens, estudantes, cheios de vida, com muitas coisas interessantes para fazer, e participar de entrevistas em nome da ciência não parece ser algo muito divertido, não acham?

Mas não posso ser injusta com os adolescentes, todos de boa vontade. O fato é que, às vezes, circunstâncias inesperadas se impõem contra as nossas vontades. Fato é que chegamos a marcar a tal entrevista em grupo por duas vezes, mas por duas vezes aconteceram é garantida a compatibilidade entre os participantes.

18 O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) classifica como *adolescente* a pessoa na faixa etária de 12 a 18 anos, no entanto, para os fins deste trabalho, o escopo foi ampliado até os 26. Dessa maneira, os participantes da pesquisa são entendidos, aqui, como *adolescentes e jovens*. Quando falo em “jovens”, genericamente, ou sociabilidade juvenil, refiro-me a todo o grupo de indivíduos com idades entre 14 e 26 anos. O Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) considera jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos. A bem da verdade, leitores, inicialmente eu havia recortado a faixa etária de 15 a 21 anos, mas em função de circunstâncias fortuitas no campo, o recorte foi alterado.

imprevistos. O primeiro relacionado a minha pessoa e o segundo empecilho foi relacionado ao espaço onde a entrevista seria realizada. Dessa forma, resolvi lançar mão de um questionário com perguntas abertas, o qual apliquei pela internet mesmo – ferramenta “Google Formulários”. Não obstante, por meio desta rede de contatos, coletei a narrativa de vida de um rapaz.

Já o contato com os adolescentes participantes da Casa da Juventude (falarei mais sobre ela no próximo tópico), foi relativamente simples. Uma colega do curso, moradora de São Pedro, me cientificou sobre a existência desse lugar: um equipamento da prefeitura de Vitória onde acontecem cursos e projetos sociais para adolescentes e jovens da região. Assim, fiz uma rápida pesquisa, consegui o telefone do local, conversei com o responsável por um coletivo do Projovem Adolescente, que funciona no referido lugar, expliquei-lhe sobre minha pesquisa e ele, então, permitiu que eu visitasse a Casa e apresentasse meu trabalho aos jovens e adolescentes participantes. E, dessa maneira, foi possível observar algumas das atividades do Projovem. O responsável pelo coletivo cedeu, bondosamente, alguns encontros destinados ao projeto para que eu pudesse realizar as entrevistas em grupo e, depois, coletar as narrativas de vida, com o consentimento dos jovens, é claro. Ressalto que durante as entrevistas em grupo, esse responsável esteve presente, sendo também um dos participantes. Trata-se de um jovem de 26 anos, também morador de São Pedro. Descobri que alguns dos indivíduos participantes do Projovem também frequentavam a Coanp ou outras igrejas evangélicas. Enfim, a escolha por esses grupos foi feita tendo em mente que tinha interesse em comparar diferentes estilos de sociabilidade juvenil num mesmo contexto socioeconômico.

O segundo grupo focado foi composto por adolescentes do sexo masculino com idades entre 17 e 19, os quais cumpriam medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional¹⁹ no âmbito da Unimetro²⁰.

19 Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ato infracional (conduta descrita como crime) praticado por adolescentes deve receber a aplicação de medidas de proteção, pois os menores de 18 anos são “penalmente inimputáveis” (BRASIL, 2002, Art. 104). As medidas socioeducativas, um tipo peculiar de punição, são divididas entre as que são executadas em meio aberto (advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida) e as de privação de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional). As medidas são operadas por um sistema que envolve o poder judiciário, que as aplica, organizações estatais especializadas na medida de privação de liberdade e poderes públicos e instituições civis responsáveis pela execução das medidas em meio aberto. A medida de internação não pode durar mais de três anos, devendo sua manutenção ser reavaliada no máximo a cada seis meses.

20 Escolhi a Unimetro, pois é lá que se encontram os adolescentes mais velhos; tinha em mente o fato de que o pico dos homicídios para os homens no Brasil ocorre na idade de 21 anos (CERQUEIRA et al., 2016).

Para chegar a este lugar tive de atravessar alguns obstáculos, como os leitores podem imaginar. Segui os procedimentos formais estabelecidos. Primeiro, precisei submeter o projeto de pesquisa ao Iases, que foi avaliado pela Subgerência de Formação e Pesquisa da instituição (a partir de agora Subfop). Para conseguir a primeira avaliação, tive de esperar uns quinze dias. Depois, precisei comparecer ao Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (Ciase), onde funciona a Subfop, a fim de ouvir o primeiro parecer sobre o projeto. Infelizmente, dado que meu trabalho não havia sido avaliado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFES (Cep), ele não foi aprovado. As pesquisas com “seres humanos” nas Ciências Sociais não costumavam ser avaliadas por Comitês de Ética; em geral, a dimensão ética do trabalho era considerada pelos pares; contemporaneamente, é obrigatória a submissão das pesquisas empíricas que envolvem entrevistas, por exemplo, tendo em vista a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde²¹. Desse modo, precisei submeter o projeto de pesquisa ao Cep e até obter a aprovação, esperei quase dois meses. Finalmente, obtive o parecer positivo do Cep em novembro de 2016²². Depois da aprovação, precisei submeter novamente meu projeto aos olhos criteriosos dos técnicos da Subfop.

Tenho necessidade de dizer, ainda, que a não submissão de meu projeto de pesquisa ao Cep não foi o único motivo pelo qual os técnicos da Subfop desaprovaram meu trabalho à primeira vista. Com efeito, eles não compreenderam a necessidade que eu tinha de acessar à unidade de internação para pesquisar os internos se o que eu queria saber, de fato, estava relacionado à vida deles *fora* da unidade. Para técnicos, um psicólogo e uma assistente social, não faria sentido pesquisar dois grupos, sendo um interno e outro não, tendo em vista que a própria institucionalização já modifica demasiadamente e em vários aspectos as percepções dos sujeitos. Pois não foi por outro motivo que Almeida (2010) interpretou o comportamento e as interações entre os adolescentes privados de liberdade não como consequências de sua trajetória ou efeitos de sua personalidade; mas, antes, como resultados da experiência de punição e como efeitos da socialização operada naquela *instituição total*²³.

Becker (1997), explica que uma das desvantagens de pesquisarmos desviantes

21 Cf. Resolução disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Acesso em 16 de maio de 2017.

22 Número do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 61480616.3.0000.5542. Número do parecer substanciado do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP): 1.822.175.

23 Goffman (1987, p.11) define instituição total “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Ou seja, as principais características das instituições totais são o enclausuramento e a programação da rotina.

encarcerados é o risco que corremos de eles não serem inteiramente “eles mesmos”, por assim dizer, como seriam fora daquele ambiente. Podem produzir relatos auto-justificados para comover o pesquisador, acreditando que este poderia influenciar as autoridades das quais seu destino depende. Apesar disso, não mudei de ideia e continuei acreditando, à luz de conversas com a orientadora deste trabalho e de leituras, que valia a pena pesquisar os adolescentes internos e o outro grupo não institucionalizado. Precisava, tão somente, reforçar meus argumentos.

Dessa forma, tive de deixar o texto do projeto de pesquisa mais explícito e justificar a minha necessidade de entrevistar adolescentes internos. Defendi minha ideia no sentido de que gostaria de entender os significados dos conflitos potencialmente letais *entre* jovens. Desde que a internação é uma medida socioeducativa destinada aos indivíduos que cometeram *ato infracional mediante grave ameaça ou violência a pessoa*, conforme o Ecriad (Art. 122), poderia ser razoavelmente concebida a ideia de eu pesquisar adolescentes internos²⁴. Além disso, reforcei o argumento dizendo que presumia que tais indivíduos eram oriundos das periferias pauperizadas da RMGV e pesquisaria outro grupo de jovens não internos, porém deste mesmo contexto, a fim de entender quais processos sociais faziam com que um adolescente tecesse redes de relações propícias aos conflitos potencialmente letais e outro não. Creio ter sido mais convincente dessa segunda vez²⁵.

No princípio de março de 2017, quando finalmente meu acesso à unidade de internação foi liberado, me reuni com a gerente da unidade e com a subgerente de atividades pedagógicas, a fim de alinhar meu trabalho com as possibilidades institucionais. A princípio, foi-me permitido entrevistar um grupo de dez adolescentes após as aulas do curso de elétrica (Eletricista Predial), no período da manhã. De acordo com a instituição, a unidade possui noventa vagas e estavam internos, no momento da pesquisa, aproximadamente cem

24 A institucionalização está submetida aos princípios da brevidade e da excepcionalidade (BRASIL, 2002, Art. 121), podendo ser utilizada somente como último recurso e pelo menor tempo possível. A excepcionalidade é assegurada no Ecriad pela definição dos casos aos quais a medida se aplica: “I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (BRASIL, 2002, Art. 122). Já a brevidade é garantida pelo estabelecimento do limite máximo de duração da internação – três anos para todos os casos (BRASIL, 2002, Art. 121, §3º) – e pela determinação de que a medida seja reavaliada a cada, no máximo, seis meses (BRASIL, 2002, Art. 121, §2º).

25 Aqui preciso enfatizar que a conversa com os técnicos da Subfop foi muito importante para a constituição da pesquisa. Eles me contaram, pacientemente, várias coisas acerca do cotidiano em uma unidade de internação sobre as quais eu não fazia ideia naquele momento. Assim, os primeiros obstáculos colocados para o meu acesso ao campo, forçaram-me a refletir mais profundamente sobre o objeto de minha pesquisa e minhas ideias foram aos poucos se tornando mais coerentes e nítidas. Por esta razão (e por outras) sou agradecida à equipe.

adolescentes. Elas me perguntaram quais eram os critérios de minha amostra.

Pensando bem, leitores, eu poderia entrevistar qualquer um dos adolescentes que estava interno ali, todos faziam parte do universo que pretendia estudar, pela razão explicada acima. Se fosse possível eu ter conhecimento sobre o processo dos adolescentes, selecionaria aqueles que estavam internos em consequência de conflitos violentos, ou talvez de homicídios contra outros jovens, por exemplo. Mas para isso foram colocados empecilhos e eu não podia mais prorrogar o início do trabalho de campo. De todo modo, talvez não fosse muito útil analisar os processos, pois, conforme me disse a técnica da Subfop, estes nem sempre condizem com o que de fato se passou na vida dos adolescentes. Por exemplo, um jovem pode estar interno por “tráfico de drogas”, mas já ter cometido mais homicídios do que outro rapaz que esteja interno por homicídio. A técnica tinha razão, comprovei a informação mais tarde por meio das entrevistas com os jovens.

Então, partindo do pressuposto do artigo 122 do Ecriad, eu concordei com a sugestão da gerente de focar a pesquisa naquele grupo de dez adolescentes que participavam do curso de elétrica. Ela mencionou que os adolescentes desse grupo estavam nas fases finais da medida socioeducativa, isso significava, segundo ela, que sabiam se expressar melhor que os outros e eram mais disciplinados. De minha parte, refleti que seria conveniente enfatizar aquele grupo, pois poderia me encontrar com os adolescentes duas vezes por semana e sempre no mesmo horário, além disso, poderia observar o cotidiano das aulas. Assim, passei a frequentar a unidade de internação nas terças e quintas, entre nove da manhã e meio dia. Essa conveniência também se deveu ao fato de a unidade ficar muito distante de onde moro e de eu precisar ir de ônibus para o lugar. Daquele modo, meu trabalho de campo seria organizado, eu teria tempo para elaborar as dinâmicas dos grupos focais, realizar as entrevistas, descrevê-las e analisá-las, simultaneamente. Isso foi importante, considerando que não pude usar nenhum recurso audiovisual no trabalho de campo, ou seja, não gravei nenhuma entrevista com os adolescentes internos, por ser uma exigência institucional. Usei apenas o diário de campo, como explico abaixo.

Embora a minha intenção inicial fosse entrevistar vários grupos diferentes dentro da unidade, levei em conta, além do que expus acima, o curto período de tempo de que eu dispunha, em função do cronograma de pesquisa aprovado tanto pelo Cep quanto pela Subfop. Também considerei que era preciso dedicar tempo para conviver com os jovens, a fim de estabelecermos um vínculo de confiança – essencial para a minha atividade de pesquisa.

Julguei que o tempo disponível seria melhor aproveitado se eu me aprofundasse no conhecimento de um grupo, em vez de dividir o tempo entre vários – qualidade é melhor que quantidade, dizem os sábios. Assim, finalmente, decidi investigar um único grupo²⁶ na Unimetro. Dos dez adolescentes participantes do curso de elétrica, foram entrevistados três individualmente. Um destes três foi entrevistado duas vezes.

Os critérios de seleção desses adolescentes para as entrevistas individuais partiram, basicamente, de dois pontos. O primeiro tinha a ver com o fato de nas entrevistas em grupo eles terem discutido mais acerca do principal tópico de interesse deste trabalho, qual seja, a dimensão vivencial em conflitos *entre* e *intra* grupos. O segundo ponto era, simplesmente, a vontade deles de participarem do estudo. Após a etapa das entrevistas em grupo, perguntei quais rapazes gostariam de continuar colaborando com a pesquisa, por meio das entrevistas individuais. Boa parte dos adolescentes manifestaram interesse e, nesse sentido, tive de escolher quatro, conforme os critérios explicitados.

No entanto, não foi possível entrevistar o quarto adolescente, pois no dia marcado para essa atividade, o rapaz estava isolado na moradia “reflexiva”, destinada aos adolescentes que transgridem as normas da instituição. Por isso, um dos três adolescentes foi entrevistado duas vezes. Conforme foi dito, no dia marcado para entrevista do quarto jovem selecionado, cheguei ao galpão onde aconteciam as aulas de elétrica como de costume e percebi algo estranho. Leandro²⁷ não estava lá. Chamei Iago em particular, um adolescente que eu já havia entrevistado individualmente, e perguntei onde estava Leandro. Então, ele me contou de maneira muito discreta, como é de seu feitio, que Leandro estava na “reflexiva”.

Assim, como a fase das discussões tinha acabado (foram ao todo cinco entrevistas em grupo), eu ficaria de 11h à 12h com o horário livre, pois o grupo sairia às 11h a fim de se prepararem para o almoço. Por isso, perguntei ao Iago se ele poderia ficar um pouco depois da aula e conversar comigo novamente. Tomei essa atitude pois havia conversado menos tempo com o rapaz do que com os outros dois entrevistados (Iago me pareceu ser uma pessoa reservada). O jovem felizmente concordou e foi assim que eu o entrevistei duas vezes. Dessa maneira, pude apreender mais detalhes de sua narrativa de vida, porque nessa ocasião ele estava com o espírito mais expansivo do que na primeira entrevista. Creio que também devido

26 Apresentei essa relação de motivos a minha orientadora e ela também considerou que focar apenas o grupo dos dez adolescentes na Unimetro era o melhor a ser feito nas minhas circunstâncias. Até mesmo porque ainda me restava a missão de pesquisar o grupo dos jovens em São Pedro.

27 Faço saber que todos os nomes citados são falsos, a fim de preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

ao ambiente onde a segunda conversa foi realizada. Na primeira vez, ficamos na sala de aula (ou no galpão); na segunda, fomos para um pátio, onde os agentes não poderiam ouvir com facilidade nossa conversa, porquanto estavam relativamente distantes dali e, além disso, pareciam não se importar.

Essa “liberdade” concedida pela instituição se deu em função de os adolescentes participantes de minha pesquisa estarem nas fases finais de cumprimento da medida. Em tese, eles seriam por essa razão mais “confiáveis”, digamos assim. Iago, por exemplo, estava na fase conclusiva, e era um rapaz a quem os agentes particularmente respeitavam, em função do comportamento exemplar. Na verdade, o jovem estava em sua segunda internação. Certa vez, enquanto conversava com um agente, este fez o seguinte comentário:

— Por exemplo, veja o Iago... um menino bom, quieto, ninguém dá nada por ele, mas já tem dez homicídios “nas costas”.²⁸

A tabela abaixo mostra quantas pessoas participaram da pesquisa tanto na Unimetro quanto em São Pedro, bem como especifica os meios de coleta de dados. Todos os nomes mencionados são falsos, cuidando para preservar a identidade dos participantes. Os grupos focais contaram com a participação sempre das mesmas pessoas, o que possibilitou um aprofundamento das discussões. A primeira fase do trabalho de campo foi realizada na Unimetro no primeiro semestre de 2017, aproximadamente durante dois meses. A segunda fase, no âmbito de São Pedro, foi realizada no segundo semestre do mesmo ano, entre julho e setembro. Por fim, travei conversas informais com agentes socioeducativos, funcionários, professores e técnicos do Iases e da Unimetro, bem como com pessoas que encontrava no ponto de ônibus do complexo penitenciário do Xuri.

28 Em geral, as pessoas associam timidez e reserva com placidez e serenidade. De todo modo, eu tinha a ligeira impressão que os agentes esperavam que eu sentisse medo dos adolescentes, mas isso não aconteceu. Minha atitude para com eles era surpreendentemente espontânea – digo surpreendente porque em geral sou uma pessoa tímida. Mas a espontaneidade só era possível até onde os limites “institucionais totais” permitiam, é claro. Por outro lado, existiam agentes que aconselhavam um comportamento “normal” e amigável para com os adolescentes. Um agente, em especial, disse que eu conquistaria o respeito deles se me esforçasse para aprender o nome de cada um e me dirigisse a eles sempre pelo nome. Imagino que não seja agradável a sensação de inspirar medo e repugnância. E, no entanto, esta é habitualmente a experiência de se estar preso em uma instituição destinada para pessoas perigosas. Tanto é que mais de uma vez os adolescentes me perguntaram se eu não sentia medo de estar lá entre eles, ou se eu pensava que eles eram “bandidos”. Alguns me perguntavam: “fala sério, você pensava que a gente era ‘bandido’, né?”. Nesse sentido, eu refletia: “bem, certamente eles não se consideram ‘bandidos’, o que eles se consideram?”. Enfim, sem embargo disso, alguns jovens podem se sentir “importantes”, em função do “medo” que porventura venham a inspirar.

Tabela 1 – Quadro demonstrativo dos participantes da pesquisa na Unimetro e em São Pedro

Unimetro		São Pedro - Projovem		São Pedro - Coanp	
<i>Procedimentos de coleta de dados</i>		<i>Procedimentos de coleta de dados</i>		<i>Procedimentos de coleta de dados</i>	
Cinco grupos focais	Três narrativas de vida	Dois grupos focais	Duas narrativas de vida	Questionário com perguntas abertas	Uma narrativa de vida
João	Iago	Pedro	Emily	Julia	Miguel
Emanuel	Emanuel	Alice	Davi	Letícia	
Iago	Gabriel	Alef		Sabrina	
Gabriel		Estevão		Eduardo	
Paulo		Artur		Caio	
Roberto		Emily		Hugo	
Lenon		Davi			
Cássio					
Leandro					
Mateus					

1.4 Procedimentos de coleta e de análise dos dados

As entrevistas na Unimetro foram realizadas após as aulas do curso de elétrica (Eletricista Predial), o qual é ofertado apenas aos adolescentes que estão nas fases intermediária e conclusiva²⁹ da medida socioeducativa, como uma espécie de *estímulo* para que se ajustem às normas institucionais.

Em respeito a “Instrução de Serviço nº038-P” de 20 de janeiro de 2012³⁰, que dispõe

29 O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estabelece para os programas de execução de medidas socioeducativas de internação que a organização do espaço físico, bem como a organização da intervenção educativa aconteçam em torno de *fases de atendimento*. A progressão das fases é condicionada ao estabelecimento de um *perfil* que o adolescente deve atingir (BRASIL, 2012). Dessa forma, na Unimetro, o atendimento socioeducativo é dividido nas seguintes fases: inicial, intermediária e conclusiva. Para cada fase existe uma cor de camisa específica, branca, amarela e verde; além da camisa, os adolescentes umas bermudas de um tecido leve e chinelos do tipo havaianas.

30 Disponível em: <https://ias.es.gov.br/Media/ias/Arquivos/Procedimentos%20de%20Pesquisas.pdf> Acesso em 29 de maio de 2017. Os técnicos da Subfop estão revendo estas normas, de modo a tornar mais simples o trabalho de pesquisa no âmbito da instituição. Inclusive eu e outros pesquisadores fomos convidados para participar desse processo de revisão.

sobre a regulamentação dos procedimentos de pesquisa no âmbito do Iases, as entrevistas foram registradas por meio de anotações no diário de campo, sem o uso de quaisquer recursos audiovisuais. Durante as entrevistas em grupo e individuais, eu anotava rapidamente apenas palavras-chave. Imediatamente após os encontros, gravava em áudio no meu celular como havia sido a entrevista, descrevendo as partes mais relevantes. Depois redigia essa descrição num bloco de notas no computador, a partir do áudio e de minha memória.

Desde o início, esforcei-me para explicar aos rapazes que estava fazendo um trabalho sobre a vida de adolescentes e jovens na RMGV, acerca de suas amizades, seus conflitos, enfim, sobre suas histórias. Cuidei para que eles soubessem que a minha pesquisa não interferiria no destino deles dentro da unidade e que todas as informações seriam tratadas com o sigilo devido. Então, quando chegou o momento da coleta das narrativas de vida, ocasião em que tivemos mais privacidade, eles contaram suas experiências, sobre as famílias, suas atividades no comércio de substâncias ilícitas, seus conflitos com outros adolescentes relacionados ou não a esta atividade e o cotidiano na unidade de internação.

Antes da etapa das narrativas de vida, foram realizadas cinco entrevistas em grupo (grupos focais). Como indicado, os encontros aconteciam depois do curso de elétrica, entre 11h e 12h. Entretanto, eu chegava mais cedo, às 9h, para acompanhar as aulas, nesse sentido, lancei mão também da *observação participante*. Eu ria com eles das piadas do professor, às vezes me aventurava a tecer algum comentário, e demonstrava interesse pelo progresso deles no curso. Semelhante situação contribuiu para o estreitamento dos laços, por assim dizer. A estratégia de pesquisa de nos reunirmos para discussões em grupo antes da coleta dos relatos de vida foi muito positiva, a meu ver. Pois quando me encontrei individualmente com os três jovens, já estávamos em uma disposição de espírito mais íntima, leve, tranquila. Enfim, eu não era mais tão “estrangeira” quanto antes.

Assim, cinco entrevistas em grupo foram realizadas e três entrevistas narrativas, sendo que um destes três adolescentes eu entrevistei duas vezes. Por fim, tivemos oportunidade de nos encontrarmos em um feriado, sexta-feira, para a confraternização de encerramento da pesquisa. Perguntei a gerente da unidade se poderia levar um lanche para os adolescentes durante as entrevistas em grupo, pois esta era uma recomendação dos manuais para a realização de grupos focais. Então, ela disse que não seria conveniente, uma vez que o horário em que eu me encontrava com os adolescentes era próximo do almoço. Todavia, a senhora sugeriu que eu deixasse o lanche apenas para o último dia de trabalho, realizando uma espécie

de confraternização “como uma forma de agradecimento pela participação dos jovens na pesquisa”, tais foram as palavras dela. Dito e feito – acolhi a ideia com alegria. E o plano foi executado na sexta-feira que antecedeu a Páscoa, era feriado, não havia ninguém na unidade, a não ser os agentes socioeducativos responsáveis, eu e os adolescentes. Essa atividade me proporcionou uma excelente oportunidade de interação com o grupo e de observação³¹. Desse modo, meu trabalho de campo na Unimetro foi concluído.

Antes de ir embora definitivamente, passei meu contato para os adolescentes, pois desde o início do trabalho de campo alguns haviam pedido o Facebook da pesquisadora. Para minha surpresa, pouco tempo depois do fim da pesquisa de campo, três adolescentes falaram comigo pelo bate-papo da rede social mencionada. Eles estavam, enfim, livres da instituição - “recebi meu alvará no dia...”. Assim, nós ainda conversamos de vez em quando. Contudo, lamentavelmente, a liberdade de um dos rapazes não durou muito, ou melhor, não durou nada. Soube por sua mãe que ele está “preso de novo”, desta vez em uma unidade prisional para adultos, pois já tem 19 anos. Com esse jovem, em particular, eu havia conquistado mais intimidade, por isso foi possível tomar conhecimento dessas coisas. Retornarei ao assunto.

Os leitores devem ter percebido que uso os termos “entrevistas em grupo” e “grupos focais”³² como se fossem sinônimos. Acontece que a perspectiva de grupo focal aqui adotada apresenta-se como uma entrevista em grupo, que atende a fins específicos de investigação. Mas não se trata de entrevistar indivíduos no mesmo espaço físico. Os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Dessa forma, os dados obtidos levam em consideração o processo do grupo, tomado como maior que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais. Em resumo, o grupo focal é um procedimento de coleta de dados no qual o pesquisador tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos ao mesmo tempo, além de observar as interações características do processo grupal. Tem como alvo conseguir uma variedade de informações, sentimentos e experiências de pequenos grupos acerca de um tema específico. A técnica se fundamenta na

31 Se não fosse por essa ocasião, eu jamais teria descoberto que não é permitido entrar na unidade com “bebidas escuras”. Tampouco teria descoberto que “vagabundo tem que ir pro Xuri pra tomar coca-cola” (comentário jocoso feito por um dos adolescentes). Xuri, leitores, é o nome da região onde a Unimetro está situada. Felizmente, depois de insistir e ligeiramente protestar que eu desconhecia a tal regra referente às bebidas, o agente responsável liberou o refrigerante, não sem antes contactar seus superiores a fim de obter autorização.

32 O grupo focal é uma técnica qualitativa de coleta de dados por meio das interações grupais através da discussão de um tema particular ou um problema bem definido sugerido pelo investigador. A técnica nos permite compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais. O moderador do grupo focal assume uma posição de facilitador da discussão e seu alvo é verificar o jogo das interinfluências da formação de opiniões sobre um tópico específico. Dessa maneira, a unidade de análise do grupo focal é o grupo em si, não os sujeitos individualmente (GONDIM, 2002).

discursividade e na interação, pressupõe a construção de conhecimento em espaços de intersubjetividade (KIND, 2004).

Conforme os manuais para a execução desse procedimento é importante que, pelo menos, dois grupos sejam organizados para cada variável pertinente ao tema que será abordado (KIND, 2004). Também é preciso organizarmos um número de grupos suficiente para que haja a saturação do tema. Neste caso, a quantidade de grupos é menos importante do que a qualidade das discussões. Tal qualidade em geral é proporcionada pelo estilo de condução do moderador e por um bom guia de temas. Nesse sentido, foi importante realizar cinco grupos focais na Unimetro e dois na Casa da Juventude, com a participação dos mesmos indivíduos, pois assim, pude explorar todos os pontos de interesse da minha investigação. Em cada discussão, um tema diferente era explorado, a partir, também, dos resultados das discussões anteriores³³.

Aliás, eu mesma atuei como moderadora em todos os grupos focais. Apesar de os metodólogos apregoarem a fundamental importância da presença de um *observador* durante o procedimento, não foi possível contar com o auxílio de alguém que desempenhasse semelhante papel. Principalmente por se tratar de uma instituição “fechada” e de difícil acesso como a Unimetro. O observador é necessário, conforme Kind (2004), para analisar a rede de interações presentes durante o grupo focal. Caberia a ele apontar as reações do moderador com relação ao grupo, suas dificuldades e limitações; e assumir uma posição menos ativa, registrando as comunicações não-verbais, a linguagem e as atitudes de preocupação dos componentes dos grupos. Ciente de que não poderia contar com esse observador, mantive minha atenção redobrada e recorri a outros procedimentos.

Pois bem, não foi possível seguir ortodoxamente o procedimento do grupo focal conforme ensinam os manuais, porquanto não gravei as entrevistas e muito menos contei com o auxílio de um observador. Orientava-me por um roteiro de discussão³⁴ com perguntas abertas e utilizei dinâmicas de grupo. Em verdade, os adolescentes percebiam, em certa medida, os grupos focais como uma espécie de aula e eu como uma espécie de professora,

33 Caso os leitores estejam curiosos acerca das perguntas feitas nessas ocasiões, informo que os roteiros de discussão e o questionário estão disponíveis em anexo. Em nome da fidelidade científica, informo também que muitas questões não constam no roteiro em função de terem sido elaboradas espontaneamente no momento da discussão.

34 No roteiro de discussão ou no temário é que a ligação entre os objetivos da pesquisa e o grupo focal fica mais evidente. Ele deve ser flexível para que a discussão transcorra espontaneamente e ainda permita que novas questões sejam introduzidas. Na prática, elaborar um temário requer que o investigador esboce áreas de indagação de acordo com os objetivos do estudo (KIND, 2004).

pelo fato de os encontros acontecerem depois do curso de elétrica (curso de Eletricista Predial) e num ambiente de sala de aula. Mas também pelas dinâmicas que eu propunha. Alguns, às vezes, me tratavam também como uma espécie de psicóloga, ou amiga, com quem queriam desabafar – o que era difícil, pois nesse sentido eles esperavam de mim ajuda, conselhos.

Como disse, tive de utilizar uma diversidade de procedimentos para realizar a coleta de dados, tendo em vista as peculiaridades do campo. Assim, as dinâmicas de grupo e os questionários com perguntas abertas foram meios de coletar dados. Apenas para ilustrar, cito sumariamente alguns exemplos.

A primeira dinâmica consistiu na apresentação dos participantes. O primeiro adolescente tinha de dizer seu nome e uma qualidade/característica com a primeira letra do nome e, depois, os outros deviam fazer o mesmo e, também, repetir os nomes e as características dos outros que disseram antes deles. Isso fez com que nos divertíssemos; pude conhecer as qualidades (autoatribuídas) dos adolescentes e memorizar os nomes. Leandro disse que sua característica era “lindo”, mas depois mudou para “louco”, pois os colegas não o chamariam de “lindo” nem brincando. Ou seja, aqui me interessou o aspecto das relações entre os rapazes, as representações do que é ser “homem”, de que um “homem de verdade” não pode apreciar e tampouco proclamar a beleza de outro. Outro adolescente se nomeou “inimigo”. A princípio, isso me pareceu estranho, sem sentido. Depois, ao longo de minha presença no campo, percebi que fazia muito sentido no contexto dos adolescentes, pois eles discorriam frequentemente sobre as “guerras nas ruas” que tinham a ver com as disputas do comércio varejista de substâncias ilícitas. Ora, se existe “guerra”, existe “inimigo” a ser combatido.

Outra dinâmica foi relacionada aos problemas dos adolescentes. Eu pedi que completassem anonimamente em um papel a frase: “O meu problema é...”. Depois, nós trocamos os papéis, cada um lia um que não era o seu próprio e o grupo pensava em soluções para os problemas dos outros. Isso nos rendeu boas risadas, mas também reflexões. Foi um pouco tenso, pois um dos jovens escreveu que o problema era conviver com os “agentes”, e os tais “agentes” estavam conosco no espaço onde as discussões aconteciam... Outros disseram que o problema era conviver com “bola” no alojamento. Assim, eu descobri que “bola” era um adolescente transgressor das normas do grupo. Então, passei a conhecer as tais normas e os conflitos que o não cumprimento delas poderiam gerar. Mais especificamente, conheci os

fundamentos morais para a existência das normas. Desse modo, essas dinâmicas foram muito úteis. A partir delas, as conversas também eram estruturadas.

Com relação ao questionário com perguntas abertas, foi aplicado no segundo encontro. Foi uma estratégia que encontrei para conhecer um pouco sobre o contexto familiar e comunitário dos adolescentes, sobre seus momentos mais felizes e mais tristes, sobre o que mais gostavam na unidade de internação e o que menos gostavam e sobre o que mais causava problemas lá dentro entre eles. Também perguntei coisas aparentemente banais, como a música preferida ou uma frase de que mais gostavam. Assim, soube que alguns gostavam de *funk*, outros do estilo do grupo Racionais (com canções mais críticas da sociedade) e outros ainda de músicas gospel. Nesse sentido, pude, por exemplo, memorizar de qual bairro era cada um deles e construir um repertório de ideais sobre o grupo, a fim de elaborar os roteiros das discussões que se seguiram.

Durante as primeiras entrevistas em grupo, os adolescentes estavam naturalmente mais reservados e não quiseram comentar sobre alguns pontos que eu abordava ou comentavam pouco, também tendo em vista a presença/vigilância dos agentes socioeducativos. Existia o receio de falarem algo que depois pudesse prejudicá-los. Mas isso, felizmente, foi só nos primeiros dias do trabalho de campo.

Para uniformizar os procedimentos de coleta de dados, optei por também não utilizar o gravador nas entrevistas com o grupo dos adolescentes em São Pedro; lá também me vali das dinâmicas de grupo, além das entrevistas narrativas e do questionário com perguntas abertas. Apenas usei o gravador em uma entrevista narrativa com um jovem, que atualmente não mora em São Pedro, mas viveu a infância e a maior parte da juventude próximo da região, no Bairro da Penha³⁵. Convém destacar que o rapaz não participa da Casa da Juventude. Eu o conheci a

35 Digite “bairro da penha vitória es” no site de busca “Google” e aparecerão, nos primeiros *links*, notícias sobre façções do “tráfico de drogas”, apreensão de armas pela polícia, e vídeos no Youtube de homens armados. Ou seja, trata-se de um lugar socialmente representado como lócus da “violência urbana”. O Bairro da Penha está situado, portanto, no município de Vitória – ES, tendo por limites os bairros Itararé e Bonfim. No início de sua ocupação era chamado de “Morro do Teimoso” pois, quando a prefeitura começou a urbanizar a área, algumas casas situadas em áreas de risco foram retiradas. Os moradores “teimosos” retornavam constantemente. A ocupação inicial se deu na década de 1950 e foi feita por meio de “invasões pacíficas” conduzidas pelo Sargento Carioca, considerado uma liderança pelos moradores. O bairro foi ocupado tanto por migrantes quanto por moradores das proximidades. Os migrantes vieram, sobretudo, do interior do estado, norte de Minas Gerais, norte do Rio de Janeiro e do sul da Bahia. A princípio, a ocupação se deu na parte baixa do morro, devido à maior facilidade de acesso à água, luz, transporte, alcançando, depois, a parte alta. O perfil inicial da comunidade era de muita pobreza, as casas eram de estuque ou de madeira, cobertas por folhas de coqueiro ou palha, aos poucos foram construindo barracos de madeira localizadas na parte alta do morro e casas de alvenaria na parte baixa. Para mais detalhes cf. <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao4/dapenha.asp> Acesso em 23 de maio de 2017.

partir da rede de contatos da Coanp. Essa entrevista, especificamente, foi realizada na Ufes, na sala de reuniões do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Todas as outras aconteceram na Casa da Juventude.

Sendo assim, foram realizadas duas entrevistas em grupo com adolescentes e jovens em São Pedro, na Casa da Juventude. Deste grupo, foram selecionados para a coleta das narrativas de vida um jovem de 23 anos e uma adolescente de 14 anos. A escolha desses interlocutores seguiu o mesmo critério de seleção adotado na Unimetro, enfoquei os que mais discutiram, nas entrevistas em grupo, os pontos de interesse da pesquisa.

Além das entrevistas em grupo e narrativas de vida, aproveitei para observar o cotidiano das atividades do Projovem. Por exemplo, na primeira vez que estive na Casa da Juventude, aconteceu uma oficina sobre infecções sexualmente transmissíveis, que foi conduzida por uma pessoa cujo nome é Débora, do grupo GOLD: Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade³⁶. Débora disse que os jovens são, atualmente, os mais infectados pelo vírus HIV, por isso a atividade faz parte de um programa de conscientização. Ela também disse que essa mesma oficina já havia sido ministrada para adolescentes privados de liberdade. Naquela ocasião, todos os participantes eram meninos, embora não fosse uma atividade específica para meninos. De modo semelhante, estive presente em outros momentos, por exemplo, durante a exibição de um filme. A partir daí, foi possível interagir com os jovens, como será apresentado ao longo do trabalho.

Quanto aos procedimentos de análise dos grupos focais, Krueger (1998) explica que a maior parte do conteúdo analítico dos grupos advém da interação entre os participantes, isso faz com que o encadeamento da discussão seja um elemento importante a ser analisado. Na análise, cada sessão foi examinada separadamente, sendo, depois, comparados os resultados dos grupos dos adolescentes na Unimetro e em São Pedro. Krueger (1998) declara que o principal objetivo da análise é encontrar padrões e estabelecer contrastes e comparações, entre os diferentes conjuntos de dados. A sistematização dos resultados é feita a partir de um processo de codificação. Ou seja, conforme o pesquisador detecte uma ideia ou fenômeno, uma legenda é colocada ao lado do texto cujo conteúdo trata das descrições das entrevistas. A

36 A Associação GOLD é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 2005 com a intenção de promover a cidadania e defender os direitos da população LGBT capixaba. Segundo a Associação, sua missão é promover a cidadania e defender os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero. Tais informações estão disponíveis na página do grupo no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/associacaogold/> Acesso em 05 de setembro de 2017.

porção do texto é assinalada e a legenda é colocada. Quando tal ideia reaparece, a legenda é posta mais uma vez. Mais tarde, o pesquisador pode recuperar e rever seletivamente informações relativas a certos códigos ou situações relacionadas. Visto que eu não gravava as entrevistas, logo depois delas realizava uma descrição (densa)³⁷, destacando o conteúdo das respostas, comentários e reflexões, bem como as expressões e atitudes demonstradas pelos jovens.

Krueger (1998) ensina que devemos fazer a avaliação das palavras utilizadas na discussão e seus significados; devemos nos atentar para a intensidade em que elas são ditas, e para as posições tomadas pelos integrantes do grupo diante de determinados pontos. Além disso, é preciso refletir sobre o quão aprofundado foi o debate e que ideias originais ele proporcionou. Por fim, analisar dados provenientes do grupo focal impõe um grande desafio ao pesquisador, qual seja, analisar tanto o conteúdo da discussão quanto o processo grupal. Isto é, devemos realizar a análise temática e a análise das interações.

Apesar de utilizar fontes biográficas, também estava interessada em processos macrossociais, notadamente no fenômeno da criminalização da juventude urbana pauperizada. Por isso, parti da perspectiva etnossociológica³⁸, segundo Bertaux (2010) e da consequente técnica das narrativas de vida. Este autor desenvolveu um método de observação de percursos de ação, que se inscrevem em contextos sociais dos quais eles revelam pouco a pouco as estruturas e as dinâmicas. Ele elaborou uma metáfora muito útil para entendermos os propósitos deste método, então, apesar de longa, vale a pena lermos a passagem na íntegra:

Podemos comparar uma narrativa de vida que descreve uma trajetória no espaço (social-histórico) a um desses foguetes de que são feitos os fogos de artifício. O olhar de uma abordagem centrada no indivíduo seguirá atentamente o trajeto de um único foguete (uma única narrativa de vida). A abordagem aqui desenvolvida utiliza, ao contrário, as narrativas de vida como foguetes brilhantes que iluminam por um breve instante o relevo, como fazem os soldados, avançando de noite, para clarear um lugar acidentado do qual não têm a menor ideia. Cada foguete revela alguns detalhes do terreno, por pouco que se preste atenção não no foguete, mas no que ele revela do

37 Cf. Geertz (1978).

38 Pelo termo “perspectiva etnossociológica” designamos um tipo de pesquisa empírica apoiada na pesquisa de campo e nos estudos de caso, que se inspira na tradição etnográfica nas suas técnicas de observação, mas que constrói seus objetos pela referência a problemáticas sociológicas. O sociólogo tenciona *passar do particular para o geral*, descobrindo no próprio terreno observado formas sociais – relações sociais, mecanismos sociais, lógicas de ação, lógicas sociais, processos recorrentes – suscetíveis de estar igualmente presentes em numerosos contextos similares (outras cidades, outras periferias, outras escolas, outros hospitais...). Essa tensão entre o particular e o geral se exprime pelo próprio termo *etnossociologia*. O prefixo “etno” se refere aqui não a fenômenos de etnicidade, mas à coexistência, dentro de uma mesma sociedade, de *mundos sociais*, desenvolvendo cada um deles sua própria subcultura (BERTAUX, 2010, p.23).

contexto em sua trajetória (BERTAUX, 2010, p.11,12).

Desse modo, a partir de várias narrativas de vida, é possível compreendermos certos fenômenos sociológicos, que são *coletivos*. Como afirmam Deslauriers e Kérisit (2008), a pesquisa qualitativa não é insensível às dimensões estruturais, já que ela possibilita mostrar como as marcas da estrutura social se encontram nas situações mais circunscritas e mais particulares. Portanto, o foco do método das narrativas de vida não está nos indivíduos, mas no que seus percursos revelam do contexto social que atravessam.

A perspectiva etnossociológica reconhece a diversidade de categorias de situação e de mundos sociais que compõem a sociedade global. Os “mundos sociais”, por exemplo, podem estar centrados em atividades profissionais (padaria artesanal, sistema de ensino fundamental, Correios, transporte rodoviário, jornalismo, arte, etc.), mas também podem se desenvolver em torno de atividades tais como: culturais, associativas, religiosas, etc. Segundo concebe Bertaux (2010), a sociedade global (macrocosmo) é composta por mundos sociais (mesocosmos) e cada um destes é formado por numerosos microcosmos: padarias, escolas, agência dos Correios, unidades de internação, etc. A hipótese central, neste caso, considera que as lógicas que regem o conjunto de um mundo social (ou mesocosmo) operam igualmente em cada um dos microcosmos que o compõem: observando-se de maneira aprofundada alguns desses microcosmos, por menos que se consiga identificar suas lógicas de ação, seus mecanismos sociais, seus processos de reprodução e transformação, poderíamos apreender ao menos algumas das lógicas sociais do próprio mesocosmo. O autor defende que esta hipótese é fecunda e, por isso, inspirou um grande número de pesquisas da Escola de Chicago e dos interacionistas simbólicos, tais como Becker e Goffman.

Por exemplo, Goffman (1987), ao estudar profundamente o caso do Sta. Elizabeths Hospital, em Washington DC, entre 1955 e 1956, nos Estados Unidos, elaborou o conceito de “instituição total”. Este é útil para entendermos as lógicas sociais de outros microcosmos semelhantes. Isto é, estudando um microcosmo, o pesquisador apreendeu o funcionamento do mundo social e, logo, suas ideias são, em maior ou menor medida, válidas no que se refere aos outros microcosmos daquele mesmo mundo social. Tanto é assim que o conceito de “instituição total” é proveitosamente aplicado em uma diversidade de estudos até os dias de hoje.

Outro objeto social favorável à abordagem etnossociológica são as “categorias de situação”. Por exemplo, mães solteiras, pais divorciados, jovens sem qualificação em busca de

emprego, mestradas em Ciências Sociais, adolescentes participantes de projetos sociais ou “em conflito com a lei”. A situação é *social* na medida em que cria obrigações e lógicas de ação que apresentam pontos em comum. Aqui, as narrativas de vida são eficazes, pois permitem identificar por meio de que mecanismos e processos os sujeitos chegaram a uma dada situação, como se esforçam para administrar essa situação e até mesmo para superá-la.

De acordo com Bertaux (2010), a análise dos dados na pesquisa etnossociológica começa cedo e se desenvolve simultaneamente à coleta de testemunhos. Os resultados das primeiras análises são integrados ao modelo e retomados no roteiro de entrevista evolutiva. Eles também influenciam a escolha das pessoas a serem entrevistadas posteriormente. É acima de tudo pela *comparação* entre narrativas de vida que a análise é consolidada.

A narrativa de vida não é um discurso qualquer, mas sim a narrativa de uma história real; diferente de uma autobiografia escrita, pelo fato de ser improvisada durante uma relação dialógica com uma pesquisadora, a qual orientou a entrevista para a descrição de experiências relacionadas ao seu objeto de estudo. Tendo em mente tal definição, a análise se torna mais precisa: não se trata de extrair de uma narrativa de vida todas as significações que ela contém, porém apenas aquelas pertinentes ao objeto de pesquisa e que adquirem a qualidade de *indícios*.

Bertaux (2010) explica que entre o percurso biográfico do sujeito e a narrativa produzida, existe um nível intermediário, que é o da totalização subjetiva da experiência vivida. Ela é feita de lembranças, mas também de sua tomada em perspectiva, de reflexões e de avaliações retrospectivas³⁹.

As entrevistas narrativas devem ser “lidas” mais de uma vez, buscando os conteúdos semânticos nelas contidos, trata-se, assim, de uma *análise compreensiva*. Para Bertaux (2010), imaginação e rigor produzem uma boa análise compreensiva. A imaginação diz respeito à formação de uma representação de relações e processos que engendram os fenômenos dos quais falam os testemunhos. É por meio da imaginação sociológica⁴⁰ que o pesquisador

39 “Memória, flexibilidade, julgamento moral aí atuam em conjunto, bem como outras faculdades intelectuais do sujeito, seus ‘equipamentos’ culturais e sua ideologia, sua visão de mundo e seu lugar no mundo” (BERTAUX, 2010, p. 92).

40 Para Mills (1972), a imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para os percursos de numerosos indivíduos. Os sujeitos vivem em uma sociedade, vivem uma biografia e em uma sequência histórica. Por isso, contribuem para o condicionamento desta sociedade e ao mesmo tempo são condicionados pela sociedade e pelo seu processo histórico. Enfim, a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas. O reconhecimento de tais relações é a marca do analista social. “Nenhum estudo social que não volte ao problema da biografia, da história e de suas interligações dentro de uma sociedade completou a sua jornada

mobiliza os recursos interpretativos dos quais dispõe. Um dos desafios centrais desse tipo de análise é identificar o que na narrativa remete a um mecanismo social que marcou a experiência de vida, em considerar tal coisa como indício, em se interrogar sobre sua significação sociológica.

Outro elemento fundamental na análise de uma narrativa de vida é a comparação, pois por meio da comparação entre percursos biográficos é possível perceber as recorrências das mesmas situações, das lógicas de ação semelhantes. Assim, descobre-se um mesmo mecanismo social. No que se refere aos adolescentes internos na Unimetro, por exemplo, foi possível detectar recorrências em seus percursos biográficos, a partir disso, identificou-se um tipo de mecanismo social que provavelmente opera para que um adolescente se envolva em atividades ilícitas arriscadas. Esse mecanismo ficou mais evidente quando as narrativas de vida dos adolescentes em São Pedro foram analisadas, pois os percursos biográficos dos “internos” eram diferentes dos “não internos” justamente no ponto que provavelmente condicionou o engajamento no “tráfico de drogas”. Quer dizer, os dois grupos são do mesmo contexto socioeconômico, isso não é determinante para que um jovem embarque em uma atividade ilícita, mas outros aspectos se mostraram mais importantes. Retornarei naturalmente a esse assunto no decorrer do trabalho.

Enfim, as narrativas de vida, coletadas para este estudo foram analisadas de modo compreensivo e comparativo, a partir do material escrito que continha a descrição densa elaborada pela pesquisadora após as entrevistas. Bertaux (2010) assevera que a gravação e a transcrição das entrevistas são importantes, mas não são imprescindíveis. Ao longo do trabalho, essas narrativas aparecem como tipos de crônicas (relatos do cotidiano), em diálogo com a literatura especializada e com as análises.

Capítulo II: Refletindo sobre o campo de investigação

2.1 A Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro)

Abro este tópico com um trecho do meu diário de campo sobre o primeiro dia em que estive na unidade, espero que assim os leitores se familiarizem com o lugar.

“A primeira impressão que tive foi que se tratava de uma escola, incomum, mas uma intelectual” (MILLS, 1972, p.12-13).

escola. Um fato delicado é que no local existem coelhos e outros bichinhos semelhantes; também pude observar um canteiro bem cuidado de flores e um parque com brinquedo no gramado perto do ‘prédio de visitas’, pensado para o divertimento dos filhos daqueles socioeducandos que têm filhos, obviamente. Chegando a unidade, passei por um grande portão, andei mais um pouco por uma espécie de pátio, que possui uma garagem ao lado e, enfim, cheguei a recepção. Lá existem algumas cadeiras enfileiradas e armários com chaves para que os professores e demais funcionários do local guardem seus objetos (os que não podem entrar na unidade, como celulares e outros dispositivos eletrônicos, etc.). Nesse local, eu me apresentei e fiz um cadastro. Deixei minhas coisas no armário 107, fui ao banheiro que tem uma porta de ferro um pouco assustadora (existem dois – feminino e masculino) para lavar minha mão, braços e limpar minimamente o tênis e a barra da calça que estava bem empoeirada. Em geral, as grades e os portões pesados de ferro me assustavam um pouco.

A unidade fica quase na zona rural (é um ambiente afastado de casas, comércios, etc.), o ônibus passa por ruas (não sei posso chamá-las de ruas, na verdade) sem asfalto e levanta muita poeira. Esse ônibus tem com ponto final justamente os presídios, embarquei nele no terminal de Campo Grande⁴¹, é o único ônibus que circula no interior do *complexo prisional*. Desci no início do complexo (afinal de contas, não sabia em qual parte de lá ficava a unidade de internação dos adolescentes) e *fui andando* até a unidade do Iases. Para chegar lá eu deveria ter descido no último ponto, dessa forma, o que seria um contratempo lamentável, se tornou uma oportunidade para que eu pudesse sentir o clima, o ambiente do local, deserto, quente e seco. Impiedosos carros (algumas caminhonetes pretas específicas da Secretaria de Justiça, assustadoras aos meus olhos) e motos passavam por mim no caminho e deixavam uma nuvem de poeira, eu me senti num filme de terror do apocalipse; parecia que ficaria ali para sempre, sem jamais chegar a lugar algum. Mês de março, não havia nenhuma nuvem, só o sol inclemente, muita poeira e eu: a única pessoa andando a pé por ali, naquela região acidentada e sem asfalto. Mas quando estava prestes a subir a última rua (de modo nenhum se parecia com uma rua dessas que estamos acostumados a ver), que era a mais inclinada de todas, um ônibus passou e o motorista, compadecido (suponho), fez a gentileza de parar, então terminei meu trajeto de ônibus. Nesse caminho e também dentro do ônibus, eu pude observar mulheres, algumas com crianças, que estavam esperando para visitar os familiares/amigos presos nas unidades dos adultos. Notei fisionomias cansadas, olhares abatidos, outras

41 Bairro popular do município de Cariacica, localizado na RMGV.

conversavam mais animadas e contavam casos sobre a vida dos homens encarcerados, episódios tristes, mas que elas pareciam encarar de modo bem-humorado, tais como um bicho morto encontrado em um bebedouro, ou conflitos entre os presos por causa de relacionamentos homoafetivos, etc.

Pois bem, apesar de à primeira vista o lugar lembrar uma escola (não obstante os portões pesados, grades, segurança, etc.), em virtude da decoração da sala da gerente e dos cartazes no corredor e da descrição das diversas atividades educativas que os adolescentes participam, contudo, todos os procedimentos de segurança e as regras excessivamente rígidas informam que estamos lidando com pessoas ‘perigosas’. Creio que o que contribuiu, em parte, para eu ter essa impressão (de se tratar de um tipo estranho de escola) foi o fato de a gerente mencionar o evento que ocorreria a tarde, às 14h, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher (08/03), para o qual as mães e/ou responsáveis pelos adolescentes foram convidadas. Até mesmo eu ganhei, das mãos da gerente da unidade, uma lembrancinha singela do evento. Isso me remeteu à forte tensão entre as dimensões pedagógica e punitiva que marca o sistema de justiça juvenil no Brasil⁴².

...

Quando eu estava indo embora e esperava o ônibus no ponto, chegaram a mãe de um adolescente interno e uma jovem, companheira de outro adolescente interno, (esse casal tem um filho). Elas foram lá, porquanto era o dia de os rapazes mudarem de fase de cumprimento da medida e também em virtude da homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Enquanto elas aguardavam o momento de entrar, nós conversávamos. A mãe do adolescente estava triste pela situação do filho, que já tentara fugir da unidade e esse fato atrasou a sua mudança de fase. Segundo a mãe, já era para ele estar quase saindo de lá, mas a tentativa de fuga agravou a situação do rapaz, de 18 anos. Notei o contraste. Enquanto eu estava dentro da unidade, na sala da gerente, conversando sobre o horário das aulas de elétrica, de empreendedorismo e procurando saber se alguém havia achado o violão, o local, por uns instantes, me pareceu uma escola, quase me esqueci que estava no meio de um complexo prisional. Mas naquele momento, conversando com a mãe, vendo seu rosto abatido, a qual se queixava que o filho estava sofrendo e ela muito mais, outra realidade veio à tona. Apesar do discurso pedagógico, me dei conta que simplesmente se tratava de um tipo peculiar de prisão.

A moça, muito jovem, não devia ter mais que 18 anos, também aguardava para entrar

42 Para uma visão mais detalhada sobre essa tensão ver o trabalho de Rosa (2008), que discute justamente a “pedagogia punitiva”.

na unidade; me chamou atenção pois usava um batom super cor-de-rosa e uma sandália bem amarela. Isso fazia um enorme contraste com o lugar onde estávamos – sombrio, embora o sol brilhasse. Em algum momento da conversa, ela contou que seu companheiro fugiu da unidade certa vez e os ‘homens’ (a polícia) o pegaram dentro de casa; ele estava com o filho, um bebê, no colo. A conclusão de minhas interlocutoras era que não adiantava fugir, era preciso cumprir a medida, pagar pelos ‘erros’ e sair ‘sem dever nada a sociedade’, ‘com a cabeça erguida’, tais foram mais ou menos os termos empregados.”

Pois bem, leitores, a Unimetro está localizada no Complexo Penitenciário do Xuri, em Vila Velha, quer dizer, a unidade fica no mesmo ambiente do complexo prisional dos adultos. Trata-se de um local relativamente isolado de comunidades e bairros. O fato é motivo de críticas, pois a avaliação feita é que o tratamento dos adolescentes é similar ao dos adultos. A situação, bem como as violações de direitos humanos na Unidade de Internação Socioeducativa (Unis), em Cariacica, foram debatidas em uma reunião da Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), em maio de 2017⁴³. A Unimetro atende especificamente aos adolescentes mais velhos, com idades entre 17 e 21 anos⁴⁴.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)⁴⁵ tem como premissa a necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos justos que evitem ou limitem a discricionariedade e reafirma a diretriz do Ecriad a respeito da natureza pedagógica

43 A primeira resolução emitida pela Corte a respeito da situação da Unis foi em 2011, quando o organismo internacional determinou que fossem adotadas medidas para proteger a vida e a integridade pessoal dos adolescentes internados na unidade. As medidas ainda não foram suspensas em virtude do descumprimento sistemático por parte do Estado. Somente entre abril e julho de 2009 foram registrados três homicídios na Unis, o que levou a Justiça Global, o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra (CDDH-Serra) em parceria com a Pastoral do Menor e com o apoio da Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard, a denunciarem o caso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Nessa nova resolução, a Corte cobra que o Brasil apresente medidas concretas para mitigar a superlotação e as violações de direitos nos presídios e unidades socioeducativas. A Corte reconheceu, pela primeira vez, que os problemas nos presídios e unidades socioeducativas do País são *estruturais* e resultado de uma política equivocada baseada no *encarceramento em massa*, e não de uma suposta crise, que o governo federal alega (FRANCEZ, 2017 – grifo meu).

44 O Ecriad define que a medida de internação deve ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, obedecendo critérios de separação por idade, compleição física e gravidade da infração (BRASIL, 2002).

45 Instituído pela Lei Federal 12.594/2012 em 18 de Janeiro de 2012, o Sinase é também regido pelos artigos referentes à socioeducação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990), pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução 160/2013 do Conanda). O Sinase regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

da medida socioeducativa. Além de apregoar a priorização das medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) em detrimento das restritivas de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, haja vista que estas devem ser aplicadas em caráter de excepcionalidade e brevidade).

Esse Sinase, definindo os padrões arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo, explicita que estas devem ser edificadas separadamente daquelas destinadas aos adultos do sistema prisional, ficando vedada qualquer possibilidade de construção em espaço contíguos ou de *qualquer forma* integrada a estes equipamentos. Entretanto é exatamente o oposto do que ocorre no caso da Unimetro, onde este estudo em parte foi realizado. Esse estado de coisas tem implicações importantes para os adolescentes que lá se encontram. Por exemplo, a assimilação de que são tão “bandidos” quanto os outros que estão “presos” do outro lado do muro. Implica na percepção de que a Unimetro é um presídio para “menores” e que eles precisam seguir as regras, pois caso contrário poderão ser transferidos para a “maior” (o presídio dos adultos). O fato é mais agudo, tendo em conta que a maior parte dos adolescentes internos naquela unidade já têm mais de 18 anos. Os jovens citaram muitos casos de colegas que brigaram dentro da unidade e foram para a “maior”. Agentes socioeducativos, em conversas informais, comentaram que aconselham os adolescentes no sentido de que devem se contentar com a unidade, pois em um presídio (de verdade) a situação é incomparavelmente pior. Enfim, o fato de a Unimetro estar no mesmo ambiente onde estão presídios para adultos provoca consequências que não podemos mensurar. Mas é notório que se existe a tal regra na legislação pertinente ao tema é por um motivo consistente, o qual deveria ser levado em alta conta.

Em julho de 2016, o Iases passou a integrar à Secretaria de Direitos Humanos do estado do Espírito Santo, a qual foi criada no mesmo período. Antes, o Instituto era vinculado à Secretaria da Justiça, a mesma responsável pela gestão das unidades prisionais. Este caso talvez possa ser compreendido como uma estratégia política para melhorar, por assim dizer, a imagem pública do sistema socioeducativo⁴⁶.

Enfim, no tocante à relação dos adolescentes com os agentes socioeducativos, podemos dizer que é complexa, permeada de situações de violência mais ou menos sutis,

46 Agradeço aos professores Humberto Ribeiro Júnior e Pablo Rosa por terem trazido esse assunto à baila no exame de qualificação.

repressão e opressão, uma vez que estes personagens concretizam os odiados “procedimentos” que fazem parte da rotina institucional. Contudo, ao mesmo tempo, a relação contém elementos de amizade, carinho fraternal/paternal e apoio espiritual (como no caso singular do agente que é pastor). Para Simmel (2006), os indivíduos não se ligam por um elo apenas, mas por meio de vários elos, os quais representam disposições e sentimentos, aparentemente contraditórios, que variam de simpatia e antipatia, monismo e antagonismo, dado que a vida real é complexa.

Em certos momentos os adolescentes se sentem oprimidos, em virtude dos procedimentos institucionais ou mesmo considerando a atitude tida como não legítima de determinados agentes – como aqueles que “tiram grandão”⁴⁷ os adolescentes – expressão que designa uma espécie de desafio ou ato de zombaria.

Os agentes dizem constantemente que apenas seguem o “procedimento”, as “regras”, como se estas fossem inerentemente “boas”, como se fossem neutras e existissem desde sempre. Existem castigos, portanto, que são considerados legítimos pelos adolescentes, em função de estarem supostamente previstos nas normas de funcionamento, como a “torção”: um método que consiste em colocar as mãos do indivíduo para trás, a fim de algemá-las, entretanto de uma maneira intencional para infligir dor ao adolescente⁴⁸.

Em nossa segunda entrevista narrativa, Iago me explicou o método em minúcias, dizendo que é permitido (por estar “escrito em algum lugar”), em contraste com os espancamentos, que são proibidos (naturalmente), embora aconteçam, às vezes, sobretudo no contexto dos adolescentes na fase inicial de internação, quando ainda não se ajustaram às normas. Mas no caso dos espancamentos, eles têm meios, em princípio, para questionar, para denunciar essa prática, especificamente à Defensoria Pública. Já no caso da “torção” não, por se tratar de um método reconhecido como correto, visto que “está escrito em algum lugar”, segundo a percepção do jovem. Apesar de o método da “torção” ser degradante, ao que tudo

47 Uma espécie de superlativo do termo “tirar”, que é como se fosse “tirar” para briga ou desafiar. Geralmente usado quando a autoridade do outro, sua respeitabilidade ou honra (como preferir) é questionada. “Você tá me tirando?” é algo como “você está me provocando ou me zoando?” Mas isso pode ser dito de uma maneira agressiva e expressar um antagonismo tácito, que precede o conflito.

48 No contexto da denúncia (mencionada anteriormente) feita à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre as violações dos direitos humanos no sistema socioeducativo capixaba no início de 2017, o representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH-Serra), Gilmar Ferreira, ressaltou que: o uso de algemas como prática torturante continua de forma generalizada, ilegal e abusiva. Os adolescentes são algemados em posições que causam dor extrema por horas, em regime disciplinador e violador. ‘Os representantes dos beneficiários puderam presenciar o abuso e, ao indagar a direção da unidade, foram informados que essa seria uma *conduta padrão antiga*’, disse ele (FRANCEZ, 2017 – grifo meu). De tão antiga e habitual os adolescentes já consideram a prática legítima, como manifestou meu interlocutor.

indica, alguns compartilham a ideia de que *a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel*⁴⁹.

A despeito dessas situações, existem agentes que parecem ser amigáveis, estes agentes são queridos pelos jovens. Durante o trabalho de campo pude observar trocas de sorrisos e palavras amistosas entre esses personagens. De todo modo, as relações são tensionadas, tendo em mente a própria organização da unidade que exige o controle sobre a conduta dos adolescentes, tidos tacitamente como perigosos.

Não obstante a vulnerabilidade que caracteriza o estado geral dos rapazes internos, eles manifestam oposição contra determinadas situações e, às vezes, liberam a “revolta” que sentem por meio de atitudes, tais como xingar certos agentes em rompantes indignados, chutar portas, etc. Houve o caso de um adolescente singularmente crítico que participou de minha pesquisa, infelizmente não pude entrevistá-lo individualmente, pois no dia agendado, ele estava na moradia reflexiva, isolado.

Leandro foi sancionado, segundo os outros adolescentes, por ter sido encontrado fumando. Depois, para agravar a sua já delicada situação, chutou um portão, provocando um barulho estridente – o rapaz estava, obviamente, irado. Aparentemente em função disso, ele, que estava na fase intermediária, regrediu para a fase inicial e perdeu o “direito” (também entendido como benefício ou regalia pelos internos) de continuar participando do curso de elétrica. Além do mais, infelizmente, não participou da confraternização de encerramento da pesquisa junto com os demais, pois estava isolado na “reflexiva”. No contexto da confraternização, ao perguntar sobre ele e o motivo de não poder participar, como aconteceram as coisas que causaram o infortúnio do adolescente, os rapazes me disseram que ele era “burro”, no sentido de ter “vacilado”, por não ter conseguido se conter, manter minimamente uma imagem de adolescente ajustado às regras, para que continuasse progredindo e fosse liberado mais rapidamente.

Com efeito, os adolescentes sofrem sanções em função desses comportamentos – uma destas consiste passar uns tempos na moradia “reflexiva”, uma espécie de solitária, como dito acima. Lá eles ficam por alguns dias, isolados, longe da convivência com os outros e dependendo da avaliação sobre a gravidade do que fizeram, deixam de participar das

49 Expressão de Machado de Assis, no conto “Pai contra mãe”, elaborada no seguinte contexto: A máscara (folha-de-flandres) fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel (ASSIS, 2006).

atividades pedagógicas. Situações assim são mais comuns do que possamos imaginar. Para apontar uma evidência, segue abaixo uma passagem de minha experiência no campo. Mas antes disso, cumpre destacar que o método da “reflexiva” é um castigo aplicado pelos próprios internos aos adolescentes que transgridem suas normas. Por exemplo, quando alguém quebra uma das regras dos “presos” (como eles definem), os adolescentes que constituíram as regras espancam o transgressor, a fim de que sua integridade seja ameaçada e, desse modo, o adolescente transgressor passe a ficar na “reflexiva”, para ser salvo de eventuais agressões. Esse processo é feito de modo intencional, ou seja, os adolescentes ameaçam a integridade de outro para que este seja punido ao ficar em isolamento. Em suma, os jovens punem utilizando o mesmo meio pelo qual são punidos: enclausuramento. Eles não aceitam que o transgressor conviva com eles, portanto o segregam. Ademais, existem outros casos. Por exemplo, se um indivíduo cometeu um estupro ou assassinou uma criança, ele também apanha dos demais internos e seu destino é o isolamento na reflexiva – dupla punição, pela justiça formal e pela justiça informalmente estabelecida pelos adolescentes.

Pois bem, participaram da minha pesquisa de campo na Unimetro dez rapazes, com idades entre 17 e 19 anos, moradores de bairros pauperizados da RMGV, três estavam na fase conclusiva e os demais na intermediária – contudo essa configuração mudou durante o tempo em que estive na unidade, alguns avançaram e um regrediu. O meu primeiro encontro com os adolescentes aconteceu após a aula do curso de elétrica, mais precisamente em uma ensolarada terça-feira do mês de março, por volta de 11h, num galpão quente onde as aulas são ministradas. Esse primeiro encontro foi marcado de tensões e curiosidades, de várias maneiras. Eu, que nunca havia estado naquele lugar, me sentia curiosa e eufórica, mas não é de meu feitio demonstrar euforia, em geral, aparento ser uma pessoa serena e reservada. Não obstante, estava interiormente ansiosa para conhecer os adolescentes e fazer mil perguntas.

Os agentes desde a entrada, passando por toda a instituição e até a saída, estavam desconfiados com a minha presença e, naturalmente, curiosos, afinal eu era uma intrusa, uma estranha pesquisadora. Mas, acho eu, que em função da maioria ser homem e eu mulher (“jovem e bonita”, segundo a gerente da unidade definiu), por vezes a desconfiança se transformava numa espécie de interesse quase que romântico, por assim dizer. Isso, convém ser franca em nome da fidelidade científica, acredito que me ajudou em alguns momentos e em outros me atrapalhou.

Ajudava-me na medida em que os agentes eram simpáticos com a minha pessoa e se

aproximavam sem que eu precisasse me esforçar, tomando iniciativa na maior parte das conversas, falando coisas que imaginavam poder interessar alguém que estudava adolescentes internos, crime e violência. Mas me atrapalhava na medida em que essas interações provocavam conflitos entre os agentes e os adolescentes, como ilustro a seguir, e quando os próprios adolescentes não pareciam ser inteiramente sinceros, com o intuito de me impressionarem.

Em uma entrevista narrativa, por exemplo, comentei com um adolescente (Gabriel) sobre as maneiras sérias de outro e sobre a fala de um terceiro no sentido de este dizer ter “feito vários inimigos na infância” e ser “frio e calculista”. O meu interlocutor, com o qual eu havia conquistado singular intimidade (devido não às minhas supostas habilidades sociais, mas as dele próprio), sorriu abertamente e disse que ambos os rapazes haviam feito e dito aquelas coisas apenas para me “impressionar”, porque eu era *mulher*; pois, na verdade, eles “não eram aquilo tudo” que demonstravam⁵⁰. Ele disse, aqui peço que redobrem a atenção, que na unidade não havia “bandido frio e calculista”, pois se fossem isso mesmo não estariam “presos”. Particularmente, achei bastante perspicaz essa reflexão, me remeteu ao pensamento de Becker (1997), em seu trabalho sobre como estudar praticantes de crimes e delitos.

Sobre a amostra para a pesquisa com indivíduos desviantes, Becker explica que entrevistar pessoas encarceradas é um modo de conseguirmos uma amostra grande do universo desviante que pretendemos estudar, porém essa estratégia possui algumas desvantagens, pois, nas palavras do autor:

são usadas amostras que não são representativas de modo peculiarmente ruim, pois há motivo para supor que, no que diz respeito a muitas formas de desvio, aqueles indivíduos apontados que são apanhados diferem em habilidade, em modo de operação ou em algum outro aspecto importante que está ligado ao seu fracasso (BECKER, 1997 p. 157).

Ou seja, os “fracassados” estariam super-representados nas prisões e poderiam passar ao pesquisador uma imagem mais ou menos equivocada, por assim dizer, das atividades do universo desviante. Mas a fala do adolescente me chamou atenção para o fato de que grandes

50 Como será discutido mais para frente, na sociabilidade engendrada no contexto do “tráfico de drogas”, os jovens usam certos recursos para conquistarem as meninas, recursos como mostrar que são “bandidos”, exibir suas armas durante as festas e etc. Esses elementos inspiram respeito naquele microcosmo. E respeito e admiração são ingredientes importantes no jogo da sedução. Dificilmente uma mulher se interessará por alguém que não admira. Algumas moças efetivamente são seduzidas, dessa maneira. Nesse sentido, manter a pose de um “bandido” mau, “frio e calculista”, é percebido pelos jovens como algo sedutor. A partir dessas conversas, entendi que alguns poderiam aplicar o mesmo método de sedução, por assim dizer, com relação a minha pessoa. Assim, alertada por Gabriel e por Becker (1997), passei a não assumir imediatamente todas as atitudes como sendo frutos da espontaneidade.

“traficantes”, “frios e calculistas” dificilmente seriam encontrados em unidades socioeducativas de internação, em decorrência de suas fantásticas habilidades “criminosas” ou talvez de seus recursos econômicos.

Outra desvantagem apontada por Becker (1997) com relação a esse tipo de amostragem tem a ver com o fato de os desviantes encarcerados não se comportarem como poderiam em seus meios naturais. Não mais operando em suas circunstâncias normais, eles reagem a controles bastante diferentes e, em especial, podem pensar que, ao contar sua história, têm a possibilidade de usar o pesquisador para influenciar as autoridades. Dessa maneira, talvez contem apenas histórias tristes, relatos autojustificados⁵¹ de como foram parar ali. É importante ter em mente as limitações desta estratégia de pesquisa para analisar de maneira mais consciente os dados.

Retomando o tema das sanções para determinados comportamentos, em nosso primeiro encontro, os adolescentes estavam não menos curiosos do que eu e também quiseram me fazer mil perguntas, em especial, sobre o fato de eu ser ou não casada, ter namorado, filhos e etc. Mas também perguntaram se eu já havia sofrido “violência”, assalto e coisas assim. Um deles justificou a pergunta pelo fato de eu ter uma cicatriz no braço esquerdo. Eu achei interessante a curiosidade deles; de repente, passei de pesquisadora a “pesquisada”. Acontece que por causa dessas perguntas um dos adolescentes foi sancionado e ficou por uns dias isolado na moradia “reflexiva” - disso eu só tomei conhecimento mais tarde, durante uma entrevista narrativa com o adolescente que fora sancionado. Mas no mesmo dia em que aquelas perguntas foram feitas, um agente que me ajudava a abrir o portão da saída, perguntou se algo de *estranho* havia acontecido entre eu e os adolescentes na sala onde a entrevista em grupo acontecera. O diálogo se deu mais ou menos nos seguintes termos:

— Aconteceu algo de estranho na sala onde você estava com os adolescentes?

— Não, por que? Foi tudo bem...

— Nada. É porque um deles foi para a “reflexiva” por causa de alguma coisa que aconteceu lá. Explicou o agente.

— Como assim? Mas não aconteceu *nada demais*. Disse eu, já ficando um pouco preocupada.

— Hum, então deve ter sido algo entre eles e os agentes mesmo, não deve ter tido nada a ver

51 De fato, os três adolescentes que entrevistei individualmente tinham histórias que poderiam arrancar lágrimas dos leitores mais sensíveis. Um sofria castigos torturantes na infância no contexto doméstico, o outro nunca conheceu o pai e perdeu a mãe vítima de uma doença quando tinha apenas oito anos, o último relatou sérios conflitos com o pai quando era criança e manifestou uma revolta com relação a ele que dura até os dias de hoje. Enfim, no entanto não estou certa se podemos concluir que semelhantes histórias eram contadas de modo calculado para comover ou se são testemunhos “autojustificados”...

com *você*.

Depois disso eu fui embora, pensativa. A bem da verdade, Gabriel me contou, no contexto da entrevista mencionada, que um dos agentes considerou as perguntas dele “desrespeitosas” e, por isso, ele foi punido.

Contudo, para Gabriel, a punição não foi verdadeiramente motivada pela atitude dele para comigo, mas antes pelo fato de um dos agentes, que estava conosco na sala, ser hostil com ele em função de eventos passados. Por exemplo, certa vez Gabriel estava jogando futebol na quadra da unidade e houve um conflito entre ele e o agente, por isso este foi xingado pelo adolescente. Ou seja, a sanção, segundo meu interlocutor, não estava associada diretamente comigo ou, melhor dizendo, com o comportamento dele em relação a mim; pois havia hostilidades anteriores entre o adolescente e um dos agentes e as perguntas, desse modo, teriam sido um pretexto para a sanção. Todas as perguntas que os adolescentes fizeram por ocasião de nosso primeiro encontro não me pareceram ofensivas. As relações entre agentes e internos é, portanto, complexa.

Com relação à punição e à institucionalização, me deparei com um fato curioso, útil ao nosso presente debate. Os estímulos para que os adolescentes avancem de fase consistem em, por exemplo, poder usar uma bermuda ou chinelos diferentes do uniforme da unidade, usar shampoo e sabonete que os familiares levam durante as visitas e poder se deslocar com mais autonomia nas dependências da instituição (sem precisar andar o tempo inteiro com as mãos para trás, por exemplo, que é um procedimento do manual de segurança do Iases)⁵². Ouvi dos adolescentes que, às vezes, eles compartilham shampoo secretamente entre si na hora das aulas. Em geral, só podem utilizar um tipo de sabonete cedido pela instituição, chamado *Motivus*, que os jovens não gostam e é motivo de piada entre eles, diga-se de passagem. Daí o compartilhamento secreto de shampoo. Quando soube de semelhante situação, fiz (sem querer) uma cara de desgosto e disse (sem refletir) que era algo “absurdo”, “muito ruim” (não me lembro exatamente das palavras), mas o meu interlocutor me explicou, resignadamente, que as coisas têm de ser assim, *difíceis*, pois caso contrário, os jovens não serão “incentivados” a melhorarem o comportamento, a fim de mudarem de fase. Ou seja, as “regalias” limitadas as fases finais da medida (eles entendem que usar shampoo é “regalia”)

52 “Em um esquema de prêmios e sanções, busca-se *alterar o modo de ser* dos adolescentes, reprimindo todos aqueles atributos que não estão de acordo com os valores dominantes do mundo do trabalho” (ALMEIDA, 2010, p.166 – grifo meu).

cumprem o papel de estimular a “mudança” dos adolescentes⁵³.

Entendo que esses estímulos podem ser compreendidos como um *processo progressivo de desinstitucionalização*. O adolescente é autorizado, pouco a pouco, a recuperar o que lhe torna um indivíduo (único), o que o torna “ele mesmo”. A meu ver, se distinguir dos demais por meio do uso de um chinelo diferente, funciona como um tipo de recuperação da individualidade. Tanto é que Gabriel, um dos internos, me disse que isso pode parecer “besteira”, mas para eles, que estão lá, essas “pequenas coisas” (usar shampoo, usar bermudas e chinelos coloridos) fazem uma enorme diferença. Sob esse aspecto, a institucionalização (e a uniformização/padronização) é um mecanismo notável de punição.

Um desdobramento dessas ideias consiste em duvidarmos da “mudança” genuína dos adolescentes, desde que podem simular “bom comportamento” com a finalidade de conquistarem o que desejam, o que os tornam únicos. Imaginem a seguinte cena: uma criança de castigo porque brigou com o irmão. O castigo: não poder usar os brinquedos preferidos (imaginem que seja um *iPhone*) até pedir desculpas ao irmão. Depois de chorar e de se contorcer um pouco, a criança decide se desculpar, mas a motivação não é ter se arrependido da briga, ter considerado seu comportamento injusto/errado para com o irmãozinho, a motivação é: *voltar a usar o iPhone*. Nesse sentido, a mudança de mente/interior não aconteceu, embora tenha se manifestado exteriormente através do pedido de desculpas.

Assim, por exemplo, os adolescentes são estimulados a assumirem um determinado perfil comportamental dentro da unidade por meio dessas “regalias” (termo deles), para conquistarem o que precisam enquanto indivíduos, o que *não necessariamente* implica em uma mudança efetiva de sua constituição pessoal – prevalece uma moralidade baseada na heteronomia, seguida por conveniência e não por princípio⁵⁴. Por isso, Leandro foi chamado de “burro” e não de “imoral” pelos colegas. Se os que se comportam bem valorizassem o “bom comportamento” por seu valor intrínseco, o adjetivo deveria ir no sentido de considerar Leandro *imoral*, errado, etc., por ter transgredido as normas da Unimetro, por ter chutado o portão e ter fumado. No entanto, ele foi considerado “burro”, por seu impulso de raiva e por

53 Cabe indicar, neste ponto, que semelhantes percepções e atitudes se devem, em certa medida, ao fato de que o prazo de duração da internação não é determinado no momento da aplicação da medida, mas durante sua execução, a partir de avaliações do adolescente. Nesse sentido, o adolescente institucionalizado pode se sentir “responsável” pela duração de seu período como interno. Para um aprofundamento desta discussão ver Almeida (2017), a qual trata da produção do fato da transformação do adolescente a partir do estudo dos relatórios institucionais.

54 Por outro lado, a situação do compartilhamento secreto de shampoo, por exemplo, entre os adolescentes poderia levar a uma reflexão sobre a diferença entre o que é “legal” e o que é “moral”. Assim, eles agiriam mais autonomamente, por um princípio de solidariedade aos colegas internos.

não saber se controlar para, posteriormente, desfrutar dos mesmos “benefícios” dos adolescentes que estão na fase conclusiva, por exemplo. Isto é, aqui, existe menos uma aquiescência com relação às regras do que uma submissão por conveniência. Desse modo, podemos compreender que, provavelmente, a internação opera mais como um mecanismo para punir/castigar do que para educar, a despeito das atividades pedagógicas – as quais não puderam ser consideradas em análise por mim durante a pesquisa, até mesmo porque este não era o meu objetivo.

Não estou afirmando que o adolescente não possa repensar suas atitudes dentro da unidade e decidir mudar o comportamento, após um processo de reflexão, não se trata disso. Ademais, temos de considerar que além desses estímulos existe o aspecto dos atendimentos psicológicos, pedagógicos, assistenciais, etc. Só aponte, a partir da experiência narrada, que o processo de avanço de fases mediante estímulos, ou “regalias”, pode provavelmente incitar o ajuste comportamental não motivado por uma mudança efetiva, mas como uma estratégia, a fim de conseguir o que se precisa enquanto ser individual. E, sob esse ponto de vista, a internação não educa, mas simplesmente castiga, privando temporariamente o indivíduo de sua liberdade e individualidade.

Por meio de minha experiência com os adolescentes, notei que estes percebiam que a fase inicial é a pior, onde mais sofrem duras penas, só podem ir para a “escola” que funciona dentro da unidade (participar das aulas regulares no que equivale a educação formal) e depois ficam na “tranca” (no alojamento)⁵⁵. Na fase intermediária as coisas começam a melhorar, eles conquistam mais “liberdade” e na conclusiva, a “liberdade” se expande um pouco mais⁵⁶.

55 Segundo o projeto político pedagógico do Iases, a fase inicial objetiva: “a interiorização das regras de convivência da unidade, desta forma, as atividades pedagógicas devem ser diferenciadas em relação as outras fases, devendo ser restritas com menos estímulos, onde o socioeducando conquistará as inserções a partir do seu comprometimento e interesse” (IASSES, 2014).

56 *Perfil esperado do socioeducando para mudança da fase inicial para a fase intermediária*: compreender e praticar o acordo de convivência; acolher e cumprimentar as pessoas com respeito e cordialidade; manter a disposição para o diálogo e a escuta; evitar linguagem de baixo calão e gírias; manter postura física adequada ao caminhar e ao sentar; mostrar preocupação pela higiene pessoal e pelos materiais disponibilizados; cooperar efetivamente com a limpeza dos quartos e dos espaços coletivos; respeitar a si mesmo, aos companheiros e aos socioeducadores; evitar conflitos como discussões, agressões verbais e físicas, gestos obscenos e brincadeiras de mau gosto; respeitar os horários; cumprir com as suas responsabilidades; participar efetivamente da Jornada Pedagógica.

Além disso, em cada fase são trabalhados “conteúdos socioeducativos” (termo usado pela instituição) específicos, a partir de eixos temáticos tais como: limites e respeito, autocontrole, cidadania, violência, consumismo, meio ambiente e sustentabilidade, sexualidade, gênero, saúde, etc (IASSES, 2014). Os meus interlocutores me explicaram que estes conteúdos são como “escadinhas” que eles precisam apreender para poderem avançar, disseram que é preciso “paciência” nesse processo. Trata-se, assim, de um processo de *inculcação de valores sociais e morais*. Essa discussão será retomada no último capítulo do trabalho, quando discuto o papel da educação (numa perspectiva durkheimiana) na prevenção de desvios ou de condutas

Dessa forma, me pareceu que o objetivo dos jovens é se ajustar, a fim de aos poucos conquistarem as tais “regalias”- daí o outro ter sido adjetivado de “burro”. Escusado é dizer que, no curso desse processo, o adolescente talvez possa reconsiderar sua vida e considerá-la a partir de outras perspectivas. Mas o processo em si não parece ser favorável a isso. Isto é, me parece que a metodologia da mudança incentivada pelo esquema de prêmios estimula mais uma transformação exterior (que portanto durará apenas enquanto o indivíduo estiver submetido àquele microcosmo disciplinador) do que uma tomada de posição autônoma, reflexiva, interiormente realizada (que seria real e duradoura).

Por falar em atividades pedagógicas, o curso de elétrica (ou melhor, Eletricista Predial) que eu observava participativamente foi ministrado por um professor aposentado que conta mais de sessenta anos de idade, um sujeito muito amigável com os adolescentes, que procurava inculcar nestes uma moral do trabalho, do arrependimento, da mudança de vida e da alegria. Mas, ao mesmo tempo, era severo. Esse curso (e outros profissionalizantes como de Empreendedorismo) também é percebido pelos adolescentes como “regalia”, dado que é disponibilizado apenas para aqueles que estão nas fases finais da medida.

Ao cabo de todas as aulas, o professor lia, ou pedia para um dos rapazes ler, alguns provérbios de um livro para meditação diária. Era um momento dedicado a reflexão; o professor exortava seus alunos a seguirem o “bom caminho”, a não pensarem no que passou de mau/ruim em suas vidas, mas sim em como gostariam que seu futuro fosse dali para frente. O professor me contou que havia trabalhado ministrando esse mesmo curso de elétrica em outras unidades do Iases e também em presídios. Ele disse que gostava da atividade, era prazerosa e gratificante, não fazia por necessidade financeira, enfatizava, mas simplesmente por gostar. Para mim, era com sinceridade que dizia essas palavras, por causa do brilho nos olhos e patente entusiasmo. Certa vez, ele me perguntou se eu achava que os adolescentes estavam gostando do curso. Eu disse que sim, claro. O professor, afinal de contas, *receava* (no íntimo) que seu trabalho fosse inútil, que não servisse para nada na vida dos jovens.

Nessa mesma ordem de ideias, percebi que alguns agentes eram céticos quanto à recuperação dos adolescentes, apesar de a instituição apregoar justamente a educação, a recuperação pela via socioeducativa – pedagógica. Alguns disseram explicitamente, em conversas informais, que quando os adolescentes saem da unidade, “não querem saber de trabalhar”, mas voltam para o “crime”.

“criminosas”.

Almeida (2010) discute as contradições entre a concepção pedagógica e a concepção punitiva que envolvem o sistema de justiça juvenil no Brasil atual. A pesquisadora afirma que, não obstante os discursos oficiais, a internação teria um caráter punitivo inegável, haja vista a própria estrutura das unidades e os procedimentos de segurança que informam a cada instante um “perigo iminente”, tanto para os funcionários, quanto para os internos. Dessa maneira, embora se busque considerar a infração como uma consequência das condições precárias de existência dos adolescentes, na prática, dentro da instituição, a responsabilidade é obviamente individualizada. A própria configuração das unidades de internação tem relação com a figura do criminoso como indivíduo perverso, cruel e imprevisível, diferente da ideia que o coloca como vítima de suas condições adversas de existência.

Tais contradições, mais a “metodologia da mudança pela via dos estímulos” discutida acima, mais as dúvidas detectadas nos espíritos dos agentes e manifestadas sutilmente pelo professor com relação à recuperação dos adolescentes, nos fazem desacreditar que a medida socioeducativa de internação seja bem-sucedida no sentido de cumprir o que promete: socioeducar. Além disso, a própria instituição, em seu projeto político pedagógico, aponta que a superlotação nas unidades de internação e nas de internação provisória compromete o atendimento sociopedagógico do adolescente, bem como a “ressignificação do ato cometido”, o seu crescimento pedagógico, a oferta multidisciplinar, etc. Isso implica nas taxas de reincidência⁵⁷, de acordo com a instituição.

Neste ponto, procurei saber sobre os dados de reincidência no que se refere à configuração atual do Iases e fui informada do seguinte. Existiam 1.079 adolescentes em atendimento nas unidades da instituição em 01 de setembro de 2017. Do universo de 881 adolescentes cumprindo medida de internação, 72 eram reincidentes, ou seja, cumpriram uma medida de internação anterior, receberam alvará e retornaram ao sistema para cumprir outra medida de internação. Do universo de 124 adolescentes cumprindo internação provisória, 11 já haviam cumprido medida de internação ou semiliberdade. Dos 42 adolescentes que estão atualmente cumprindo medida de semiliberdade, nenhum é reincidente. Os dados referentes às medidas em meio aberto não são inseridos no sistema da instituição, por isso não foram informados (SIASES, 2017). De todo modo, para conhecermos de maneira precisa a situação da reincidência de adolescentes no âmbito do Espírito Santo, teríamos de ampliar o escopo

57 Nesse sentido, a instituição defende a construção de mais unidades, entretanto defende também a necessidade de adequação das unidades que já existem com relação às normas vigentes e o fomento do atendimento em meio aberto. Desde 2003 houve um aumento importante no número de adolescentes internos no Espírito Santo. Em 2003 haviam 54 internos e em 2013, 644 adolescentes internos (IASSES, 2014).

temporal de análise. E tais informações não estão atualmente disponíveis, mas precisam ser solicitadas à instituição, as que obtive até o momento foram as que apresentei acima⁵⁸.

À luz do que foi discutido até aqui, a questão que se coloca para nossa reflexão é: o problema é a superlotação, que inviabiliza a eficácia do atendimento socioeducativo, ou o problema é a própria natureza da internação, por ser contraditória, dado que tenciona à recuperação/educação, ao mesmo tempo em que parece mutilar a autonomia e a individualidade?

Pois bem, como já indiquei o foco da pesquisa não era a punição/institucionalização de adolescentes. Passemos, então, a outra margem do rio, convido-os a conhecerem o bairro São Pedro, em Vitória.

2.2 O bairro São Pedro, em Vitória-ES

Antes de abordar propriamente o contexto do bairro onde o trabalho de campo foi empreendido, é forçoso apresentar, ainda que sumariamente, o processo de industrialização e de consequente urbanização no estado do Espírito Santo, cuja dinâmica foi um pouco diferente dos outros estados da região sudeste. Assim, espero que a atual situação de São Pedro e especificamente de seus moradores seja melhor compreendida. Apesar de tão comum ao princípio, a discussão vai ter alguma coisa de original lá pelo meio.

Pois bem, até os anos 1970 o Espírito Santo tinha a economia baseada no plantio de café. Com os valores elevados do precioso grão no exterior, essa economia se consolidou como a principal renda interna do estado e empregadora de mão de obra. Todavia, essa situação começou a mudar a partir de meados do século XX: a economia cafeeira atravessou uma aguda crise com a elevação da oferta e, por conseguinte, o produto passou a ser desvalorizado. Tendo isso em mente, o governo federal adotou no início dos anos 1960 uma nova política para o setor. Em resumo, pois não convém nos aprofundarmos muito neste ponto, o governo elaborou algumas diretrizes políticas, a saber, a promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos, a diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e a renovação de parcelas dos cafezais. Paralelamente, o governo capixaba buscou em conjunto com o governo federal industrializar o estado. Esse plano foi concretizado a partir da

58 Temos de levar em conta que a maior parte dos adolescentes em cumprimento de medida de internação tem idades entre 16 e 17 anos, segundo dados do Levantamento do Sinase (2013). Ou seja, se ficarem três anos internos (o máximo de tempo permitido pelo Ecriad - 1990), caso cometam outros “crimes”, serão punidos no sistema penitenciário convencional.

execução dos “Grandes Projetos”. Tais projetos eram voltados para exportação, em que se destacavam os investimentos realizados pela Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Aracruz Celulose e Samarco Mineração. Essa conjuntura, da incipiente industrialização e do êxodo rural (consequência da nova política no setor da cafeicultura, sobretudo), impulsionou a urbanização no estado, em específico na região metropolitana (SIQUEIRA, 2011).

A expectativa de felicidade (que é a própria felicidade) e prosperidade, fez com que a capital, bem como toda região metropolitana, se tornasse destino de um fluxo migratório de pessoas provenientes do interior do Espírito Santo e de estados próximos⁵⁹, predominantemente com baixa qualificação em busca de trabalho. Boa parte desses migrantes buscaram, em grande medida, se estabelecer nos entornos da cidade, formados basicamente por morros e mangue (como é São Pedro, aliás). Do que vai dito até aqui podemos concluir que a concentração populacional na região metropolitana, a urbanização não planejada, a exclusão social e a falta de políticas públicas culminaram com a composição de verdadeiros bolsões de miséria, justamente onde encontramos a região de São Pedro, também conhecida como “Lugar de Toda Pobreza”⁶⁰.

Apesar de tardio em relação aos outros estados brasileiros, esse processo de industrialização e urbanização no Espírito Santo não foi uma exceção a regra nacional. A modernização urbana e industrial brasileira estavam ocorrendo centradas na concentração de riquezas e ausência de políticas sociais, o que culminou com o aprofundamento da desigualdade socioeconômica, tornando os polos de desenvolvimento capitalista no Brasil, principalmente as capitais e regiões metropolitanas, em cenários de problemas socioespaciais (SIQUEIRA, 2011).

A partir deste ponto já posso apresentar aos leitores o bairro São Pedro. O assentamento de São Pedro iniciou-se no dia 04 de setembro de 1977 com a ocupação de uma

59 Um destes estados é Minas Gerais, de onde vieram, aliás, os pais desta pesquisadora, condicionados pelo mesmo processo histórico, econômico e político.

60 “Lugar de Toda Pobreza” é um documentário de 1983 dirigido por Amylton de Almeida e Henrique Gobbi, o qual mostra a desordenada urbanização da cidade de Vitória e retrata, em especial, a realidade dos moradores da região de São Pedro naquele período. Estes habitavam em meio ao lixo que o serviço de limpeza municipal depositava no local e sobreviviam miseravelmente deste lixo. O documentário tem o mérito de dar voz aos moradores por meio de entrevistas. Por exemplo, quem define o bairro como “Lugar de Toda Pobreza” é uma senhora, moradora do local e líder dos catadores: Dona Leda. Quando o caminhão estacionava, as pessoas, principalmente crianças e adolescentes, disputavam com avidez espaço para recolher o lixo. Essas pessoas viviam da coleta e venda de papéis, plásticos, vidros, etc. Também reaproveitavam os restos alimentares e, posteriormente, o espaço foi usado para construção de barracos sobre o lixo já assentado.

área de mangue, por aproximadamente quarenta famílias, que instalaram suas barracas de lona, barracos rústicos e iniciaram a construção de pinguelas no mangue que mais tarde se tornaria área de palafitas e depósito de lixo. Com o lançamento do lixo no manguezal, promovido pela cidade no intuito de dar uma destinação final ao lixo urbano residencial, comercial, hospitalar e industrial, a área foi aterrada, iniciando-se, deste modo, a subdivisão formal em lotes e ruas. No final da década de 1970, o local se caracterizou como alternativa habitacional para migrantes pobres, desempregados, subempregados e trabalhadores de baixa remuneração dos setores público e privado. A partir da segunda metade dos anos 1970, a região de São Pedro reunia, desordenadamente, 47 mil habitantes em um conjunto de treze bairros⁶¹. Antes da chegada dos migrantes, o lugar era conhecido por seu ar bucólico e servia de moradia para pescadores e lavadeiras⁶².

Devido aos graves problemas sociais na região, que ganharam mais visibilidade a partir do documentário mencionado, a administração municipal de 1977 a 1988 realizou algumas ações para atender a demanda dos moradores, os quais eram apoiados por organizações da sociedade civil. Em 1988, especificamente, teve início a elaboração do “Projeto São Pedro”, o qual tinha três objetivos principais: a) delimitação do espaço de preservação ambiental e conscientização da população local; b) envolvimento da comunidade para a implantação dos critérios de uso e ocupação do solo; e c) urbanização das áreas destinadas ao estabelecimento urbano e promoção de melhorias habitacionais. Mais tarde, o projeto foi ampliado pela prefeitura. No período de 1993 a 1996, houve um esforço adicional de elaboração de políticas públicas integradas para melhorar a qualidade de vida da população. Mais recursos financeiros foram destinados ao projeto (havendo também captação de recursos federais), que se expandiu para outros bairros da região. Dois objetivos foram incorporados ao projeto: desenvolvimento de políticas públicas setoriais articuladas para atender às necessidades da população (educação, saúde, cultura, esportes, geração de renda, meio ambiente) e desenvolvimento de todas as ações com a participação da população local. Disso decorreu que mais ações foram realizadas em benefício dos moradores, tais como

61 Para mais detalhes ver: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao7/saopedro.asp> Acesso em 07 de setembro de 2017.

62 Na região existia até o ano de 1977 a localidade denominada Ilha das Caieiras, comunidade de pescadores que vivia em harmonia com os manguezais, ecossistema predominante, os quais tinham como principais atividades econômicas: a catação de moluscos e mariscos, a pesca e a produção de cal a partir das conchas. Daí a origem do nome Ilha das Caieiras.

implantação de infraestrutura urbana em toda a área passível de urbanização e melhora do sistema viário, permitindo acesso a toda a região, regularização dos loteamentos, promoção da delimitação e contenção do aterro em toda a região e ações de educação ambiental. Ademais, áreas de lazer, escolas e unidades de saúde foram construídas (VAZ, 1998).

No documentário “Lugar de Toda Pobreza” as crianças são enfatizadas. Alguns responsáveis por elas manifestam o esforço que fazem a fim de lhes garantirem um futuro melhor. Por exemplo, levando-as para escolas que ficavam distantes da região. E atualmente, a despeito das melhorias apresentadas no parágrafo anterior, como está a situação social das crianças, adolescentes e jovens da região de São Pedro? Quais consequências (se elas existem) podemos identificar deste recente passado de adversidades e miséria? Isso contarei aos que tiverem paciência de ler o texto até o final.

A capital do Espírito Santo é constituída por uma ilha principal, várias ilhas menores no seu entorno, além das ilhas da Trindade e Martin Vaz distantes 1.140 km, e uma parte continental situada ao norte, totalizando uma área de 98,194 km². Vitória integra, juntamente com os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana e Vila Velha a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). O município possui 327.801 habitantes, a RMGV 1.687.704 e o estado como um todo é composto por aproximadamente 3.514.952 habitantes. Com Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2012 de R\$ 86.009,28, o município de Vitória concentra 49,84% do PIB da RMGV e 29,03% do PIB do Espírito Santo.

Em 2015, Vitória foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a segunda melhor cidade do litoral brasileiro para se viver⁶³. Mas não se iludam, leitores, pois o Índice de Gini da cidade, em 2010, era 0,599⁶⁴. O referido índice calcula as disparidades de renda e varia de 0 a 1, quanto maior for o número, mais desigual é o lugar. No Brasil, por exemplo, o índice ficou em 0,515 em 2015, maior que países como Chile (0,505) e México (0,482). Por esse motivo, o Brasil foi considerado o décimo país mais desigual do mundo, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano, elaborado pela ONU (CORRÊA, 2017). Isso indica que a riqueza entre os moradores de Vitória é desigualmente distribuída, existindo,

63 O estudo avaliou a qualidade da educação, renda e expectativa de vida dos municípios. Os três aspectos compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que varia de 0 a 1. A capital está na faixa de desenvolvimento humano alto: 0,845 em desenvolvimento humano, 0,805 em educação, 0,855 em expectativa de vida (76 anos) e 0,876 em renda. A média foi de 0,845, ficando atrás apenas da capital catarinense, Florianópolis, que alcançou 0,847. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-e-a-segunda-melhor-cidade-do-litoral-brasileiro-para-se-viver-18114> Acesso em 07 de setembro de 2017.

64 Disponível em: <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/perfil.asp> Acesso em 07 de setembro de 2017.

desta forma, “lugares de toda riqueza”, tais como Mata da Praia⁶⁵ e “lugares de toda pobreza” como a região de São Pedro.

A região da Grande São Pedro, localizada na Baía noroeste de Vitória, possui o maior manguezal do estado, sendo composta por um conglomerado de dez bairros, a saber, Comdusa, Conquista, Ilha das Caieiras, Nova Palestina, Redenção, Resistência, Santo André, São José, São Pedro e Santos Reis. O local é definido pela administração municipal como Região Administrativa 7 (ver mapa em anexo), sendo reconhecido oficialmente como o mais pauperizado da cidade de Vitória. No município, existem nove regiões administrativas: 1) Centro; 2) Santo Antonio; 3) Jucutuquara; 4) Maruípe; 5) Praia do Canto; 6) Goiabeiras; 7) São Pedro; 8) Jardim Camburi; e 9) Jardim da Penha. As regiões mais favorecidas economicamente são Praia do Canto e Jardim da Penha – onde está situado o bairro Mata da Praia, aliás.

Tabela 2 – Informações socioeconômicas sobre a Região Grande da São Pedro

Indicadores	Dados
Número de bairros	10
Área (m ²)	3.605.579
População (2010)	33.746
Densidade demográfica (hab/km ²)	1.942
Número de domicílios (2010)	9.954
Renda média R\$ (2010)	508,84

Fonte: IBGE - Censo demográfico de 2010; Gerência de Informações Municipais - SEGES/PMV⁶⁶.

Aqui apresento informações gerais sobre o bairro São Pedro em particular, que nos ajudarão a pintar um quadro sobre a condição socioeconômica de seus moradores. A

⁶⁵ A região onde hoje fica o bairro Mata da Praia fazia parte, no final do século XIX, de uma fazenda do abastado senhor Justiniano Azambuja. Em meados da década de 1920, um tal de Ostilho Ximenes projeta a área em lotes para veraneio. Para desgosto do senhor Ostilho, o loteamento não teve êxito naquele tempo, porém o projeto foi retomado na década de 1950 pela Empresa Capixaba de Engenharia Civil. A ideia era inspirada na moderna cidade de Belo Horizonte. O projeto foi então aprovado pela prefeitura em 1952, onde toda a região entre a avenida Adalberto Simão Nader e o Canal de Camburi seria convertida em largas avenidas diagonais, que formavam 13 quadras com lotes de aproximadamente 400 m². Atualmente, o bairro é composto por aproximadamente 10.594 moradores, sendo que 80% são brancos. O rendimento mensal domiciliar é de mais de 20 salários mínimos, em média (VITÓRIA, 2013).

⁶⁶ Dados disponíveis em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_regiao/regiao_7/regiao7.asp Acesso em 29 de novembro de 2017.

população do local é formada por 4.294 pessoas aproximadamente, o que equivale a mais ou menos 13% dos moradores da Região da Grande São Pedro.

Tabela 3 – População do bairro São Pedro conforme a faixa etária

População do bairro São Pedro	
0 a 14 anos	1.081
15 a 24	814
25 a 64	2.178
65 anos ou mais	221
Total:	4.294

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 2010.

A maioria dos moradores é de cor parda. Existem no bairro 1.295 domicílios com uma média de 3,32 moradores. Mais de 90% das pessoas com cinco anos ou mais de idade é alfabetizada. A maior parte do lixo é coletada pelo serviço de limpeza municipal e o abastecimento de água das casas é feito majoritariamente pela rede geral. Os moradores do bairro trabalham no comércio e no setor de serviços, em sua maioria (VITÓRIA, 2013).

Atualmente existem os seguintes equipamentos públicos no bairro, no que se refere à saúde: Academia Popular, Módulo de Serviço de Orientação ao Exercício, Pronto de Atendimento da Policlínica de São Pedro, Unidade de Saúde; no tocante à assistência social: Unidade de Inclusão Produtiva de São Pedro; à educação: um centro municipal de educação infantil e duas escolas de ensino fundamental; ao esporte e lazer: campo de futebol de areia, Escolinha de Esportes de São Pedro, Quadra de Esportes, Quadra Poliesportiva; gestão estratégica: escritório do Projeto Terra Mais Igual; a obras: Gerência Regional 7.

Faço saber aos leitores e leitoras que não foi possível averiguar o estado presente destes equipamentos, tais informações foram coletadas por meio do relatório da prefeitura “Vitória Bairro a Bairro” (VITÓRIA, 2013). A Casa da Juventude não consta ai como um equipamento público, porque foi inaugurada em 2013 e o documento apresenta dados referentes ao ano de 2012. Além disso, existe em São Pedro um Centro de Atenção Psicossocial Infantil Álcool e Drogas (CAPSI-AD).

Convém explicar que os bairros da Grande São Pedro são muito próximos uns dos outros, antes eles eram conhecidos como São Pedro de I a VII. A mudança dos nomes é

recente. Deste modo, nem todos os adolescentes participantes da pesquisa moravam propriamente em São Pedro, alguns eram provenientes de bairros vizinhos, como Resistência, porém eles chamam de São Pedro III, por exemplo.

A região está entre as mais violentas do estado. De acordo com o IJNS (2015), no trabalho intitulado “Cadernos da Juventude 03”, entre os anos 2011 e 2014, em média 20% dos homicídios cometidos contra jovens de 15 a 29 anos aconteceram em bairros da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV⁶⁷ - um destes bairros é São Pedro. Os dados foram coletados através da Gerência de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (GEAC/SESP).

De acordo com as informações da GEAC/SESP ocorreram 6.466 homicídios no estado do Espírito Santo entre 2011 e 2014, sendo 3.401 de jovens entre 15 a 29 anos. Excluindo os óbitos por homicídio sem informação de idade, o homicídio juvenil representa 61,7% do total de casos desse tipo de crime no estado nos últimos 4 anos. Os seguintes bairros da RMGV representam, em média, 20% dos homicídios contra jovens no estado do Espírito Santo nos últimos 4 anos: Ulisses Guimarães, Barramares, Santa Rita e São Torquato, em Vila Velha; Castelo Branco, Novo Horizonte, Aparecida, Porto de Santana, Flexal II, Nova Rosa da Penha e Nova Esperança, em Cariacica; Jardim Carapina, Jardim Tropical, Novo Horizonte, Vila Nova de Colares, Feu Rosa, São Pedro, Nova Carapina I, Lagoa de Jacaraípe, Bairro das Laranjeiras e Planalto Serrano, em Serra; e São Pedro, em Vitória. Tais bairros em 2011, registraram 20,9% do total de homicídios de jovens, em 2012 o percentual manteve-se praticamente o mesmo, 20,6%, no ano de 2013 representaram 18,1%, e no ano de 2014 chegou a 20,5%.

O estudo enfatiza que os locais indicados possuem pontos semelhantes referentes à “desorganização social, ou seja, são, em sua maioria, bairros periféricos, com déficit histórico de serviços e infraestrutura, ocupação desordenada e, em geral, possuem presença de comércio de drogas ilícitas” (IJNS, 2015, p. 42). Mas não podemos atribuir de maneira linear e imediata os homicídios aos conflitos inerentes ao comércio varejista de substâncias ilícitas

67 Segundo este estudo, os municípios da RMGV apresentaram altas taxas de homicídios juvenis entre os anos 2003 e 2012. No último ano analisado, Cariacica e Serra chegaram a, respectivamente, 193,4 e 183,7 vítimas jovens por cem mil habitantes, e ainda, tiveram média histórica de 185,8 e 192,9 casos por cem mil habitantes. Já os municípios de Viana e Vila Velha obtiveram média histórica (entre 2003-2012) na casa de 130 vítimas por cem mil habitantes, enquanto Vitória encontra-se na faixa de 120 por cem mil habitantes. Guarapari e Fundão, respectivamente, aparecem no grupo de 100 e 90 homicídios juvenis por cem mil habitantes. Em relação a Fundão, o Instituto ressalta que a pequena população acaba provocando uma maior variação da taxa de homicídio juvenil, em caso de aumento ou diminuição de ocorrências para esse município (IJNS, 2015).

(existem outros fatores culturais e subjetivos). Embora essa seja a explicação comum, não podemos nos contentar com ela, conquanto eu tenha compreendido, a partir da pesquisa, que o “tráfico” no estado é particularmente fragmentado e existem, em função disso, de fato “guerras” intensas em termos do domínio do mercado varejista – isso será discutido mais adiante, vamos por partes.

Discorrendo agora especificamente sobre a Casa da Juventude, faço notar aos leitores que ela foi inaugurada pela prefeitura de Vitória em 02 de setembro de 2013, na gloriosa semana em que a cidade comemorava 462 anos. Conforme o secretário de Cidadania e Direitos Humanos da época, o espaço, de dois pavimentos, possibilitaria aos jovens de São Pedro o desenvolvimento de seus projetos culturais. No primeiro mês de funcionamento, ocorreram oficinas de Teatro, em particular, um tipo conhecido como Teatro do Oprimido⁶⁸.

Segundo informações do *site* da Prefeitura de Vitória:

A Casa da Juventude foi criada com a proposta de levar formação cultural e artística para os jovens da cidade, principalmente aqueles que vivem nas proximidades da Grande São Pedro. O espaço está sempre aberto para a comunidade e frequentemente é utilizado para ensaios e reuniões de alunos que já passaram por lá. O local abriga oficinas de teatro, exibição de filmes com temáticas jovens e seguidos por debates, além de atividades itinerantes, como eventos realizados pelo Núcleo Afro Odomodê⁶⁹.

De acordo com Handerson, responsável pelas atividades do Projovem (explico abaixo o que é o Projovem) que acontecem na Casa, o local é aberto para que os jovens possam usar a internet (porque lá existe um laboratório de informática e também uma pequena biblioteca – na qual, inclusive, passei uns momentos de distração folheando livros como *A Garota das Laranjas* de Jostein Gaarder e *As Pontes de Madison* de Robert Waller). Para além disso, os jovens recorrem à Casa para produzir trabalhos escolares, currículos, checar as redes sociais, ouvir música, conversar, enfim... passar tempo. Qualquer jovem da comunidade pode participar das atividades, entretanto alguns indivíduos são especialmente encaminhados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁷⁰. Esses encaminhamentos dizem respeito aos adolescentes que estão em situação de “vulnerabilidade social”, em situação de trabalho

68 Teatro do Oprimido é um método teatral que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais elaboradas pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal. Os seus principais objetivos são a democratização dos meios de produção teatral, o acesso das camadas populares e a transformação da realidade através do diálogo e do teatro. Para mais detalhes, ver Boal (2005).

69 Inaugurado em novembro de 2006, o Núcleo Afro Odomodê, localizado no bairro Fonte Grande, desenvolve atividades culturais voltadas para jovens afrodescendentes entre 13 e 29 anos, que residem em Vitória. É um espaço de formação, convivência e participação que busca mobilizar os jovens para a luta contra os preconceitos, violências e exclusões. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/nucleo-afro-odomode-mobiliza-jovens-contradesigualdade-racial> Acesso em 09 de setembro de 2017.

infantil, por exemplo, ou violência no contexto familiar. Alguns adolescentes participantes desta pesquisa foram direcionados ao Projovem pelo CRAS, outros não. Apesar disso, eu não soube, por vias oficiais, o motivo dos encaminhamentos, embora alguns adolescentes no contexto das entrevistas tenham se referido indiretamente aos motivos, narrando determinadas situações e experiências que por certo contribuíram para tanto.

O Projovem Adolescente faz parte do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e é uma reformulação do Agente Jovem, programa que existe no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Prefeitura de Vitória, o Projovem é um *serviço socioeducativo* que integra a rede de Proteção Social Básica do Suas – Sistema Único de Assistência Social – em Vitória. O programa é voltado para jovens com idade entre 15 e 17 anos e beneficiários do Programa Bolsa Família. Apesar desta delimitação de faixa etária, jovens com mais de 17 anos participam das atividades do projeto na Casa da Juventude.

O seu objetivo oficial é complementar a proteção social às famílias, criando meios de garantir a convivência familiar e comunitária e condições de inserções e permanência dos jovens no sistema educacional. Além disso, a prefeitura⁷¹ afirma que as atividades desenvolvidas tencionam contribuir para a *prevenção do uso de drogas, da violência entre os jovens, da incidência de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez não planejada*. Os jovens são organizados em grupos de 25 integrantes, denominados de coletivos, sob a responsabilidade de um orientador social. Todavia, no coletivo que se reúne na Casa da Juventude participam menos jovens, em média uns 16 atualmente; mas durante o tempo em que estive por lá, alguns faltavam, de modo que participaram de minha pesquisa efetivamente 7 adolescentes. Esses que faltavam, em geral, estavam participando de outras atividades, como jogando futebol na Escolinha que fica ao lado da Casa. Ao que tudo indica, na região de

70 Os CRAS são espaços físicos localizados em áreas pauperizadas de Vitória que prestam atendimento socioassistencial às famílias atendidas pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) – ação executada pelo governo federal que objetiva atender de forma integral às famílias em situação de risco, possibilitando o acesso aos serviços de proteção social básica ofertados na rede social na cidade. Algumas das atividades do CRAS são: cadastramento das famílias, levantamento e identificação de suas necessidades, atendimentos psicossociais individuais e em grupos, visitas domiciliares e institucionais, encaminhamento à rede social de serviços, ações socioeducativas com as famílias, como cursos, palestras e oficinas variadas. Um dos benefícios às famílias assistidas é o Bolsa Família, programa de transferência de renda, que visa combater a pobreza e a fome. Para receber o benefício, a família deve garantir, entre outras coisas, a frequência escolar de no mínimo 85% mensal dos dias letivos de crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.

71 Informações disponíveis em: <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/projovem-realiza-atividades-para-quem-tem-de-15-a-17-anos> Acesso em 09 de setembro de 2017.

São Pedro, existe um número razoável de projetos sociais, nesse sentido. Porém não pude verificar o estado destes projetos e o número de participantes.

A permanência do jovem no programa é de dois anos e, nesse período, ele participa de atividades voltadas para convivência familiar e comunitária, participação cidadã, cultura, mundo do trabalho, esporte e lazer. O município de Vitória possui 27 coletivos e os jovens participam de oficinas de malabares, grafite, informática, *break*, *street*, hip-hop, cinema, *funk*, skate, esporte, jornal, entre outras.

Handerson, de 26 anos, é o orientador social daquele coletivo do Projovem. O rapaz é negro e também mora em São Pedro, cresceu nos morros (periferia) de Vitória, segundo suas palavras. Ele também participou das entrevistas em grupo, narrando suas experiências pessoais e sociais naquele contexto. Algumas muito ricas e importantes para esse estudo, que serão apresentadas no último capítulo.

No Projovem da Casa, em particular, acontecem oficinas de grafite, fotografia, teatro, dança, etc., dependendo da demanda dos adolescentes. Por exemplo, durante o trabalho de campo, aconteceram oficinas de grafite⁷² e fotografia. Na Casa da Juventude, de modo geral, também funcionam atividades, como cursos de informática, por exemplo, mas estes são direcionados à população jovem de Vitória, não sendo para os moradores de São Pedro, em específico. Para além dessas oficinas, o Projovem é, acima de tudo, um espaço de sociabilidade (no sentido simmeliano – forma lúdica de sociação); enquanto estão lá, os adolescentes falam sobre suas vidas, suas inquietações, alegrias, esperanças e fazem amigos, compartilhando experiência, rindo juntos.

Cumprido destacar que o projeto é oficialmente destinado aos adolescentes desfavorecidos economicamente, porquanto para participar é preciso ser cadastrado no Programa Bolsa Família. A política pública *socioeducativa* pretende prevenir a violência na juventude, isto é, prevenir os homicídios juvenis em contextos “violentos”. Ou seja, tacitamente, ela assume que os adolescentes e jovens pobres são potencialmente vítimas e/ou agentes de violência.

Interessante é notar, leitor, que a internação é uma medida, também *socioeducativa*,

72 Grafite é o nome dado às inscrições feitas em paredes. Em geral, é uma inscrição caligrafada ou um desenho pintado sobre um suporte que usualmente não é previsto para este fim. O grafite, hoje, é concebido como uma forma de expressão artística presente sobretudo em espaços urbanos. Porém existem tensões em torno da prática. Por exemplo, quando os adolescentes estavam grafitando o muro de uma escola no bairro, com autorização da escola, foram abordados por dois policiais que perguntaram, de maneira agressiva, por que eles estavam “pichando” o muro.

que tenciona em certa medida punir comportamentos inadequados e, segundo o Ecriad, violentos. O Projovem trabalha com a *prevenção* e ao Iases, em parte, cabe a tarefa ingrata da *punição* – se é que podemos nos expressar assim. Isso quer dizer que a pesquisa abordou dois grupos muito parecidos, sob esse aspecto. Ao que tudo indica, os adolescentes pobres são socialmente percebidos como os que precisam de apoio social para não se tornarem “bandidos”. Eis aí o germe da criminalização da pobreza. Não pensem os leitores que a autora seja contra as políticas sociais, ao contrário; trata-se, aqui, apenas de refletir sobre os seus pressupostos. Mas retornarei ao assunto.

Façamos neste momento uma digressão. Enquanto escrevia este tópico sobre São Pedro, os projetos sociais e etc., me lembrei de verificar como andavam as coisas nas unidades socioeducativas do estado, em termos de cursos e outras atividades sociopedagógicas; assim, abri a página do Iases. Navegando no *site* da referida instituição, notei que mais um grupo de adolescentes na Unimetro concluíra um curso profissionalizante. Constava lá uma imagem dos jovens (com os rostos cuidadosamente embaçados para não serem reconhecidos) na formatura do curso, sentados, uniformizados – cada um com a cor da blusa correspondente a fase em que estava – segurando os certificados de modo a exibí-los para a fotografia. A primeira coisa que veio à mente foi: “as autoridades estão com a sensação de missão cumprida, pois agora os rapazes estão qualificados, poderão trabalhar em alguma atividade legítima e deixarão de ser ‘bandidos’”. Algumas das autoridades presentes na tal foto estavam risonhas. Supostamente, a razão para delinquir é não ter uma profissão formal – ou não ter tido oportunidade para tanto⁷³. A propósito, certa vez o professor do curso em que eu observava os adolescentes disse o seguinte aos rapazes, em tom de admoestação: “que coisa... vocês tinham a escola perto, do lado de casa, foi preciso vir para cá para estudar...”.

73 No que se refere à desigualdade socioeconômica e à relação entre juventude e “violência urbana”, Rodrigues (2010) destaca que as opções políticas tomadas no Brasil no período republicano até meados dos anos 1980 produziram um considerável déficit para grande parcela da população, sobretudo aquela composta por jovens pobres. Assim, o paradigma vigente desde 1930 no Brasil, em relação à juventude, opera ainda na ótica do controle, particularmente em relação aos jovens de origem social popular, em que são reforçados aspectos negativos tais como: *delinquência, indolência, incapacidade e irresponsabilidade*, para justificar o controle. De modo geral, as políticas sociais públicas voltadas para o controle, em alguma medida, não consultam os jovens, pois separam oficinas e cursos profissionalizantes, sendo estes últimos voltados para postos de menor qualificação no mundo do trabalho. Ademais, diante do quadro de exclusão social e perante a nova dinâmica familiar, em que se nota a crise da autoridade (independente de classe social), o jovem pauperizado pode ser aliciado pelo tráfico, tendo em mente que este se apresenta como uma primeira oportunidade de emprego e ingresso no mercado de consumo – mas não podemos considerar a pobreza como a causa linear e direta que determina o envolvimento de jovens em atividades ilícitas (arriscadas). Portanto, segundo a autora, a “violência urbana” e, particularmente, os homicídios juvenis, não podem ser descolados da problematização da desigualdade socioeconômica constitutiva do modo de produção capitalista.

Nessa mesma ordem de ideias, os leitores se lembram do caso do adolescente cuja liberdade não durou nada? Falei sobre ele acima. Pois bem, esse adolescente fazia o curso de Eletricista Predial, mas foi desinstitucionalizado antes de concluir os estudos. Visto que soube que ele estava procurando emprego, busquei informações junto ao Iases em termos de políticas de atendimento ao egresso. A instituição informou que o dito rapaz deveria procurar as políticas sociais do município, e acrescentou que o programa de atendimento ao egresso estava em processo de reestruturação, etc. O jovem em questão me contou depois que, conquanto não tivesse concluído o curso, recebera o certificado de conclusão mesmo assim, dado que estava quase no fim das atividades quando saiu da Unimetro; e, de todo modo, me lembro que ele se saía bem nas aulas. Em resumo, era um bom aluno.

Acontece que esse mesmo adolescente agora está “preso de novo”, segundo sua mãe. Percebam que o caso do jovem egresso do Iases, agora ingresso no sistema prisional, não é um assunto de natureza individual, apenas. Aqui, usando o instrumento essencial da imaginação sociológica, temos de fazer a distinção entre “as perturbações pessoais originadas no meio mais próximo” e “as questões públicas da estrutura social” (MILLS, 1972). As perturbações ocorrem dentro do caráter do indivíduo e dentro do âmbito de suas relações imediatas com os outros. Deste modo, as perturbações são resolvidas no que se refere ao indivíduo, como entidade biográfica, e dentro do alcance de seu meio imediato. Já as “questões” se relacionam com assuntos que ultrapassam os ambientes locais do indivíduo e o alcance de sua vida íntima. Mills (1972) ilustra essa situação a partir do exemplo do desemprego. Por exemplo, quando em uma cidade de cem mil habitantes um homem está desempregado, isso é seu problema pessoal e para resolver a situação temos de considerar o caráter do homem, suas habilidades e oportunidades imediatas. Todavia, quando em uma cidade de 50 milhões de empregados, 15 milhões de homens não encontram trabalho, trata-se de uma questão pública. Assim, não podemos esperar solucionar o caso dentro das escalas de oportunidades abertas às pessoas individualmente, porquanto *a estrutura das oportunidades está em colapso*.

De modo semelhante é o caso narrado sobre o adolescente. Ele provavelmente não é uma exceção⁷⁴, tendo em mente dados sobre reincidência. Boa parte dos egressos do sistema

74 Para apontar uma evidência, vejamos um exemplo de outro estado brasileiro. Em 2011, um levantamento do Poder Judiciário de Mato Grosso no Complexo Socioeducativo do Pomeri, em Cuiabá, mostrou que 71% dos jovens em conflito com a lei tornam a cometer atos infracionais mesmo depois de submetidos a medidas socioeducativas. Outro levantamento da Polícia Judiciária Civil, com números referentes ao primeiro semestre do ano de 2011, confirma os altos índices de reincidência. Dados mostram que de cada 10 adolescentes

socioeducativo encontram, provavelmente, as mesmas dificuldades que ele encontrou em termos da busca de um emprego, de convivência familiar e comunitária após o período da internação, etc. O bairro é o mesmo, a mãe e o pai, se existirem, são os mesmos... Se as pessoas enfrentam situações adversas as quais, muitas vezes, influenciam seu envolvimento em atividades ilícitas (e não penso em questões econômicas, apenas), quando elas são desinstitucionalizadas, os problemas não desapareceram como em um passe mágica; eles continuam, em maior ou menor medida, lá. Acresce que a inexistência (ou a ineficiência) de uma política específica de atendimento ao egresso é uma questão de ordem estrutural⁷⁵. Se a tal política de atendimento existisse no sentido de encaminhamento ao emprego, e/ou oferecimento de bolsa de estudos que suprisse as necessidades do adolescente, e etc., seria menos possível que este visse, de novo, as mesmas possibilidades que enxergava antes em seu meio social imediato.

Adorno (1991) afirma que no debate sobre a violência criminal urbana existem algumas representações sociais e culturais sobre os agressores e suas vítimas, bem como sobre o modo pelo qual o poder público deveria se comportar na contenção da criminalidade. Entre essas representações, encontramos a ideia da *desorganização social*, em que os agressores são considerados vítimas das injustiças sociais e encontram na criminalidade a única alternativa de sobrevivência. Por esse motivo, enfatizei no parágrafo anterior que os problemas, dificuldades, e outros fatores que frequentemente condicionam o envolvimento de um indivíduo em atividades ilícitas (arriscadas) não são de ordem econômica, apenas.

Por certo, os leitores concordarão que pessoas favorecidas economicamente se envolvem em atividades definidas como ilícitas, basta considerarmos boa parte dos atuais governantes brasileiros. Todavia essas atividades ilícitas não tornam seus praticantes suscetíveis à violência letal, da mesma forma que o “tráfico de drogas” torna os adolescentes pauperizados. Nesse sentido, como disse Misse (1995), “crime” não é um privilégio de classe.

Assim como existem adolescentes em contextos pauperizados que enxergam o

apreendidos, seis são reincidentes, ou seja, 60%. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/75780-mesmo-apos-medidas-socioeducativas-menores-voltam-ao-crime> Acesso em 10 de setembro de 2017.

⁷⁵ As *questões* relacionam-se com assuntos que transcendem os ambientes locais do indivíduo e o alcance de sua vida íntima. Relacionam-se com a organização de muitos desses ambientes sob a forma de instituições de uma sociedade histórica como um todo, com as maneiras pelas quais os vários ambientes em pequena escala se confundem e se interpenetram, para formar a estrutura mais ampla da vida social e histórica (MILLS, 1972, p.15).

comércio varejista de drogas ilícitas como uma possibilidade de trabalho (e de fato é como um trabalho que eles percebem a atividade), outros adolescentes acordam bem cedo no sábado e vão para a feira em bairros vizinhos, a fim de se oferecerem como carregadores de sacolas em troca de uns trocados. E neste ponto termino a digressão, voltando propriamente para o contexto da região São Pedro.

Miguel, um jovem de 24 anos que entrevistei individualmente, hoje não desempenha mais essa atividade, porém na infância e adolescência, quando morava no Bairro da Penha, a realizava. Outros dois adolescentes que conheci na Casa da Juventude foram vistos por mim num sábado de manhã na feira do bairro onde moro, empurrando carrinhos de compras, assim como Miguel disse que fazia quando era mais novo. Outros adolescentes em condições socioeconômicas desfavoráveis igualmente podem ser vistos vendendo balas dentro dos ônibus, voltando do estágio ou do emprego, trabalhando como embaladores ou caixas nos supermercados, vendendo cosméticos, roupas, etc. Ou seja, ao que tudo indica, provavelmente a maior parte dos jovens pobres não recorre ao crime como estratégia de sobrevivência.

Nesse sentido, insisto que existem outros fatores condicionantes além do aspecto econômico, mas não convém antecipar agora este assunto. A ideia, aqui, é suspender o reducionismo econômico, que foca sua atenção nas respostas às condições de pobreza, deixando de fora os modos de enfrentar as adversidades, a complexidade das relações e a condição de *agente* dos sujeitos.

Capítulo III: O que as pessoas fazem com o que fazem delas?

3.1 A criminalização de adolescentes e jovens urbanos pobres: um breve quadro descritivo e analítico

Mills (1972) explica que aquilo que experimentamos em vários e específicos ambientes de pequena escala é com frequência causado pelas modificações estruturais. Por essa razão, para entendermos as modificações de muitos ambientes pessoais, temos de olhar além deles. Nesse sentido, este capítulo tem o propósito de apresentar aos leitores a dimensão estrutural do problema enfocado, ou seja, dos conflitos que são anteriores aos desfechos fatais entre jovens. Esses conflitos além de causarem homicídios, podem ser entendidos, em parte, à

luz do contexto da sociabilidade engendrada no comércio varejista de substâncias ilícitas. E o envolvimento de jovens neste tipo de atividade é desencadeado por fatores socioeconômicos, políticos, culturais, familiares e subjetivos; mas também temos de levar em conta que os acontecimentos humanos, muitas vezes, dependem de circunstâncias fortuitas, que alguns gostam de chamar de indeterminação, acaso ou providência. Enfim, para seguir os sábios conselhos do mencionado sociólogo, abordo, aqui, sobretudo os fatores *socioeconômicos* e *políticos* da criminalização da pobreza e dos homicídios juvenis. Ao final do capítulo, para continuar alinhada às ideias de Mills, busco demonstrar como as condições estruturais se cruzam com a biografia dos indivíduos, condicionando seus percursos.

Desde já declaro que este quadro sobre a criminalização de adolescentes e jovens provenientes dos estratos populares da sociedade brasileira está, certamente, incompleto. Mas que o leitor seja compassivo, pois nós sempre precisamos começar de algum ponto. Apresento, a seguir, uns dados recentes sobre a internação de adolescentes, articulando algumas ideias sobre o processo social de criminalização.

A partir de 2013, pela primeira vez desde 1980, o Espírito Santo saiu da lista dos cinco estados mais violentos do país, ao mesmo tempo em que se juntou a outros estados que lograram diminuição das taxas de homicídio, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e outros. Os analistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (CERQUEIRA et al., 2016) afirmam que embora não possamos atribuir esse desempenho às políticas implementadas (pois isso necessitaria de um estudo aprofundado), eles destacam o lançamento em 2011 do programa Estado Presente no Espírito Santo, o qual se baseava nos pilares da repressão qualificada com grandes investimentos feitos nas polícias e na prevenção social focalizada nas áreas consideradas mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico e onde se concentravam as maiores taxas de homicídio. Isto posto, somos levados a refletir: *em que medida a redução dos homicídios no Espírito Santo se deve à política Estado Presente e não a outros fenômenos sociais?* A diminuição dos homicídios se deve ao aumento do encarceramento, ao aumento do número de apreensão de armas ou é decorrente das políticas de prevenção social, nomeadamente das ações sociais nas regiões reconhecidamente mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico? Não tenho a pretensão, aqui, de responder a essas perguntas. O objetivo com elas, por enquanto, é de suscitar a reflexão.

Conforme o Plano Estadual de Segurança Pública 2015-2018⁷⁶ do governo do Espírito Santo (ES), o estado ocupou durante anos os primeiros lugares do ranking nacional de homicídios dolosos, porém a partir de 2010, verifica-se um lento e contínuo processo de queda dos índices de criminalidade violenta. A explicação para a violência no ES é histórica, segundo o documento, sendo encontrada em fatores conjunturais que emergiram a partir da expansão do desenvolvimento regional na década de 1970. Para os analistas do governo, não obstante o progresso das atividades empresariais e a geração de emprego e renda, a ausência de planejamento urbano somado ao adensamento populacional refletiram em graves problemas sociais, tais como: dificuldades no acesso à moradia, a serviços públicos como os de saúde e educação e no aumento de ocorrências criminais em determinadas localidades. Além do mais, o Plano destaca aspectos locais que influenciam a criminalidade violenta no ES. Tais aspectos dizem respeito às supostas marcas de uma cultura capixaba caracterizada por padrões de masculinidade motivadores de atos violentos contra mulheres⁷⁷, a alta disponibilidade de armas de fogo, a intensificação do tráfico de drogas e a ausência durante o exercício de mandatos governamentais, nas diferentes esferas de poder, de políticas públicas consistentes na área da segurança pública.

Ademais, a postura meramente reativa no trato da segurança pública também é algo assinalado pelo documento. Por fim, a partir de 2009, o ES teria começado “sua trajetória promissora na segurança pública” - tais são os termos empregados no referido documento. As ações policiais passaram a ser combinadas, então, com ações sociais. A política pública aliou um conjunto de esforços do aparelho estatal que consistem, por exemplo, em medidas de aperfeiçoamento com investimentos na modernização das estruturas das agências policiais e o fortalecimento da rede de proteção social com ênfase nos grupos vulneráveis: jovens e mulheres. Desse modo, em se tratando da taxa de homicídios, em 2014, o estado apresentou redução de 32,4% do índice, comparado com o ano de 2009.

Tendo em vista essas ideias, como podemos explicar a redução dos homicídios no estado? Os leitores devem estar pensando: “mas o que isso tem a ver com a criminalização dos adolescentes pobres urbanos?”. Não sou do tipo de autora que gosta de torturar os

76 Disponível em: <https://sesp.es.gov.br/plano-de-seguranca-publica-2015-2018> Acesso em: 21 de maio de 2017.

77 Cabe-nos refletir que essa suposta cultura local no tocante à masculinidade “violenta” também pode logicamente fomentar situações de agressões de homens contra homens. Ou seja, desde que tal concepção de masculinidade está provavelmente associada à práticas viris e violentas, produzirá efeitos não só no que se refere às relações entre homens e mulheres; mas, antes, entre todos os indivíduos que compõem a sociedade.

leitores, então digo, sem mais, que existe uma provável relação entre as políticas de segurança pública, a redução dos homicídios e o encarceramento da juventude.

Sapori (2012) encontra nas (ineficientes) políticas de segurança pública uma explicação para a permanência dos homicídios no Brasil. O autor analisa a dinâmica da sociedade brasileira no que diz respeito aos indicadores socioeconômicos e aos indicadores de violência urbana. Ele aponta duas macrotendências, quais sejam, crescente inclusão social verificada na primeira década do novo milênio e progressiva deterioração da segurança pública. Desse modo, diz que estamos diante de um aparente paradoxo, pois se a sociedade brasileira realiza conquistas sociais, era de se esperar que a criminalidade seguisse caminho contrário, no sentido da redução. Entretanto, Sapori (2012) defende a tese de que não se trata de um paradoxo, pois a dinâmica da violência urbana não é mera derivação da dinâmica da estrutura socioeconômica. A elevada e crescente incidência dos homicídios na sociedade brasileira seria afetada por outros fatores concernentes à consolidação do tráfico de drogas, à persistente impunidade e à gestão ineficiente das políticas de segurança pública.

Peres et al. (2011) no artigo sobre a redução das mortes violentas em São Paulo a partir dos anos 2000, explica que o fenômeno pode ter ocorrido em função de mudanças no padrão de violência comunitária e criminal, pois o grupo social no qual a redução da Taxa de Mortalidade por Homicídio (TMH) pareceu mais intensa foi o composto por homens jovens de 15 a 24 anos e de 25 a 34 anos e os moradores de áreas de exclusão social extrema ou alta. Houve também uma redução importante das mortes cometidas com armas de fogo. Assim, foi possível identificar no texto pelo menos sete fatores que podem, conjuntamente, explicar o fenômeno complexo da queda dos homicídios em São Paulo; vejamos: 1) o aumento dos investimentos em segurança pública; 2) a adoção de uma *política de encarceramento em massa*; 3) ações para o *desarmamento* no município de São Paulo a partir de 2001, e posteriormente a aprovação do Estatuto do Desarmamento em 2003; 4) adoção de novas práticas policiais, a exemplo das bases de policiamento comunitário, contudo os autores ressaltam que não existem dados disponíveis que permitam uma análise mais aprofundada dessa hipótese; 5) mudanças na composição demográfica da população, em especial redução da proporção de jovens; 6) investimentos em políticas sociais com consequente alteração nos indicadores socioeconômicos e melhoria da qualidade de vida – o maior investimento municipal em educação e cultura, desde 1997, poderia explicar, em parte, a maior redução da TMH encontrada em áreas de maior exclusão social; 7) e, por fim, outro possível fator

explicativo se refere ao aumento da participação social a partir do surgimento e consolidação de ações da sociedade civil organizada no sentido de pressionar o poder público para a reversão do crescimento da violência e da criminalidade urbana. Além disso, o artigo aponta o papel do crime organizado na consolidação de novos mecanismos de controle social. Nesse sentido, Gabriel Feltran (2010), baseando-se em um estudo etnográfico, argumenta que os dispositivos de regulação interna ao “mundo do crime” seriam os fatores explicativos centrais da queda das taxas de homicídio em São Paulo, a qual seria reivindicada por governos e polícias.

Considerando os pontos enfatizados por Peres et al. (2011), é possível apontar brevemente algumas prováveis explicações relativas ao caso capixaba. Tais explicações se referem à política de encarceramento em massa e ao aumento do número de armas apreendidas.

Quanto ao encarceramento em massa, identificamos que o número de internações de adolescentes aumentou. Em 2008 havia no estado 366 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, já em 2013 esse número subiu para 781 (BRASIL, SDH/PR, 2015). Com relação ao aprisionamento de adultos, Ribeiro Júnior (2012), indica que após o ano de 2007 o número de presos aumentou a uma média de 655 por semestre, mais de 1.300 por ano. O número de vagas no sistema penitenciário aumentou exponencialmente a partir de 2009, contudo o aumento das vagas não conseguiu acompanhar o aumento dos encarcerados. O pesquisador põe em relevo que a expansão do encarceramento ao longo do governo Paulo Hartung (2003-2010) teve uma nítida orientação de *cor* e de *classe*. Ademais, em junho de 2011, no primeiro ano da gestão de Renato Casagrande e da implementação da afamada política “Estado Presente”, já haviam 12.852 detentos, o que equivaleu a 982 a mais que em junho de 2010.

No que diz respeito à apreensão de armas de fogo, uma pesquisa do Instituto Jones dos Santos Neves⁷⁸ – IJSN (2015) apontou que houve no Espírito Santo a convergência entre o aumento das armas apreendidas e a redução das ocorrências de crimes letais intencionais⁷⁹. Em 2009 houve o menor número de retenção de armas e o maior número de criminalidade letal intencional no estado nos últimos seis anos. Por outro lado, em 2014 ocorreu o inverso,

78 Autarquia do governo estadual destinada à pesquisa em vários setores.

79 Criminalidade Letal Intencional é a soma de homicídios dolosos, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.

atingiu-se o maior número de apreensão de armas da série histórica 2003-2013 e o menor número de vítimas decorrentes de crimes letais intencionais.

Cerqueira e Mello (2012) no texto “Menos armas, menos crimes?”, demonstraram que no estado de São Paulo, entre os anos de 2001 e 2007, os homicídios reduziram 60,1% e os crimes que tiveram uma maior queda foram aqueles geralmente praticados com o uso da arma de fogo. Esta diminuição ocorreu de forma mais acentuada exatamente após a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, em 2003. Eis aí uma dimensão do contexto estrutural em que os adolescentes participantes da pesquisa estão inseridos.

Mas também podemos entender o movimento dos homicídios a partir de outro enfoque. Este particularmente interessa, porque contribui para compreendermos como os adolescentes no “tráfico de drogas” se tornam vítimas e perpetradores de violência. Vejamos.

Bruno Paes Manso (2012) fornece uma explicação para o fenômeno do crescimento e da queda dos homicídios em São Paulo no período entre 1960 e 2010. A tese descreve, com base na teoria da ação situacional⁸⁰, como as escolhas homicidas começaram e se multiplicaram sobretudo quando os homicídios passaram a ser vistos e praticados como um instrumento de controle por determinados grupos de indivíduos, inclusive pelas autoridades de segurança pública. Trata-se da “moral do extermínio”, quer dizer, a violência letal passa a ser moralmente tolerada como um meio de se fazer a “limpeza social”. A tolerância aos homicídios não significa que estes passaram a ser aceitos, mas que surge a figura de um “inimigo” (mais conhecido como “bandido”) a ser exterminado. Acontece que se, de um lado, os homicídios contra “bandidos” são moralmente tolerados, de outro, também passam a ser moralmente tolerados os homicídios contra potenciais matadores, isto é, a “moral do extermínio” acaba provocando a “moral da sobrevivência”. Manso (2012) explica que, nesse sentido, o medo da morte, que passa a estar presente no cotidiano de determinadas localidades na Região Metropolitana de São Paulo, contribui para a criação de um mecanismo social indutor de novas escolhas homicidas. Assim, um homicídio acaba provocando inúmeras mortes tendo em vista as vinganças ininterruptas - “o homicida em potencial deve ser morto para que não mate” (MANSO, 2012, p.25).

O denominado “efeito social multiplicador dos homicídios” nos ajuda a compreender a dinâmica de funcionamento dos grupos de adolescentes em conflito uns contra outros que

80 Conforme essa teoria, todas as ações podem ser vistas como o resultado de quais alternativas um indivíduo percebe em certo contexto e quais escolhas ele faz. O crime, sob esse aspecto, é tido como uma ação moral, quer dizer, uma ação que começa com uma escolha direcionada pela avaliação do que é certo ou errado a fazer numa circunstância específica. Cf. Wikström (2009).

acabam “matando para não morrer”. Por fim, o pesquisador conclui que quando os homicídios se multiplicam, naquelas mesmas comunidades, todos passam a perder, até mesmo os próprios autores, os quais se tornam vítimas de vinganças. A partir do momento em que os homicídios são vistos como ações prejudiciais e incapazes de garantir o controle social, políticas de controle da violência têm mais possibilidades de obterem sucesso. Essa tese indica que, talvez, a dinâmica dos homicídios no Espírito Santo não seja exclusivamente condicionada pelas políticas de segurança pública. De todo modo, o ponto é: tais políticas têm lançado mão do encarceramento em massa, o qual afeta justamente adolescentes e jovens pobres urbanos (RIBEIRO JÚNIOR, 2012).

Com relação ao contexto do ES, considero igualmente o trabalho de Matheus Boni Bittencourt (2014), que estudou o sistema penal no Espírito Santo pós-Ditadura Militar. Para o pesquisador, a política criminal implementada no Espírito Santo tem como objetivo *oficial* a redução dos índices de criminalidade violenta e o respeito aos direitos humanos. Tal alvo pode ser deduzido das constituições federal e estadual e dos propósitos declarados pelos planos estaduais de segurança pública. Todavia, o resultado concreto é a expansão do encarceramento seletivo de camadas inferiores das classes populares em condições de superlotação e violência, sem qualquer impacto sobre os índices de criminalidade violenta. A causa dessa distância entre os discursos oficiais e os impactos reais está na adoção de políticas repressivas e discriminatórias, as quais modernizam o aparato de segurança pública militarizada, sem contudo modificar a sua lógica tradicional de ação. O autor destaca a atuação em meados do século XX de grupos de extermínio no ES, tais como a Scuderie Le Coq o que, a semelhança do que apontou Manso (2012) em São Paulo, fomentou uma “moral do extermínio”, a qual tolera os homicídios cometidos por agentes oficiais da segurança pública ou grupos paramilitares, incentivados por empresários locais, por exemplo, como um meio para a realização do controle da criminalidade.

Enfim, Bittencourt (2014) afirma que o perfil criminal no ES, contemporaneamente, indica considerável proporção de prisões pela Lei de Drogas e crimes contra o patrimônio, em comparação com um menor número de prisões por crimes contra a vida, e poucas prisões pelos “crimes dos privilegiados” (crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional, etc). Além de existir uma grande proporção de presos provisórios (sem condenação) e constante superlotação.

Pois bem, levando em conta o quadro da segurança pública no ES, o aumento do encarceramento e a seletividade do sistema penal, enfatizo que o número de internações de adolescentes aumentou no mesmo período em que os índices de homicídios começaram a diminuir, ou seja, desde o lançamento da política Estado Presente. Não que isso signifique necessariamente uma relação de causa e efeito, até mesmo porque outros fatores devem ser considerados no estudo sobre a recente e relativa queda dos homicídios no Espírito Santo. Apenas aponto a convergência dos dois fatores neste contexto específico.

Vejam os dados. De acordo com o Levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), no Brasil, período histórico de 2010 a 2013 no que diz respeito às medidas de restrição e privação de liberdade houve um aumento constante e regular desde 2010, com predomínio na aplicação da modalidade de internação (64%). O Sinase diz respeito à execução das medidas socioeducativas no Brasil; foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) no ano de 2006, por meio da Resolução nº119. Ele é definido na Lei Federal nº 12.594/2012 como:

§ 1o Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente - Ecriad (Brasil, 2002), o ato infracional praticado por adolescentes deve receber a aplicação de medidas de proteção, pois os menores de 18 anos são “penalmente inimputáveis” (BRASIL, 2002, artigo 104). As medidas socioeducativas são divididas entre as que são executadas em meio aberto (advertência, reparação do dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida) e as de privação de liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional). Estas últimas são designadas, no presente trabalho, como *restrição e privação de liberdade*. As medidas são operadas por um sistema que envolve o poder judiciário, que as aplica, organizações estatais especializadas na medida de privação de liberdade e poderes públicos e instituições civis responsáveis pela execução das medidas em meio aberto. A medida de internação não pode durar mais de três anos, e deve ser reavaliada no máximo a cada seis meses, para verificar a necessidade ou não de sua manutenção.

A medida socioeducativa de internação é dirigida, principalmente, aos sujeitos que cometeram atos infracionais mediante grave ameaça ou violência a pessoa, segundo o artigo

122 do Ecriad (BRASIL, 2002). Nesse sentido, considerando o aumento do número de internações no Brasil em geral e particularmente no Espírito Santo, conforme se verifica na tabela abaixo, podemos afirmar que os adolescentes estão mais *violentos* ou o Estado se fez mais presente no domínio repressivo?

Tendo em mente essas ideias e à luz do pensamento de Wacquant (2011), poderíamos pensar que o Estado se fez mais presente no âmbito penal. Em seu estudo Wacquant (2011) apresenta uma relação entre a estrutura socioeconômica e a violência criminal. O autor identifica a mudança nas políticas econômicas nas últimas décadas do século XX, a saber, passagem do Estado de bem-estar social, o chamado Estado providência ou caritativo, para um “menos” Estado nos âmbitos social e econômico. O desmantelamento do Estado de bem-estar nos países capitalistas centrais, especificamente nos EUA e nos países da Europa ocidental, onde a análise é enfocada, veio seguido de um aumento do Estado penal, isto é, a fim de responder aos problemas sociais como a desregulamentação do trabalho, a retirada dos direitos sociais e o aumento da pobreza e da desigualdade social, houve um aumento do encarceramento dos pobres nesses países. A esse processo o autor denomina de penalidade neoliberal: responder com mais Estado policial e penal o “menos” Estado econômico e social. Pois bem, no ES os homicídios diminuíram, entretanto o encarceramento juvenil aumentou, conforme é possível notar a partir da tabela abaixo.

Tabela 4 – Número de adolescentes internos no ES

Medida socioeducativa de internação no Espírito Santo	
Ano	Número de internos
2008	366
2009	324
2010	279
2011	342
2012	507
2013	781

Fonte: Levantamento Anual Sinase 2013 (BRASIL, SDH/PR, 2015).

Conforme o Levantamento Anual 2013 Sinase (BRASIL, SDH/PR, 2015), em 30 de novembro de 2013, o estado do Espírito Santo estava em oitavo lugar na lista dos estados com

o maior número de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade.

Tabela 5 – Adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em restrição e privação de liberdade por Estado da federação referente ao ano de 2013

Adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade por Estado (2013)	
Estado	Número de internos
SP	9.614
PE	1.708
MG	1.592
RJ	1.293
CE	1.131
PR	1.015
RS	991
ES	917
DF	842
BA	644
PB	562
AC	407
PA	377
GO	368
SC	363
RO	237
MS	227
AL	215
RR	171
PI	165
MT	156
AM	139
TO	137
SE	131
MA	125
RN	100
AP	98

Fonte: Levantamento Anual Sinase 2013 (BRASIL, SDH/PR, 2015).

De 2012 para 2013 houve um aumento de 39% das medidas de restrição e privação de liberdade no ES. Vinte e um estados e o Distrito Federal também apresentaram aumento no número dessas medidas. Conforme o Sinase (BRASIL, SDH/PR, 2013, p.24): “os cinco Estados que apresentam maiores números de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade, considerando faixa etária entre 12 e 18 anos e população adolescente dos Estados são: AC, RR, DF, ES, SP e PE, o que representa a presença das cinco regiões do Brasil.” Dessa maneira, o Espírito Santo está em quarto lugar entre os estados brasileiros que apresentam os maiores números de adolescentes e jovens (12 a 18 anos) em restrição e privação de liberdade, tendo em conta a população adolescente de cada estado. O ES tem seis municípios com unidades socioeducativas.

No tocante aos atos infracionais de adolescentes em privação e restrição de liberdade em todo o Brasil, o Levantamento de 2013 do Sinase nos indica que do total de atos infracionais em 2013, 43% foram classificados como análogo a *roubo*, 24,8% (5.933) foram descritos como análogo ao *tráfico de drogas* e 9,23% análogo ao *homicídio*. Assim, roubo, tráfico de drogas e homicídio, nessa ordem, foram as principais infrações cometidas por adolescentes, os quais estão em situação de privação e restrição de liberdade no Brasil. Reparem na tabela abaixo que entre os estados que destaquei, o Espírito Santo parece ser o local onde os adolescentes mais cometeram homicídios, comparativamente aos outros atos infracionais: em primeiro lugar roubo e em segundo homicídio, enquanto que nos demais estados da região sudeste, roubo e tráfico figuram entre as principais infrações. Em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, os homicídios são bem menos importantes do que o roubo e o tráfico.

À luz do trabalho de Feltran (2010), talvez isso se explique, em parte, pela própria dinâmica de organização das atividades “criminosas”, como foi dito acima. Ou seja, em São Paulo, o “crime”, em princípio, regularia a violência, a fim de evitar os homicídios que trazem prejuízos ao negócio e também para as famílias das comunidades pobres. Desde que no Espírito Santo, supostamente, não existe uma organização criminosa como o Primeiro Comando da Capital (PCC), por exemplo, os homicídios não são regulados: acontecem com mais facilidade. Essa é uma provável explicação para os números abaixo.

Tabela 6 – Principais atos infracionais cometidos por adolescentes em restrição e privação de liberdade por estado da região sudeste, 2013

Estado	Roubo	Tráfico	Homicídio	Furto	Tentativa de Homicídio	Porte de arma de fogo	Latrocínio
Espírito Santo	406	66	192	12	37	25	25
Minas Gerais	647	242	221	26	119	39	54
Rio de Janeiro	528	479	77	44	0	47	7
São Paulo	4.419	3.772	229	260	0	63	95

Fonte: Levantamento Anual Sinase 2013 (BRASIL, SDH/PR, 2015)

Enfim, Almeida (2010) demonstra que a participação de adolescentes em crimes violentos constitui-se na minoria das ocorrências envolvendo adolescentes. Lembremos que a tabela acima diz respeito tão somente aos indivíduos que estão em restrição e privação de liberdade; existem outras modalidades de medidas socioeducativas. Como indicamos acima, no entanto, a preferência pela medida de internação é patente, pois tem aumentado.

Adorno, Bordini e Lima (1999), no estudo acerca das mudanças da criminalidade juvenil em São Paulo, no período entre 1988 a 1996, constataram que de todas as ocorrências envolvendo adolescentes entre 1993 e 1996, 1,3% foram de homicídios e 0,5% de latrocínios – roubo seguido de morte. Levando em conta os dados do Sinase, em termos do aumento das internações, poderíamos ser levados a pensar que a criminalidade juvenil aumentou, ainda assim, tal aumento é incomparável com a dimensão da vitimização da população jovem. Antes de apresentarmos as informações concernentes à vitimização, precisamos fazer uma pequena pausa, a fim de refletirmos sobre o uso desses dados estatísticos oficiais. Ouçamos quem pode nos explicar melhor:

Acho que está claro, agora, embora alguns possam discordar, que a estatística policial, por exemplo, nos diz mais sobre a polícia do que sobre os criminosos, refletindo o grau em que os membros da corporação resolvem agir contra desviantes potenciais na comunidade (BECKER, 1997, p.171).

Essa passagem de Becker é particularmente interessante à medida que não assumo, aqui, que os adolescentes estão mais violentos ou delituosos. Interpreto esses dados de maneira crítica: não necessariamente a criminalidade juvenil está aumentando, mas provavelmente o Estado

tem se mostrado mais presente no domínio policial/punitivo (WACQUANT, 2011).

Além do mais, de acordo com a técnica do Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Ciase), especificamente da Subgerência de Formação e Pesquisa, embora um adolescente possa estar interno por motivo de roubo, isso não significa que ele não tenha praticado um ato de homicídio, por exemplo. Segundo ela, muitas vezes, um adolescente está privado de liberdade por tráfico, mas já matou bem mais do que outro que esteja interno por homicídio. Vale a pena lembrar de novo essa fala, considerando que os dados oficiais do Sinase relativos aos atos infracionais provavelmente não correspondem a realidade tal como ela é; isso se coaduna com a perspectiva de Becker (1997) no que tange às estatísticas policiais.

O ponto de vista da técnica convergiu com as narrativas dos adolescentes entrevistados na Unimetro, quer dizer, o fato de serem responsabilizados por determinada infração não significa que não tenham cometido outras (e de outras naturezas) ao longo de seus percursos de vida; haja vista que, no geral, tais infrações são cometidas no interior da sociabilidade do “tráfico de drogas” em torno do qual diferentes atitudes definidas como crime invariavelmente acontecem. Por exemplo, em função de uma dívida contraída na “boca de fumo” (ponto de venda), um jovem pode ser levado a roubar para pagar a tal dívida; durante o assalto, pode assassinar a vítima, em decorrência de uma circunstância imprevista. Um abismo chama outro abismo. Assim foi que os adolescentes participantes da pesquisa sugeriram que funciona a situação no “mundo do crime”.

Outro exemplo, a punição para os “desviantes” no interior do “mundo do crime” é instrumentalizada com recursos violentos, e essa violência, como o homicídio, é criminalizada pela sociedade abrangente. Ou seja, um ato delituoso se relaciona com outro, por assim dizer. Dessa maneira, os dados representam o que está no processo formal do adolescente, mas não o que de fato *aconteceu* em sua vida. Dito outro modo: as coisas raramente são tão simples como parecem ser à primeira vista.

Agora posso retomar o assunto relativo aos dados sobre a mortalidade violenta. Uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV) a respeito dos homicídios de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, no período de 1980 a 2002, apresenta que o homicídio ocupa o primeiro lugar entre as causas externas de mortes para a faixa etária de 15 a 19 anos – ainda nos dias atuais a violência interpessoal é a principal causa de morte entre jovens, conforme a OMS (WENTZEL, 2017). Comparando os dados de

1980 com os de 2002, observa-se um aumento de 417% de vítimas de homicídio (PERES et al., 2006). A pesquisa do NEV aponta que o risco de ser vítima de homicídio é substancialmente maior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros com deficits sociais e de infraestrutura urbana.

Em 2013, 96% dos adolescentes em restrição e privação de liberdade no Brasil eram do sexo masculino. Precisamente, 22.081 adolescentes do sexo masculino e 985 do sexo feminino. A maioria dos adolescentes institucionalizados está na faixa etária entre 16 e 17 anos de idade. Além disso, de acordo com o Levantamento, há um predomínio de adolescentes considerados pretos ou pardos (57,41%), porém cinco estados não enviaram a informação:

A análise dos dados de raça/cor indica predominância de pretos/pardos em três regiões do país: Sudeste, Centro-Oeste e Norte. A Região Sul apresenta a maior taxa de brancos no Sistema Socioeducativo, superando pretos/pardos. A Região Nordeste apresenta elevada taxa de “sem informação” (PE), o que pode alterar a distribuição no total nacional (Brasil, SDH/PR, 2015, p.32).

De modo semelhante ao que acontece com os homicídios no Brasil, notamos que a seletividade étnico-racial ocorre também no que se refere à institucionalização do adolescente afrodescendente. Assim como as principais vítimas de homicídio no Brasil são afrodescendentes e jovens, os adolescentes privados de liberdade também são predominantemente afrodescendentes.

Em 2013, 29 adolescentes morreram nas unidades de internação no Brasil, o que significa uma média superior a dois adolescentes por mês. As principais causas de morte foram: conflitos interpessoais (59%), conflito generalizado (17%) e suicídio (14%). Comparando os anos de 2012 e 2013, foi registrado um aumento no número de mortes por conflito interpessoal (de 37% para 59%).

Conforme as narrativas dos adolescentes na Unimetro, os conflitos interpessoais se devem, em grande medida, à desconfiança mútua e ao medo de serem vítimas de vinganças relacionadas aos conflitos externos à unidade, que eles definem como “guerras nas ruas”. Desde que pertencem a grupos diferentes e rivais em termos do comércio varejista de drogas ilícitas, tais rivalidades são vivenciadas de alguma maneira, agora, no interior da unidade, conquanto exista um forte discurso institucional para que os adolescentes não levem em consideração o que aconteceu com eles nos eventuais grupos dos quais fizeram parte antes da institucionalização.

Os conflitos interpessoais também acontecem quando alguém quebra as “regras dos

presos” (termo usado pelos adolescentes), ou seja, as regras que eles definem para conviverem dentro da unidade. O transgressor é estigmatizado, ganha o nome de “bola”, pode ser espancado e, em função disso, isolado numa moradia específica dentro da unidade, a reflexiva.

As regras definidas têm a ver com a manutenção da autoridade do outro e o respeito à família no contexto dos momentos de visita por exemplo – esse ponto será explorado adiante. Porém, na Unimetro, em particular, por se tratar de uma unidade destinada aos adolescentes mais velhos, muitos já maiores de idade, os rapazes hesitam no momento de adotar atitudes violentas que possam criminalizá-los, já que, nessas circunstâncias, poderiam ir para “a maior”, quer dizer, para o presídio dos adultos. Portanto, esse estado de coisas funciona como um mecanismo óbvio de coerção. Eles são lembrados de sua condição de “já adultos” com certa frequência pelos agentes socioeducativos e, sobretudo, tendo em vista o fato de que a Unimetro está localizada dentro de um complexo penitenciário onde ficam, justamente, os presos adultos.

Existem 466 unidades de atendimento socioeducativo de restrição e privação de liberdade no Brasil, considerando-se as modalidades: internação, internação provisória, semiliberdade e atendimento inicial. A maioria dessas unidades está concentrada na região sudeste (47%). No ES existem 12 unidades exclusivamente masculinas e 1 exclusivamente feminina.

Enfim, chegamos ao ponto de relacionar a situação estrutural apresentada com a biografia dos indivíduos. Indo além desse quadro descritivo, passo a relatar uma experiência que pode nos ajudar a compreender a condição dos adolescentes pobres urbanos de maneira mais aproximada, qualitativa, ao menos no âmbito da capital do ES.

No dia 30 de setembro de 2016, sexta-feira, eu fui à farmácia Drogasil que fica no bairro onde moro, Jardim da Penha⁸¹, Vitória/ES, por volta de nove horas da noite. Quando estava entrando na farmácia, uma menina, criança, que estava sentada no chão, ao lado da porta de entrada, me disse: “tia, me dá uma ajuda!”. Desde que me tornei tia de verdade, em 2008, essa palavra me comove no íntimo, de modo que me lembro instantaneamente do meu sobrinho e parece ser a voz dele que escuto; fiquei, por isso, mais enternecida. Ao lado dela

81 Bairro localizado no município de Vitória; a região é compreendida entre a Av. Adalberto Simão Nader até o Canal de Camburi, e da praia de Camburi até onde é a Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente, o bairro está praticamente todo ocupado por funcionários públicos, estudantes universitários e profissionais liberais, caracterizando uma população jovem e possuindo um comércio autossuficiente.

tinha um menino. Eu pedi a ela que esperasse – pensei em dar o restante do valor que tinha comigo para comprar um remédio comum para dor de cabeça. Foi bem rápido, não tinha fila. Quando saí, dei o dinheiro a menina e me abaixei no chão para conversar com eles.

Desse modo, soube que os dois moram no bairro São Pedro e foram ali junto com uma moça, que, a princípio, a menina (Maria Eduarda que completaria doze anos na quarta-feira da semana seguinte a que nos conhecemos) me disse que era sua mãe. Porém, depois soube que, na verdade, era a irmã mais velha (a chamava de mãe “por consideração”); Érica é o nome da moça. O menino, Daniel, tem 14 anos, mas me pareceu mais novo. Os dois estavam pedindo esmola. Agora que os leitores sabem um pouco sobre a origem do bairro São Pedro e sua condição atual, isto é, já foram apresentados ao contexto do lugar, podem compreender mais ou menos a situação social daquelas crianças.

Surpreendeu-me o fato de a menina me dizer que estuda, pois quando eu disse que me chamava Daniela, ela sorriu e disse que a sua professora também se chamava assim. Soube, também, que a mãe da menina tem mais cinco filhos. Depois de poucos minutos de conversa, apareceu a moça, a qual me disse ser irmã da menina. A jovem estava com uma expressão meio agressiva, inicialmente, talvez tenha estranhado o fato de eu estar ali, abaixada e conversando com os meninos, talvez tenha se sentido ameaçada, não sei... Mas disse de maneira espontânea que simplesmente tinha ido à farmácia e Maria Eduarda me pediu “uma ajuda”. Então, ela, por sua vez, já com a fisionomia mais tranquila, me perguntou se eu tinha algumas roupas para doar. Procurei saber se a tal moça vinha com frequência ao bairro ao que me respondeu afirmativamente. Assim, me disse o número de seu telefone celular (sim, tinha um número de telefone para contato) e eu falei que ligaria depois para combinarmos a ajuda com as roupas. Dei tchau para as crianças e fui embora. Pensativa.

Bem, em primeiro lugar, aquelas crianças, como tantas outras que encontramos esmolando pelas ruas de Vitória, sobretudo perto de regiões comerciais, estão em uma situação de vulnerabilidade⁸², é óbvio que elas não deveriam estar lá, naquelas condições.

82 Embora existam críticas com relação ao uso desse termo, pelo fato de servir como pretexto para ações de assistência e segurança pública que estigmatizam e criminalizam a juventude pobre, acredito que ele seja pertinente ao caso. Nesse sentido, entendo *vulnerabilidade* como uma condição em que crianças e adolescentes pobres urbanos se encontram nesse momento histórico, em virtude dos conflitos violentos multifacetados que podemos verificar no contexto de algumas cidades brasileiras. Esses indivíduos são particularmente mais suscetíveis aos conflitos, por exemplo, tendo em vista sua condição de dependência dos adultos os quais, muitas vezes, os expõem às violências. Apesar de, talvez, servir como um subterfúgio para o cometimento de mais violências, creio que o termo é útil no sentido aqui apresentado. Os Direitos Humanos, da mesma maneira, também podem ser usados como subterfúgio para o cometimento de violências, quando alguns países arrogam para si a missão de “defender os direitos humanos” em regiões supostamente “incivilizadas” do mundo, quando, na verdade, estes países estão com interesses bem menos

Nesses casos, é comum pensarmos que as crianças foram com aquela jovem para sensibilizar os *outros* e assim aumentarem suas chances de conseguir mais “ajuda”, como uma *estratégia de sobrevivência*. Mas talvez não tenham vínculo efetivo de parentesco, talvez nem vínculo afetivo tenham. O fato é que as crianças não deveriam estar ali. De alguma forma, elas representavam parte dos sujeitos que estudava em minha pesquisa, adolescentes, moradores de bairros populares de Vitória (especialmente São Pedro) e em certa medida expostos às *violências*. Por isso, resolvi registrar o episódio. Depois desse, vivenciei vários outros, no mesmo cenário, em frente a tal farmácia, mas também em frente a padarias, por exemplo. São pessoas aparentemente jovens, com ou sem crianças, que pedem ajuda para comprar um lanche, leite para os filhos, dinheiro para passagem, roupas de cama, sabonete, etc. A maior parte dessas pessoas é negra ou parda.

O bairro Jardim da Penha parece ser um lugar especialmente propício para isso. Creio que pela condição socioeconômica aparentemente favorável dos moradores em geral e, também, por ser uma região com um razoável número de estabelecimentos comerciais, o qual promove a circulação de pessoas, sobretudo durante o dia e início da noite, a pé. Existem também algumas praças que são ocupadas (a noite e nos finais de semana) por vendedores em barracas que oferecem vários tipos de lanche e outras coisas, como itens para casa, acessórios, objetos do artesanato local, etc. Assim, as pessoas são atraídas para esses locais. Meu sobrinho, certa feita, estava comigo em um desses episódios, se tratava de uma mãe com dois filhos. Depois de uma rápida conversa com o grupo, eu e Murilo fomos andando, e ele, que tem nove anos, me perguntou “*tia*, por que eles não pedem ajuda lá no bairro deles? Por que eles vem para cá?”. Murilo me parece uma criança especialmente atenta a essas questões, por diversas vezes ele mesmo chama a minha atenção para observar grupos de pessoas assim na rua, em situações que aos seus olhos são incomuns; mas a cada dia que passa percebo que tais situações passam a lhe causar menos estranhamento e, talvez, menos desconforto. Mas não falemos mais de meu sobrinho. Onde eu estava?

Ah sim, pois bem, diante do quadro das crianças na farmácia e etc., me perguntava:

nobres do que publicamente alegam. Todavia, nem por isso, a meu ver, a defesa dos direitos humanos deixa de ser algo pelo qual devemos prezar.

Vulnerabilidade é então um conceito que surgiu na área da saúde e ganhou espaço na análise de temas sociais, contribuindo para uma visão mais complexa da realidade. Ao trabalhar a partir da ideia de vulnerabilidade às situações de violência, se compreende que, além de fatores individuais os quais podem influenciar a exposição das pessoas à violência, existem elementos sociais, ambientais, econômicos e de direitos humanos, denominados de fatores de risco, que contribuem ou condicionam a exposição a essas situações. Para uma compreensão mais detalhada sobre o tema vulnerabilidade e violência cf. Ruotti, Massa e Peres (2011).

caberia classificarmos os adolescentes, em condições semelhantes a relatada acima, como “violentos” ou “desviantes”? Como condená-los/puni-los por algum ato infracional que porventura cometam, considerando semelhante situação de existência?

Com efeito, a perspectiva que considera as crianças pobres como possíveis delinquentes está presente em ações assistencialistas que objetivam o controle, o que quer dizer que existe no imaginário social brasileiro a relação entre infância e adolescência pobre e “crime”. Como explica Paula (2015), a pobreza, mesmo a partir da ideia de “exclusão social”, ainda é apontada contemporaneamente como a causa para a delinquência juvenil. Nesta pesquisa, a ideia é suspender o reducionismo econômico e enfatizar como os agentes atuam em seu campo de possibilidades.

A despeito disso, o que me questionava por ocasião do episódio relatado era: qual menina, prestes a completar 12 anos de idade, “escolheria” esmolar na porta de uma farmácia, numa sexta-feira a noite? Cabe-nos, agora, compreender as maneiras que eles teriam para superar os limites estruturais. Voltamos, assim, à nossa pergunta: *o que as pessoas fazem com o que fazem delas?* Ou seja, tendo em conta os condicionantes socioeconômicos, quais são as intercorrências ou caminhos possíveis para superar essas situações?

Vejo uma encruzilhada. Ao mesmo tempo em que apontar a pobreza como a causa para a envolvimento com a criminalidade reforça os discursos e as práticas sociais que criminalizam, encarceram e exterminam a adolescência e a juventude urbanas pobres, não podemos ignorar tão grande evidência, qual seja, que seria comparativamente mais possível um adolescente se envolver em atos definidos⁸³ como ilícitos nas circunstâncias apresentadas nesse breve relato do que um adolescente que, em vez de esmolar sexta-feira à noite, estivesse sentado confortavelmente na poltrona do carro de sua mãe, entretido com seu *iPhone*; no caminho para casa de uma colega de sua escola (que custa uma mensalidade cara), a fim de comemorarem o aniversário desta, onde seriam servidos brigadeiros *gourmet*.

Mas, por outro lado, temos de reconhecer que apenas uma pequena parte de adolescentes pobres se envolve em atividades ilícitas, indicando a existência de outros fatores

83 A ideia de “definição” está alinhada com a teoria da rotulagem, a qual chama atenção para o poder social e a influência da classe social (BECKER, 2008). O desvio ou a conformidade com as normas sociais devem ser pensadas, conforme essa concepção, a partir da pergunta: quem dita as regras? As normas sociais são influenciadas fortemente pelas divisões de poder e classe. Ademais, ninguém quebra todas as regras, assim como ninguém cumpre todas. A maioria das pessoas transgride em certas ocasiões regras de comportamento geralmente aceitas, como levar algo de uma loja sem pagar, apropriar-se de pequenos objetos do trabalho – como papel – e dar-lhe uso privado. Outro exemplo é exceder o limite de velocidade ou beber quantidade exagerada de bebida alcoólica antes de dirigir (GIDDENS, 2008). Todavia um mesmo ato pode ser considerado de perspectiva diferente dependendo de quem o comete, assim como certos “crimes” são mais rotulados do que outros.

mais determinantes do que a “pobreza”⁸⁴. Fatores que serão discutidos no último capítulo da dissertação.

Temos de levar em consideração que o fato de cometer um ato definido como ilícito não torna o adolescente “criminoso”, aliás, o próprio ato em si não seria inerentemente criminoso. Trata-se do processo social de criminalização. Lembremos que um mesmo ato pode ser julgado de modos distintos dependendo de quem o comete.

Com efeito, não suponho que os adolescentes que, como estratégia de sobrevivência, pedem “ajuda” às pessoas pelas ruas movimentadas das capitais brasileiras cometerão, infalivelmente, atos definidos como ilícitos. “Escolher” esmolar é uma estratégia por si mesma alternativa ao “crime” - o qual muitos não cometem em função dos *limites morais* internalizados no processo de socialização. Inclusive, é comum ouvirmos justamente nesses contextos que “eu poderia estar roubando, matando, traficando, mas estou pedindo uma ajuda...”. Além disso, no interior de um mesmo contexto socioeconômico, como no bairro São Pedro, existem diferentes tipos de sociabilidades juvenis, de modo que é notável que o contexto socioeconômico não determina, em última instância, o percurso de um sujeito no que se refere ao cometimento de atos ilícitos, mas existem outros elementos que devem ser levados em conta.

Embora Maria Eduarda estivesse ali, na calçada, esmolando, também frequenta uma escola, ou seja, essa situação está um pouco distante do estado “típico ideal” de uma criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade – em geral, nós não imaginamos que estejam frequentando a escola. Neste ponto, convém mencionar de passagem que os adolescentes internos na Unimetro “abandonaram” (ou foram “expulsos” diretamente ou sutilmente) a escola com menos idade do que Maria Eduarda e Daniel.

Segundo Waiselfisz (2016), a escolaridade reduz significativamente o risco de morte por homicídio. No estudo sobre a relação entre a escolaridade e os homicídios, foi constatado

84 A noção de “envolvimento” com atividades ilícitas ultrapassa a explicação do desvio e do crime à luz da Teoria da Rotulagem e da Sociologia do Desvio, pois tais ideias não enfocam os *processos que conduzem aos atos definidos como desviantes*. Nesse ponto, o estudo dos fatores condicionantes de percursos biográficos distintos no mesmo contexto socioeconômico em relação ao engajamento em atividades definidas como ilícitas, aqui, leva em conta as teorias interacionistas e o entendimento da “associação diferencial” (SUTHERLAND, CRESSEY, LUCKENBILL, 1992), que considera os comportamentos ditos desviantes como sendo aprendidos a partir do meio social onde as pessoas estão inscritas. De uma forma geral, de acordo com esse entendimento, o comportamento definido “criminoso” é aprendido nos grupos primários, em especial nos grupos de pares. Semelhante teoria contraria a ideia de que existem diferenças psicológicas que distinguem os “criminosos” das outras pessoas. Assim, concebe as atividades ilícitas como sendo aprendidas em grande medida da mesma forma que as que estão de acordo com a lei e orientadas, sobretudo, pelos mesmos valores e necessidades.

que os jovens de 15 a 19 anos com 0 a 3 anos de estudo (analfabetos ou com alfabetização deficitária) têm 4.473% maiores chances de morrerem assassinados do que aqueles jovens na mesma faixa etária que têm 12 anos ou mais de estudo (que finalizaram o Ensino Médio ou mais). Já na faixa etária de 20 a 29 anos, em que a vitimização por homicídio atinge sua máxima expressão, a proteção que os anos de estudo dão aos jovens fica mais evidente. A taxa de homicídios para o grupo com 12 anos ou mais de estudo foi de 4,0% e a taxa para os com 0 a 3 anos de estudo foi de 264,0%. Desse modo, a probabilidade diferencial para essa faixa etária é de 6.516%, isto é, para cada 1 jovem assassinado com 12 anos ou mais de estudo, são assassinados 66 com 0 a 3 anos de estudo. Esses dados são referentes ao ano de 2014 e as informações sobre os homicídios foram coletados por meio do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS).

Com base nisso, podemos inferir que se Maria Eduarda e Daniel continuarem na escola, em princípio, terão menos chances de serem vítimas de violência letal. Mas, a escolarização também diz respeito à posição socioeconômica do indivíduo; via de regra, quem estuda mais, possui melhores condições econômicas (por isso estuda mais). Desse modo, quanto melhor as condições econômicas, mais a pessoa estuda e menos chances terá de ser vítima de violência letal – em decorrência de ter menos chances de se envolver em situações arriscadas como o engajamento em gangues e de sofrer violência policial no contexto das regiões periféricas, por exemplo. Por outro lado, mesmo em um contexto socioeconômico desfavorável, caso uma pessoa estude mais que a outra, a que estudou mais estará mais “protegida” contra os homicídios (em especial, aqueles decorrentes do envolvimento em atividades ilícitas) em comparação com a que estudou menos.

Além disso, sabemos que existem muitas desigualdades no que se refere à qualidade das escolas no Brasil, mesmo entre as públicas⁸⁵. De modo que apenas frequentar uma unidade de ensino (e não contar apoio familiar e financeiro para continuar estudando) não implica em um desempenho escolar suficiente. Ainda neste ponto, parece que a escola funciona como um escudo protetor contra as violências no seguinte sentido. Um adolescente,

85 Em sua pesquisa sobre a desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil, Ribeiro (2011) mostra que existem desigualdades em termos da região de residência (urbana *versus* rural) e em termos de região de nascimento (sul *versus* norte); também existem desigualdades no tocante ao status ocupacional do pai ou da mãe; o autor aponta desvantagens para filhos de mães que trabalham fora do domicílio, além de desigualdades em termos de educação do pai e da mãe; e, por fim, indica que existem desvantagens para os indivíduos que cresceram em famílias monoparentais ou com muitos irmãos. O sistema educacional brasileiro parece promover a desigualdade na medida em que os indivíduos que frequentaram escolas privadas ou federais de ensino fundamental e médio têm chances substantivamente maiores de progredir no sistema do que aqueles que frequentaram escolas públicas municipais e/ou estaduais.

quando passa a se envolver em atividades ilícitas, tende a “abandonar” a escola, por se sentir mais livre, autônomo. Deste modo, a educação passa a perder o sentido de servir como um meio de profissionalização com vistas à conquista de um lugar no mercado de trabalho formal. O adolescente engajado no “tráfico de drogas”, por exemplo, se sente independente⁸⁶ e a escola representa, em certo sentido, um lugar de dependência, de obediência às regras, etc. Desse modo, as possibilidades do jovem são restringidas, a situação na atividade ilícita se aprofunda. Então, de repente, em meio a um conflito com outros jovens, ou em função da lógica de funcionamento da atividade ou por uma questão supostamente banal, aliada a disponibilidade de armas de fogo, pode vir a ser vítima de homicídio. Isso significa, por exemplo, que dificilmente um adolescente envolvido com o comércio varejista de substâncias ilícitas estará, ao mesmo tempo, frequentando uma escola, pelos motivos expostos. Difícil não quer dizer impossível, leitores; tudo é possível debaixo do sol. Mas encontramos essa recorrência a partir da pesquisa com os rapazes na Unimetro: a maioria deles “abandonou” ou foi expulsa direta ou indiretamente da escola quando eram pré-adolescentes e isso foi feito ao mesmo tempo em que passaram a se envolver com o “tráfico”, e também quando passaram a morar ou sozinhos ou com amigos – mais um elemento que aponta para o aspecto da *autonomia*. Essas ideias serão desenvolvidas no último capítulo da dissertação.

A seguir, busco discutir outro aspecto macro do fenômeno dos conflitos e dos consequentes homicídios juvenis. Trata-se da desumanização e da consequente apatia moral da sociedade brasileira, que contribui, a meu ver, para a prevalência dos homicídios juvenis no Brasil.

3.2 A desumanização e a apatia moral da sociedade brasileira

Desumanização. Essa palavra parece ser o oposto de humanização. A desumanização expressa a ideia de que a vida é extraída de sua condição de humanidade, ou seja, não é considerada em termos de sua dignidade intrínseca. Nesse sentido, podemos compreender que a desumanização – de determinadas vidas – não é algo específico do tempo e do contexto em que vivemos, até mesmo porque nem sempre a vida humana foi concebida por meio da noção dos Direitos Humanos, a qual é recente do ponto de vista histórico. Assim, sempre houve

86 Lyra (2013) afirma que o engajamento no tráfico de drogas passa por um processo de busca por autonomia, nesse sentido o adolescente se sente independente. Isso parece ser expresso na categoria nativa “sujeito-homem”, ou seja, o rapaz já se sente *homem*, por ser responsável, “trabalhador” e também por ter condições de prover os recursos de que precisa.

peças em determinadas sociedades ou grupos que eram consideradas “menos humanas”, isto é, *menos dignas* do que outras. E sempre existiram pessoas que simplesmente não eram consideradas “pessoas”, mas apenas instrumentos para certos fins, como instrumentos de trabalho (como escravos) ou até mesmo de desfrute sexual, ou para a reprodução da espécie (como mulheres).

Por exemplo, no primeiro século da era cristã, certa feita, Jesus foi interrogado por um doutor da lei (um tipo de advogado) a respeito de quem seria o “próximo”. Os judeus sabiam que era preciso, conforme a sua lei, “amar o próximo como a si mesmo”, porém a dúvida era: quem seria o “próximo”, ou seja, quem seria “digno” do meu amor, da minha consideração? Podemos inferir que o doutor da lei, implicitamente, não tinha todas as pessoas por *dignas* de sua consideração, mas apenas os judeus, o seu próprio povo, caso contrário não teria feito a pergunta. Assim, Jesus lhe conta a parábola do “Bom Samaritano”. Os samaritanos e os judeus eram inimigos por questões políticas, culturais e religiosas, os samaritanos eram considerados inferiores ou indignos pelos judeus. Mas Jesus escolhe justamente um personagem samaritano para explicar ao *digno* judeu quem era o “próximo”⁸⁷.

Desse modo, o resumo moral do ensinamento é que o próximo, a quem se deve amar, é *qualquer um* que precise de você: independente de quem seja, todos seriam *dignos* e, nesse sentido, *humanos*. Esse conjunto de ideias cristãs que considera a *dignidade humana* como *universal* inspirou, em parte, a noção dos Direitos Humanos e a própria formação cultural e política do ocidente; conquanto sociedades ocidentais cristianizadas (ou nominalmente cristãs) tenham tratado, com infeliz frequência, o “próximo” de maneira indigna e degradante. Tendo isso no horizonte, entendemos que a *desumanização*, ou seja, considerar uns mais dignos do que outros e outros, ainda, indignos, é algo frequentemente praticado por parte da humanidade, desde tempos imemoriais⁸⁸.

Faço notar que os próprios judeus já passaram por diversas experiências de desumanização ao longo da história, sendo que uma das mais emblemáticas ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha nazista. Esses episódios, aliás, contribuíram para

87 Essa parábola, em certa medida, exprime a máxima moral de que devemos fazer aos outros o que queremos que eles nos façam. Tal princípio é, de modo semelhante, encontrado em outras religiões e culturas, conhecido também como “regra de ouro”. Podemos inferir que este preceito indica, por si só, que os “outros” são tão *dignos* quanto nós mesmos (por isso devemos amá-los como amamos a nós mesmos); reconhece, portanto, a humanidade/dignidade intrínseca a todos os homens e mulheres.

88 Com isso não estou dizendo que intrinsecamente a humanidade seja inclinada a produzir desigualdades e desumanizações, como se isso fosse parte de sua própria essência. Apenas aponto para a regularidade histórica de tais ocorrências, em determinados contextos.

fomentar a proclamação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH) pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Contemporaneamente, na região onde foi estabelecido o Estado de Israel, palestinos passam por situações de desumanização, num certo sentido. De modo semelhante, refugiados daquela parte do mundo também são, em maior ou menor medida, desumanizados em países do continente europeu, onde buscam se refugiar em função dos conflitos em seus países de origem – trata-se do contexto da crise migratória europeia.

Nesse ponto, convém trazer à baila algumas ideias de Giorgio Agamben (2002). Este filósofo italiano reflete acerca do entrecruzamento do poder soberano, da vida nua e da biopolítica na história do ocidente. Ele se apropria da noção de biopolítica em Foucault⁸⁹ e desenvolve a noção de “vida nua”, a partir da divisão já presente na reflexão filosófica da antiguidade clássica, entre a vida natural e a vida qualificada. Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o sentido contemporâneo da palavra *vida*. Dessa maneira, usavam a palavra *zoé* (que indicava a vida comum de todos os seres) e *bíos* (que designava a forma de viver particular de um indivíduo ou comunidade). *Zoé* remetia à vida natural e *bíos* à vida qualificada. A vida natural era excluída da esfera política, dado que nesta só poderia existir a vida politicamente qualificada.

Pois bem, Agamben (2002) encontra na figura do direito romano arcaico a metáfora mais acabada da condição de “vida nua” diante do poder soberano, a figura do *homo sacer* - aquele que foi julgado e condenado por um delito e que em virtude dessa condenação, encontrava-se em uma situação peculiar: ao mesmo tempo em que não podia ser sacrificado, quem o matasse não seria condenado por homicídio. Agamben (2002) compreende que presenciamos, na contemporaneidade, a inclusão praticamente total da “vida nua”, da vida natural ou biológica, nos cálculos do poder estatal; assim, todos se encontram, potencialmente, na mesma condição do *homo sacer* diante da exceção do poder soberano. Em específico, podemos encontrar, em alguma medida, tipos de *homo sacer* nas periferias urbanas

89 Michel Foucault identificou uma mutação importante na forma como o poder soberano no ocidente lida com a vida e a morte de seus súditos. Durante muito tempo o poder soberano se caracterizou, principalmente, como um poder que causava a morte ou deixava viver (por meio do confisco, da extorsão de bens ou trabalho). No moderno ocidente ocorrerá uma mutação profunda nos mecanismos de poder, de tal modo que as práticas de confisco serão suplantadas por práticas de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e organização de forças submetidas. O poder estatal se voltará para gerir a vida em todos os aspectos, poder “produtivo”, em oposição ao poder “negativo”, voltado meramente para a possibilidade de causar a morte. Surge um poder cujo principal objetivo não é mais matar, mas investir contra a vida, seja dos indivíduos, seja das populações. Começa a era daquilo que o autor chama de biopoder. As ideias de Foucault se restringem as práticas que ocorrem no ocidente a partir do século XVII, Agamben (2002), no entanto, vai além, e afirma que Foucault não teria percebido que se trata, em verdade, de um longo processo histórico.

brasileiras, por exemplo. São pessoas (vidas nuas) em perigo diante do poder soberano.

De todo modo, prefiro trabalhar, aqui, com a ideia de “desumanização” e “desvalorização” da vida humana em vez de “vida nua” ou *homo sacer* propriamente. Farei isso em articulação com as ideias de Freire (2010), Machado da Silva (2004) e Misse (2010), cientistas sociais brasileiros que têm estudado a “violência urbana” e suas consequências no Brasil contemporâneo.

À luz das ideias apresentadas, os leitores entenderam o que eu quero dizer por “desumanização”. Ou seja, é quando a dignidade de certas pessoas ou grupos não é reconhecida, seja do ponto de vista formal ou prático; quando determinado grupo social é considerado empiricamente como inferior por outros grupos sociais e, nesse sentido, o grupo desumanizado padece de situações violentas, sendo suas vidas *des-valorizadas* em relação a outras. Conseqüentemente, tais vidas podem ser descartadas, exterminadas. É claro que existem variações. Em alguns casos, como no âmbito da Alemanha nazista, os judeus “precisavam” ser exterminados, em nome de uma pretendida pureza racial – tratava-se, sobretudo (mas não só), de uma questão cultural e étnica. Outro exemplo se refere ao caso da instituição da escravidão no Brasil colonial e imperial, que, diga-se de passagem, foi o último país a aboli-la. Os escravos não eram considerados “pessoas”, mas coisas/mercadoria, nesse sentido tratava-se principalmente de uma questão econômica – suas vidas “naturais/biológicas” eram mantidas em integridade na medida em que eram necessários enquanto instrumentos de trabalho⁹⁰. Em outros casos, mais contemporâneos, a dignidade das pessoas (indistintamente) é reconhecida do ponto de vista formal, contudo, *na prática*, certos grupos são concebidos como menos humanos/menos dignos e sua condição de vida e de morte pouco comove a sociedade em geral e suas instituições. Portanto, desde que historicamente a humanidade parece encontrar meios para inferiorizar seus semelhantes, pergunto: e no Brasil contemporâneo, quem seriam as pessoas desumanizadas em certos

90 O historiador Sidney Chalhoub (2011) discute as *contradições* que envolviam a instituição da escravidão no Brasil. Uma destas consistia no fato de se ter uma mercadoria que é, ao mesmo tempo, “pessoa”. Por exemplo, os escravos eram efetivamente tratados como coisas, podiam ser vendidos, comprados, hipotecados, o destino deles era decidido em testamentos, constavam em inventários e etc. Porém, havia um momento em que sua humanidade era reconhecida, a saber, diante do sistema de justiça criminal – eles eram considerados plenamente responsáveis por seus atos; nesse sentido específico, havia o reconhecimento de sua condição humana de arbítrio e capacidade de discernimento. Desse modo, a escravidão estaria baseada em uma *ficção*: de que se pode tratar “pessoas” como coisas.

Tendo isso no horizonte, podemos conceber que situações violentas não começaram a acontecer no Brasil somente a partir dos anos 1970, quando o número de homicídios passa a crescer; mas, antes, a *violência* (e a desumanização) esteve presente na história do país desde o período colonial, sendo as principais vítimas os grupos subalternos como escravos, mulheres, crianças e pessoas economicamente desfavorecidas.

contextos de enunciação, a despeito de sua humanidade/dignidade reconhecida formalmente?

Pois bem, creio que os leitores não terão dificuldade para responder a pergunta, visto que durante este trabalho alguns indícios foram apontados. Os adolescentes e jovens pobres urbanos, em especial *afrodescendentes*, parecem ser desumanizados no atual contexto brasileiro, pois são esses os que mais morrem de maneira violenta e estas mortes são tratadas, em certa medida, com *fria indiferença* pela sociedade abrangente – aqui, à luz passado histórico nacional, em específico no tocante à instituição da escravidão, podemos razoavelmente conceber que existe uma “tolerância” histórica desta sociedade, a qual permanece até os dias atuais, com relação ao sofrimento da população negra. “Tolerância” (por assim dizer) que não é elaborada discursivamente/oficialmente, entretanto nem por isso deixa de ser manifestada e de produzir efeitos⁹¹. Mas vamos em frente. Vejamos agora as ideias concernentes ao “regime de desumanização” segundo concebeu Freire (2010), porquanto o alvo deste tópico é discutir um tipo particular de desumanização atualmente em curso nas cidades brasileiras.

Freire (2010), em seu trabalho sobre a sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro (RJ), reflete sobre os repertórios da “violência urbana” e os “direitos humanos” por meio de quatro tipos de coletivos, a saber, moradores de condomínios fechados, policiais militares, advogados que atuam em defesa dos direitos humanos e familiares de vítimas de violência policial. A partir desse estudo, a autora aponta evidências de que existe uma gramática de sociabilidade que não assume como óbvio o pertencimento de todos os moradores da cidade a uma humanidade comum. A pesquisadora examina as formas de coordenação que sustentam a sociabilidade no Rio de Janeiro, inspirando-se nas abordagens sociológicas pragmatistas, por meio de Boltanski e Thévenot (1999), principalmente. Desse modo, ela postula o conceito de “regime de desumanização”. Para a autora,

o regime de violência apreende uma ordem ilegítima na qual os seres não são passíveis de serem incorporados a uma humanidade comum e, neste sentido, as ordens de grandezas que distribuem uma situação não são mais reconhecidas. Enfrentam-se meras forças. *A metafísica da violência* inviabiliza a ordenação de seres em uma humanidade comum e, por este motivo, o regime de violência torna-se um regime do injustificável, da guerra, e se opõe ao regime de justificação (FREIRE, 2010, p.120).

91 De acordo com informações do Atlas da Violência 2017, indivíduos negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência (CERQUEIRA et al., 2017). O estudo mencionado analisou os números e as taxas de homicídio no país entre os anos de 2005 e 2015.

Assim, a situação da “violência urbana”⁹² faz com que se enfrentem meras forças, numa guerra, em que o outro é “desumanizado”. Entretanto, Freire (2010) discute que não se trata, meramente, de um “regime de violência”, porque este poderia explicar estados de guerra e de exceção, mas não a sociabilidade no Rio de Janeiro, embora esta seja afetada por situações de recurso à força. Então, trata-se de um “regime de desumanização”, o qual é caracterizado por uma *metafísica* que orienta uma gramática de justificação pública que busca extrair certos seres de uma humanidade comum.

No início de 2017 foi possível verificar uma evidência neste sentido, da “desumanização” de determinadas vidas. Durante o período que ficou conhecido como “crise da segurança pública” no estado do Espírito Santo, em função de protestos de familiares de policiais militares em toda a RMGV, mais de 200 pessoas foram assassinadas. A maioria das vítimas era do sexo masculino, de pele parda e moradora dos bairros periféricos da RMGV, isto é, o mesmo perfil dos que, geralmente, mais morrem no Brasil⁹³. Em meio ao caos urbano, foi comum notarmos comentários nas redes sociais, em sites de notícias e pelas ruas de pessoas que diziam, *resignadamente*: “só morrem bandidos”. Dessa forma, a indignação não era proporcional a dimensão da tragédia, visto que as vítimas não eram “pessoas”, mas “bandidos”. Não é exagero afirmar que muitas “pessoas” se declaravam, inclusive, aliviadas com os assassinatos, pois, em tese, significava que o estado estaria, por conseguinte, “limpo da bandidagem”.

Freire (2010) estuda as percepções de justiça de diferentes atores sociais, os quais são recortados conforme várias “regiões morais”. A intenção era de apreender a pluralidade de entendimentos acerca do tópico “direitos humanos” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Assim, são descritas as construções de séries gramaticais dos quatro tipos de coletivos mencionados acima. A autora explica que os protagonistas desses coletivos apontam tensões entre a *lógica universal* dos direitos humanos e as *lógicas contextuais*, nas quais diversos atores operam com esses direitos como princípios que variam de situação em situação. Por exemplo, a autora descreve a situação do advogado defensor dos direitos

92 “Violência urbana” é compreendida, aqui, segundo Machado da Silva (2004). Para este, “violência urbana” é uma representação social, uma categoria do entendimento do senso comum que confere sentido à experiência vivida nas cidades, orientando instrumentalmente e moralmente os cursos de ação que os moradores consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam. O termo descreve e organiza o sentido subjetivo das práticas que envolvem o crime comum violento e suas vítimas atuais ou potenciais.

93 A paralisação dos policiais durou 21 dias. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/sobe-para-173-o-numero-de-mortes-violentas-durante-crise-no-es.html> Acesso em 19 de abril de 2017.

humanos que, a fim de dar bom curso ao processo judicial aberto por uma mãe de vítima de violência policial, necessita lembrar ao juiz que a cliente e seu filho (assassinado), são *humanos*. Na cena descrita, o advogado reúne fotos da vítima em diferentes momentos da vida e explica para a pesquisadora que tal procedimento funcionaria para *humanizar* o filho da cliente.

A reflexão de Freire (2010) é devedora da perspectiva analítica dos sociólogos Boltanski e Thévenot (1999), que ressalta os recortes cognitivos, morais e afetivos tipicamente realizados pelas pessoas comuns, consideradas atores competentes. Nessa perspectiva, a unidade elementar de observação é a situação na qual se encontram pessoas que estabelecem um acordo, em um espaço-tempo particular, sobre um “bem-comum”. A autora conclui que considerando que os “territórios da pobreza” são os mais afetados pela “sociabilidade violenta”⁹⁴ e seus moradores têm um acesso limitado ao espaço público, a ordem social na RMRJ estabelece *de antemão* que tais moradores são os “pequenos”, nos termos de Boltanski e Thévenot, de várias situações da vida cotidiana. O ser “pequeno”, no “regime de desumanização”, caracteriza o fato de ser potencialmente percebido como “desumanizado”. Enfim, isso provavelmente poderia implicar na percepção de que os moradores dos “territórios da pobreza” são seres extermináveis.

Uma ilustração desse estado de coisas, da desumanização dos moradores dos “territórios da pobreza” pode ser encontrada em situações como quando um rapaz é assassinado por agentes policiais em uma comunidade urbana pobre e os membros desta manifestam indignação apontando o notório fato de se tratar de um estudante, de um trabalhador e não de um “bandido”. Ora, parece que apenas pela reivindicação de que não se tratava de um “bandido”, o assassinato pode ser contestado, como se o fato de ser “envolvido com drogas”, por exemplo, justificasse publicamente a morte violenta. Em outubro de 2016, aconteceram protestos no já mencionado Bairro da Penha, em Vitória, em função do assassinato de um adolescente pela polícia. Chamo atenção para a fala do irmão da vítima e de outros moradores⁹⁵, as quais ilustram como a vida de um “bandido” é diferente da vida de uma “pessoa”.

94 Sobre a noção de “sociabilidade violenta” ver Machado da Silva (2004).

95 Essas informações foram extraídas do *site* de notícias Folha Vitória. Disponível em: <http://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/2016/10/policia-explica-morte-de-jovem-no-bairro-da-penha-mas-moradores-revoltados-contestam-versao.html> Acesso em: 24 de maio de 2017.

“Pegaram o moleque com droga não. O moleque tinha acabado de sair de casa para comprar pão. Nisso, que ele acabou de sair de casa, o policial falou ‘para, para, para’. O moleque parou, para que isso? Dá tiro no moleque, *inocente, trabalhador*. Não é a toa que começou a *trabalhar* comigo agora”, conta o irmão do adolescente, Wesley.

“Os policiais chegaram de madrugada, atiraram em um menino que não tem nada a ver com o tráfico, *morador*. O menino tem 16 anos, você tá entendendo? O que acontece... a polícia vem executando um serviço bom no morro, ela está melhorando a comunidade. Eles não estão sabendo diferenciar quem é *bandido* e quem é *morador*”, afirmou o comerciante Andreoni.

Notamos pelos relatos (que aqui assumem caráter de *indício* e não de *prova*) que enfatizar o fato de o adolescente ser “trabalhador” e “morador inocente do morro”, parece ser um recurso estratégico para que a indignação contra a violência policial seja manifestada, visto que provavelmente existe um senso moral implícito⁹⁶ segundo o qual “bandidos” podem ser mortos. Nesse sentido, a polícia tão-somente precisaria saber diferenciar quem é “bandido” e quem é “morador”. Sob esse aspecto, caso um suposto “bandido” tivesse sido morto, a ação seria provável e implicitamente considerada legítima – portanto a condição do “bandido” se assemelha a do *homo sacer* (à luz de Agamben) no sentido de que quem assassina o “bandido” (muitas vezes) não será considerado homicida, dado que a vida do “bandido” é (tacitamente) menos humana. E, aqui redobrem a atenção, o “bandido”, leitores, não é qualquer pessoa que cometa “crimes”, mas é uma pessoa específica, marcada/estigmatizada por sua origem social (situação econômica) e cor, principalmente. Trata-se do processo de sujeição criminal, conforme concebeu Misse (2010). Nesse sentido, parece que o problema que motiva a aversão pública e, no limite, a violência policial não é a ofensa criminal em si mesma, *mas o próprio sujeito*. Dado que se tal ofensa não fosse cometida por um “bandido” (mas por uma “pessoa”), não geraria a mesma reação moral por parte da sociedade.

Sob esse prisma, podemos entender que independente do ato cometido, adolescentes e jovens pobres urbanos são provavelmente criminalizados de antemão, por suas próprias condições de existência. Nesse sentido, suas vidas são “desumanizadas” (*des-valorizadas*), desde que “bandidos”, neste contexto, provavelmente podem ser mortos – não do ponto de vista formal/legal, mas segundo processos sutis e “acordos morais” (por assim dizer) tacitamente estabelecidos, conforme as ideias de Freire (2010) e Misse (2010).

96 Senso moral implícito no que se refere à sociedade abrangente (e às suas principais instituições) que semelhantemente é assumido pelos próprios moradores dos “territórios de pobreza”, haja vista os relatos apresentados.

Esse quadro é radicalizado, em parte, em função da política brasileira com relação à comercialização e ao uso de determinadas substâncias, o que fomenta um comércio fragmentado de drogas ilícitas em comunidades urbanas pobres, sendo que os principais agentes desse mercado no varejo são adolescentes e jovens pauperizados e afrodescendentes (na medida em que a maior parte da população que compõe os bairros pobres urbanos são afrodescendentes, como em São Pedro, por exemplo). Em virtude desta dinâmica comercial, das competições, rivalidades, ciclos de vingança (e de outras questões subjetivas e culturais como veremos adiante), muitos homicídios acontecem⁹⁷. Tais homicídios, na medida em que se multiplicam, passam a ser considerados banais, comuns, o que aprofunda o processo de desumanização, dado que esse volume de assassinatos fazem com que sejam, por conseguinte, naturalizados. A naturalização, por sua vez, consolida a percepção de que a vida do “bandido” é exterminável, é indigna.

Um das consequências desse estado de coisas parece ser a apatia moral da sociedade diante destas mortes. O homicídio, o atentado contra a vida humana que, em tese, é o “crime” mais grave que alguém pode cometer contra outrem, passa a ser naturalizado em alguns contextos. E semelhante indiferença contribui para a permanência e para o aprofundamento do quadro de desumanização.

O aspecto da desumanização pode ser melhor compreendido a partir da ideia de Machado da Silva (2004) no tocante à representação social da “violência urbana” e à noção de “sociabilidade violenta”. Para este autor, a representação da “violência urbana” indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana: a integridade física e a garantia patrimonial. A representação aponta para o crime comum, todavia o foco de atenção é a força destes crimes para romper com a “normalidade” das rotinas cotidianas. Por esse motivo, o pesquisador compreende que “violência urbana” não é sinônimo de crime comum e nem de violência em geral. Em suma, “violência urbana” seria uma construção simbólica.

A “violência urbana” está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais, isto é, passa a acontecer a universalização da força como fundamento de um complexo

97 Em verdade, não existe uma relação necessária entre mercado ilegal de drogas e violência, mas sim entre competição e violência. Em estados como São Paulo, existe um vigoroso “tráfico de drogas” e menos homicídios em relação a outros estados brasileiros, onde também existe “tráfico de drogas”. Segundo alguns estudiosos, em São Paulo o comércio de drogas ilícitas é controlado por uma organização criminosa que regula, por assim dizer, o uso da violência (FELTRAN, 2010).

orgânico de práticas que suspende a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado.⁹⁸ O ponto é que essa situação, segundo o autor, não significa uma “luta de valores” entre dois padrões, mas antes indica uma convivência por contiguidade.

Essa “ordem social”, no sentido de que constitui um complexo de práticas hierarquicamente articuladas, fragmenta a vida cotidiana das pessoas nas grandes cidades brasileiras e uma das consequências disso é a percepção de que se vive em um estado de tensão, de risco e de “guerra”, por assim dizer, o que favorece a aceitação de recursos violentos na administração dos conflitos urbanos. Os “bandidos” (também uma representação social) aparecem como os principais agentes da “violência urbana”, nesse sentido, passam a ser considerados “matáveis”, em nome do reestabelecimento da “normalidade” das rotinas cotidianas – por isso, os “cidadãos” no contexto da comentada crise da segurança pública no Espírito Santo respiravam aliviados com as mortes dos “bandidos”.

Machado da Silva (2004) enfatiza que “sociabilidade violenta” convive por contiguidade com a “ordem estatal”, chamando atenção para o fato de que os moradores das áreas urbanas desfavorecidas (“territórios de pobreza”) são os mais afetados por esse estado de coisas, embora a “violência urbana” seja uma característica geral da configuração das cidades brasileiras. Os leitores verão essa situação de modo mais empírico no último capítulo do trabalho, quando discuto como é “viver na quebrada”, onde jovens e adolescentes são particularmente mais afetados pela “sociabilidade violenta”⁹⁹, por exemplo no tocante à convivência com conflitos entre outros adolescentes e jovens envolvidos com o “tráfico” e à própria estigmatização sofrida por parte da sociedade em geral e, em particular, da polícia.

Enfim, vale a pena apontar, ainda, outro indício que torna mais evidente a construção social do “bandido”. Tal indício se refere ao episódio da crise da segurança pública no Espírito Santo (2017). Durante os dias de paralisação da polícia militar, além do recrudescimento dos conflitos relacionados ao “tráfico de drogas”, houve episódios de saques,

98 Há muito tempo que assaltos, roubos, sequestros, linchamentos, etc., vêm aceleradamente deixando de ser percebidos como desviantes e ocasionais – por agentes, vítimas e observadores – sem que, por isso, se possa afirmar que se trata tão somente de um processo de incorporação destas relações sociais à ordem institucional-legal, aos costumes dominantes ou às rotinas vividas como não problemáticas (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 61).

99 A sociabilidade violenta, levando nestes locais o *risco pessoal ao paroxismo*, gera *medo* nos agentes sociais que continuam a se constituir de forma tal que não estão preparados para “abandonar-se” à violência como princípio (é por isto que eles constituem o estrato dominado). A conhecida “lei do silêncio” parece ser mais pernicioso do que normalmente se imagina: não se trata apenas do fechamento para os “de fora” das populações mais diretamente afetadas pela sociabilidade violenta, mas da incomunicabilidade entre seus próprios membros produzida pelo *medo* e pela *desconfiança* (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 78 – grifo meu).

furtos, “arrastões” e outros “pequenos delitos” empreendidos pela “população comum”¹⁰⁰. Nesse sentido, se comentava (telejornalistas, *sites* de notícias e redes sociais, sobretudo) que não eram só os “bandidos” que estavam cometendo “crimes”, mas “pessoas” comuns.

Esses episódios de “crimes” mais ou menos generalizados (em uma conjuntura de radicalização da “violência urbana”), nos remetem à existência de um estado de “paz armada”, ou seja, todos obedecem porque e enquanto sabem serem mais fracos, com a insubmissão implicando necessariamente em retaliação física (Machado da Silva, 2004). Nesse sentido, não haveria “fins coletivos”, nos termos de Machado da Silva, ou valores morais compartilhados por aquiescência. A crise da segurança pública também evidenciou a “desconcentração” do uso da violência (não sendo monopolizada Estado). Nesse sentido, a “violência urbana” rompeu radicalmente com a “normalidade” das pessoas nas cidades da região metropolitana durante a crise. A percepção de risco pessoal, que em geral é sentida mais fortemente pelos moradores das áreas desfavorecidas, foi estendida (de modo mais intenso) aos moradores das outras áreas da cidade.

O ponto é que esse estado de coisas desumaniza aqueles que são percebidos como os “portadores da violência urbana”, os “bandidos” (enquanto representação social). Encontro um paralelo entre a “guerra” dos adolescentes envolvidos com o “tráfico” e a “guerra” nas cidades, a qual caracteriza a “violência urbana”. Em um estado de guerra, o “outro” se torna um inimigo que deve ser eliminado; nesse sentido, o inimigo é, por definição, exterminável. Assim, os homicídios passam a ser legitimados do ponto de vista moral: tanto no tocante aos adolescentes em “guerra” entre si, quanto no tocante à sociedade (e suas instituições) em “guerra” contra os “bandidos” (os que rompem com a “normalidade” cotidiana). Embora não exista pena de morte, os homicídios, nesse contexto, podem ser “tolerados”, por assim dizer. Deste modo, digo que existe uma “apatia moral” por parte da sociedade com relação aos homicídios juvenis. A apatia ou indiferença se explica pelo fato de que, implicitamente, existe uma justificativa moral para a ocorrência dessas mortes, dado que os que mais morrem são percebidos *de antemão* como “bandidos”, os responsáveis pela fragmentação do cotidiano, pela ruptura das “normalidades” das rotinas cotidianas¹⁰¹.

100 “Além de ter matado mais de 200 pessoas, a crise deu um prejuízo estimado de R\$ 180 milhões ao comércio. Foram mais de 900 registros de roubos de carros só na Grande Vitória. Pelo menos quatro ônibus incendiados criminosamente. Mais de 3 mil homens das Forças Armadas atuaram no estado” (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2017).

101 Do ponto de vista da “sociabilidade violenta”, os conflitos urbanos podem *unir* os “cidadãos”, as “pessoas” contra os “bandidos”, em uma guerra. Creio que aqui cabe fornecer aos leitores um exemplo empírico e evidente sobre o sentimento de “guerra” urbana contra os “bandidos”. No bairro mais populoso de Vitória, Jardim

Com efeito, quando discuto sobre vidas extermináveis abordo a situação dos adolescentes pobres urbanos por meio do conceito de “sujeição criminal”, de Misse (2010). O autor postula que a sujeição criminal é um processo de criminalização de sujeitos e não de cursos de ação. O sujeito criminal é aquele produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não se trata de qualquer sujeito incriminado, pois pode haver crime sem que haja sujeição criminal, mas é um sujeito “especial” cuja morte ou desaparecimento pode ser desejável, ou seja, é um sujeito *matável*, como disse acima. Uma evidência nesse sentido, conforme o autor, consiste no fato de que no Brasil, a partir de meados dos anos 1950, houve certa *justificação* habitual para a eliminação física de criminosos comuns, além dos episódios frequentes de torturas e da existência de esquadrões e grupos de extermínio – como vimos em Manso (2012) e Bittencourt (2014). Na sujeição criminal se verificam os processos de rotulação como um status negativo atribuído ao desviante. Desse modo, o rótulo de “bandido” é reificado no indivíduo, lhe restando poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada.

Sob essa luz, podemos compreender o ceticismo manifestado por alguns agentes socioeducativos com relação à recuperação dos adolescentes internos. Em geral, alguns costumavam dizer (em conversas informais) que quando os adolescentes saem da instituição, voltam para o “crime” - talvez por serem “irrecuperáveis”, tendo em mente a subjetividade essencialmente “criminosa”, nos termos de Misse (2010).

Particularmente em uma conversa sobre o curso de elétrica, um agente disse, num tom de ironia, que “pelo menos *diziam* (os adolescentes) que estavam gostando das aulas”. Ora, ele não acreditava, de fato, que os jovens apreciavam o curso, pois era como se estes não quisessem estudar para conseguir um trabalho legítimo¹⁰², mas antes quisessem, a bem da

Camburi, foi colado um panfleto em um poste com os seguintes dizeres: “Atenção moradores deste bairro: Guerra declarada a bandidagem!!!”. Trata-se de um “plano de extermínio de ‘bandidos’ e assaltantes”. O aviso sugere colocar fogo, enforcar, linchar, apedrejar e desmembrar “criminosos”. O autor ou os autores dizem que estas: “são só algumas ideias... Compartilhe, estamos autorizados pela falta de segurança do sistema que protege ‘bandidos’. Exterminando um a um ajudaremos a justiça, reduzindo a necessidade de novos presídios.” Podemos razoavelmente supor, a meu ver, que conquanto esse (ainda) não seja o sentimento da maioria dos moradores de Vitória, os que pensam daquela forma foram audaciosos o suficiente para declarar publicamente suas perniciosas (e *desumanas*) intenções. O aviso foi exposto em outubro de 2017. Cf. mais detalhes em: http://www.gazetaonline.com.br/eu_aqui/2017/10/aviso-em-poste-de-jardim-camburi-propoe-enforcar-e-linchar-bandidos-1014102205.html Acesso em 03 de outubro de 2017.

102 Diga-se de passagem, num dos dias em que estava esperando o ônibus, a fim de voltar para casa, em frente ao complexo penitenciário do Xuri, veio até mim um jovem, o qual também estava esperando o ônibus, e iniciamos uma conversa, a princípio sobre amenidades. Ele me disse que havia sido “solto” do presídio (de adultos) há pouco tempo e voltara naquele dia a fim de buscar os certificados dos cursos que realizara por ali, na prisão. O objetivo era conseguir, justamente, um trabalho formal.

verdade, continuar no “mundo do crime”. Por outro lado, um adolescente interlocutor da pesquisa, logo na primeira entrevista em grupo, declarou que estava gostando do curso e manifestou preocupação sobre o fato de sair da instituição antes do término dele – o que, efetivamente, veio a acontecer. A causa da apreensão do adolescente era no sentido de não ter condições econômicas de pagar um curso de Eletricista Predial fora da unidade¹⁰³. Considerando essa situação, procurei a instituição para saber acerca de programas de acompanhamento com relação aos adolescentes egressos e a resposta foi no sentido de que o programa de atendimento ao egresso está “em processo de reconstrução” e que existem, hoje, poucas iniciativas sistemáticas, havendo descontinuidade na articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O adolescente, no caso, deve ser atendido pelas políticas sociais do município, haja vista a incompletude institucional. Não obstante, o Iases sugeriu que o rapaz procurasse a Subgerência de Liberdade Assistida, a fim de se informar sobre os programas existentes de atendimento ao egresso¹⁰⁴.

Enfim, isso ilustra que, muitas vezes, o desígnio do adolescente de se formar em um curso, prosseguir nos estudos e conseguir um trabalho, por exemplo, para além do envolvimento em atividades ilícitas arriscadas, pode ser frustrado ou dificultado em virtude das debilidades das políticas sociais existentes. Adicionalmente, o egresso precisa enfrentar a *desconfiança* da sociedade, a começar por aquela manifestada sutilmente pelos próprios agentes socioeducativos.

No que diz respeito ao processo de sujeição criminal, destaco outro indício. Durante uma conversa, o professor do curso de elétrica comparou sua relação com os adolescentes com a atividade de um domador de leões. O domador, na maior parte do tempo, é amigo do leão, confia nele e etc., mas sempre existe o *risco iminente* de ser atacado, já que se trata de um animal selvagem/irracional. Quer dizer, por mais que este professor estivesse à vontade entre os adolescentes e fosse amigável (contando piadas e tornando habitualmente o ambiente leve e divertido), o temor por estar numa instituição destinada para pessoas “perigosas” nunca deixou inteiramente de existir. Esse estado de coisas, embora neste caso sutil, provavelmente

103 A preocupação me pareceu bem razoável, dado que os pais do adolescente, aqui chamado Emanuel, não o visitavam com frequência por nem sempre ser possível pagar passagens de ônibus. Faço notar aos leitores que a família do rapaz morava em Viana, em uma cidade muito próxima da Unimetro.

104 Depois desses dias, soube pelo rapaz em questão que embora não tivesse concluído o curso, recebeu o certificado da instituição, tendo em mente que o curso estava quase chegando ao fim quando ele foi liberado da Unimetro. De todo modo, este adolescente está “preso outra vez”, conforme foi discutido no segundo capítulo. Esse assunto será retomado na parte final deste trabalho.

reforça o processo de sujeição criminal pelo qual passam os adolescentes ou ainda contribuem para a constituição de uma “identidade infratora”.

A seguir, apresento as ideias dos sociólogos judeus alemães, Georg Simmel e Norbert Elias, no que diz respeito à sociedade e ao indivíduo, porquanto tais ideias fundamentam esse estudo em relação às sociabilidades e aos conflitos entre jovens. Isso será feito em diálogo com os dados empíricos coletados na Unimetro.

CAPÍTULO IV: Sociabilidade e conflitos *entre* adolescentes no comércio varejista de drogas ilícitas na RMGV

4.1 Discutindo os termos: sociabilidade e conflito

Vimos acima dados sobre a criminalização da juventude urbana pobre no Brasil, especialmente acerca da situação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, bem como discutimos a desumanização de determinados indivíduos ou grupos sociais, em particular no contexto urbano brasileiro. Dessa maneira, o capítulo foi dedicado ao aspecto estrutural do problema enfocado. Agora, parto para uma compreensão sociológica dos processos de interação entre os adolescentes e jovens que são o foco da pesquisa. Para compreendermos esses processos de interação, especialmente no que se refere à sociabilidade e a emergência de conflitos potencialmente letais, abordo o pensamento dos teóricos Georg Simmel e Norbert Elias. Sendo assim, neste tópico, examino as ideias desses pensadores alemães, pois tais ideias fazem parte do fundamento teórico deste estudo. A concepção de figuração social em Elias (2001; 2002) é importante, pois analiso a dinâmica de sociabilidade, a partir da compreensão de que os indivíduos, supostamente livres, estão, em verdade, ligados entre si por meio de *relações de interdependência*; essas relações engendram códigos e comportamentos particulares. Dessa forma, os indivíduos constituem sentidos (relativos às coisas cotidianas) vivendo coletivamente. Os sentidos ou significados são importantes na medida em que orientam as decisões dos indivíduos dentro de seu campo de possibilidades.

Conforme Waizbort (1999), o pensamento de Elias é derivado, em grande medida, do pensamento simmeliano, sobretudo no que concerne à sua concepção do social. Nesse sentido, reflito a respeito da semelhança que há entre a ideia de *sociação* em Simmel e a ideia de figuração social em Elias – as duas partem de um mesmo entendimento de sociedade enquanto um todo relacional em um constante e infinito acontecer.

Elias (2001) estudou a sociedade do *Ancien Régime*, notadamente na França, a partir da formação social que poderia explicá-la, qual seja, a corte. A sociedade de corte europeia se situa historicamente depois do período da sociedade feudal e antes do período de ascensão da sociedade burguesa. A bem da verdade, o autor estava preocupado em entender como aquela figuração de homens e mulheres interdependentes, no âmbito da sociedade de corte europeia, tornava possível que as pessoas se deixassem governar durante séculos por uma única família ou seus representantes. Para ele, o estudo de uma sociedade de corte específica do passado é importante objeto de análise, pois oferece uma contribuição para o esclarecimento de inúmeros problemas sociológicos sobre a dinâmica social.

A partir dessas ideias, problematizo a contribuição do arcabouço teórico-conceitual de Simmel e Elias para o estudo da sociabilidade tecida por adolescentes e jovens, porquanto o objetivo primeiro da pesquisa em andamento, como indicado, é compreender de que modo os conflitos potencialmente letais emergem da dinâmica de sociabilidade. Nesse sentido, a ideia de figuração social é fulcral, tendo no horizonte que traz consigo a noção de um equilíbrio de tensões e forças no centro das figurações.

Para Elias (2001), as interdependências entre os indivíduos ou grupos acontecem por meio de uma série de *antagonismos*. O historiador francês Roger Chartier, no prefácio do livro de Elias (2001) “A Sociedade de Corte”, sintetiza assim o conceito de figuração social: “uma figuração é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis [...] em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões” (CHATIER, 2001, p.13). Quando o equilíbrio das tensões que possibilitava a continuidade de determinada formação social se encontra comprometido, a própria formação social é ameaçada e, por isso, é invariavelmente substituída por outra, a qual se assentará em um novo equilíbrio de forças e em uma nova configuração de interdependências.

Contudo, um ponto importante a ser examinado, em relação a pesquisa em andamento, seria: em que medida os conflitos definidos como violentos fazem parte de certa figuração social, como um estilo de sociabilidade juvenil, sem que esta se desfaça? Dito de outro modo: qual é o equilíbrio de forças que mantém a interdependência dos indivíduos, em uma figuração particular, a despeito de episódios de conflitos ditos violentos? Penso, aqui, nos grupos de adolescentes e jovens envolvidos uns com os outros em torno do comércio varejista de substâncias ilícitas.

Para Simmel (2006), a personalidade do indivíduo encontra-se entrecruzada por numerosos círculos sociais. Tais círculos condicionam a consciência moral do indivíduo. Essa ideia é fundamental para a pesquisa, pois adolescentes e jovens de um mesmo contexto social podem circular em ambientes sociais diferentes e, dessa forma, terão a consciência moral constituída de maneira também diversa – isso produzirá implicações para o engajamento em atividades ilícitas (arriscadas), por exemplo, ou não, como será discutido no último capítulo deste trabalho.

A sociedade, por sua vez, só é possível como um resultado das ações e reações dos indivíduos entre si, ou seja, por suas interações. Nesse sentido, a Sociologia, como ciência empírica, deve se ocupar das infundáveis interações, “numa incessante vida de aproximação e de separação, de consenso e de conflito, de permanente vir-a-ser” (MORAES FILHO, 1983, p.21). A sociedade não é algo acabado, mas antes é algo que acontece, que está acontecendo, num processo vivo e dinâmico. Simmel (2006) nos explica que decerto a sociedade é um conceito abstrato, entretanto cada um dos inúmeros agrupamentos e configurações humanos, englobados no conceito de sociedade é um objeto digno de ser investigado. Nas palavras do próprio Simmel (2006, p. 18 – grifo meu):

Mas a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros. A sociedade é também algo funcional, algo que os indivíduos *fazem e sofrem ao mesmo tempo*, e que, de acordo com esse caráter fundamental, não se deveria falar de sociedade, mas de *sociação*.

Elias, por sua vez, concebe a sociedade por meio da noção de *figuração social* e, por isso, “uma das questões centrais da Sociologia, talvez a questão central, seja saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas” (ELIAS, 2001, p. 213). Com efeito, notamos que a ideia elisiana de figuração social é similar a ideia de Simmel sobre a *sociação*. Poderíamos afirmar, simplificadamente, que tanto para Simmel quanto para Elias não existe indivíduo fora da sociedade e não existe sociedade fora dos indivíduos (WAIZBORT, 1999)¹⁰⁵. Destacamos, junto a Waizbort (1999), que a concepção do social nos dois pensadores alemães abordados neste trabalho é de um

105 Segundo Simmel (2006), ao mesmo tempo que a sociedade é imanente ao indivíduo, este não se resume a ser membro integrante do grupo social. O indivíduo é sempre mais e outra coisa do que ser membro da sociedade, todavia forçosamente deve recorrer às formas de *sociação* disponíveis para realizar a obra de sua vida. Porém, essas “formas” não são estáticas, mas se transformam a partir das relações sociais na história e na cultura.

todo relacional, essas relações estão em constante dinâmica ou processo.

Elias (2001) compreende que as interações tecidas pelos indivíduos são tão reais quanto os próprios indivíduos; desse modo, o autor escapa do dilema indivíduo separado da sociedade ou da sociedade como mero constructo abstrato. Em resumo, a sociedade em Simmel e em Elias expressa relações recíprocas infundáveis, como se fossem uma rede de jogadores interdependentes, haja vista que “jogar é, sempre, *jogar com*” (WAIZBORT, 1999, p.107).

Simmel (2006) afirma que a denominação “social” não cabe somente às interações duradouras, àquelas que constituem unidades já caracterizadas tais como o Estado, a família, corporações, igrejas, classes, associações, etc. Para além destas, existem inúmeras formas de interação entre os seres humanos que podem parecer insignificantes, porém quando inseridas nas formalizações oficiais e abrangentes, sustentam a sociedade da maneira como a conhecemos. Tendo isso no horizonte, entendemos o motivo de Elias (2001) ter estudado as relações de interdependência na corte europeia, as quais sustentavam toda aquela formação social da monarquia absolutista. Em verdade, o rei Luís XIV, o Rei-Sol, não detinha um poder tão *absoluto* como o termo absolutismo indica, pois em virtude de sua posição como rei, fazia parte de uma rede muito particular de interdependências.

Outro exemplo dessas interações, aparentemente insignificantes, é o momento do *happy hour* nas cidades do mundo contemporâneo: período do dia, após o encerramento do trabalho, em que os colegas se reúnem para comer, beber, *estar juntos*, simplesmente.

Moares Filho (1983) explica que ao processo social fundamental Simmel nomeou de *Vergellschaftung*, que quer dizer literalmente “socialização”, sendo mais do que sociedade, pois denota o seu dinamismo. O autor adotou a tradução dos simmelianos norte-americanos, a saber, *sociação*; este termo não se confunde com socialização e tampouco com associação. O processo básico de *sociação* é composto pelos impulsos dos indivíduos, por outros motivos, interesses e objetivos e pelas formas que essas motivações alcançam. Simmel (2006) faz a distinção entre forma e conteúdo no processo de *sociação*.

Elias, por sua vez, enfatiza que: “o convívio dos seres humanos em sociedades tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma *forma* absolutamente determinada. É isso que o conceito de figuração exprime” (2002, p. 26 – grifo meu). Assinalo a palavra *forma*, a qual é, de modo semelhante, central no pensamento simmeliano.

Simmel (1983) ao discutir os propósitos da Sociologia, explica que ela deve buscar seus problemas não na *matéria* da vida social, mas em sua *forma*, pois seria tolice reunir os temas de estudo já tratados pela economia política, filosofia, história, estatística, etc. Ou seja, a matéria da vida social humana, para Simmel, já é objeto de interesse de diversas disciplinas científicas. Desse modo, as *formas* que os grupos humanos assumem, unidos para viver uns com os outros, pelos outros ou contra os outros pertencem ao domínio da Sociologia.

O sociólogo explica que para conhecermos as formas e as leis próprias da *sociação* devemos reaproximar as *sociações* destinadas às mais diferentes finalidades e liberar aquilo que elas têm em comum. Por exemplo, podemos comparar as interações tecidas no interior de uma associação religiosa com as interações de um grupo de professores no interior de um movimento sindical. Nesse sentido, apesar das finalidades distintas desses dois grupos, encontraremos *formas* de interação similares: conflito, competição, antagonismo, cooperação, etc.

Enfim, é possível notar as semelhanças dos pensamentos dos dois teóricos alemães sobre a sociedade e os indivíduos: a sociedade significa os indivíduos em um vivo processo de interação, que alcança formas de *sociação* ou figurações sociais várias. Passo a expor as ideias de Simmel sobre sociabilidade, isto é, uma forma de *sociação* ou, nos termos elisianos, uma figuração social, cujas motivações giram em torno de impulsos sociáveis, partindo da vontade de *estar junto*.

Simmel (2006), como indicado, concebe que é possível identificar em cada sociedade forma e conteúdo. Sociedade designa a interação entre os indivíduos. Pois bem, os interesses que motivam as interações são, para Simmel (2006), o conteúdo e a matéria da *sociação*. Em si mesmos, os conteúdos com os quais a vida se preenche não têm natureza social. Vejamos:

A fome, o amor, o trabalho, a religiosidade, a técnica, as funções ou os resultados da inteligência não são, em seu sentido imediato, por si só, sociais. São fatores de *sociação* apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação. A *sociação* é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados – se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p.60, 61).

Desse modo, podemos compreender que *sociação*, ou seja, a forma que as interações alcançam, é o objeto de estudo sociológico por excelência. Nesse sentido, a pesquisa se dedica

a estudar duas formas de *sociação* específicas, as quais foram tema da análise simmeliana, a saber, a sociabilidade e o conflito.

Simmel (2006) nos explica que a sociabilidade é uma forma peculiar de *sociação* que se autonomizou de seus conteúdos. O autor entende que os conteúdos a partir dos quais as interações são estabelecidas tomam formas especiais e tão somente com essas formas os conteúdos são usados como elementos de nossas vidas. Isso significa uma mudança da determinação das formas pelos conteúdos para uma determinação dos conteúdos pelas formas. As formas passam a ser, assim, os valores definitivos.

Desse modo, a sociabilidade é um fim em si mesma, ela é independente dos interesses e finalidades, pois existe um valor e um sentimento de satisfação por estar exatamente socializado, é um impulso sociável – existe um valor na formação da sociedade enquanto tal.

A sociabilidade é, portanto, a forma lúdica de *sociação*: o impulso sociável é a raiz da sociabilidade. Como exemplo, o autor discorre sobre os jogos sociais e a conversa sociável. Neste tipo de conversa, por exemplo, é mais importante o fato de *estar junto* conversando, do que o discurso enquanto tal, isto é, *não* são interesses particulares que motivaram aquela conversa, mas a vontade simples de estar com o outro. Em outras palavras, o jogo da conversa preserva a forma, ao passo que o conteúdo não recebe um peso próprio; quando a discussão se torna objetiva, não é mais sociável.

Quando popularmente as pessoas dizem que *estão jogando conversa fora* trata-se do tipo de conversa que mantém a forma separada de conteúdos intencionais. A expressão *jogar conversa fora* é bastante significativa, pois expressa a ideia de uma conversa inútil, isto é, não há um propósito produtivo ou intencional com aquela interação, a não ser o fato de se sentir socializado como um fim em si mesmo.

Quando, a tardezinha, uma vizinha para em frente a casa de outra e as duas se sentam na calçada para conversar, é óbvio que o tema da conversa, embora possa ser significativo, não é o mais importante, antes o é o fato de estarem juntas. Por exemplo, quando alguém é convidado para comer bolo de fubá e tomar café na casa de um amigo, o bolo e o café eram pretextos para estarem juntos, o foco, certamente, não reside no ato de se alimentarem. Obviamente, isso também é usual nas interações juvenis. São os adolescentes e jovens que, muitas vezes, vemos andando em grupo em virtude da alegria proporcionada por tais interações; entretanto, quando se tratam daqueles jovens “perigosos”, que causam a inquietação social, não são bem-vistos. A alegria deles é o descontentamento dos outros. A sua

união é, num certo sentido, indesejável. Tornam-se um “problema”¹⁰⁶.

Pois bem, esse tipo de interação *micro* é importante objeto de análise tanto para Simmel quanto para Elias, porquanto estes compreendem tais relações, como as que exemplificamos, sustentam a vida social; a partir delas é possível adentrar no *todo relacional* que costumamos chamar, justamente, de sociedade.

Inspirando-se em Immanuel Kant, Simmel formula o “princípio da sociabilidade”: “cada indivíduo deve *garantir* ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores *recebidos* por esse indivíduo” (SIMMEL, 2006, p.69). Tal princípio deixa patente a estrutura democrática da sociabilidade, que, para o autor, é melhor realizada no interior de um estrato social.

Nas palavras de Simmel (2006, p. 69): “a sociabilidade cria, caso se queira, um mundo sociologicamente ideal: nela a alegria do indivíduo está totalmente ligada à felicidade dos outros”. Notamos que, apesar do caráter democrático da sociabilidade, os conflitos podem originar-se dessas interações, dado que os conflitos estão presentes em todas as relações sociais humanas.

O conflito é uma categoria central em ambos os sociólogos que discutimos aqui. Ele é entendido não como um ponto fora da curva do cotidiano, todavia como estando sempre presente nas interações estabelecidas. Para Elias, sendo os seres humanos diferentes, necessariamente se relacionam de maneira conflituosa, isto é, o conflito é inerente às relações sociais (WAIZBORT, 1999). Simmel (1983) considera o conflito uma parte da unidade social, operando em cada momento de sua existência. Ademais, “uma certa quantidade de discordância interna e controvérsia externa estão organicamente vinculados aos próprios elementos que, em última instância, mantêm o grupo ligado [...]” (SIMMEL, 1983, p.126). Dessa maneira, não é de se espantar que dá dinâmica de sociabilidade surjam conflitos. Então, devemos direcionar nosso olhar investigativo para os motivos que fazem com que, em determinada *figuração social*, esses conflitos culminem em homicídios, por exemplo.

É importante sublinhar no que se refere à sociabilidade juvenil no interior de uma camada social - como no caso dos jovens em contextos urbanos e periféricos - que existem

106 Um indício provável desse descontentamento ou reprovação quanto à sociabilidade de um certo tipo de adolescente, é o fenômeno dos *rolezinhos*, em que adolescentes passeiam em grupos pelos shoppings de grandes cidades (por exemplo), pelo que se tornam vítimas de discriminação, em função da origem social, do estilo de vida, dos gostos musicais e da cor da pele, por exemplo. Esses encontros são marcados pelas redes sociais. Os *rolezinhos* (*rolê* significa passeio) perturbam a “normalidade” das rotinas cotidianas, provavelmente por causa do grupo social que circula em locais não propriamente destinados a ele. Para mais detalhes sobre essa discussão, ver artigo do antropólogo social Alexandre Pereira (2014).

estilos variados de sociabilidade, sendo que alguns destes não têm relação necessária com elementos de conflitos (violentos ou potencialmente letais).

Em “Violência e estilos de masculinidade”, Fátima Cecchetto (2004) analisou a pluralidade de construções de masculinidades entre homens jovens no Rio de Janeiro. A pesquisadora enfoca três grupos que considera representativos: os grupos charmeiros de jovens do subúrbio carioca, os lutadores de jiu-jitsu da zona sul e a galera do baile funk da periferia. Ela conclui com a ideia da impossibilidade de uma ligação direta e não problematizada entre violência, pobreza e etnia, porquanto “foram estudados diferentes etos masculinos vinculados ao lazer, na mesma camada social, para demonstrar a complexidade da correlação entre pobreza, masculinidade e violência” (CECCHETTO, 2008, p. 208). Os rapazes dos bailes charme demonstram em seu cotidiano "elegância, criatividade e suavidade", valorizam um estilo de moda; o vestuário é de elegância, pois existe uma tradição de se vestir quase que na modalidade esporte fino, ou seja, negro, bonito e cheiroso, que dança devagarzinho, utiliza o salão para dançar e conquistar mulheres, sem qualquer relação com a violência explícita. Com efeito, o comportamento pacífico apresenta outras possibilidades de construção da identidade masculina.

Contudo, esses tipos de sociabilidades descritos não têm forçosamente relação com o “tráfico de drogas”, por exemplo, ou com outros tipos de atividades ilícitas. Assim, discuto a seguir os conflitos potencialmente letais em um tipo de sociabilidade juvenil encontrada nos bairros periféricos das regiões metropolitanas do Brasil, aquela engendrada no contexto do comércio varejista de drogas ilícitas que recruta, sobretudo, adolescentes e jovens. A situação dos adolescentes engajados no tráfico de drogas tem funcionado como um catalisador dos conflitos e, logo, dos homicídios juvenis no Brasil. Interessa-nos aqui um olhar mais aproximado sobre as dinâmicas de interação dos adolescentes e os significados dos conflitos.

Vimos que a sociabilidade, para Simmel (2006), é a forma lúdica de *sociação*, fundamentada em impulsos sociáveis. Mas na vida real, complexa, as pessoas se relacionam de diferentes maneiras. Com um mesmo indivíduo, nós podemos estabelecer relações “sociáveis”, porém igualmente podemos manter relações competitivas e antagônicas. No caso empírico das interações engendradas no comércio varejista de drogas ilícitas, notamos por meio das entrevistas com os adolescentes, que dentro do mesmo grupo existem relações de sociabilidade (no sentido simmeliano estrito), competição, conflito e cooperação.

Por exemplo, no que tange à sociabilidade, os adolescentes organizam festas na rua,

sobretudo no estilo de baile *funk* nomeado “mandela” e também festas em casa - “as sociais”. Um dos adolescentes, interlocutor da pesquisa, disse que ganhava e, simultaneamente, gastava dinheiro com muita facilidade, justamente em função dessas festas. Todavia, as mesmas pessoas que participam desses eventos sociais interagem por intermédio de formas diferentes no “tráfico” (que é entendido como um trabalho), formas estas de cooperação e competição. Em geral, a competição quando se torna exacerbada culmina em conflitos potencialmente letais.

Dessa maneira, Simmel (1983) explica que a essência da alma humana não permite que um indivíduo se ligue a outro por um elo apenas, conquanto a análise científica não se dê por satisfeita enquanto não consegue determinar o poder específico de coesão. O autor entende que as relações de conflito, por si mesmas, não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras; apenas as duas juntas constituem o grupo como uma unidade. Por isso, o conflito não se diferencia de qualquer outra forma de relação que a Sociologia abstrai da complexidade da vida real. Portanto, no interior de um grupo existe uma mistura de correntes convergentes e divergentes – essas tendências se fundem na relação, compondo uma unidade orgânica, na concepção simmeliana. Isso é especialmente notado no caso da sociabilidade dos adolescentes engajados no “tráfico de drogas”. Tendo isso em vista, podemos compreender o motivo de as relações nesse contexto serem mantidas a despeito dos conflitos ditos violentos.

Simmel afirma que se o conflito é causado por um objeto, pela vontade de ter ou controlar alguma coisa (como no caso das disputas por melhores pontos de venda no “tráfico”), pela raiva ou por vingança, tal objeto cria as condições que sujeitam a luta a restrições aplicáveis a ambas as partes rivais. Por exemplo, existem restrições no que se refere à aplicação das sanções no contexto do “tráfico de drogas”; afirmamos isso à luz das narrativas dos adolescentes.

Se um indivíduo pertencente ao “movimento” do tráfico se converte ao cristianismo evangélico (o que não é incomum em contextos urbanos periféricos), por assim dizer, e se encontra frequentando os cultos, logo demonstra que “mudou de vida”, portanto não mais pode *legitimamente* ser morto em função de rivalidades passadas, mesmo que anteriormente fosse perseguido, tendo em mente o “ciclo de vinganças”. Noutras palavras, a “mudança de vida” pela via religiosa romperia com o “ciclo de vingança” - entre jovens no “tráfico”, conforme discutido acima.

Como discutiu Cunha (2008) em seu trabalho etnográfico, os traficantes respeitam as coisas sagradas católicas e evangélicas. Encontramos um indício disso no fato de que os adolescentes interlocutores da pesquisa reprovam do ponto de vista moral o assassinato de ex traficantes convertidos que ocorrem no interior de igrejas, pois semelhante situação é considerada, naturalmente, um desrespeito contra a pessoa que se converteu (a vítima) e contra Deus.

Em uma entrevista narrativa perguntei a um adolescente, em particular, se o grupo do curso de elétrica poderia se reencontrar comigo fora da unidade, para conversarmos sobre os projetos de vida deles. O rapaz respondeu que não seria possível, tendo em mente os conflitos existentes de uns contra outros, em virtude de rivalidades originadas no contexto do tráfico. Ou seja, no interior da unidade os conflitos, a “guerra” estava temporariamente suspensa (em virtude da submissão a disciplina institucional), mas fora dali, “na rua”, as coisas voltariam a ser como eram. Eu insisti e perguntei se essa questão não poderia ser resolvida de alguma forma, ele me respondeu que somente se a pessoa “mudasse de vida”, “estivesse na igreja” por exemplo; assim, nesse sentido, a “mudança de vida” passa pela conversão religiosa.

Nesse sentido, Simmel (1983) assinala que desde que a luta gire em torno de um propósito fora dela mesma, pode ser modificada pelo fato de que todo fim pode ser alcançado por meios diferentes. Ou seja, a conversão de um indivíduo o torna limpo de todo o “pecado” que cometeu anteriormente na “vida loka” (termo que significa a vida que os adolescentes levam no “mundo do crime”, eles escrevem com a letra “k” mesmo, por isso reproduzo dessa forma também). Esse entendimento faz com que a “dívida” (seja material ou moral) que ele tinha com outros adolescentes no tráfico seja perdoada, por assim dizer. Se Deus perdoou o indivíduo, nesse sentido, ele passará a se conduzir de acordo com as normas consideradas legítimas para a sociedade abrangente e não representará mais um risco para os adolescentes com quem antes convivia – não mais procurará se vingar. Num certo sentido, esse entendimento espiritual faz parte da constituição moral dos adolescentes no tráfico – retornarei ao assunto no último capítulo.

Pois bem, voltando a discutir particularmente sobre os conflitos, é importante reiterar que eles fazem parte de todas as interações humanas, mas em alguns contextos esses conflitos passam a ser resolvidos a partir da adoção de recursos violentos. Isso é mais possível em contextos onde se convive mais diretamente com a violência, como discute Manso (2012).

Os adolescentes, como dito anteriormente, se dividem em grupos em torno do “tráfico

de drogas” e as disputas se dão nesse contexto. Entre os adolescentes, a violência é um recurso utilizado para manutenção da ordem, uma vez que trata-se de uma atividade ilícita não é possível recorrer à justiça formal – nesse sentido ocorre uma tendência à não monopolização do uso da força pelo Estado, segundo vimos em Machado da Silva (2004). As interações são marcadas pela *desconfiança* mesmo no interior de um grupo, tendo no horizonte a possibilidade de traição, como será analisado mais especificamente no próximo tópico do trabalho.

Essa desconfiança pode ser entendida pelo fato de que o “poder” é desconcentrado, desde que existem vários grupos em disputa e conflitos no varejo do “tráfico”. Esses vários polos de “poder” não têm um conjunto de regras em comum para serem respeitadas, que possam garantir a previsibilidade das relações, daí o sentimento de risco pessoal, a insegurança e, obviamente, a *desconfiança*. A desconfiança e o medo de que se pode ser morto a qualquer momento por um rival, facilita a adoção de instrumentos violentos neste contexto. Assim, podemos considerar: quanto mais fragmentado e competitivo (agonístico) for o “tráfico de drogas no varejo” (contexto das periferias urbanas brasileiras), mais “violento” ele será, desde que não há uma relação direta entre “tráfico” e violência, mas entre competição exacerbada e violência.

Esclareço que, conforme entendo aqui, a tal desconcentração do “poder” significa que existem diversos focos que comercializam ilegalmente certas substâncias. Os grupos de comerciantes estão em constante disputa/competição por melhores condições de venda e lucratividade. A comercialização é regulada principalmente pelo uso da força. Nesse sentido, comumente, não existem regras ou acordos estabelecidos entre os grupos de comerciantes. A disputa é desregulamentada e “vence” o mais forte. A noção de “poder”, aqui, está associada a ideia de dominação, de exercício do controle no âmbito deste comércio. Esse controle só existe em pequena escala, no nível dos pequenos grupos – quem domina é o “patrão” do ponto de venda, que pode deter o controle de vários pontos de venda e está em disputa com outros “patrões” e seus respectivos subordinados. Todavia, o “patrão” não reina soberanamente, por assim dizer, mas está ligado aos outros (seus subordinados) por laços de dependência mútua, em uma rede de trocas que precisa ser equilibrada para que ele se mantenha em sua posição de domínio¹⁰⁷. O “patrão” também exerce seu “poder” para além do comércio de drogas ilícitas;

107 Tais ideias têm a ver com a noção de *figuração social*, como concebeu Elias (2002). Foi possível perceber, por meio dos relatos de vida dos adolescentes, que o “patrão” pode ser objeto de admiração, desde que, às vezes, cumpre o papel de ensinar ao jovem inexperiente como ser bem-sucedido no negócio e, assim, fazê-lo “crescer”, prosperar. Em uma entrevista com Gabriel na Unimetro, ouvi que seu antigo “patrão”, hoje falecido (morreu

sua influência é mais ou menos sentida pelos moradores da localidade onde o “tráfico” acontece, como veremos no quinto e último capítulo. Enfim, por isso entendo que o “poder” é desconcentrado. Sob essa luz, é plausível considerar que se o comércio de drogas ilícitas na RMGV fosse “dominado” por um único “patrão” provavelmente aconteceriam menos homicídios.

Nesse sentido, digo que existe uma *cultura agonística*¹⁰⁸ – de competitividade e rivalidade – que orienta as relações entre os jovens envolvidos no “tráfico”. Os competidores passam a ser declarados “inimigos” e ponto. Enfatizo que a competitividade é um elemento associado à masculinidade hegemônica, conforme será discutido a seguir.

No tocante ao conflito, Simmel (1983) o entende como uma forma de *sociação*, embora os fatores de dissociação (ódio, inveja, necessidade, etc.) sejam a causa do conflito. Ele está destinado a resolver dualismos divergentes, sendo o modo pelo qual se atinge algum tipo de unidade, ainda que por meio da aniquilação de uma das partes conflitantes. Desse modo, no contexto das interações entre adolescentes no “tráfico”, o conflito (contra outros grupos) cumpre o papel de uni-los em torno dos propósitos definidos para sucesso daquele empreendimento.

A propósito, os adolescentes disseram que existe um jeito *certo* de andar na vida *errada*. Esse jeito *certo* se refere justamente às regras morais definidas para a convivência daquele grupo, as quais têm a ver com noções de respeito, fidelidade e responsabilidade com os negócios. Mesmo sendo tão jovens, os adolescentes são disciplinados e compreendem a atividade no “tráfico” nos moldes do trabalho formal, exercem tal atividade em modelos de escalas e plantões. Para os incautos e displicentes as penalidades são severas, tais como espancamentos ou, no limite, a morte. Ou seja, embora não existam regras que regulem a convivência *entre* os grupos em disputa (que são “inimigos”), internamente (intragrupo), as regras são definidas e devem ser cumpridas. Essas regras *intragrupos* são basicamente as mesmas entre os grupos do “tráfico” (pulverizados entre os bairros da RMGV) e são relacionadas ao proceder retamente na comunidade e nos negócios.

Ademais, os conflitos *entre* os grupos cumprem o papel de coesão intragrupo, como

violentamente), o ensinou tudo o que sabe e que, portanto, Gabriel devia-lhe tudo: “era um cara ‘sujeito’ (homem)”, disse o jovem. O jovem elaborou basicamente um panegírico sobre seu “patrão”. Assim, o “patrão” não domina sobretudo pelo uso da força, ao contrário, ele está envolvido em uma rede de dependência recíproca equilibrada delicadamente por meio de ações ora mais duras, ora mais brandas.

108 Agonístico é um termo derivado da palavra de origem grega *Agon*. Agon era um Daemon, (um ser da mitologia grega) que personificava os concursos, desafios e disputas solenes, presente nos Jogos Olímpicos, nas peças teatrais e também nos debates e discussões filosóficas.

também nos lembram Ogburn e Nimkoff (1971, p.242):

o conflito entre grupos é também fonte potente de cooperação intragrupal, como se pode ver no caso atual do nacionalismo. A desconfiança e o ódio mútuos entre franceses e alemães, por exemplo, contribuem em não pequena escala para o grau de intensa solidariedade grupal encontrado nesses países.

Por isso, os autores entendem que o conflito também envolve cooperação. Os adolescentes interlocutores da pesquisa, nesse sentido, manifestam lealdade intragrupo e hostilidade entre os grupos que competem no comércio varejista de drogas ilícitas.

Todavia, para além dos conflitos potencialmente letais que acontecem em virtude da própria dinâmica de organização dessa atividade e das relações de interdependência que ela suscita, existem os *conflitos de natureza intersubjetiva*. Esse tipo particular de conflito pode ter um desfecho fatal, muitas vezes, tendo em mente o ambiente de “violência” onde se vive, proporcionado pelas atividades ilícitas, com seus conflitos internos e externos, e considerando também a presença das autoridades estatais representadas pela polícia. Um dos efeitos deste quadro é a disponibilidade de armas de fogo e, nesse sentido, existe uma forte relação entre esta disponibilidade e os homicídios (CERQUEIRA e MELLO, 2012).

Assim, para além dos conflitos no contexto do comércio varejista de substâncias ilícitas, noto, por meio da pesquisa teórica e empírica, que as concepções de masculinidade e feminilidade e os relacionamentos que se desenvolvem a partir daí são “violentos”, provocam conflitos intersubjetivos. Nesse sentido, a principal vítima é a mulher. Contudo, um homem pode matar outro por ciúmes de sua namorada, de modo que a situação causa prejuízos, por assim dizer, para ambos os sexos. A violência e a valentia estão associadas à masculinidade hegemônica. Dessa forma, passo a discutir a constituição de um tipo de identidade de gênero masculina, como tendo relação com o presente estado de violência letal que atinge sobretudo os homens. Farei isso em articulação com os dados coletados na Unimetro acerca da sociabilidade tecida pelos adolescentes.

4.2 A cultura agonística e o “sujeito-homem”: um exame das concepções morais e da construção social da masculinidade

A masculinidade pode ser entendida como uma identidade de gênero que é constituída a partir das relações sociais entre indivíduos do sexo masculino e feminino. O papel social masculino é moldado por meio das relações recíprocas entre homens e mulheres e, por isso, nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através do estudo inteiramente separado (SCOTT, 1995). O processo de constituição da identidade se dá pelo reconhecimento de que existem pessoas idênticas e diferentes de nós mesmos. A existência de dois gêneros, os quais se constroem cognitivamente sobre o corpo sexuado, que é dual (macho e fêmea), não exclui a possibilidade de que estes sejam constituídos em vários modelos de feminino e de masculino. Estes modelos, portanto, variam conforme a história e a cultura – também dentro de uma mesma cultura existem nuances de masculinidade e feminilidade.

Tendo em mente essas ideias, discuto, neste tópico, a constituição de um tipo de masculinidade entre adolescentes e jovens em contextos de exposição à violência, pois os homens, na faixa etária de 15 a 29 anos, são as principais vítimas de violência letal no Brasil (CERQUEIRA et al., 2016). Nesse sentido, a pergunta norteadora da presente reflexão é: *em que medida a constituição de um tipo de masculinidade associada à agressividade, à valentia e à competição no contexto enfocado, contribui para o presente quadro de homicídios juvenis?*

Decerto não poderei fornecer aqui um juízo definitivo sobre a questão, pois o fenômeno dos homicídios juvenis é complexo: multicausal e multifacetado (RODRIGUES, 2010). Não obstante, parto de um balanço bibliográfico sobre o tema da construção social da masculinidade e da violência em articulação com os dados empíricos da pesquisa, a fim de apontar uma hipótese plausível para a pergunta norteadora.

Pois bem, o fato de indivíduos provenientes dos estratos mais pobres da população serem *extermináveis* – implicitamente e em alguns contextos de enunciação – não explica o porquê destes indivíduos serem majoritariamente homens. Se a violência fosse apenas um sintoma da estrutura socioeconômica injusta, as mulheres¹⁰⁹ deveriam ser igualmente

109 As mulheres também sofrem, certamente, violências nesta sociedade; uma destas é o estupro. Contudo, falamos, aqui, da violência letal que afeta, sobretudo, os meninos, os homens jovens. Num certo sentido, a qualidade da violência que afeta os homens é diferente da que afeta as mulheres e isso está relacionado com as construções sociais dos sentidos atribuídos às experiências do ser homem e do ser mulher na sociedade. Aqui, convém mencionar uma triste particularidade capixaba: o Espírito Santo está entre os líderes em taxa de homicídios de mulheres (GARCIA, 2013).

vitimadas ou internas. Vejamos, em 2013, 96% dos adolescentes em restrição e privação de liberdade no Brasil eram do sexo masculino (BRASIL, SDH/PR, 2015). Por essa razão, verificamos que o elemento do gênero é crucial para discutirmos o fenômeno.

Uso o termo “gênero” no sentido concebido por Joan Scott (1995). Esse termo designa as relações sociais entre os sexos, é, portanto, um conceito relacional. O seu uso rejeita as justificativas biológicas, as quais tendem a *naturalizar* os papéis sociais dos homens e das mulheres a partir do fato de que estas geram filhos e àqueles possuem uma força muscular superior, por exemplo. Nesse sentido, o gênero é uma categoria com um potencial de relativização, na medida em que desvela as construções sociais, que são variáveis cultural e historicamente, no que se refere à criação parcialmente social dos papéis masculinos e femininos em determinada sociedade. À vista disso, entendo que as masculinidades são mais ou menos variáveis e que a agressividade e a disposição para usar a força física na resolução de conflitos *não* é uma condição inata do homem, embora tais valores sejam intimamente relacionados a uma concepção hegemônica de masculinidade¹¹⁰. Almeida (1995, p.128) explica que o ser homem não se reduz a condição biológica, mas significa “um conjunto de atributos morais, de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados e lembrados”.

Cecchetto (2004) analisa a pluralidade de construções de masculinidades entre homens jovens no Rio de Janeiro. A pesquisadora enfoca três grupos que considera representativos: os grupos charmeiros de jovens do subúrbio carioca, os lutadores de jiu-jitsu da zona sul e a galera do baile *funk* da periferia. Ela conclui com a ideia da impossibilidade de uma ligação direta e não problematizada entre violência, pobreza e etnia, porquanto “foram estudados diferentes etos masculinos vinculados ao lazer, na mesma camada social, para demonstrar a complexidade da correlação entre pobreza, masculinidade e violência” (CECCHETTO, 2004, p. 208). Nesse sentido, não necessariamente o homem constituirá uma identidade masculina agressiva ou violenta, pois tal identidade não é consequência natural do sexo e menos ainda da origem social ou étnica.

110 Connel e Messerschmidt (2013, p. 242) explicam que o termo “masculinidade hegemônica” foi formulado na década de 1980, sendo primeiro proposto em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos de homens e em um debate sobre o papel dos homens na política sindical australianas. O projeto nas escolas forneceu a evidência empírica de múltiplas hierarquias – de gênero e ao mesmo tempo de classe – entrelaçadas com projetos ativos de construção do gênero. Os estudos pioneiros foram sistematizados no artigo “*Towards a New Sociology of Masculinity*”, que criticou extensivamente a literatura sobre o “papel sexual masculino” e propôs um modelo de masculinidades em múltiplas relações de poder. Tal modelo foi integrado de modo sistemático a uma teoria de gênero sociológica.

Mas “o machismo mata”. Quando nos deparamos com semelhante frase de denúncia inscrita nos muros das cidades a associamos, imediatamente, aos movimentos feministas, os quais lutam pelas mulheres, contra as violências que as vitimam: as simbólicas e sutis, o estupro, o assédio em transportes públicos, por exemplo, e, por fim, o feminicídio (homicídio doloso praticado contra a mulher “por razões da condição de sexo feminino”, segundo a Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015). Em geral, não ponderamos que esse mesmo “machismo” (enquanto uma ideologia da supremacia masculina) que mata mulheres, também está, provavelmente, relacionado com a violência letal que vitimiza homens.

Pois bem, Souza (2005) enfatiza que o gênero masculino ainda é configurado por práticas machistas e de risco e que tais práticas são as mesmas que constituem os homens como as maiores vítimas da violência. Por exemplo, o mesmo homem capaz de assassinar a companheira em função de sentimentos possessivos, ciúmes e etc., também é capaz de assassinar o presumível amante dessa companheira em função de afirmar sua virilidade enquanto homem e de defender sua “honra”, maculada pelo que considera uma traição¹¹¹. Esses valores compõem a denominada masculinidade hegemônica. Segundo Connell e Messerschmidt (2013, p. 245 – grifo meu):

a masculinidade hegemônica foi entendida como um padrão de práticas (coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas *certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens.*

Silva (2012) afirma que a atividade sexual, a corporalidade, que pode ser entendida como uma sexualidade predatória e valorização do corpo viril, além da agressividade ligada ao prazer pela competição e, por fim, a necessidade de uma performatividade pública, são elementos da masculinidade hegemônica. Além do mais, noção de masculinidade hegemônica compreende a existência de *hierarquias de gênero*, dado a supremacia dos homens (que se conduzem

111 Situações assim, de tão comuns, são amplamente representadas na literatura e no cinema. Uma das representações mais significativas pode ser encontrada em um conto machadiano, “A cartomante”, onde o escritor narra de forma magnífica o episódio atroz em que um marido (traído) assassina a esposa e, em seguida, o amante desta. No contexto histórico em que a obra foi escrita, século XIX, era aceitável socialmente, por assim dizer, que o homem agisse de semelhante modo quando viesse a sofrer o opróbrio de uma traição. Ora, isso tem a ver com os significados sociais construídos em torno da masculinidade. Tais significados estão arraigados, em maior ou menor grau, na sociedade contemporânea, ainda que com novos matizes – porquanto a cultura não é estática.

conforme os valores da masculinidade hegemônica) e a conseqüente subordinação das mulheres, por exemplo. É como se, na prática, os homens fossem superiores, mais “dignos” e as mulheres “menos dignas”, daí o uso do termo hierarquia. Portanto, as diferenças de gênero são hierarquizadas, assim como as diferenças étnicas e religiosas, as quais também costumam ser hierarquizadas em certos contextos, sendo umas consideradas “melhores” que outras. O ponto crítico é que os grupos considerados “inferiores”, em uma determinada escala de valores, invariavelmente sofrem violências no âmbito da sociedade ampla onde estão inseridos.

Ainda neste ponto, Connell e Messerschmidt (2013) discutem o conceito de masculinidade hegemônica, demonstrando que este influenciou sobremaneira a criminologia, pois os dados apontavam que os homens e os meninos perpetravam mais crimes que as mulheres e as meninas. Além disso, foi usado também em pesquisas sobre as representações dos homens na mídia, sobretudo nas interconexões entre o esporte e os imaginários de guerra. De modo semelhante, o conceito foi útil em termos da compreensão das práticas de saúde dos homens, tais como “jogar ferido”¹¹² e outros comportamentos que envolvem risco. Ou seja, notamos que a concepção hegemônica de masculinidade, afinal de contas, contribui para que os indivíduos do sexo masculino estejam mais suscetíveis a uma série de riscos; não é sem razão, portanto, que estes são as principais vítimas de violência letal no país.

No entanto, tal concepção também traz desvantagens para as mulheres, no que concerne ao sofrimento de violências nesta sociedade. Por exemplo, uma mulher andando sozinha na rua é, em tese, mais vulnerável a um assalto do que um homem na mesma situação, visto que este é compreendido como mais forte, aquele que se arrisca diante do perigo, que luta, que combate. A mulher, ao contrário, é representada como indefesa, criatura frágil e delicada, porquanto foi ensinada a se conter desde a meninice. De todo modo, o que quero destacar, aqui, é o fato de que os valores associados à masculinidade hegemônica são prejudiciais para ambos os sexos. Os homens se expõem mais aos riscos e em função disso morrem mais violentamente e cuidam menos da própria integridade física e saúde; e as mulheres sofrem, na medida em que são consideradas implicitamente “inferiores” por serem diferentes e, devido a essa condição, sofrem abusos e violências (de diferentes maneiras). Para além, enfatizo que esse estado de coisas está por detrás de vários conflitos intersubjetivos, os quais envolvem tanto homens quanto mulheres, como será discutido ao longo do trabalho.

112 “Jogar ferido” exprime situações em que mesmo lesionado ou com dor o sujeito dá continuidade a determinada prática. Essa expressão está principalmente ligada aos esportes e às práticas sexuais masculinas.

Com efeito, os elementos característicos da masculinidade hegemônica encontram-se mais ou menos presentes na sociabilidade dos jovens no “tráfico de drogas”. Aqui, destaco a discussão entre os adolescentes interlocutores da pesquisa em uma das entrevistas em grupo realizadas na Unimetro, a respeito do relacionamento entre homens e mulheres no interior das interações estabelecidas no âmbito do comércio varejista de drogas ilícitas¹¹³. O homem quando está casado com uma mulher e esta é suspeita de envolvimento com outro ou apenas de receber “cantadas” (tipos de elogios públicos), pode ser severamente punida, pois é compreendida, tacitamente, como *propriedade do homem*, assim como a *mercadoria* do seu ponto de venda de drogas¹¹⁴.

Quando a propriedade do homem, que é a mulher, é ameaçada, a autoridade masculina é colocada a prova e algo precisa ser feito para que ele continue sendo respeitado, honrado. Nesse sentido, levando em conta o contexto, a mulher sofre a humilhação de ser agredida fisicamente e moralmente. O principal castigo descrito consiste em cortar o cabelo da mulher, “passar a máquina” e, às vezes, até mesmo uma gilete, a fim de que ela fique inteiramente careca – sabemos (eu e as leitoras especialmente) o quanto isso pode ferir/arruinar a dignidade feminina, visto que, nesta sociedade, o cabelo comprido é um dos principais símbolos da feminilidade, é a “glória” feminina, por assim dizer. Depois, a mulher é *descartada* pelo homem, tornando-se objeto de escárnio na comunidade, quando não é assassinada. (Curiosamente, esse castigo de cortar os cabelos foi aplicado por uma moça em relação a outra moça, o caso será apresentado no último capítulo).

É importante salientar, leitores, que todos os adolescentes do grupo conheciam essa prática, mesmo sendo de cidades diferentes da RMGV. A pena é comumente aplicada às mulheres no âmbito do “tráfico de drogas”, não só no estado do Espírito Santo¹¹⁵. Não podemos deixar de lembrar, aqui, que o Espírito Santo é destaque nacional quando se trata de

113 “Embora seja um importante setor da economia global, o tráfico de drogas opera a partir de organizações criminosas fundadas em *bases locais* nas quais os *aspectos culturais* desempenham papel fundamental” (COSTA, 2011, p.356 – grifo meu).

114 Sob esse ponto de vista, podemos inferir, aqui, que as mulheres são, na prática, *desumanizadas*. Consideradas menos humanas, menos dignas.

115 A prática de cortar o cabelo das mulheres como forma de punição é semelhantemente aplicada em outros estados, como Bahia e Rio de Janeiro, no contexto da sociabilidade engendrada no “tráfico de drogas”. Historicamente, a punição apareceu, por exemplo, no período da Segunda Guerra Mundial, quando inúmeras mulheres francesas foram humilhadas publicamente após a ocupação nazista. Informações disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/12/09/mulheres-sao-humilhadas-e-tem-cabecas-raspadas-por-traficantes-no-rio-e-na-bahia.htm> Acesso em: 24 de abril de 2017.

violência contra a mulher. Conforme o trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o estado figura como líder em taxa de homicídios de mulheres (GARCIA, 2013). A pesquisa compreendeu os anos entre 2009 e 2011 e apontou que, nesse período, a taxa de feminicídios por aqui ficou em 11,24 mortes por grupo de 100 mil mulheres. A taxa do país no mesmo período ficou em 5,82 por 100 mil. Todavia, a violência contra a mulher não se limita ao contexto da sociabilidade dos jovens no “tráfico”, escusado é dizer; dado que a masculinidade hegemônica não se restringe a este âmbito, mas está presente na sociedade de modo geral. Porém, em cada contexto específico, as atitudes dos homens (e também das mulheres) direcionados por este ideal de masculinidade se manifestará de formas diferentes. E, nesse sentido, as violências, as discriminações e os abusos podem ser mais ou menos sutis ou explícitos.

Os adolescentes demonstraram naturalidade ao contar episódios de punições aplicadas às mulheres, pois parece ser algo comum e, desse modo, eles internalizaram o código de comportamento como *certo*, ou seja, a mulher supostamente traidora *deve* sofrer esse tipo de tratamento. Contudo um adolescente do grupo disse não ter coragem de “bater em mulher”, pois teria “sangue doce pra mulher” - entendi que isso quer dizer que ele é sensível e seria incapaz de agredir o ser feminino, “em mulher não se bate nem com uma flor”, dizem os sensíveis. Os homens podem ter, em princípio, outras parceiras sem que isso seja condenável moralmente naquele contexto. Se bem que os rapazes mencionaram casos de agressão de mulheres contra homens motivados por ciúmes. Por exemplo, certa vez quando uma moça jogou água fervente no namorado, o qual é amigo de um interlocutor da pesquisa. Sabemos que agressões de homens contra mulheres, no entanto, são consideravelmente mais comuns.

Conforme Fonseca (1991) e Almeida (1995), a infidelidade masculina em namoros e casamentos tende a ser valorizada e o adultério feminino, ao contrário, temido. A homofobia também é um elemento importante da masculinidade hegemônica. Silva (2012) demonstra em seu estudo etnográfico com adolescentes de um bairro periférico da cidade de Florianópolis que o discurso homofóbico estava presente nas conversas e brincadeiras. Nesse sentido, era fundamental mostrar que não se é “gay” desprezando e falando mal deles – a masculinidade hegemônica se afirma tratando com desprezo ou violência indivíduos que não se “encaixam” no ideal. Um indício nesse sentido, em alguma medida, também foi percebido entre os adolescentes na Unimetro. Quando fizemos a dinâmica de apresentação, pedi que cada um dissesse seu nome e um adjetivo com a primeira letra do nome que o caracterizasse. Um

rapaz, cujo nome começa com a letra “L”, disse o adjetivo “lindo”, a princípio, mas rapidamente mudou de ideia, pois sabia que os outros rapazes nem na brincadeira da dinâmica, o chamariam de “lindo”. Então, ele trocou “lindo” por outro mais adequado: “louco”. Um homem, sob esse ponto de vista, não poderia ver *beleza* em outro, dado que a beleza é uma qualidade tipicamente associada à figura feminina. Ao homem, provavelmente, bastaria ser forte, inteligente e ter condições de prover o materialmente necessário¹¹⁶.

Souza (2005) explica que o significado de “ser homem” na sociedade ocidental é comumente associado a posições de poder, sinônimo de coragem, afinal “homem que é *homem* não chora”, não pode demonstrar fragilidade expondo seus sentimentos, devendo se arriscar diante do perigo. Por isso, os símbolos tais como armas, carros velozes, esportes radicais, o espaço público e etc., fazem parte do universo masculino.

Nader (2001), discorrendo sobre as concepções de moralidade na sociedade colonial brasileira¹¹⁷, afirma que a virtude feminina tinha a ver com ideias de castidade, recato, sobriedade: tais conceitos estavam imbuídos de uma conotação sexual. A mulher seria considerada honrada na medida em que cultivasse essas virtudes. Enquanto isso, a honra masculina era conquistada com base em seu desempenho na sociedade, visto que se ligava aos atos públicos de manifestações de *coragem* e *heroísmo* - “para ele o inverso da honra era a covardia e, por isso, o homem que temesse morrer para salvar a honra era considerado um covarde e não merecia a estima dos outros” (NADER, 2001, p.74). A honra masculina, portanto, não tinha conotação sexual no mesmo sentido que tinha a honra feminina. Nesse sentido, notamos as diferentes qualidades que compunham a constituição das identidades de gênero masculinas e femininas e que esses valores ainda estão presentes, em maior ou menor medida, na sociedade contemporânea, haja vista a punição para as mulheres consideradas infiéis no contexto do “tráfico de drogas” e em outros também – dado que a violência contra mulher não é privilégio de nenhuma classe social específica, conquanto possa ser radicalizada em alguns microcosmos.

116 Por esse motivo, as mulheres são representadas socialmente, muitas vezes, como “interesseiras”, o que chega a ser uma ironia de nossa cultura, visto que a mesma, com semelhantes ideais de masculinidade e feminilidade, parece promover o “interesse” feminino. Porém, nessa mesma ordem de ideias, os homens também seriam “interesseiros”, mas daí o “interesse” seria outro, menos econômico do que libidinoso. Para além disso, desfilar com uma mulher atraente e se possível mais jovem, para os homens, simboliza poder e status. Portanto, o “interesse”, se existe, não diz respeito exclusivamente às mulheres.

117 Notem que aqui não existe a intenção de realizar sistematicamente um apanhado histórico sobre as concepções de masculinidade. Aponto somente alguns indícios históricos (sem compromisso com a sistematização por séculos ou décadas), com a finalidade de refletir e indicar como certos “ideais” de masculino e feminino do passado influenciam a sociedade contemporânea.

Schnoor (2013) em seu estudo sobre a masculinidade e o mundo rural entre a Colônia e o Império no Brasil, nos apresenta as virtudes associadas ao caráter masculino que vigorava naquele período histórico. Para o homem, adentrar num conflito era um símbolo de masculinidade. “Riscar o chão” era um termo comum na época que significava a marcação de um limite; o “risco” não poderia ser ultrapassado, sob pena de ser iniciada uma contenda. O jovem que viveu entre a Colônia e o Império tinha de ter várias facetas sociais, entre estas aquelas relacionadas à violência e ao sexo (o menino se tornava homem por meio da prática sexual, em geral entre os 12 e 15 anos, usualmente, com as escravas). Para além da iniciação sexual, a masculinidade passava mais claramente pelo *exercício do mando*: era preciso se fazer obedecer. Assim, os pais passaram a dar aos filhos jovens, em fins do século XVIII e início do XIX, animais e escravos para fazerem negócios e iniciarem seu pecúlio. Discorrendo sobre o processo na região Centro-Sul do Brasil, o historiador explica que os jovens eram lançados às estradas, que os igualava aos tropeiros e aos viajantes que encontrassem. Vejamos nas palavras do autor:

A friagem que se iniciava ao entardecer nas terras altas da Mantiqueira entre maio e setembro fazia doer até os ossos. [...] O *ioiô* saído dos cueiros, dos peitos de sua ama de leite, do conforto da casa-grande, das *jeunes filles em fleur*¹¹⁸ das senzalas é lançado a esta dura vida (SCHNOOR, 2013, p.93).

Portanto, a “dura vida” imprimia nos meninos um tipo particular de identidade masculina – a qual aqui entendemos como hegemônica, à luz de Connell e Messerschmidt (2013). Desse modo, era importantíssimo que o jovem ganhasse o respeito e a confiança dos seus subordinados. Ele não podia cometer um deslize, demonstrando fraqueza: “sobre a sua masculinidade não podia pairar a menor dúvida, pois era uma sociedade em que o pai informava não o nascimento de um menino, mas que havia nascido um *macho*” (SCHNOOR, 2013, p. 95 – grifo meu). No exercício de sua masculinidade, o rapaz, *senhor*, precisava falar, transitar e impor suas ordens a todos os grupos da sociedade. Por fim, o autor afirma que esses moços dos fins do século XVIII e início do XIX só podiam mesmo ser frágeis no momento de seus testamentos¹¹⁹, onde confessavam sua “fraqueza humana” ao terem tido “filhos naturais”

118 Significa “meninas em flor”, em francês.

119 É digno de interesse mencionar, de novo, a obra de Machado de Assis, no contexto sociohistórico do século XIX. Desta feita sobre o romance “Helena”, o qual retrata a ideologia senhorial, especificamente em relação ao episódio onde um senhor demonstrou sua “fraqueza” no testamento ao reconhecer uma “filha natural” - ilegítima, concebida fora do casamento. As determinações deste senhor, o Conselheiro Vale, mesmo morto,

quando solteiros ou mesmo casados.

Segundo análise de Cecchetto (2004), a relação entre masculinidade e competição é verdadeira em várias culturas, como nos indicam estudos etnográficos. A identidade masculina parece ser algo a ser conquistado através de competições ou provas. Conforme a pesquisadora, o incentivo aos meninos para demonstrarem sua força e poder de homem por intermédio de provas dramáticas em quase todas as sociedades, faz com que a aquisição da masculinidade seja um processo violento.

Da mesma forma, Grossi (2004) e Badinter (1993) afirmam que o gênero masculino se constitui universalmente por uma necessidade de separação dos meninos da relação com as mães, com o mundo da casa; ou seja, com o que representa o elemento feminino¹²⁰. Grossi (2004) afirma que vários antropólogos, tais como Victor Turner e Pierre Clastres, por exemplo, se dedicaram a descrever os rituais de iniciação da criança no mundo masculino, mostrando como é por meio da violência e pela separação dos iniciados do meio em que vivem, que se constrói uma identidade grupal de gênero. Estes antropólogos enfatizaram as diferenças existentes entre os rituais de iniciação femininos e masculinos, sendo estes últimos caracterizados pela violência física e pelo ensino apreendido pelos meninos de que eles possuem segredos que não podem ser revelados às mulheres.

Badinter (1993) afirma, ancorada em pesquisas antropológicas e históricas, que a identidade masculina é adquirida ao preço de grandes dificuldades. Para se tornar homem parece haver um limite crítico a ser transposto – como nos exemplificou Schnoor (2013) no caso dos jovens senhores na Colônia e no Império, sendo “lançados à dura vida”. Por oposição a mulher, que “é”, desde que menstrua pela primeira vez, o homem deve “ser feito”. A menina, portanto, se inicia naturalmente no mundo das mulheres; ou quando passa por processos de iniciação, estes são infinitamente mais brandos do que os dos meninos. O

deveriam ser respeitadas. A vontade do chefe de família, do senhor proprietário era inviolável e conferia sentido e organizava todas as relações sociais. No romance, o falecido legava o direito de herança à filha e, ademais, ordenava que a moça fosse viver com a família e que todos a tratassem com “desvelo e carinho, como se de seu matrimônio fosse”. Ou seja, não contente em legar as suas propriedades, o Conselheiro Vale ordenava que os seus também lhe deviam herdar os sentimentos. Nesse sentido, notamos que a masculinidade estava associada à capacidade de dominação, de imposição da vontade. Para mais detalhes acerca da análise histórica (oitocentista) da literatura machadiana ver Sidney Chalhoub (2003).

120 No âmbito urbano e periférico de algumas cidades brasileiras, como Vitória, alguns meninos são engajados no comércio ilícito de drogas ainda na infância, passam a se constituir em um meio “violento”, apreendendo o “modo de ser homem” com outros homens (fora da esfera maternal/doméstica) naquele contexto agonístico. Nesse sentido, a constituição da masculinidade envolve um processo violento, dado que o “tráfico de drogas” engendra uma sociabilidade violenta – de uso da força para a resolução dos conflitos. Ora, isso produz consequências no tocante aos relacionamentos entre homens e mulheres que serão, em geral, marcados pela violência.

homem atravessa um *duro processo educativo*, o qual substitui a natureza. A autora identifica *três etapas comuns* encontradas em diferentes culturas e momentos históricos na transformação dos meninos em homens, são elas: a separação da mãe e do mundo feminino; a transferência para um mundo desconhecido; e a passagem por provas dramáticas e públicas.

Estas três etapas podem ser, em geral, verificadas na constituição de adolescentes no “tráfico” (contexto urbano e periférico de algumas cidades brasileiras), alguns passam a morar sozinhos muito jovens, em função de conflitos familiares por causa das atividades ilícitas em que estão envolvidos, outros simplesmente por não terem “familiares” que os apoiem. O “mundo desconhecido” é o “tráfico de drogas”, que em verdade não é desconhecido inteiramente por fazer parte do ambiente comunitário em que as crianças estão, mas uma coisa é conhecer “de longe”, “de passagem”, outra coisa bem diferente é vivenciar o “mundo”. As provas dramáticas e públicas se referem às penas que precisam sofrer até que estejam “moldados”, por assim dizer, para o negócio. Essas penas são aplicadas quando os jovens transgridem as regras. Todavia, apesar de parecer um processo pedagógico, intencional, creio que se trata mais de um aprendizado pelo exemplo, como será discutido no último capítulo.

Badinter (1993) menciona o período histórico relativamente recente, anterior a Primeira Guerra Mundial, a respeito da educação rigorosa destinada aos meninos das classes abastadas na Inglaterra. A autora apresenta relatos de um homem deste período que estava vivenciando os acontecimentos da Primeira Guerra; este homem chegava a dizer que tal guerra lhe parecia mais *suave* do que os momentos brutais vividos quando estava na escola! A separação do lar e da família (principalmente dos cuidados femininos) e o ingresso nessas escolas, onde os meninos sofriam severos trotes como rituais de iniciação, faziam parte da constituição da masculinidade.

Portanto, notamos, por meio dos trabalhos dos estudiosos mencionados acima, que historicamente e culturalmente existe uma conexão entre o “tornar-se homem” e processos violentos, dolorosos e, com frequência, sangrentos. Em suma: “tornar-se homem” em muitas culturas pode ser verdadeiramente traumático.

Quanto à identidade masculina ser vinculada ao *exercício do mando* (SCHONOR, 2013), considero o trabalho de Lyra (2013), “A República dos Meninos”, que conta a história de cerca de trinta jovens vinculados ao varejo de drogas no RJ que cumpriam medidas socioeducativas no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor de Nova Iguaçu, RJ. Para o autor, a inserção no tráfico de drogas é vista como um processo de independência,

como a busca por um caminho autônomo e parte do desejo de se tornar “homem”; trata-se de um ingresso simbólico na vida adulta. Para além de se tornar simplesmente homem adulto, na percepção dos adolescentes, significa se tornar um “sujeito-homem”, com todas as consequências de *independência*, *respeitabilidade* e *responsabilidade* pelas decisões tomadas.

A categoria “sujeito-homem” também é usada pelos adolescentes interlocutores da pesquisa na Unimetro com, mais ou menos, a mesma carga simbólica apresentada acima por Lyra (2013). O ingresso na vida adulta tem menos a ver com a idade, do que com a capacidade de se fazer respeitar e de seguir as rígidas regras no domínio do tráfico de drogas. Nesse sentido, suportar a “pressão” no tráfico faz parte do processo de “tornar-se homem”, desde que os homens constroem a masculinidade através de duras provações (BADINTER, 1993).

Para os adolescentes do grupo na Unimetro, “sujeito-homem” é aquele que “anda certo”, mesmo estando na “vida errada”. Ou seja, eles percebem¹²¹ que estão no “mundo do crime”, o que é “errado” na perspectiva moral dominante, porém no interior da “vida errada” existem regras de conduta que precisam ser respeitadas. Notamos que essas regras não diferem muito das regras da sociedade abrangente, porquanto tem a ver com valores e virtudes tais como “respeito” e “disciplina” (isso será problematizado no último capítulo da dissertação). Quem observa as regras está apto para progredir nas posições existentes no tráfico, adquire o status de “sujeito-homem”, em contraposição ao “moleque”, o qual é dependente, imaturo e não alcança o sucesso.

Em suma, “sujeito-homem” é aquele com a capacidade de prover no sentido material, aquele que administra os negócios com *responsabilidade*, aquele em quem se pode confiar, porquanto age com firmeza, no âmbito do comércio de drogas ilícitas. Por exemplo, algumas regras definidas de conduta são: não vender drogas para mulheres grávidas ou acompanhadas de crianças, não fumar perto de crianças, trabalhar corretamente no ponto de vendas respeitando as escalas e plantões, não retirar dinheiro da “boca” sem a permissão do gerente e coisas afins. Contudo, alguns adolescentes do grupo pesquisado disseram, pessoalmente, não se importar de vender drogas para mulheres com crianças, por exemplo, pois se eles não venderem, os concorrentes venderão e, afinal de contas, “cada um sabe o que faz”¹²². Além disso, suportar o

121 Essa percepção talvez tenha aparecido pelo fato de os adolescentes estarem na condição de internos e, por conseguinte, passando por um rigoroso processo (re)educativo. De modo semelhante, Possmozer (2017) aponta as regras morais sintetizadas na expressão “andar pelo certo na favela” dita com frequência pelos adolescentes e jovens participantes do “tráfico de drogas” em um dos bairros pauperizados Vitória.

122 Aqui, notem a concepção do comércio de drogas ilícitas como um negócio e como um trabalho, cujo objetivo principal é a venda e o lucro. Porém, aí não opera somente uma lógica econômica e instrumental,

“esculacho” (violência policial), sem delatar onde estão a droga e as armas do ponto de venda também são marcas do “sujeito-homem”.

Demonstrando a organização do trabalho desempenhado pelo “sujeito-homem” no comércio varejista de drogas ilícitas, os leitores poderão perceber os requisitos necessários para desempenhar tal ofício. Vejamos. Certos meninos, principalmente, desde a mais tenra idade realizam alguns serviços em troca de uma pequena quantia de dinheiro ou mesmo comida/lanches; já outros meninos, mais velhos, e adolescentes podem desempenhar a função de vigiar o bairro, com o intuito de avisar ao pessoal do “movimento” quando a polícia estiver por perto. O vapor, ou seja, o vendedor, trabalha no ponto de venda (“boca de fumo”) em regime de plantão, que em geral dura doze horas, vendendo drogas ilícitas. O gerente supervisiona os vendedores e repassa o dinheiro angariado ao dono do ponto, o patrão¹²³. Percebam, para que semelhante engrenagem funcione é preciso, pelo menos, ordem, disciplina e responsabilidade – valores apreendidos a duras penas. Tendo um adolescente se constituído moral e socialmente neste círculo, sua visão de si mesmo é ou não positiva? O “tráfico” é, enfim, como um trabalho. Nesse sentido, Lyra (2013) usa as categorias de “autônomos do 157” e “assalariados do 12”, para expressar como as atividades do “mundo do crime” (no que tange ao roubo e ao tráfico, por exemplo) podem ser percebidas pelos indivíduos como um trabalho ou emprego.

Por fim, é importante sublinhar que ser “sujeito-homem” é o mesmo que ser uma “boa pessoa”, que não é “judas traidor”. Ou seja, os traficantes são representados socialmente como “bandidos” (*desumanizados*). Contudo, os adolescentes engajados no tráfico se veem como “sujeitos” - ora, é motivo de orgulho ser um “sujeito-homem”!

Entendemos que as qualidades atribuídas ao “sujeito-homem” têm a ver com a masculinidade hegemônica, aquele ser dotado de valentia e que é capaz de prover materialmente. Contudo, combinado com os elementos de competição personalizada intrínseca ao comércio varejista de drogas ilícitas, essa masculinidade descrita é potencializada, por assim dizer, suscitando conflitos potencialmente letais. Por isso falo em “cultura agonística”.

Ogburn e Nimkoff (1971) afirmam que desde que existem mais indivíduos desejando empregos do que empregos disponíveis, por exemplo, a competição se desenrola em torno das

existem os relacionamentos de amizade, de afeto, de dependência mútua que regulam a atividade.

123 Tal organização também foi apontada por Possmozer (2017) em sua etnografia sobre o “tráfico de drogas” em Vitória.

vagas existentes. Entre os que já possuem empregos, a competição se verifica em torno dos melhores lugares. Contudo, essa luta não é *personalizada*. Por exemplo, os estudantes não concebem seus colegas como competidores, conquanto apenas certo número de honras escolares estejam à disposição. Por outro lado, esses mesmos estudantes podem estar inteiramente conscientes da competição e bastante preocupados com as notas. Este fenômeno se conserva de tipo competição enquanto a atenção deles estiver focalizada para os objetivos que procuram alcançar. Assim que se dá uma mudança de interesse, dos objetos de competição para os próprios competidores, temos então o que se chama de *rivalidade*. Portanto, a rivalidade é a competição personalizada. Tal competição engendra hostilidade entre os competidores e, por isso, pode produzir violências, tendo em vista que o “extremo lógico” de todo conflito é o aniquilamento dos competidores. Pois bem, verificamos que a competição no comércio varejista de drogas ilícitas é do tipo personalizada, porquanto os adolescentes se definem constantemente como estando em “guerra” com os rapazes de pontos de vendas concorrentes, a quem chamam de “inimigos”. Enfim, a competição é personalizada, dado que eles reconhecem os outros de fato como “inimigos”, dos quais precisam se defender ou, às vezes, atacar para conseguir melhores condições de lucratividade no negócio.

Freitas (2016) explica que o “tráfico” na RMGV opera de maneira diferente em comparação a outras regiões metropolitanas, como São Paulo. Neste estado, o número de homicídios é menor, tendo em vista o grau de organização dos grupos criminosos, que atuam de forma mais política ou diplomática, como preferirem. O homicídio deixa de ser adotado como recurso principal na administração dos conflitos, visto que as mortes trazem prejuízos tanto para o negócio do crime, quanto para as famílias das comunidades¹²⁴. Isso foi discutido quando vimos os dados sobre a internação de adolescentes na região sudeste. Comparativamente, os adolescentes no Espírito Santo são mais punidos em função de homicídios do que os adolescentes em São Paulo, por exemplo.

No âmbito da RMGV, os adolescentes manifestam lealdade com relação ao grupo ou “movimento”¹²⁵ a que pertencem e antagonismo com relação aos grupos concorrentes, os “inimigos”. A lealdade é uma virtude associada ao “sujeito-homem”. Também existem relações de cooperação. Por exemplo, os adolescentes relataram experiências de alianças entre grupos de pontos de venda de bairros ou cidades diferentes, mas essa aliança é, em geral,

124 Sobre o papel do “crime” na administração de seus próprios conflitos e as implicações disso para a redução dos homicídios no contexto de São Paulo, ver Feltran (2010).

125 Organização do tráfico de drogas local.

quebrada em consequência de alguma traição. A lealdade para com o “movimento” do qual faz parte coloca o adolescente tacitamente “em guerra” com os adolescentes de outros “movimentos”. E, por sua vez, a “guerra” com os movimentos rivais, funciona como um mecanismo de coesão intragrupo (OGBURN e NIMKOFF, 1971).

A causa mais óbvia para os conflitos é “o olho grande na boca¹²⁶ do outro”. Mesmo quando um “movimento” coopera com outro, o risco de *judaria* ou *judação*¹²⁷ ainda é grande. Então, o evento para a deflagração da guerra pode ser tanto o assassinato do patrão de um grupo quanto simplesmente uma briga, à primeira vista desimportante, num jogo de futebol na comunidade. Essas brigas se dão em torno do desrespeito a autoridade do outro, em atitudes concretas como ofensas a família, xingamentos e etc. Isto é, aqui lidamos com os conflitos intersubjetivos, mas tendo em vista o pano de fundo do “tráfico”, podem ser fatais.

Um interlocutor da pesquisa, Emanuel contou que houve um período de sua adolescência, aos 15 ou 16 anos de idade, quando a fim de fugir da perseguição de um traficante do bairro em que morava, se mudou para o estado do Rio de Janeiro. O conflito entre Emanuel e o traficante se deu em decorrência de uma dívida atribuída a Emanuel, que ele considerou injusta e, por isso, agiu de modo desafiador com relação ao tal traficante, o que produziu uma contenda espinhosa, tendo em vista que a autoridade deste foi questionada. No caso, Emanuel pertencia ao grupo do traficante. Nesse sentido, meu interlocutor, sendo ameaçado, achou por bem se mudar para casa de uma tia no Rio de Janeiro.

Naquele estado o rapaz também se envolveu com o comércio de drogas ilícitas, por intermédio de um primo. No novo “movimento”, a primeira tarefa dele foi a de uma espécie de sentinela, usando como instrumento de trabalho um “radinho”. Ele devia informar a quem estivesse no ponto de vendas sobre as pessoas “estranhas” que porventura chegassem à comunidade, sobretudo quando se tratasse de policiais. Ao receber o “radinho”, disseram a Emanuel as seguintes palavras: “esse aqui é o seu *coração*”. Então, o adolescente perguntou: “como assim?”, e lhe explicaram que se ele desse um “vacilo”, ou seja, se deixasse de avisar quem estava chegando, prejudicando o “movimento”, morreria. As palavras foram de tal maneira impactantes para o meu interlocutor, que ele disse que avisava ao pessoal do “movimento” sobre a presença de qualquer transeunte, até mesmo quando se tratava de moradores do local. Esse mesmo rapaz se envolveu com o tráfico de drogas em seu bairro,

126 Ponto de venda de drogas.

127 A expressão nativa faz referência à Judas, o discípulo que traiu Jesus com um beijo, segundo os relatos bíblicos.

na RMGV, aos 11 anos. Quando criança, Emanuel já sofria ameaças e castigos infligidos pelo pessoal do “movimento” em função de qualquer ação displicente, por exemplo, vender drogas fiado para quem não deveria. Desse modo, notamos que a masculinidade construída em meio a “guerra” característica do fragmentado comércio de drogas ilícitas, é agressiva, direcionada para a luta contra os “inimigos”. O “inimigo” é o outro que pode ser morto, ou melhor, que *deve* ser morto.

Viver em “guerra” faz com que se mate para não morrer e fomenta interações cuja marca importante é a *desconfiança* – o que foi demonstrado por Manso (2012) como sendo um “círculo vicioso de vingança”, o qual tem um efeito social multiplicador dos homicídios. Em suma, o medo da morte passa a estar presente no cotidiano dos indivíduos em interação e isso contribui para a criação de um mecanismo social indutor de novas escolhas homicidas. Aliás, outro adolescente do grupo pesquisado, Leandro, possui uma tatuagem, desde quando tinha 13 anos, com a seguinte frase de origem bíblica: “maldito o homem que confia no homem”. Isso porque o irmão dele (que pertencia ao “movimento” local) foi traído pelos supostos amigos, os quais “estavam de judaria”¹²⁸. Leandro afirma que depois desse evento, entrou “com tudo na vida bandida”. Ficou “revoltado” (ZALUAR, 1985).

Outro adolescente na Unimetro, o Iago, contou-me como foi “preso” pela segunda vez, depois de ter fugido da Unidade de Internação Socioeducativa de Cariacica (Unis), aos 17 anos. Na Unis, ele ficou interno por um ano e seis meses. Visto que sua expectativa de ser posto em liberdade foi frustrada (a medida duraria no mínimo mais seis meses, conforme a decisão do juiz responsável), ele, *revoltado*, decidiu fugir.

A fuga se deu da seguinte maneira. Naquela época, o rapaz estava liberado para sair da Unis a fim de ir à escola. Nessa conjuntura, Iago já havia inclusive trocado de unidade de ensino, em função de conflitos com outros estudantes, jovens assim como ele: “queriam me pegar”, disse. Pois bem, Iago e um colega saíram para ir à escola e não voltaram mais. O que ele fez, desde então?

Os leitores podem imaginar que o rapaz estava impedido de conseguir um trabalho ou mesmo continuar estudando – era um fora da lei, um perseguido pela justiça, como quiserem.

128 Situações assim são narradas tipicamente em músicas do estilo *funk*. “Eu to bolado cheio de ódio no meu coração, com a *judaria* que fizeram com nosso irmão, moleque puro era braço guerreiro fiel e hoje está junto com Deus guerreando no céu, a ironia da vida meu mano é assim, tu nunca sabe a hora certa que vai ser o fim, infelizmente mais um cara bom que foi embora e seus amigos, sua família até hoje choram, o bonde todo revoltado mando o que fizeram vai ter volta pode acreditar. *Quem traiu vai pagar*, na fê de Deus! A *judaria* que fizeram com um mano meu”. Mc Menor do Chapa.

Foi precisamente essa a justificativa que deu quando me explicou o seu retorno para o “movimento” de onde pertencia.

Nessas condições, certa vez o adolescente, depois de ter cumprido seu plantão, ia andando para casa, quando ele e seu colega viram um provável inimigo. Esse inimigo, pelo relato de Iago, estava em dívida com o patrão do “movimento”. Iago que estava desarmado, pediu ao colega para ir novamente ao ponto de vendas a fim de pegar as armas. Haviam resolvido enquadrar o jovem e levá-lo ao patrão, que certamente ficaria satisfeito. Tendo voltado, esse colega de Iago, um tanto quanto afoito, disparou acidentalmente a arma que estava consigo, a qual atingiu primeiro sua própria mão e depois as costas de meu interlocutor.

A princípio, Iago pensou que o disparo tinha sido proposital e por pouco não atirou no colega; felizmente percebeu em tempo que a bala também havia atingido a mão deste. Se *justificou* dizendo: “nessa vida a gente não pode confiar em ninguém”.

Depois de ser baleado, o rapaz foi apreendido pela polícia novamente, no hospital onde fora internado e, em seguida, depois da recuperação, levado a Unimetro. Quem o levou para o hospital foi um primo de consideração, no carro que tinham. Esse primo não é envolvido com o “crime”, soube pois, curiosa, perguntei se não teria sido arriscado o tal primo levá-lo ao hospital.

Iago contou também que durante a convalescença, a despeito de sua condição de patente debilidade, permaneceu a maior parte do tempo algemado no hospital. Contou, mas não em tom de queixa, parecia agora resignar-se com a situação. Talvez seja o jeito do rapaz, já disse aqui que ele me pareceu reservado. Enquanto me contava essas coisas, como se precisasse comprovar a veracidade do relato, Iago mostrou a cicatriz que tem na barriga em função do tiro acidental – é bem grande, leitores. Ele é um rapaz magrinho e não alto, a cicatriz por pouco não ocupa sua barriga inteira.

Tendo o relato do adolescente no horizonte, a respeito da situação que quase culminou em sua morte, na morte do colega ou mesmo na morte do inimigo, Manso (2012) explica que, mais diretamente, a decisão de matar é caracterizada por uma complementariedade estratégica. Isto é, um aumento na probabilidade de ser assassinado aumenta o incentivo de essa pessoa matar primeiro para não morrer. O que quer dizer, em suma, que homicídios acabam, neste contexto, gerando homicídios.

Em conclusão, busquei compreender o tipo de sociabilidade engendrado pelo comércio varejista de drogas ilícitas, onde os adolescentes se sentem protagonistas e sujeitos:

“sujeito-homem”. Por meio dessa categoria nativa, busquei avaliar o papel da sociabilidade na construção e expressão da masculinidade entre os jovens; os valores dos adolescentes, que são imbuídos de uma concepção de masculinidade associada à ideia de força, respeito e também competitividade, a qual desencadeia conflitos que, no limite, são letais.

Essa concepção de masculinidade é construída historicamente e socialmente, sendo notada no Brasil desde o período colonial (NADER, 2001; SCHONOR, 2013), mas também encontrada em várias culturas distintas (BADINTER, 1993). O fato de se viver em “guerra” reafirma, portanto, os elementos da masculinidade hegemônica: agressividade, competição, performatividade pública e corporalidade. Ademais, a “guerra” legitima moralmente o extermínio dos “inimigos”. O ciclo de vinganças e, por conseguinte, o estado de desconfiança faz com que novas escolhas homicidas sejam adotadas.

Boa parte dos jovens engajados no tráfico de drogas compreende essa atividade nos moldes do trabalho formal, tendo em vista a disciplina e a organização com que a exerce. As interações no tráfico, o qual é fragmentado em grupos espalhados pelos bairros pobres da RMGV, fomentam a coesão intragrupo e o conflito entre grupos, isso provoca o sentimento de se estar em “guerra” e suscita episódios de homicídios, visto que os outros de outros grupos são “inimigos” que devem, por isso mesmo, morrer, como indiquei. Ademais, a desconcentração do “poder” em vários polos, não permite que exista um conjunto de regras em comum para garantir a previsibilidade da situação, o que suscita frequentes conflitos entre os grupos envolvidos com o “tráfico” e, conseguintemente, homicídios.

Para além disso, por meio das ideias de Freire (2010), Misse (2010) e Machado da Silva (2004) compreendemos que na “sociabilidade violenta” existe uma moral que admite implicitamente a morte de certo segmento da população, tendo em mente que alguns seres são extraídos da humanidade comum – são desumanizados ou *des-valorizados*. Enfim, acreditamos que esse estado de coisas, bem como a “guerra” *entre* os jovens no âmbito do “tráfico de drogas” e a constituição social da masculinidade neste contexto são aspectos inter-relacionados que explicam, em parte, a permanência dos homicídios de jovens pobres urbanos no Brasil.

A seguir, no quinto e último capítulo, apresento outros tipos de sociabilidade no mesmo contexto socioeconômico, procurando compreender fatores que explicam a diferencialidade de percursos de vida no que se refere ao engajamento ou não em atividades ilícitas arriscadas.

CAPÍTULO V: Crônicas dos jovens na periferia

5.1 Ser adolescente e ser jovem

A infância, a adolescência e a juventude são etapas da vida que transcendem a condição biológica. Existe uma dimensão central em termos de cultura na experiência do “ser jovem” e do “ser adolescente”. A ideia que temos hoje a respeito dessas fases da vida humana nem sempre existiu, o que indica justamente o caráter social, cultural e histórico da questão. Esse pensamento se tornou bastante conhecido a partir do clássico estudo de Ariès (1986), onde se nota que ser criança nas sociedades medievais era significativamente diferente do ser criança na sociedade moderna, mais ainda diferente – para não dizer complicado/assustador – é ser adolescente no mundo contemporâneo.

No mundo medieval a criança parecia não ter história, porquanto estava submersa no mundo adulto. A sociedade moderna teria autonomizado a criança e o adolescente, concebidos agora como seres portadores de vontades e necessidades particulares. Isso aconteceu, sobretudo, em função de mudanças sociais, em especial na estrutura e organização da família enquanto instituição civil. Essas mudanças foram, em parte, resultado da inserção dos membros da família no mundo do trabalho urbano industrial, além da progressiva universalização do acesso à escola básica, o que estimulou a criação de novos padrões de necessidades sociais – tais mudanças se processaram sobretudo entre os séculos XIX e XX. Para as crianças e adolescentes, as horas de trabalho fabril foram restringidas, a educação compulsória regulamentada, programas próprios de lazer e do tempo livre foram desenvolvidos – o que parece ter sido o início das denominadas culturas juvenis (ADORNO, 2010).

É amplamente reconhecido que cada indivíduo vivencia o período da adolescência, em particular, de modo diferente, dependendo de sua maturidade física, emocional e cognitiva, assim como de outras contingências. O início da puberdade, que pode ser considerada uma linha de marcação nítida entre a infância e a adolescência, pouco resolve a dificuldade de definição, tendo em vista que acontece em momentos diferentes para meninos e meninas, assim como para pessoas do mesmo sexo. As meninas, em geral, iniciam a puberdade 12 a 18 meses antes dos meninos; a idade média da primeira menstruação é aos 12 anos de idade, enquanto que a primeira ejaculação dos meninos ocorre geralmente por volta dos 13 anos.

Todavia, evidências mostram que a puberdade está começando mais cedo (a idade da puberdade para meninos e meninas diminuiu três anos ao longo dos dois últimos séculos) em decorrência de padrões mais elevados de saúde e nutrição (UNICEF, 2011).

De qualquer maneira, (apesar das diferenças apresentadas entre os países do mundo no que se refere à idade em que a adolescência começa e termina e sobre quando essas pessoas passam a ser responsáveis para se casar, dirigir, consumir bebidas alcoólicas, prestar serviço militar, serem responsabilizadas criminalmente, etc.) hoje a adolescência é reconhecida como uma fase separada da infância e da vida adulta. Tal reconhecimento, porém, é recente na história humana e algumas sociedades e comunidades esperam que os adolescentes e crianças trabalhem, paguem suas próprias despesas e até mesmo prestem serviço militar, sendo considerados tão somente adultos menos desenvolvidos. Em outras sociedades ainda, a transição da infância para a vida adulta é marcada por algum *rito de passagem*, que valida o momento em que se espera que o indivíduo assuma sua independência, suas responsabilidades, suas expectativas e os privilégios vinculados à vida adulta – o que nos remete ao caso do “sujeito-homem” no contexto do “tráfico de drogas”, ou seja, aquele indivíduo que ao assumir responsabilidades deixa de ser “moleque”, tornando-se “homem”, independente da idade que tenha¹²⁹. Embora não exista uma definição de adolescência aceita internacionalmente, a Organização das Nações Unidas define adolescentes como indivíduos de 10 a 19 anos de idade, isto é, os que estão na segunda década de vida¹³⁰ (UNICEF, 2011).

Tendo isso em perspectiva, ou seja, o aspecto sociocultural da adolescência e da juventude, podemos conceber razoavelmente que ser adolescente no Brasil é diferente de ser adolescente no Japão, embora existam, por certo, elementos em comum. No que tange ao Brasil, também podemos concordar que ser jovem no interior de Minas Gerais é um pouco diferente de ser jovem na cidade de Vitória, por exemplo. E, finalmente, mesmo em Vitória,

129 Essas responsabilidades são relacionadas ao trabalho no “tráfico”, a conseqüente capacidade de prover os recursos econômicos de que necessita, indo portanto morar sozinho e desse modo até mesmo assumir um relacionamento afetivo-sexual com uma mulher, responsabilizando-se pelos filhos que eventualmente tiverem. Em geral, isso se passa relativamente cedo, quando os meninos estão com 15 ou 17 anos, por exemplo. Entre o grupo de dez na Unimetro, que participaram deste estudo, dois tinham filhos, ambos com menos de 20 anos.

130 Senti necessidade de lembrar aos leitores que no contexto brasileiro se considera adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade (Ecriad, Lei nº 8.069, 1990). E jovem, conforme o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, 2013), são aqueles com idades entre 15 e 29 anos de idade. Dessa maneira, esta pesquisa envolve tanto adolescentes quanto jovens. Entrevistei pessoas com idades entre 14 e 26 anos. Embora eu tivesse inicialmente delimitado a faixa etária de 15 a 21, algumas circunstâncias fortuitas relativas ao trabalho de campo me colocaram em contato com perfis um pouco diferentes do que eu havia previsto. De qualquer forma, como os leitores podem perceber, ainda estamos dentro dos padrões do que pode ser aceito como adolescente e jovem.

ser adolescente em São Pedro é diferente de ser adolescente na Praia do Canto¹³¹ – a um só tempo lugares tão próximos e tão distantes. O que quero dizer é que, assim como anunciam os estudiosos da Sociologia da Juventude¹³², é mais correto pensarmos em “juventudes”, no plural, do que apenas “juventude”, no singular, tendo em mente essas diferenças que tentei apontar entre um contexto socioeconômico/cultural/histórico e outro.

Pois bem, aqui estamos para discutir sobre um tipo sociabilidade entre adolescentes e jovens nas periferias de Vitória, em especial na região de São Pedro. Todavia, esta pesquisa perderia todo sentido se não reconhecêssemos que mesmo nas periferias da RMGV existem diferenças entre os estilos de sociabilidade juvenil. No capítulo anterior, vimos que as interações que tem como pano de fundo o comércio varejista de substâncias ilícitas caracterizam um tipo de sociabilidade mais ou menos propícia para a emergência de conflitos potencialmente letais. Agora veremos outro tipo de sociabilidade juvenil no mesmo contexto socioeconômico, pois as periferias dos grandes centros brasileiros não são homogêneas. Isto é, dentro de um mesmo bairro como São Pedro, podemos encontrar uma família de trabalhadores remediados cujos filhos estudam em escolas particulares ou federais e têm fortes chances de chegar à universidade; mas também podemos encontrar adolescentes que não mais frequentam escola alguma, ou se frequentam não *estudam* de fato, alguns sendo filhos de pais desempregados, os quais vivem de pequenos serviços mal remunerados, que não lhes garantem o suficiente para viver com a devida dignidade e, assim, dependem em grande medida dos programas de assistência social do governo, como o Bolsa Família. Por fim, de modo semelhante, existem mães que, por variados motivos, com os filhos nos braços saem de São Pedro para esmolar em bairros vizinhos. Semelhante heterogeneidade é frequentemente verificada em outras periferias brasileiras.

Não obstante o que foi indicado acerca da heterogeneidade, no que se refere ao

131 O bairro Praia do Canto originou-se de um loteamento - Plano Novo Arrabalde, cujo autor foi o engenheiro Saturnino de Brito. Este, baseado em influências do urbanismo sanitário, projetou ruas largas, tendo como eixo central a Avenida Nossa Senhora da Penha, formando um desenho semelhante a uma espinha de peixe. Na época, meados do século XX, o bairro era utilizado como área de lazer e moradia próximos ao mar. Hoje o bairro apresenta uma infraestrutura bem mais desenvolvida do que outros locais, caracterizando-se ao longo do tempo como local de moradia para a classe média alta. A população, em média 15.147 pessoas, é composta de servidores públicos, professores, empresários, operários especializados e bancários; destes quase 80% são brancos, sendo a renda mensal domiciliar de mais de 20 salários mínimos, majoritariamente (VITÓRIA, 2013).

132 A questão que se coloca à Sociologia da Juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas *similaridades* entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também – e principalmente – as *diferenças sociais* que entre eles existem. (PAIS, 1990, p. 140 – grifo do autor).

contexto urbano periférico, existe algo que afeta de modo geral os jovens destes locais, trata-se da associação enraizada historicamente no imaginário da sociedade brasileira entre juventude, pobreza e violência. Sim, leitores, tal associação não é recente¹³³. Se a adolescência é representada muitas vezes pelos discursos médicos/psicológicos/pedagógicos/sociológicos com uma fase da vida humana problemática¹³⁴ e conflituosa, o principal “problema” da adolescência pauperizada seria o *risco* do envolvimento com o crime e a violência.

Parte-se do pressuposto de que os jovens pobres são inclinados ao crime, é como se houvesse naturalmente uma tendência do jovem pobre para ser violento/delituoso. Portanto, este precisaria ser controlado. “O ‘crime’ é uma flor nascida no solo da pobreza e da exclusão social”, diriam alguns com mais inspiração.

Mesmo com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual procurou viabilizar um sistema de garantia de direitos, os indivíduos pobres passam a ser “menos culpabilizados”, por assim dizer, quando cometem algum ato infracional em virtude da

133 Como discute Adorno (2010), a associação entre juventude, crime e pobreza tem uma longa história... Tão longa que será difícil resumi-la nesta nota de rodapé, mas necessário é tentar. A presença de crianças nas ruas trabalhando, vendendo doces, vigiando e lavando carros, perambulando enfim, não é recente e costumava, e costuma, gerar inquietação. Entre as preocupações, falava-se desde o período colonial na vagabundagem e na mendicância como “vícios” a serem corrigidos.

A partir da primeira metade do século XX, com o desenvolvimento industrial e urbano em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, a preocupação com a situação da criança e do adolescente pobres se agudiza. No final da década de 1920, dessa forma, por meio do Código de Menores (1927), a criança pobre passa a ser tratada como “menor” e, logo, ser “tutelada”. Para além da repressão dos vícios constituídos em torno da mendicância, da vagabundagem e dos pequenos delitos, tratava-se de recuperar o “menor” para a vida adulta digna, baseada na aceitação de uma posição na ordem social do trabalho, que se edificava então no Brasil. Já no final dos anos 1960, em meio as mudanças sociais que se processavam (pensem aqui no golpe e na ditadura militar – 1964-1985) foi formulada uma política nacional de bem-estar do “menor”, assim foram construídas as denominadas Fundações Estaduais do Menor – FEBEMs (no contexto do segundo Código de Menores, 1979). Deste modo, desde o início dos anos 1970, ao menos nas grandes cidades do país, a presença crescente de adolescentes pelas ruas, mendigando ou trabalhando precariamente, passa a ser percebida como um problema social e, portanto, objeto de debate público. Esses indivíduos passaram, ainda mais, a serem *suspeitos* de praticarem crimes, tendo em vista o impacto do aumento da criminalidade urbana violenta naquele período histórico.

Com a transição democrática no final dos anos 1980 e o contexto de luta pela afirmação de direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente é constituído em 1990, assumindo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em desenvolvimento. Ganha força e legitimidade a ideia de recuperação e proteção da criança ou adolescente (que caso se torne delinquente é por causa de uma trajetória de carências). Vigora a ideia da diminuição da culpabilidade pelo ato infracional em função das condições sociais desfavoráveis – ou seja, pobreza e crime permanecem indissociáveis. Todavia, a lei é alvo de ataques por parte de movimentos populistas no âmbito da segurança pública, sendo considerada promotora da impunidade. Nesse sentido, existe atualmente um debate em torno de propostas para a redução da maioridade penal. Para uma visão mais detalhada sobre esse ponto, ver também Paula (2015).

134 A descoberta da adolescência como problema é contemporânea a associação entre juventude e delinquência – data no início do século XX. O marco teórico constitui o modelo *storm and stress* (agitação e tensão), formulado originalmente pelo psicólogo norte-americano Stanley Hall, para quem a adolescência era concebida como um período de “agitação hormonal” durante a qual adolescentes requeriam liberdade e, simultaneamente, reclamavam maior controle para incutir-lhes disciplina (ADORNO, 2010).

compreensão de que são vítimas anteriores da desigualdade e da exclusão social. A exclusão social e a pobreza, irmãs gêmeas, são vistas como a *causa* para o envolvimento com a criminalidade (PAULA, 2015). Semelhante percepção é, num certo sentido, criminalizadora da pobreza. Não obstante a tese equivocada que associa crime e pobreza já ter sido refutada por cientistas sociais (MISSE, 1995). De todo modo, fato é que os pobres são mais perseguidos pelo sistema de justiça criminal.

Insisto neste ponto, pois o que estou verdadeiramente tentando dizer é que a representação social sobre a juventude, especialmente a pobre, como um *problema* e como um problema cuja expressão principal é a *violência*, atinge de maneira quase indistinta os jovens de contextos urbanos e periféricos, a despeito da relativa heterogeneidade no interior desses contextos. Os indivíduos são estigmatizados e tacitamente considerados culpados, *a priori*. O “crime”, aqui, é ser jovem e pobre. Por isso, uma das questões que motivou a pesquisa foi: quais são as consequências ou efeitos desse estado de coisas para a constituição das sociabilidades e das identidades? (O que as pessoas fazem com o que fazem delas?)

Desde as primeiras décadas do século XX, em especial nos Estados Unidos, várias teorias sociológicas tenderam a conceber a delinquência juvenil como resultado de um contexto social carente de autocontroles e de controles sociais, em específico aqueles exercidos pelos pais. Ademais, precárias condições de vida eram responsabilizadas pela dificuldade de inserção social por parte dos jovens. Noutras palavras, a baixa e insuficiente ofertas de serviços de lazer e ocupação do tempo livre, aliados a pobreza em que muitos jovens viviam nas grandes metrópoles daquele país, influenciariam, em grande medida, sua associação em bandos e quadrilhas. Tais associações eram socialmente percebidas como a origem da escalada da criminalidade violenta que se observava nos Estados Unidos desde o início no século XX e na Europa, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, principalmente. Esses jovens pareciam ter vínculos frágeis com as três instituições que representam o grau máximo da ordem social: a família, a escola básica e o mercado de trabalho formal (ADORNO, 2010).

Deste modo, a associação entre jovens, que podemos chamar de interações ou relações de sociabilidade, parece nem sempre ser vista com bons olhos pela sociedade, especialmente quando se trata de jovens pobres. Algumas destas associações são obviamente percebidas como violentas, como é o caso dos adolescentes envolvidos uns com os outros em cooperação ou conflito na atividade do “tráfico de drogas”. Outros tipos de associação, em contextos

urbanos e periféricos, são verificadas em ambientes de projetos sociais, como é o caso do Projovem e também em igrejas. Nesse sentido, os adolescentes e jovens são considerados como pessoas que precisam de atenção especial, e para tanto, atividades próprias são organizadas, que possibilitem convivência e lazer.

Tanto os projetos sociais quanto as igrejas são percebidos como instituições que previnem a violência e, num certo sentido, a percepção está provavelmente correta, como veremos a seguir. O ponto é que o comércio varejista de substâncias ilícitas, os projetos sociais e as igrejas são ambientes sociais onde os adolescentes e jovens circulam, interagem e constroem suas identidades. São também, cada uma a seu modo, instâncias moralizadoras. Ou seja, em suma, no “tráfico de drogas” existem as regras de conduta resumidas na expressão “andar certo”; nos projetos, concepções morais também são desenvolvidas, no sentido de que os jovens não devem se envolver com “coisa errada” (que, em parte, seria o “tráfico de drogas”); e nas igrejas, de todos o espaço mais óbvio de moralização, a moralidade é apregoada em termos de condução da vida de maneira sóbria, livre dos vícios, valorização dos estudos e do trabalho (bem como de outros valores cristãos, amor ao próximo, vida santa e etc.) e, claro, o distanciamento de atividades ilícitas.

Sem mais, falemos agora sobre como é para os adolescentes e jovens viver “na quebrada”.

5.2 Viver “na quebrada”

Abro o meu diário de campo para os leitores e leitoras na página do dia 27 de maio de 2017.

“Quando cheguei, a Casa estava mais cheia que o habitual. Os únicos responsáveis com quem eu travei relações Handerson, já amplamente mencionado, e Márcio estavam lá. Handerson é um jovem negro de aproximadamente vinte e dois ou vinte e quatro anos¹³⁵. Parece ser tímido ou fica intimidado com a minha presença, creio que não colaboro muito, visto que também sou tímida. Pretendo entrevistá-lo. Márcio é mais velho, também negro, parece ter uns 40 anos. Ele é mais expansivo e brincalhão que Handerson, em geral me cumprimenta com um beijinho no rosto. Os adolescentes estavam silenciosos, vendo um filme no laboratório de informática, o qual tratava basicamente sobre gangues e relacionamentos juvenis num

135 Depois eu soube, leitores, que na verdade ele tem 26.

contexto social de segregação e violência. O cenário principal é uma escola onde os problemas dos estudantes se manifestam na forma de conflitos interpessoais, principalmente – o nome do filme é *Escritores da Liberdade* (2007)¹³⁶. O enredo é bem oportuno no sentido de ter estreita relação com meu estudo, já que discute adolescência, discriminação, violência, conflitos interpessoais e gangues. Ademais, destaca o sofrimento de jovens que perderam amigos vitimados por homicídios, em grande medida devido ao engajamento destes em gangues. Muitos estudantes também estavam envolvidos com esses grupos e alguns já haviam passado por reformatórios (tipos de unidades socioeducativas no Brasil) em decorrência da prática de atos ilícitos. Nesse sentido, os jovens do filme expressam um sentimento de estar em guerra (viver em guerra, ter inimigos), semelhante ao sentimento que experienciam os adolescentes que conheci na Unimetro, com vínculos com o comércio varejista de drogas (ou substâncias) ilícitas.

O filme também aborda a violência policial, concretizada por meio de abordagens percebidas como injustas pelos adolescentes e, acima de tudo, por meio de assassinatos mesmo. Isto é, casos comparáveis aos vividos por certo segmento da juventude brasileira. Num dado momento da história, a meu ver particularmente significativo, a professora da escola em questão e personagem central, criticou (durante uma conversa com a responsável pela instituição) o tipo de educação oferecida aos adolescentes naquele contexto. Estes eram *institucionalizados* durante boa parte da vida, mas não havia uma preocupação genuína, por parte do Estado, com a qualidade do ensino; basicamente a preocupação girava em torno de *incutir nos alunos um modo de conduta para a disciplina*.

Parece que para o Estado, seja o brasileiro ou o estadunidense exposto na história, basta a simples existência de escolas para que o direito à educação esteja garantido, como afirmam Catini e Mello (2016). A educação oferecida na escola apresentada não ampliava os horizontes dos adolescentes, não os emancipava e não os qualificava para o ingresso em cursos universitários, por exemplo, o que limitava as chances de eles melhorarem suas condições socioeconômicas. Desse modo, compreendi que a história contada no filme (que a bem da verdade é inspirada em acontecimentos reais) tem muito a ver com a biografia real de adolescentes urbanos pauperizados no Brasil, os quais têm acesso à educação, mas que não é

136 *Freedom Writers* (Escritores da Liberdade) é um filme de drama norte-americano lançado em 2007. Dirigido por Richard LaGravenese e produzido por Danny DeVito, Michael Shamberg e Stacey Sher, o filme é estrelado por Hilary Swank, Scott Glenn, Imelda Staunton e Patrick Dempsey, sendo inspirado nos eventos reais relatados pelo livro “*The Freedom Writers Diaries*”, baseado nos relatos da professora Erin Gruwell e de seus diversos alunos.

exatamente uma educação de qualidade. Assim, percebi que naturalmente a escolha do filme por Handerson não foi aleatória.

A escola também é o cenário de diversos conflitos entre os jovens e, em certo sentido, os agrava, na medida em que por vezes pode frustrar as expectativas dos sujeitos de vivenciarem outras experiências, fora de um ambiente de “violento”. Em suma, a professora do filme se destaca como uma *heroína*, na medida em que para conseguir desenvolver um bom trabalho com sua turma e conseguir comprar livros e outros materiais negados pela instituição, precisa trabalhar em mais dois empregos, como recepcionista e vendedora, o que causa problemas em sua vida privada – problemas que culminam desgraçadamente com seu divórcio. Além disso, essa professora, cujo nome é Erin, demonstra grande força interior e coragem ao incentivar seus alunos a escreverem cartas para uma senhora que ajudou Anne Frank no período histórico do Nazismo, entre outras coisas incomuns que realizou em benefício do grupo de estudantes. Mas, debatendo tais questões, quantos professores estariam dispostos a fazer semelhantes sacrifícios? Quantos professores, apesar de dispostos, teriam condições objetivas, materiais, físicas e psicológicas para tanto? Finalmente, o ponto relevante é a pertinência do filme para os objetivos da minha pesquisa, de modo que foi uma feliz coincidência chegar à Casa da Juventude e encontrar os adolescentes o assistindo. Creio, ou melhor, espero que isso facilite a nossa interlocução nos dois grupos focais felizmente consegui agendar para a próxima semana.”

O que eu esperava aconteceu. Começamos a discussão em grupo a partir do filme. Resumimos o filme em conjunto e depois fui estruturando a conversa a partir do que havia de semelhante e de diferente entre a vida daqueles adolescentes, nos Estados Unidos, e a vida deles, dos que eu entrevistava. Os jovens foram enfáticos: existiam muitas coisas em comum. Nesse sentido, começaram a falar sobre a escola, sobre os conflitos dentro da escola e entre os amigos. Sobre as dificuldades para circular “em paz” dentro do bairro, em função das hostilidades entre os pontos de venda de substâncias ilícitas, de modo semelhante fizeram menção à abordagens policiais agressivas, etc...

Mas antes de prosseguir, me dei conta de que esqueci de dizer aos leitores o que significa “na quebrada” e por que motivo utilizei o termo, o qual está no título deste tópico. Pois bem, “quebrada” é empregado para designar um local na periferia, um local distante do centro. De modo geral, um bairro humilde, pobre. O termo aparece em diversas canções do

estilo *hip hop* e *rap*, por exemplo, sendo usado comumente entre adolescentes e jovens. Mas, na verdade, a escolha, aqui, teve a ver com o curta-metragem “Na Quebrada”, o qual foi elaborado, produzido, gravado e estrelado justamente pelos adolescentes que participam de projetos na Casa da Juventude.

O curta é uma realização da Casa da Juventude em parceria com a produtora Milindro, foi lançado em dezembro de 2016 no bairro São Pedro, “com o objetivo quebrar paradigmas, desconstruir preconceitos e valorizar a cultura local. A história gira em torno de dois jovens que saem pela comunidade de São Pedro em busca de um ‘produto típico’ da região para oferecer para o estrangeiro que visita a cidade”¹³⁷. Tudo indica (“o lugar de toda pobreza” e os jovens afrodescendentes) que o produto típico é “droga”: maconha, crack, cocaína, por exemplo. Mas, na verdade, no final, percebemos que o produto é simplesmente um peixe. Sim, um simples peixe. Ora, estamos, afinal de contas, em uma ilha, na Ilha das Caieiras, para ser mais precisa, e na terra da moqueca capixaba, o que mais poderia ser o produto típico, então? (Perdoem-me o *spoiler*).

Enfim, dessa forma, o curta desvela estigmas e estereótipos ao mesmo tempo em que os desconstrói. A pobreza pode ser, assim, criativamente *descriminalizada*. Nesse sentido, algumas políticas sociais para a juventude politizam essas questões junto aos adolescentes, contribuindo para a constituição de uma consciência crítica e problematizadora da realidade circundante.

A partir de agora, continuarei a falar sobre como é “viver na quebrada”, mas a partir de uma perspectiva diferente. Na medida em que estudei dois grupos, a fim de compreender distintos estilos de sociabilidade juvenil em um mesmo contexto, deparei-me com algumas diferenças significativas nos percursos de vida dos agentes, não obstante serem provenientes do mesmo contexto socioeconômico. Por meio da comparação, diferenças *entre* grupos e recorrências *intra* grupos foram detectadas, tais diferenças e tais recorrências davam indícios de fatores que provavelmente condicionaram a diferencialidade dos percursos biográficos que eu analisava naquele contexto. Por exemplo, na Unimetro os adolescentes em média haviam parado de estudar nos anos iniciais do Ensino Fundamental e adolescentes com a mesma idade em São Pedro cursavam os anos finais do Ensino Fundamental ou mesmo já estavam no

¹³⁷ Informações disponíveis em <http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/lancamento-de-curta-metragem-produzido-por-jovens-de-sao-pedro-e-um-sucesso-21892> Acesso em 12 de setembro de 2017.

Ensino Médio. Mas isso, por si só, não explica nada.

O ponto é que ao sair da escola, concomitantemente, o garoto ingressava em outro meio moral e educativo, onde era socializado. Nesse sentido, acabei me dando conta de um mecanismo condicionante, que tem a ver com os processos de socialização e sociabilidade, como buscarei explicar a seguir. Assim foi que achei por bem examinar essas diferenças e recorrências e, conseqüentemente, os tais fatores que condicionam as distinções de percursos de vida em um mesmo contexto social ou em um mesmo microcosmo (no que se refere ao envolvimento com atividades ilícitas). Faço isso por meio de crônicas do cotidiano dos jovens na periferia, que são simplesmente as experiências relatadas por eles ao longo desse trabalho de pesquisa. Relatos de vida elaborados em entrevistas individuais e também em grupo. Sublinho que no tocante ao interior dos dois grupos (Unimetro e São Pedro) que estudava não criei classificações em tipos, pois a semelhança de percursos entre os indivíduos pertencentes a cada grupo era tal que não justificava a construção de uma tipologia.

Enfim, primeiro, discuto a educação, em específico a escola, com seus conflitos e possibilidades, analisando notadamente por meio de que processo ela condiciona o percurso dos jovens no sentido do não envolvimento com atividades ilícitas (arriscadas). Esse processo é compreendido à luz da concepção durkheimiana de educação. Coloco a família e a escola juntas, pois percebi que as duas instituições funcionam de maneira complementar, a criança e o adolescente precisam da família para que frequentem a escola com assiduidade e seriedade; problemas com a família implicarão, muitas vezes, em problemas com a escola. Por um lado, mesmo que a criança ou o adolescente enfrente problemas com a escola, se sua relação com a família for relativamente boa, esses problemas poderão ser superados com mais facilidade; sobretudo quando, além da família, a criança e o adolescente estiverem inseridos em outras esferas sociais de apoio. De outro lado, se a relação com a família estiver corrompida, qualquer problema na escola poderá ser um motivo para que o jovem dela se afaste. Essas considerações estão apoiadas em fontes biográficas dos participantes do estudo.

Segundo, discuto o contexto comunitário (segundo os jovens), as dificuldades gerais manifestadas pelos adolescentes no que se refere a viver em meio ao conflito e a disputa entre os pontos de venda de “drogas” ilícitas. Aqui, discuto também os efeitos da criminalização da pobreza e a percepção sobre situações adversas envolvendo a polícia.

Terceiro, apresento uma forma de sociabilidade juvenil que desconfio ser pouco

discutida, embora seja provavelmente central na vida de muitos indivíduos, especialmente adolescentes e jovens na periferia de Vitória. Trata-se da sociabilidade constituída a partir das igrejas.

Não tenho pretendo apontar relações de causa e efeito, mas sim proporcionar elementos para a configuração de um modelo de interpretação plausível, adequado à realidade de adolescentes e jovens em seu contexto. O interesse é demonstrar as complexidades encontradas no campo e não propor explicações generalizantes.

5.3 Condicionantes para a diferencialidade dos percursos de vida em um mesmo contexto socioeconômico: uma análise comparativa

5.3.1 Contexto familiar e escolar

Falar sobre educação, notadamente sobre a escola como um lugar de socialização moral, em primeiro lugar, e de conflitos se justifica pela centralidade que a instituição assume na vida de crianças e adolescentes, para quem boa parte do tempo é gasto nela. Além desse aspecto mais notável, existe um outro que nos interessa. Analisando os percursos de vida de adolescentes internos e não internos de um mesmo contexto socioeconômico, verifiquei que um dos pontos substantivos que diferencia os grupos é sua relação com esta instituição.

Os leitores devem se lembrar do ponto de vista durkheimiano sobre a educação. Lembrando ou não, é importante que eu traga algumas ideias à baila. Segundo Durkheim (2013), para que haja educação é preciso que uma geração de adultos e uma de jovens se encontrem face a face e que, ademais, haja uma ação exercida pelos primeiros sobre os segundos. O sociólogo enfatiza o caráter *social* da educação, que aqui nos interessa. O sistema de educação apresenta um duplo caráter: é a um só tempo singular e múltiplo. A educação variará conforme os grupos que compõem a sociedade. Os aristocratas não receberão a mesma educação que os plebeus e na sociedade em que vivemos, as pessoas das classes ricas não são certamente educadas da mesma forma que as pessoas das classes pauperizadas. Porém, ainda que não precisássemos lidar com a iniquidade social, existiria a diversidade de formação por causa das especializações profissionais. E cada profissão constitui um meio particular, demandando aptidões e conhecimentos específicos. Apesar disso, mesmo as formações

específicas, conforme Durkheim, repousam sobre uma *base comum*. E o que é essa base comum?

Para este autor, a sociedade não pode existir sem que haja certo número de ideais, sentimentos, práticas em comum e tais elementos são inculcados pela educação em todas as crianças, indistintamente. Ou seja, é necessário que exista um grau de homogeneidade suficiente entre os indivíduos de um grupo societário e a educação perpetua e fortalece esta homogeneidade, inscrevendo previamente no espírito da criança as semelhantes essenciais exigidas pela vida coletiva. Mesmo quando a sociedade é dividida em castas fechadas umas às outras, sempre há, por exemplo, uma religião comum a todas. Essa cultura inculcará hábitos mentais que transcendem a esfera puramente religiosa. De qualquer maneira, os elementos comuns a toda educação não deixam de existir mesmo quando não se manifestam em forma de símbolos religiosos.

Enfim, cada sociedade elabora um ideal de homem e de mulher, daquilo que devem ser tanto do ponto de vista intelectual, quanto físico e moral; este ideal é, em certa medida, o mesmo para todos os indivíduos, porém a partir de certo ponto ele se diferencia conforme os meios singulares que toda sociedade compreende em seu âmago. Dessa maneira, Durkheim (2013) define a educação mais ou menos nos seguintes termos: a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as mais novas. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais, exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada a participar. Eis aí o caráter social da educação, que é nada menos que a socialização metódica das novas gerações. Portanto, para a sociedade, a educação é apenas o modo pelo qual ela prepara no coração das crianças as condições vitais de sua própria existência¹³⁸.

Dito isso, podemos compreender que a escola assume o papel de inculcar nas pessoas os valores e atitudes desejáveis que vigoram em uma dada sociedade. Quando alguém não passa por esse processo de inculcação, e sim por outros, pode tomar atitudes que não são

138 Sob essa luz, podemos compreender as ideias de Bourdieu e Passeron (1975), os quais desenvolveram a *teoria da reprodução* e o conceito de *violência simbólica*. Para eles, toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição de um poder arbitrário. A arbitrariedade constitui-se na apresentação da cultura dominante como cultura geral. Nesse sentido, a ação pedagógica tende à reprodução cultural e social. Em suma, a função da educação seria conservar a sociedade e reproduzir as relações sociais vigentes.

Todavia, observamos ao longo da história que o processo educativo muda conforme as sociedades mudam. Nesse sentido, embora o papel da educação seja de conservar a sociedade, esta nem por isso deixa de passar por profundas transformações que, no final das contas, alteram a própria forma em que os indivíduos são educados. Em linhas gerais, nem a sociedade e, por conseguinte, nem a educação são entidades fixas, imutáveis.

consideradas exatamente adequadas pela sociedade abrangente em que vive. Isso se explica pelo fato de que o “crime”, também segundo Durkheim (2005), é aquele ato que ofende a consciência coletiva sendo, por isso, alvo de sanção penal. Mais especificamente, o “crime” não existe por si mesmo, pois o que lhe confere o caráter “criminoso” não é sua importância intrínseca, mas a que lhe atribui a consciência comum. Se um jovem passa por outro processo de socialização, o que ofenderá fortemente a consciência coletiva em um contexto, pode não ofender a dele e de seu grupo específico, porquanto apreendeu certos conceitos morais e não outros. Dessa forma, entendemos porque a maioria das pessoas que compõem a sociedade não se torna “criminosa”, haja vista o processo social de educação pelo qual passaram.

Todavia, o crime só deixaria de existir se houvesse uma uniformidade universal e absoluta que na prática é impossível, tendo em vista que o meio físico imediato no qual cada um se encontra, bem como as influências sociais de que dependem variam de um indivíduo para o outro e, conseqüentemente, diferenciam as consciências (DURKHEIM, 2005).

Como aponta a literatura especializada (ADORNO, 1991), em geral adolescentes de contextos pauperizados envolvidos em atividades ilícitas não possuem vínculos solidamente estabelecidos com a escola¹³⁹ - uma das esferas que representam a ordem social dominante. Usualmente, deixaram de frequentar seus bancos ainda na infância. Em particular, a partir dos casos analisados na Unimetro, foi possível compreender que o processo de afastamento da escola se dá por meio do envolvimento com atividades ilícitas, que em grande medida é o “tráfico de drogas”. Desde a fase da pré-adolescência (entre 8 e 10 anos), esses indivíduos passam a consumir substâncias ilícitas, mormente maconha, e a realizar pequenos serviços para os “traficantes” de seus bairros, como simplesmente levar e trazer informações ou esconder a mercadoria¹⁴⁰.

Dessa forma, o envolvimento se dá aos poucos e é aos poucos também que a escola vai perdendo o sentido. Uma vez que o adolescente já se considera um “sujeito-homem”, buscando cada vez mais autonomia, a escola, que representa muitas vezes um espaço de

139 Loeber (1990) indicou um conjunto de problemas, os quais podem variar de indivíduo para indivíduo, que serve para exemplificar o caráter dinâmico de como a deficiência no processo educacional desde a mais tenra idade pode acarretar transgressões e crimes na adolescência. Os problemas comportamentais na primeira infância, como dificuldade de temperamento, agressividade e tendência ao isolamento, muitas vezes são resultados de um processo educacional defeituoso, em que os pais não orientaram, supervisionaram e motivaram corretamente as crianças; isso pode também ser conseqüência de um ambiente familiar não saudável (o que chamo aqui de corrompido), quando existem situações de maus tratos e de violência doméstica.

140 Para conhecer detalhes sobre a atuação de crianças, “formiguinhas” laboriosas, no “tráfico de drogas”, contexto da RMGV, ver Possmozer (2017). Mais informações sobre o engajamento de adolescentes no “mundo do crime” no mesmo contexto mencionado podem ser encontradas em Freitas (2016).

dependência, cheio de regras, se coloca como um peso do qual é preciso se livrar. Nesse sentido, o que seria aprendido no âmbito daquela instituição, que para além de ensinar disciplinas científicas, ensina justamente a moral da sociedade abrangente, passa a ser aprendido no contexto onde os meninos e meninas circulam. Apreendem e internalizam outras concepções morais em outros meios morais, que também têm seus valores e regras. É importante dizer que esses outros meios morais não são totalmente separados da sociedade abrangente, ou seja, o microcosmo desviante certamente sofre influências da moral social global, a despeito disso, ele mesmo tem suas lógicas internas que os indivíduos que o compõem respeitam e podemos dizer também que valorizam.

Como vimos acima, o “tráfico de drogas” e o “mundo do crime” de modo geral também possuem seus preceitos morais. Aqui, é preciso enfatizar com letras maiúsculas que os valores morais prezados pelos adolescentes no “crime” não são exatamente diferentes dos valores prezados pela sociedade em geral. Por exemplo, se prezamos a honestidade e a responsabilidade, eles prezam igualmente, a diferença está na forma e no contexto em que estes valores são concebidos e colocados em prática por meio das condutas diárias. Eles se consideram honestos e responsáveis da maneira como faz *sentido* em seu contexto.

De todo modo, a partir de outro processo de socialização e de internalização das normas, os indivíduos podem chegar ao ponto de conceber o homicídio como um meio legítimo na resolução dos conflitos, desde que estão em “guerra”, por exemplo. Isso significa que às vezes o homicídio será legítimo, às vezes não. Matar o “inimigo” é uma coisa, matar uma criança inocente é outra bem diferente¹⁴¹. Roubar em um bairro diferente, talvez de classe média é uma coisa, roubar o próprio bairro é impensável, algo passível de pena capital. A severidade aplicada nas punições para os transgressores, como espancamentos, pode ser compreendida como legítima, dependendo do contexto e das circunstâncias da transgressão. Sob esse prisma, podemos compreender os objetivos do duro processo de (re)socialização (e punição) nas instituições socioeducativas, no sentido de que o adolescente transgressor aprenda as normas da ordem social abrangente por meio justamente de um tipo de educação moral, a partir também de cursos profissionalizantes que os qualifiquem para o mercado de

141 Casos assim apareceram no âmbito da pesquisa na Unimetro. Embora certos adolescentes estejam internos em função do cometimento de homicídio, dependendo da circunstância do ato, um indivíduo pode ser mais condenando que outro pelo grupo. Por exemplo, ouvi relatos dos adolescentes participantes da pesquisa que havia um rapaz o qual fora por eles segregado, por ter cometido homicídio contra uma criança. Muitas vezes os outros que condenaram o tal rapaz, também haviam cometido homicídio, mas este era legitimado moralmente por ter sido no contexto das chamadas “guerras nas ruas” (disputas relacionadas ao “tráfico” no varejo).

trabalho *formal*. Faço notar que as mudanças de fase no âmbito do cumprimento da medida socioeducativa de internação, por exemplo, são condicionadas exatamente ao aprendizado de certos comportamentos aceitáveis no sentido individual e social – trata-se, sobretudo, de um processo de inculcação de valores morais (cf. IASES, 2014).

Nessa mesma ordem de ideias, Rolim (2014), em sua tese sobre a formação de jovens violentos, assevera que o “treinamento violento” é uma espécie de socialização pela qual alguns jovens pobres urbanos passam, sendo derivado das relações estabelecidas com grupos do “tráfico de drogas”. Os meninos são introduzidos em lógicas bastante violentas a partir de uma influência exercida por outros indivíduos mais velhos, detentores de habilidades e valores próprios.

O autor, Rolim (2014), conclui que a violência criminal, em específico, a violência extrema no contexto brasileiro não seria explicada pelo uso de drogas ilícitas, por famílias desestruturadas, pela impunidade ou pela miséria, mas por um processo especial de socialização viabilizado pela presença de grupos armados que se dedicam a explorar o negócio da venda de substâncias ilícitas e que oferecem aos meninos pobres “modelos sociais”¹⁴². Nesse sentido, a evasão escolar¹⁴³ logicamente foi indicada como uma das explicações para a violência extrema que envolve jovens, pois saindo da escola, o garoto passaria por outro processo educativo: o tal “treinamento violento” - que poderíamos entender, aqui, como uma *pedagogia da violência*.

De modo semelhante, Adorno (1991), em seu estudo sobre crianças que passaram pela experiência da precoce punição, explica que não existe uma trajetória biográfica típica que derive para a delinquência, conquanto algumas tendências sociológicas apontem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a falta de profissionalização, a intermitência no trabalho como estímulos à construção de uma carreira no “crime”. O autor explica que a derivação para o “crime” pode estar associada a estes elementos, a alguns

142 Embora possamos discutir que a miséria e a impunidade, por exemplo, favorecem em larga medida a permanência de grupos armados do tráfico em comunidades pobres. E, conseqüentemente, essa permanência viabilizaria o processo de “treinamento violento”, de que o autor fala. Além disso, famílias desestruturadas (termo de que não gostamos, substituamos então por outro, digamos simplesmente *situações adversas no contexto familiar*) ou, melhor dizendo, situações adversas no contexto familiar podem representar um tipo de vácuo de poder moral que será ocupado pelos tais grupos do “tráfico”.

143 O Brasil possui 2.486.245 milhões de crianças e adolescentes (4 a 17 anos) fora da escola, segundo levantamento feito pelo Todos Pela Educação com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Do número total de alunos fora da escola, 1.543.713 são de jovens de 15 a 17 anos, que deveriam estar matriculados no ensino médio. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-possui-quase-25-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-escola-diz-estudo.ghtml> Acesso em 16 de setembro de 2017.

combinados entre si ou a nenhum. Há várias “derivações” que não se traduzem forçosamente em um abandono radical de todas as relações que constituem a ordem social dominante. Todavia, a partir dos casos analisados em sua pesquisa, o autor compreendeu o funcionamento de um duplo mecanismo que opera simultaneamente ora em confronto entre si, ora em adequação: “desterritorialização” e “reterritorialização”.

Desterritorialização: abandono progressivo de espaços institucionais da ordem moral e familiar dominante. *Reterritorialização*: inscrição dos sujeitos em microterritórios, onde passam a construir o essencial de suas vidas. De fato, observamos esse duplo mecanismo, operando em adequação, no percurso biográfico de alguns adolescentes internos na Unimetro, como no tocante à Emanuel. Aos poucos os adolescentes se desligam dos laços familiares e escolares, em função de variados problemas, e começam a constituir outros laços no “mundo do crime”. Alguns passam a morar sozinhos ou com amigos, em uma busca por autonomia. No processo de *reterritorialização*, valores e modos de conduta são inculcados por um duro e violento processo educativo, ou o que Rolim (2014) denominou de “treinamento violento”.

O ponto é que no tocante a muitos adolescentes, o “tráfico de drogas”, por exemplo, é concebido verdadeiramente como um *trabalho* e a imagem de si próprio enquanto um “sujeito-homem” é substantivamente *positiva* como vimos no capítulo quatro, a despeito do processo de socialização violenta pelo qual passaram desde a infância. Uma vez que foram socializados daquela forma, talvez o que chamamos de “treinamento violento”, para eles mesmos não seja. Quer dizer, a violência é um conceito que varia conforme quem define. Por exemplo, o horror que sentimos ao tomar conhecimento do tratamento violento que algumas mulheres experienciam em certas regiões do oriente médio, para elas mesmas, semelhante tratamento pode não ser considerado violento na mesma medida em que nós, mulheres ocidentais, consideramos.

Eis aí, então, que a *substituição de concepções morais*, por assim dizer, não é algo simples como trocar de roupa. Tanto é que, frequentemente, tanto adolescentes quanto adultos “desviantes”, precisam passar por um processo de “conversão”, no sentido religioso, para que efetivamente sintam que suas vidas foram transformadas – afinal de contas, a água só poderia ser *convertida* em vinho através de um “poder sobrenatural”. Sob essa luz e a partir dessa metáfora, entendemos porque as instituições religiosas, com seu papel moralizador, são aliadas, em certa medida, das instituições que tencionam “reeducar” ou pretensamente “ressocializar” os indivíduos. De todo modo, questiona-se se de fato o caráter pedagógico das

instituições socioeducativas de internação, em específico, não é inteiramente sufocado pelo caráter punitivo, considerando o enclausuramento e outros métodos adotados que são, sob inúmeros aspectos, violentos (cf. ROSA, 2008; ALMEIDA, 2010).

Com efeito, segundo os relatos dos adolescentes na Unimetro, em algumas situações a mudança de vida se dá pela via da conversão religiosa ou também pela via do amor romântico. Quando um rapaz se apaixona verdadeiramente por uma moça e esta, assim, o prende com as cordas do amor, exigindo que o amado deixe o “mundo do crime”, para que possam desfrutar de seu amor em paz, sem riscos, criarem seus filhos e etc., o tal rapaz, “amarradão”, tende a abandonar as atividades ilícitas. É como diz a clássica canção, leitores, “*When a man loves a woman/ Can't keep his mind on nothin'else/ He'd trade the world/ For a good thing he's found*”¹⁴⁴.

Porém a mudança pela religião em alguns casos parece se mostrar mais consistente, tendo em vista que quando o amor é desfeito, ou seja, quando os namorados se separam em virtude de alguma decepção, o jovem, *revoltado* (ZALUAR, 1985), pode ficar inclinado a voltar para a “vida errada”. Vejamos um relato.

Gabriel, adolescente interno na Unimetro, foi apreendido quando já havia desistido do “crime” para viver seu romance em paz com uma jovem, com quem tem um filho. Gabriel cursou apenas o primeiro ano do ensino fundamental e, para usar os termos de Rolim (2014), passou pelo “treinamento violento”; comprou sua primeira arma aos 13 anos. No momento em que o entrevistei, estava sensivelmente abalado, porque a jovem, “sua mulher”, havia sido presa: estava roubando uma loja. Soube de tudo pela mãe dele, que relatou os tristes acontecimentos no dia da visita dominical. O rapaz disse, com lágrimas nos olhos, que Deus “pagou de doido” com ele. Essa entrevista, em particular, teve um tom de desabafo e confidência, ele também me pediu conselhos. A perturbação maior do adolescente era o *ciúme*, pois a moça não teria por si mesma se envolvido com o “crime”, ele cogitava que haveria a participação de algum homem na história. O ponto é que foi devido ao relacionamento com a tal jovem que Gabriel abandonou o “tráfico de drogas”, se mudou para o interior do estado e conseguiu um trabalho para criar o filho decentemente. Ele me explicou que a resolução de ir para o interior foi uma estratégia para se livrar das relações que tinha com o “crime”, ele queria “dar gelo” de vez, abandonar. Disse que deixou tudo o que tinha conseguido por meio do “crime” com “os caras do movimento”, pois as coisas para a vida

144 When Man Loves a Woman - Percy Sledge.

nova foram “compradas direitinho”, ele tem até as notas fiscais, para quem duvidar. Quando foi apreendido devido aos homicídios cometidos ao longo da “vida errada”, Gabriel estava trabalhando em uma oficina mecânica. Contou, emocionado, que acordava cedo, dava banho no bebê e iam juntos comprar pão, enquanto a esposa ainda dormia. Depois, ele ia trabalhar. A noite, quando saía do trabalho, seguia para a escola, estava cursando o Ensino de Jovens e Adultos. Chegava em casa e encontrava tudo arrumado, a casa perfumada, a esposa preparando o jantar, o bebê dormindo. O casal jantava e ficava junto na sala, vendo filme, adormeciam e no dia seguinte tudo se passava da mesma forma.

— Minha vida era perfeita, Dani. Era *perfeita*... repetia, emocionado.

Porém, agora, diante da decepção, disse que mataria a mulher e voltaria com tudo para o “crime”. Ou seja, os mesmos valores apreendidos no contexto das atividades ilícitas e temporariamente abandonados em função da nova vida com a amada, foram mobilizados a partir de uma situação de amargura e frustração. No entanto, a violência não deixou de ser adotada na administração dos conflitos, ou seja, os padrões morais apreendidos no “crime” não foram totalmente abandonados mesmo quando o casal vivia em perfeita harmonia. Gabriel, embora tendo deixado o “tráfico” para não morrer de repente em um conflito, vítima de vingança, e deixar a namorada e o filho sozinhos, continuava a beber excessivamente; e quando o casal brigava, ele batia na jovem, conquanto ela estivesse grávida. Ao provavelmente perceber minha expressão indisfarçável de espanto, acrescentou apenas que tinha o cuidado de não bater na barriga¹⁴⁵.

Além disso, mesmo com Gabriel estando interno na Unimetro, a mulher ligava frequentemente para a mãe dele, a fim de dar satisfações sobre onde e com quem andava saindo. O rapaz explicou para mim que isso se devia ao medo que ela tinha, tendo em mente que não poucas vezes Gabriel advertira a moça de que se ela o “traísse” a mataria. Finalmente, tenho necessidade de dizer que esse adolescente manifestou uma *revolta* – a revolta conhecida da literatura especializada (ZALUAR, 1985) - com relação ao pai, visto ter este o abandonado quando criança, ficando ele só com a mãe. Tendo em vista semelhante biografia, perguntei ao jovem como sua mãe lidava com a situação do filho, criança e adolescente “no crime”, se porventura ela pedia ajuda a alguém e etc. Então, ele se limitou a

145 Todavia sabemos que a violência masculina contra a mulher nesta sociedade não se limita ao contexto dos homens engajados no “tráfico de drogas”, certamente. Percebam o ideal de “vida perfeita” do jovem, o qual envolve um relacionamento em que ele *controla, domina* (com frequência por meio da força) e *provê* o materialmente necessário e a mulher (embora “amada” possessivamente) lhe *serve*, submissa. Semelhantes ideias se articulam com o que foi discutido no tópico sobre a construção social da masculinidade.

apontar para os próprios joelhos, disse que a mãe orava constantemente e sofria muito, mal conseguia trabalhar pois tem “diabetes emocional”, contou. Segundo Gabriel, quando a mãe sofre aborrecimentos, aparecem-lhe feridas na pele.

Enfim, retomando o tema da escola e educação: crianças, adolescentes e jovens em contextos pauperizados que conseguem continuar estudando, permanecendo mais tempo institucionalizados, tendem naturalmente a apreender as normas sociais globais, ainda que não obtenham o tal “sucesso escolar” e não alcancem efetivas melhorias em suas condições econômicas – isto são relativamente poucos os que conseguem, visto que o sistema de ensino brasileiro promove a desigualdade de oportunidades em função de seu próprio desenho institucional¹⁴⁶ (RIBEIRO, 2011).

Nessa mesma ordem de ideias, os *projetos socioeducativos* igualmente cumprem o papel de ensinamentos de princípios morais e viabilização de espaços de sociabilidade não propícios aos conflitos ditos “violentos”, como é o caso do Projovem na Casa da Juventude em São Pedro. Todavia, é preciso considerar que, de longe, não basta a perseverança ou força interior da criança e do adolescente para frequentar diariamente a escola, para realizar as tarefas ou para participar de um projeto social no bairro. Aqui, existe outra instituição de sensível importância que da mesma maneira diferencia os dois grupos pesquisados, qual seja, a família.

E por família não entendam apenas pai, mãe e filhos, visto que este estilo pouco foi encontrado entre os casos pesquisados, tanto na Unimetro quanto em São Pedro. Muitos meninos e meninas moram com avós, ou apenas com a mãe, ou com a mãe e o padrasto (que com frequência muda ao longo da vida). Alguns também moram com irmãos e irmãs mais velhas e seus cunhados e outros ainda com tios. Acresce que existem as madrinhas e padrinhos e aqueles velhos amigos da família, em geral bons vizinhos, que passam a ser uma família “de consideração”. Existem, assim, os primos e os tios “de consideração”, por exemplo. Aqui, vale o que diz o provérbio do sábio Salomão “há *amigo* mais chegado que um *irmão*”. Pois bem, todas essas pessoas fazendo parte da rede de relações de crianças e adolescentes podem ser fundamentais para sua constituição social e moral.

146 Bittar (2015) explica que, no Brasil, até os anos 1980 o problema se concentrava na desigualdade de acesso, a partir daí a gradativa universalização do acesso foi acompanhada por fenômenos como a evasão, repetência, a defasagem idade/série e a falta de domínio de aprendizagens fundamentais. Ribeiro (2011) afirma que a desigualdade está no próprio desenho institucional do sistema de ensino, na medida em que os estudantes de escolas particulares e federais têm acesso a um ensino qualitativamente superior aos demais das escolas públicas, o que os impede de concorrer de modo justo a uma vaga no ensino superior público, onde a qualidade é mais elevada.

As famílias, que como vimos podem assumir configurações diversas, são centrais para que um adolescente frequente com assiduidade e seriedade a escola e, notadamente, não se engaje no “mundo do crime”, dependendo, é claro, do tipo de relação existente entre os pais jovens e os adultos responsáveis por eles. Famílias com muitos filhos podem (mas destaco que não necessariamente) negligenciar alguns, e os negligenciados podem construir outros laços sociais na comunidade com outros jovens como eles, os denominados “traficantes”. Quando a família percebe e se dá conta da gravidade e profundidade da situação, pode ser tarde demais: o “moleque” agora é um “sujeito-homem”. Semelhantes considerações estão apoiadas nos casos empíricos da pesquisa. Vejamos Emanuel, por exemplo.

Este rapaz de 19 anos que conheci como interno na Unimetro e no momento em que esta dissertação é escrita está no sistema prisional, cresceu com sua mãe e pai e mais quatro irmãos. Um destes irmãos foi morto por um policial no final de 2016, durante uma tentativa de assalto. Pois bem, segue um trecho do diário de campo onde consta o relato de vida de Emanuel:

“Emanuel passou a me contar sua vida desde quando tinha 11 anos e começou a usar *drogas*. Quando era criança, disse que brigava muito na escola, sua mãe recebia muitas reclamações. A mãe *sempre foi faxineira*, segundo suas palavras, e seu pai era pedreiro, mas nesse período da infância, o pai não tinha muito serviço e bebia muito, causando vários problemas intra-familiares. Por exemplo, certa feita o pai, embriagado, brigou em um bar, sendo por isso detido. A mãe teve de ir à delegacia buscar o homem, e levou consigo as crianças. Emanuel tem um tio que é de sua idade. Esse tio tinha bens que ele desejava, mas sua mãe não podia dar. Ele pedia coisas a ela, roupas, por exemplo, e ela, por sua vez, pedia ao filho para esperar até o final do mês. No entanto, quando chegava o final do mês, ele se decepçionava, porquanto a mãe descumpria a promessa, já que o dinheiro era insuficiente. Emanuel tinha um irmão mais novo e tem um irmão mais velho e também duas irmãs. Esse irmão mais novo morreu em novembro de 2016. Tentou assaltar um policial que estava à paisana e levou um tiro. A polícia chegou, segundo o relato do adolescente, enquanto o irmão de Emanuel ainda estava vivo. Em vez de levarem o jovem para o hospital, ficaram *rodando com ele dentro do carro pelo bairro* e só chegaram ao hospital a meia-noite, com o jovem já morto. A tentativa de assalto aconteceu às dez da noite, segundo o relato de Emanuel.

Essa situação perturbou sobremaneira o adolescente. No mesmo dia em que ele passou da fase

inicial para a intermediária, o irmão foi assassinado. Emanuel disse que no início de sua internação era muito *bagunceiro* e por isso demorou para passar de fase. Ele foi interno em função de vínculos com o *tráfico de drogas* e também por ter descumprido uma medida de liberdade assistida anterior. Isto é, diferente dos outros, seu *crime* não era homicídio.

Desde criança Emanuel passa por experiências no *mundo do crime*; disse que tudo começou com a maconha, pois entendeu que esta era a única forma de conseguir as coisas que queria e se defender de quem brigava com ele na escola, nesse período tinha 11 anos. Seu tio, também uma criança, participava do *movimento* e iniciou Emanuel. Esses acontecimentos tinham como pano de fundo um dos bairros pauperizados localizado nos morros de Vitória.

A partir de quando começou a usar *droga*, também começou a *traficar*. Antes disso, discorreu particularmente sobre como era o contexto doméstico. Seu pai bebia, batia na mãe e nos irmãos e os castigava severamente. Certo dia, o pai soube que os filhos brigaram na escola e obrigou as crianças a se ajoelharem no milho, segurando uma sacola de arroz de 5kg em cada uma das mãos e uma na cabeça, se as crianças abaixassem as mãos em função do cansaço/dor, o pai batia em suas costas com uma vara de pescar. Emanuel lembrou também um episódio de quando a mãe comprou um guarda-roupa e o pai, tendo chegado em casa embriagado, destruiu o móvel com marteladas”.

Essas coisas foram ditas enquanto o rapaz fazia pausas, apertava os olhos e franzia a testa, expressando ora revolta, ora tristeza resignada. Mas, a despeito disso, tanto a mãe quanto o pai o visitavam na Unimetro – mas de vez em quando apenas, por nem sempre terem dinheiro para a passagem (Emanuel fez esse comentário dizendo não se importar, mas a fisionomia dele me disse o contrário, ele se importava). Contou que hoje o pai não mais bebe. Percebemos, pelo relato, que o adolescente mantinha na infância e adolescência relações conflituosas com as instituições família e escola e, segundo ele mesmo disse de maneira indireta, foi em função disso (e também por desejar os bens que o tio tinha) que se envolveu com o “tráfico”. Envolvido com o “tráfico” Emanuel também passou a assaltar, por vezes sozinho, usando uma faca.

O primeiro assalto aconteceu por desespero. Sim, o adolescente que na época era ainda uma criança, contraiu uma dívida com um traficante local por ter vendido uma mercadoria fiado para uma pessoa que desgraçadamente não pagou. Desesperado, com medo do castigo, o garoto pegou uma faca e foi para a Curva da Jurema¹⁴⁷, onde assaltou um rapaz, levando-lhe a

147 É uma praia que fica na zona leste da ilha de Vitória, entre o bairro Ilha do Boi (onde moram certamente as famílias mais ricas da cidade) e a Praça dos Namorados.

bicicleta, o celular e trinta reais. Desse modo, obteve meios para saldar a dívida. Todavia não foi preciso empregá-los, pois ao chegar no morro, teve a feliz surpresa de ver que o verdadeiro devedor tinha voltado para pagar o que devia. Assim, Emanuel ainda ficou com o lucro da venda. Contou essas coisas supercontente, se lembrando do alívio que sentiu. O que ele fez com o dinheiro? Comprou “um monte de besteiras”. Que besteiras? “Biscoito, guaravita, etc...”

Outros adolescentes, no mesmo contexto social de Emanuel, tem destinos diferentes por provavelmente terem, em parte, outras relações com a família e a escola. Trata-se, aqui, da diferencialidade dos percursos de vida. Nesse sentido, mais adiante, veremos o caso de Miguel, cuja mãe também era faxineira e cujo pai também bebia descontroladamente, todavia os relacionamentos especificamente com a mãe e com os demais membros da família, como avós e tios, foi diferente, além do que ele participava de outras esferas sociais que funcionaram como elos de apoio. Por enquanto, falemos mais sobre os adolescentes participantes do Projovem e seu cotidiano em São Pedro.

Bem, todos os adolescentes do grupo entrevistado enfatizaram que o referido filme “Escritores da Liberdade” tem muito a ver com suas vidas. Desse modo, passaram a relatar casos de conflitos dentro da escola, entre meninos e meninas, em função de brigas motivadas por ciúmes, por exemplo. Aqui notamos que os conflitos intersubjetivos entre jovens não acontecem apenas em função do “tráfico de drogas”, como foi indicado. Essas brigas costumam ser violentas na medida em que ocorrem além de agressões e ameaças verbais, agressões físicas, com utilização de armas brancas e até mesmo arma de fogo – devido à disponibilidade destas em virtude do estabelecimento dos mercados ilícitos naquele contexto. Os conflitos, muitas vezes, têm como pano de fundo a escola.

Se existe um casal que por algum motivo se separa, não é incomum que uma das partes esteja mais infeliz que a outra. Então, a pessoa que está insatisfeita ou inconformada com o rompimento pode agredir o novo par de seu amado. Esses casos são mais graves quando o novo par em questão era amigo daquele que foi abandonado. Existe um preceito moral tácito que prevê que uma pessoa não pode se relacionar com o antigo namorado de sua amiga. Isso vale para homens e mulheres. “Ficar de olho na novinha¹⁴⁸ do outro” é um algo criminoso. Dependendo do caso, tanto a “novinha” quanto o que estava “de olho” são

148 Significa uma mulher jovem, em geral adolescente, bonita. As meninas às vezes chamam carinhosamente os meninos que consideram bonitos/atraentes de “novinho”.

culpados¹⁴⁹. Isso também foi discutido pelos adolescentes na Unimetro, os quais descreveram castigos para esse tipo de crime. Sob esse aspecto, mesmo que os adolescentes não estejam envolvidos com o “tráfico de drogas” (como os entrevistados na Casa da Juventude) sofrem a influência do contexto. Isto é, consideráveis conflitos intersubjetivos se dão em torno do relacionamento afetivo entre meninos e meninas, estes podem ter um desfecho violento – aqui notamos que as concepções de masculinidade e feminilidade discutidas anteriormente estão envolvidas nestes conflitos.

Tendo já tomado conhecimento da punição que os homens aplicam às mulheres, veremos daqui a pouco a punição aplicada por uma adolescente em um caso de traição. Nesse sentido, muitos conflitos entre jovens acontecem. Essas brigas são potencialmente letais na medida em que envolvem armas, como mencionado acima. O acesso a elas, muitas vezes, é facilitado pela proximidade que as moças e os rapazes têm com grupos do comércio varejista de substâncias ilícitas¹⁵⁰.

Ainda sobre o tema conflitos na escola, um jovem, Davi, relatou que fora expulso três vezes de unidades de ensino, em função de enfrentamentos com o corpo administrativo, principalmente. Ele comentou que agrediu com uma cadeira a coordenadora de uma das escolas por onde passou. Outros adolescentes do grupo disseram conhecer a tal coordenadora e confirmaram que se trata de uma mulher dotada de um temperamento difícil, por assim dizer. Davi a chama de “diabo branco” e disse que com apenas um olhar a “diabo branco” teria lhe *dito* que iria “ferrar” com a sua vida. E já que a coordenadora havia lhe dito isso, o jovem declarou que igualmente “ferraria com a vida dela”.

Tendo em mente essa conjuntura de um querendo “ferrar” com a vida do outro, Davi acabou sendo expulso da escola, quando num ímpeto de raiva agrediu a “diabo branco” com

149 “Novinha vê se não mexe comigo que meu estilo é neurótico, o que corre em minhas veias é sangue bandido [...] suja o meu nome perante a favela que eu te deixo esticada no chão. Dou tiro na sua mão e quebro suas pernas, eu vou te levar pro microondas mais antes eu rasgo seu corpo na bala pra família te reconhecer, só mesmo no exame da arcada dentária. É por isso que eu digo novinha não mexe comigo não.” Mc Martinho.

150 Reconhecendo a ligação entre a disponibilidade de armas de fogo e os homicídios, o governo do Espírito Santo, no contexto pós paralisação da polícia militar em fevereiro de 2017, tomou uma medida que prevê o pagamento de bonificação a cada arma apreendida sem registro ou autorização de porte no estado. A Lei foi sancionada em 9 de maio de 2017 pelo governo estadual. A previsão é de que o estado use até R\$ 1 milhão por ano com a bonificação, que varia de R\$ 318,65 e R\$ 955,95 por arma. O projeto também estabelece bonificação de R\$ 3,18 por munição apreendida. Em específico, pela Lei, caso a arma ou a munição seja apreendida com adolescentes, conta-se o dobro da pontuação (DIAS, 2017). Segundo o secretário estadual de segurança, a distinção se deve ao fato de que os jovens são mais *impetuosos* e *perigosos*, por isso a necessidade de desarmar este segmento é maior. Ademais, menciona que muitos adolescentes vêm substituindo lideranças criminosas presas recentemente (FERNANDES, 2017).

uma cadeira. Enfim, em outro estabelecimento de ensino, o rapaz, hoje com 23 anos, conseguiu construir vínculos menos hostis e concluiu o ensino médio, tendo cursado na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Esses conflitos na escola não são incomuns, e podem dificultar a permanência dos adolescentes nessas instituições, dependendo também de outros fatores como situações adversas na família, como aconteceu com Emanuel: o *bagunceiro*.

Uma adolescente entrevistada, Emily (falarei sobre seu percurso detidamente depois), contou que certo dia foi ao colégio vestindo uma calça vermelha e, por isso, proibiram-na de entrar. Uma vez fechada a porta da escola, a menina de calça vermelha resolveu ali mesmo com uma amiga que também não voltaria para casa, assim, iniciou sua trajetória de fuga, indo morar a partir de então com amigos – tão jovens e inexperientes quanto ela. É óbvio que não devemos responsabilizar diretamente a escola, por causa deste episódio em particular, pela fuga da adolescente, outros fatores importantes condicionaram a tal resolução, como será exposto mais tarde. O que estou querendo enfatizar é que a percepção da instituição escola como um espaço onde muitas vezes vigoram *regras injustas* e que, portanto, causam *conflitos*, foi manifestada por alguns adolescentes¹⁵¹. Ainda que, supostamente, essa percepção esteja errada, o que importa é que ela desencadeará consequências; tendo em vista que as pessoas agem com relação as coisas a partir do significado que estas coisas têm para elas (BLUMER, 1969).

A despeito desses problemas, a escola pode ser um espaço de emancipação e de sociabilidade não necessariamente conflituoso – embora os conflitos sejam inerentes às relações humanas, como aprendemos com Simmel (1983). Ao que tudo indica, jovens que conseguem continuar o processo de escolarização nas periferias tendem a não se envolver em atividades ilícitas (arriscadas), ao menos com aquelas que são mais rotuladas ou perseguidas pelo sistema de justiça, como as relacionadas ao comércio varejista de drogas ilícitas¹⁵². Essa

151 Em sua pesquisa sobre crianças pobres urbanas que passaram pela experiência precoce da punição, Adorno afirma que a escola para elas é, a um só tempo, um horizonte distante e familiar. Distante porque nunca se constitui em espaço efetivo de realização social. A luta pela sobrevivência cotidiana não comporta investimentos em um futuro incerto. E familiar, porque espaço de aprendizado da violência. *A escola brasileira expulsa seus tutelados a partir de sutis, porém poderosos mecanismos* (ADORNO, 1991, p.78 – grifo meu).

152 Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), relativo a dezembro de 2014, 28% dos detentos respondiam ou foram condenados por crime de tráfico de drogas, 25% por roubo, 13% por furto e 10% por homicídio. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos> Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

afirmação se apoia nos dados sobre o encarceramento, ou seja, as pessoas mais “punidas”, digamos assim, são as menos escolarizadas¹⁵³. Essa perseverança com relação aos estudos tem a ver não só com o espaço imediato da escola, mas também com a família dos sujeitos, que podem tanto ajudar quanto atrapalhar o processo de escolarização.

No caso de Davi, por exemplo, o que o impulsionou a continuar estudando, a despeito de seus conflitos com a “diabo branco”, foi, de um lado, sua participação em *projetos sociais*, que incentivam os estudos, e, de outro, o crucial apoio de sua avó, evangélica, diga-se de passagem. A avó foi central na vida deste rapaz, ele foi educado predominantemente por ela, tendo em vista que quando tinha três anos por um problema (sobre o qual ele não quis pormenorizar) os pais se separaram e os filhos foram divididos entre essa avó e um casal de padrinhos. Isso foi dito no início da entrevista e depois o jovem não mais mencionou os pais. Davi comentou com relação às irmãs que estão indo bem, “fazendo faculdade”, contou orgulhoso. Ele as visita de vez em quando.

A avó sempre frequentou igrejas evangélicas e levava o garoto. Ele comentou que ficava correndo na hora do culto, contou essas coisas sorridente, disse ter sido o melhor momento da infância, disputava corrida com os demais meninos na Escola Dominical¹⁵⁴ para ver quem chegaria primeiro ao lugar onde o lanche deles era servido. A igreja enquanto espaço de sociabilidade e inculcação de valores morais, também condicionou, provavelmente, a perseverança de Davi com relação aos estudos.

Bittar (2015) buscou compreender em sua tese de doutorado de que modo as diversas esferas de sociabilidade – família, escola, vizinhança, trabalho, programas sociais, a igreja e o lazer – poderiam afetar as trajetórias escolares de jovens em um contexto periférico em São Paulo. A autora conclui que a família é um elemento crucial. Assim como outros trabalhos haviam considerado, a família é a principal responsável pelo sucesso escolar, tendo em vista

153 Conforme informações do Infopen, de dezembro de 2014, pessoas analfabetas, alfabetizadas informalmente, mais aquelas que têm até o Ensino Fundamental completo, representam 75,08% da população prisional, contra 24,92% de pessoas com Ensino Médio completo ou incompleto, Ensino Superior completo ou incompleto e acima de tudo Ensino Superior incompleto. Segundo dados apresentados pelo IBGE no Censo Populacional de 2010, entre as pessoas com mais de 10 anos de idade no Brasil, 32% tem ensino médio completo, enquanto na população prisional em dezembro de 2014 apenas 9,54% havia concluído o ensino médio. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf Acesso em 26 de janeiro de 2018.

154 A Escola Bíblica Dominical ou simplesmente EBD, acontece todos os domingos de manhã em igrejas evangélicas. A igreja é dividida em classes, por idade e também por temas de estudo, onde o texto bíblico é ensinado de forma didática, por vezes com auxílio de materiais específicos, além da própria bíblia. Depois da EBD, a igreja se reúne para o culto, mas, em geral, as crianças ficam em salas separadas para o “cultinho infantil”.

que o juízo estabelecido por ela sobre a capacidade escolar dos filhos, o valor atribuído ao diploma escolar como instrumento de ascensão social e os investimentos realizados no campo escolar ajudam a explicar a permanência de jovens na escola. Mas existem elos de apoio em outras esferas de sociabilidade, como mencionei. Tais esferas apontadas pela autora foram, semelhantemente, a *igreja* e as *entidades do bairro*, que exercem uma forte influência na trajetória escolar dos jovens. Vemos isso empiricamente pela biografia de Davi, e também de Miguel, que será apresentado mais para frente. É preciso termos no horizonte que os constrangimentos estruturais são importantes na definição das trajetórias de jovens, especialmente no que tange à escola. Todavia, como disse Bittar (2015), a experiência concreta dos indivíduos nos diferentes espaços de sociabilidade em que transitam e a forma como a vivenciam e a interpretam guiarão suas escolhas e estratégias.

De qualquer forma, Davi teve uma vida escolar complicada, em função de conflitos com o corpo pedagógico sobretudo, como foi indicado. Ele disse que a coordenadora (nomeadamente a “diabo branco”) o deixava de castigo sem motivo justo. Hoje o jovem participa de projetos e oficinas na Casa da Juventude, realizando também esporadicamente alguns trabalhos como DJ¹⁵⁵ – ofício que aprendeu em projetos sociais da prefeitura de Vitória e do qual gosta muito. Disse, resoluto, que frequentará a Casa até quando conseguir um emprego – o que, aliás, “está difícil”. Quando era mais novo, Davi contou que participou do programa “Menor Aprendiz”, mas que estágio, “estágio mesmo”, nunca conseguiu. Tentou ingressar em um pelo programa estadual “Jovens Valores”, mas este é lamentavelmente, segundo suas palavras, “igual a volta de Jesus, ninguém sabe quando vai chamar”.

5.3.2 Contexto comunitário segundo os jovens

Minha terra é a Penha, o medo mora aqui.

Todo dia chega a notícia que morreu mais um ali.

Nossas casas perfuradas pelas balas que atingiu.

Corações cheios de medo do polícia que surgiu.

Se cismar em sair à noite, já não posso mais.

Pelo risco de morrer e não voltar para os meus pais.

Minha terra tem horrores que não encontro em outro lugar.

155 DJ é uma sigla em inglês que significa *disc jockey*. Um DJ é um artista responsável por transmitir músicas (muitas vezes da sua autoria) na rádio, televisão ou em qualquer local onde se ouça música (boates, discotecas, bares, etc.) por meio de aparelhos eletrônicos.

A falta de segurança é tão grande, que mal posso relaxar.
“Não permita Deus que eu morra”, antes de sair deste lugar.
Me leve para um lugar tranquilo, onde canta o sabiá¹⁵⁶.

No capítulo quatro discutimos a sociabilidade dos adolescentes envolvidos uns com os outros na atividade do comércio varejista de drogas ilícitas – atividade que muitos percebem como um trabalho. Esse estado de coisas conflituoso afeta não só estes adolescentes, mas naturalmente os outros, os quais vivem no mesmo contexto. A relação é conflituosa, conquanto em algumas situações os indivíduos participantes do “tráfico” se relacionem com os demais de modo a, por exemplo, solucionar conflitos. De todo modo, é uma relação social *tensionada*, mas não é nosso objetivo, aqui, nos aprofundarmos no entendimento das relações entre o “tráfico” e demais moradores na periferia. O ponto é apresentar as dificuldades manifestadas pelos adolescentes em São Pedro no que se refere a viver em um contexto onde frequentemente acontecem “guerras”, para usar o termo dos rapazes na Unimetro. Contexto onde, em função disso e também da já discutida criminalização da pobreza, passam por situações tensas e, não poucas vezes, violentas envolvendo a polícia.

Mas além disso, existem as sociabilidades engendradas em projetos sociais, como o Projovem na Casa da Juventude, e nas igrejas, como a Coanp. Certamente, esses tipos não resumem todas as formas de interação juvenil existentes na periferia; enfoquei-as por acreditar que sejam representativas no interior do contexto estudado. Tais sociabilidades são contrárias ao envolvimento dos adolescentes com o “tráfico de drogas”. Nesse sentido, são relações que previnem, em certa medida, os conflitos potencialmente letais e, portanto, os homicídios juvenis. Por isso, passo a discutir o contexto comunitário segundo os jovens e também as formas de sociabilidades indicadas, examinando como elas podem condicionar diferentes percursos biográficos em um mesmo microcosmo.

Enfim, o grupo dos adolescentes e jovens em São Pedro discutiu acerca da divisão do território de acordo com os diferentes pontos de venda de “drogas” que frequentemente estão em conflito. Relatou de modo semelhante não poder ir aos bairros comandados por outros grupos no que tange ao “tráfico”, mesmo que eles próprios não estejam envolvidos com os “movimentos”. A dificuldade e, muitas vezes, impossibilidade para ir e vir em função desse estado de coisas, do medo de ser confundido com alguém de outro ponto concorrente, atinge

156 Paráfrase do poema “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias, escrita por estudantes no Rio de Janeiro em 2017. A Penha fica na Zona Norte do Rio de Janeiro. Cf. Satriano (2017).

mais os jovens, tendo em vista que uma senhora, já de certa idade, com respeitáveis fios brancos, dificilmente seria considerada suspeita de levar informações de uma “boca” para outra. Ou seja, os jovens de contextos assim passam por um duplo problema, tanto no que se refere à sociedade global, que de antemão os criminalizam em termos da condição de pobreza, quanto no que se refere ao próprio microcosmo do bairro, tendo em mente os conflitos suscitados a partir do comércio varejista de substâncias ilícitas, dos quais eles não estão inteiramente livres. As disputas entre “traficantes” se dão para a demonstração de poder e superioridade, na percepção dos adolescentes:

— É para mostrar que minha boca¹⁵⁷ é maior que a sua, meu bairro é mais forte que o seu, eu tenho mais droga e armas que você... (Davi, explicando para mim o que provavelmente pensam os adolescentes em conflito).

Por exemplo, os adolescentes os quais moram em São Pedro, não podem ir ao Bairro da Penha. Eles disseram com veemência que se forem vistos em locais assim, correm um significativo risco de serem mortos, pois são do *território inimigo*. Ou seja, o receio de morrer, de ser vítima, injustamente, de vingança, foi algo recorrente na discussão. O que corrobora os relatos dos adolescentes internos na Unimetro, no sentido de que efetivamente existe um forte antagonismo entre os grupos envolvidos com o “tráfico”. Além disso, eles mesmos disseram que perderam amigos mais ou menos envolvidos. Davi contou que já perdeu “vários amigos”. Emily disse que certa vez quando os meninos de uma dada região de São Pedro apareceram na rua onde ela morava para acertar contas com os adolescentes de lá, como estivesse com estes, correu junto para se proteger, porém um tiro acertou um dos amigos de sua rua, que morreu, assim, ao lado da garota. Tinha Emily na época 13 anos¹⁵⁸. Souza et al. (2017) afirmam que conquanto seja difícil avaliar a extensão do impacto do homicídio na vida das pessoas próximas às vítimas, um estudo norte-americano¹⁵⁹ indica que,

157 Ponto de venda de substâncias ilícitas.

158 Em contextos assim, é comum adolescentes presenciarem a morte de outros. Esse episódio, em específico, me fez lembrar de uma situação que vivi durante a pesquisa que realizei no bairro Jardim Carapina, periferia de Serra. Estava em uma das ruas daquele bairro, tirando fotos de inscrições feitas em um muro, onde constavam mensagens sobre “luto”, “saudades”, “te amo...”, “jamais te esquecerei”, etc. Eram homenagens dos jovens do local aos seus amigos, mortos de maneira violenta. Enquanto fotografava, uma garota de bicicleta se aproximou e me disse que na rua de trás também havia mais inscrições como aquela. Eu aproveitei a ocasião e perguntei se ela conhecia o tal jovem que era homenageado com as mensagens. Ela respondeu: - era meu irmão.

159 Cf. Redmond (1989).

em média, cada homicídio afete de 7 a 10 familiares, além de amigos, colegas de trabalho e vizinhos. Os familiares das vítimas são considerados pela literatura como sobreviventes do homicídio, mas também são nomeados de covítimas, vítimas secundárias e vítimas ocultas. Tais nomenclaturas preservam a ideia de que mesmo não tendo sofrido o homicídio diretamente, essas pessoas são também vítimas indiretas da violência. As autoras afirmam que esse estado de coisas produz consequências para as pessoas próximas das vítimas, tais como: problemas graves de saúde, como quadros de transtorno de estresse pós-traumático e depressão. Além disso, a situação está correlacionada a um maior risco para o tabagismo e o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Pois bem, essa menina (Emily), que hoje tem 14, de baixa estatura, cabelos curtos, cacheados, que pareciam estar tingidos de preto, franzina, com voz infantil e grandes olhos castanhos disse ser viciada em cocaína e maconha. Como indiquei, fugiu de casa para morar com amigos e depois acabou morando com um namorado de quem apanhava, sobretudo quando dizia que o deixaria.

Emily e a amiga que a acompanhou na fuga começaram a namorar dois rapazes, o “Índio” e o “Carioca”, respectivamente. Depois de um período, a amizade das duas moças foi rompida de maneira violenta (potencialmente letal). Eis o motivo e o contexto: a amiga de Emily a traiu, ficando com seu namorado, a saber, “Índio”. A traição, leitor, foi de uma crueldade minuciosa, segundo Emily, pois a própria amiga contou-lhe o fato, de maneira debochada. Eis o castigo: como “Carioca”, namorado da amiga de Emily, era casado, a esposa deste, ciente da traição do marido, bem como a própria Emily resolveram se vingar da adolescente. Então, as duas espancaram a jovem “traidora”, depois cortaram-lhe os cabelos e obrigaram-na a sair nua pelas ruelas do bairro onde moravam, na periferia de Vila Velha (RMGV). Como a adolescente se recusou a fazer semelhante coisa, elas forçaram-na, puxando pelos cabelos que haviam restado e a desmoralizaram publicamente perante os vizinhos. Durante esse espetáculo, Emily disse que chovia.

Escusado é dizer que fiquei bastante escandalizada (embora tentasse não demonstrar) com a narrativa de minha interlocutora, ainda mais considerando que a adolescente que pronunciava tudo isso tinha 13 anos no momento de tais acontecimentos. Cada palavra proferida fazia um absoluto contraste com as maneiras delicadas e a fisionomia infantil de Emily. Nesse sentido, ela atribui os atos descritos ao fato de que vivia sob efeito de “drogas”, como se quisesse se justificar. Ademais, mencionou que onde estava, tendo em vista esses

relacionamentos que dificilmente poderíamos classificar de românticos, era obrigada a se “drogar”: “eu era *o-bri-ga-da*”, enfatizou. Quem a forçava era o tal namorado.

Essa obrigação também pode ser compreendida no sentido de que os homens com quem essas meninas se relacionam não aceitam o fim do vínculo, por isso as agredem e ameaçam continuamente. Por outro lado, quando são magoadas e traídas, algumas tendem a agir violentamente, como no caso exposto acima, e também como no caso descrito por um adolescente na Unimetro, em que uma moça atacou seu amigo com água fervente, por ciúmes¹⁶⁰, enfim. Emily me pareceu inteligente, articulada e com uma memória vívida, disse que considerava o projeto como um lugar de apoio. É preciso dizer que ela participa do Projovem há pouco tempo – retornarei ao assunto.

Retomando mais diretamente a discussão sobre o contexto comunitário “na quebrada”, vale a pena refletirmos à luz de Elijah Anderson (1999)¹⁶¹. Segundo este sociólogo, de todos os problemas que afetam os pobres, especialmente os das comunidades negras no contexto estadunidense, nenhum é mais urgente que o da violência interpessoal e o da agressão. Isso causa desastres diários na vida dos moradores destes lugares, como vemos semelhantemente nos casos aqui relatados. O autor, o qual realizou um estudo etnográfico em um bairro afro-americano na Filadélfia, explica que a tendência para a violência decorre das circunstâncias de vida nos guetos pobres, a falta de empregos que paguem um salário digno, o estigma racial, as consequências do uso abusivo de determinadas substâncias e o narcotráfico, bem como a resultante falta de esperança quanto ao futuro. Anderson (1999) afirma que simplesmente viver em um ambiente desse tipo coloca os jovens em um risco especial de serem vítimas de comportamentos agressivos. Embora existam muitas vezes forças na comunidade que possam contrariar as influências negativas, como a própria família, os projetos sociais, as escolas, as igrejas, etc., o desespero é generalizado o suficiente para produzir uma cultura de oposição, *a das ruas*, cujas normas são frequentemente opostas às da sociedade abrangente.

Apesar das patentes diferenças entre o contexto estadunidense e o brasileiro aqui enfocado, existem também semelhanças, no sentido da existência de um “código da rua”

160 O caso ocorrido no ano de 2015 foi noticiado por um jornal local. A adolescente na época tinha 15 anos e tendo se arrependido, ligou ela mesma para a polícia. Disponível em: <http://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/2015/11/casal-briga-e-jovem-para-na-delegacia-apos-jogar-balde-de-agua-quente-contr-o-namorado-na-serra.html> Acesso em 12 de setembro de 2017.

161 Anderson desenvolveu a tese “*Code of the street*”, a qual apresenta uma explicação para as altas taxas de violência entre adolescentes afro-americanos.

(“*code of the street*”), sobretudo no que se refere aos adolescentes no ambiente do comércio de drogas ilícitas, todavia este código não deixa de influenciar os outros jovens, “não-envolvidos”. Esse código examinado por Anderson (1999) equivale a um conjunto de regras informais que governam o comportamento público interpessoal, incluindo a violência. As regras prescrevem tanto o comportamento adequado quanto a maneira correta de responder em uma situação de desafio. Elas regulam o uso da violência, em suma. No coração do código esta a questão do *respeito* – vagamente definido como sendo um modo de tratamento “certo”, concedendo deferência e honra a quem é devida.

Na “cultura da rua”, especialmente entre os jovens, a “credibilidade” é vista quase como uma entidade externa, a qual é duramente conquistada, mas que pode ser facilmente perdida e deve ser constantemente guardada, sendo que nunca está garantida de uma vez por todas, porquanto depende de uma série de desempenhos que efetivamente respondem aos desafios e transgressões por parte dos outros.

Anderson (1999) explica que esta realidade pode ser atribuída ao sentimento de alienação da sociedade abrangente ou dominante e de suas instituições experimentado por muitos jovens negros pobres urbanos. O “código da rua” na verdade é uma adaptação cultural a uma profunda falta de fé na polícia e no sistema de justiça. A polícia é mais frequentemente vista representando a sociedade branca dominante e não se importando em proteger os moradores das regiões pobres. Portanto, o “código da rua” emerge onde a influência da polícia e da justiça termina e a responsabilidade pela segurança pessoal é sentida. Quando o respeito pelos direitos civis se desgasta, a “justiça das ruas” preenche o vazio. O quadro é exacerbado pela difusão de certas drogas e particularmente de seu comércio ilícito e a consequente facilidade de acesso às armas de fogo.

Nessa mesma ordem de ideias, o grupo dos adolescentes na Casa da Juventude comentou sobre a violência policial materializada em abordagens percebidas como violentas/injustas. Emily contou que certa feita estava andando de skate na Praça dos Namorados¹⁶² e uma policial disse a ela que se a visse pulando a roleta do ônibus iria prendê-la. A menina, revoltada, não deixou por menos e respondeu em tom ríspido algo como:

— Por que é que eu vou pular a roleta se tenho dinheiro para pagar passagem?

Por essa razão foi agredida pela policial, com o próprio skate.

Os meninos comentaram, mais ou menos indignados, que os policiais, usualmente no

162 Localizada no já mencionado bairro Praia do Canto, em frente a marina do Iate Clube do Espírito Santo.

contexto de revista/abordagens, chutam as pernas das pessoas. O grupo afirmou crer que boa parte dos policiais “fecham” com os bandidos, “alguns vendem ou trocam armas”, disseram. Emily mencionou com certa indignação que viu um policial no beco onde mora fumando um baseado. Isso, aos olhos da adolescente, é errado ou incoerente, visto que não faz sentido combater o comércio dessas substâncias e, concomitantemente, fazer uso delas. Em geral, a polícia não é percebida como uma organização íntegra, nesse sentido.

Handerson, o orientador do Projovem, mencionou que já foi vítima de racismo por parte da polícia, ao ser acusado injustamente de cometer um homicídio. Antes de irmos direto ao episódio, é bom que o leitor se recorde que esse jovem foi criado nos morros da cidade de Vitória, na periferia, ele é um “cria” do morro, segundo seus próprios termos. O rapaz trabalhava na época, ano de 2013, no bairro Itararé¹⁶³, em um dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da prefeitura. Numa tarde qualquer daquele ano, ouviram tiros e constataram que um adolescente fora morto na pracinha perto do CRAS, provavelmente vítima de conflitos entre grupos do comércio de substâncias ilícitas, segundo o relato. Depois do expediente, Handerson saiu do trabalho e foi até a mencionada praça para aguardar um técnico da GVT (empresa de internet e telefonia), dado que estava com problemas nesse sentido em sua casa. Antes que encontrasse o técnico, um policial o abordou e o acusou de ser o assassino do adolescente morto naquela tarde no mesmo local em que estavam. Handerson teve as mãos e os pés algemados, foi colocado na viatura da polícia, e levado para a Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa. Chegando lá foi agredido verbalmente por um policial com o objetivo de dizer onde estavam suas supostas armas e etc. Um amigo de Handerson, ciente do acontecimento, e os demais funcionários do CRAS que em vão apelaram ao policial ainda na pracinha, chamaram mais amigos e todos foram à delegacia reivindicar a liberdade do jovem, detido injustamente. Para encurtar a história, pois é preciso terminar este tópico, o policial responsável pela “missão” disse que o liberaria.

Enfim, Handerson desistiu de processar a polícia ou o estado, conquanto tenha consciência da gravidade do fato, de ter sido vítima de racismo, etc. O motivo foi o medo de sofrer vingança por partes dos policiais. Ele disse que facilmente estes poderiam matá-lo, deixando drogas com ele, dizendo que era um traficante qualquer. Afinal, nós sabemos que “traficantes” (ou “bandidos”) são, na prática e em certa medida, seres extermináveis, portanto a morte nessas circunstâncias seria considerada banal. Eu quis investigar para saber se esse temor tinha fundamento, se situações assim eram comuns na percepção do rapaz. Handerson

163 Bairro periférico do município de Vitória, contíguo ao bairro São Pedro.

disse um sonoro *sim*, sem titubear, com a autoridade de quem é um “cria” dos morros de Vitória.

Em verdade, a vida do jovem foi afetada por tais acontecimentos, tendo em mente que a irmã do rapaz que fora morto naquela tarde na pracinha, acreditou que Handerson de fato pudesse ser o assassino. Nesse sentido, os amigos da vítima, alguns envolvidos com o “tráfico de drogas”, passaram a perseguir o orientador social do Projovem. E ele não andava mais a pé, só de táxi, seu salário era quase todo transferido para os bolsos de taxistas, o jovem estava receoso e, além disso, sem dinheiro.

Depois de uns seis meses, mais ou menos, teve a oportunidade de conversar com o “patrão” do comércio varejista de drogas ilícitas do lugar, enquanto grafitava um muro no morro, a pedido dos próprios “traficantes”, que, diga-se de passagem, pagaram bem pelo serviço. Aproveitando essa ocasião, o rapaz explicou seu infortúnio ao “patrão” do tráfico local, a acusação injusta, o mal entendido e etc. Desse modo, o impasse foi resolvido e a partir de então, livre de suspeitas infundadas, tendo o caso esclarecido para a autoridade local, Handerson passou a andar tranquilamente outra vez. Inclusive o “patrão” assegurou que o jovem poderia passear com seu filho (Handerson tem dois filhos) por ali, levar para brincar na pracinha e tudo, que não correriam nenhum risco.

Sob essa luz, entendemos que o próprio “crime” representa certa autoridade no contexto de algumas comunidades, atuando na regulação de conflitos – lembremos aqui que a autoridade do “patrão” em conjunturas assim é mantida/respeitada a partir de um equilíbrio delicado de relações de reciprocidade, ele não pode ser totalmente indesejável ou odiado, pois assim, a manutenção do comércio não seria sustentável, por assim dizer. O problema de Handerson foi resolvido a partir do momento em que o chefe do “tráfico” local tomou conhecimento da situação e, tendo sido convencido da inocência do rapaz, garantiu que dali em diante estaria seguro, algo que a polícia não poderia garantir, até mesmo por sido ela a causadora do transtorno.

Com isso, não quero dizer que todos na periferia vivem sob o domínio do “tráfico” e que este é percebido pelos moradores como uma instituição legítima, e que traz segurança e harmonia. Não se trata disso, porquanto os adolescentes do grupo pesquisado em São Pedro disseram categoricamente que “não confiam na polícia e nem em ‘bandido’”. O ponto é apenas indicar a *complexidade* das relações e que em alguns casos específicos o “tráfico” pode ser acionado para a resolução de conflitos¹⁶⁴, mas nem por isso o Estado deixa de ser

164 Semelhantemente, Possmozer (2017) analisou casos, em sua pesquisa etnográfica sobre o “tráfico de

acionado para a resolução de outros conflitos e de outras questões e tampouco deixa de ser considerado legítimo.

Resta ainda dizer que os adolescentes convivem com conflitos relacionados ao “tráfico” mesmo na escola. Contaram que naquela semana mesmo da entrevista, um garoto estava sofrendo ameaças por ser suspeito de roubar dentro do bairro, ele apanhou por esse motivo de outros garotos que fazem parte do “movimento”. Os adolescentes na Casa disseram que esses conflitos são habituais, disseram que a pena do adolescente suspeito muito provavelmente não seria limitada a surra, porquanto ele seria morto. Naquela região, existem morros e pedras altas, eles contaram que para exercer a punição, é comum os meninos do “tráfico” obrigarem os que transgridem as regras a pularem desses pedras altas. Uma destas fica, a propósito, atrás do Hospital Infantil, é mais fácil para a pessoa ser socorrida, em função disso.

Para não dizer que não falei do lazer, das festas, da alegria, enfim, da sociabilidade juvenil no sentido simmeliano puro, digo que os adolescentes e jovens se divertem bastante. Mais abaixo apresento a sociabilidade na esfera das igrejas, mas além disso, existem as “sociais” (festas em casa de amigos) e os bailes *funk*, alguns no estilo “mandela”, que são os bailes organizados na rua. O que há em comum nestas festas é a ampla disponibilidade de bebidas e outras drogas, algumas ilícitas. Os bailes “mandela” e as sociais também apareceram como tipos de diversão entre os adolescentes na Unimetro.

O ponto sensível é que por vezes nestas festas, algumas organizadas pelos garotos do “tráfico”, emergem conflitos que envolvem armas de fogo e nesse sentido acontecem tiroteios, o que causa insegurança. Mas Alice, por exemplo, disse que vai mesmo assim, com seu cunhado, que é “bicho doido”, ou seja, sabe se livrar das situações perigosas. Às vezes a polícia aparece, causando ou aprofundando o quadro de tensão. Dessa forma, nesses ambientes circulam adolescentes envolvidos e não envolvidos com o “crime”, obviamente se relacionam.

Um rapaz na Casa da Juventude, disse que certa vez levou uma arma de brinquedo para o baile, a fim de exibi-la com os colegas – contou isso de uma forma bastante alegre e divertida, fazendo gestos como se estivesse na própria festa. Os garotos do “tráfico”

drogas” em Vitória, de como a organização atua para solucionar certos conflitos entre moradores. Como quando uma adolescente estava sofrendo ameaças por questões humanas concernentes ao amor e ao ciúme, e um “traficante” interveio, restaurando a paz e o sossego da jovem. Em outra situação, a mãe de um garoto expulso de algumas escolas recorreu ao chefe do tráfico local para conseguir matricular o filho insubmisso em uma unidade de ensino.

habitualmente dançam com armas, de verdade, nas mãos, é uma forma de demonstrar seu *status*, poder. Funciona como um meio de sedução, visto que algumas jovens são especialmente atraídas por esse estilo de rapaz (têm uma visão romântica de um relacionamento com um “bandido”, dizem que “toda dama tem seu vagabundo”); talvez para compartilharem de seu prestígio naquele microcosmo, daí o rapaz mencionado imitar o comportamento com armas de brinquedo. A bem da verdade, esses rapazes suscitam “medo” e “respeito” naquele microcosmo, isso pode inspirar admiração em algumas moças, o que facilita o processo de conquista e sedução. Todavia, Alice disse *com todas as letras* que nem todas as meninas dali se envolveriam com “traficantes” - percebi que ela mesma não se envolveria, pela ênfase de seu comentário e, mais importante, pela expressão ao fazê-lo.

Percebi no grupo do Projovem que a maioria já havia iniciado relacionamentos de namoro ou de “ficar”, que é, em geral, uma relação curta, não envolvendo compromisso de fidelidade mútua. Esses relacionamentos, muitas vezes, passam a ser centrais em suas vidas, requerendo deles tempo e dedicação, o que pode, muitas vezes, competir com o desempenho escolar e envolvê-los em situações conflituosas (arriscadas), tendo em vista as brigas que acontecem em função disso, como já foi discutido, com o padrão de masculinidade hegemônica temperando as tensões cotidianas.

Além disso, nestas festas, os adolescentes em geral costumam beber muito, Emily disse que não vai, “a não ser que seja para surtar, beber *muito*”, ela enfatizou o muito. Contou rindo episódios de seus porres, quando chegava a cair no chão em virtude da embriaguez. Enfim, de todo modo, os leitores bem sabem que o uso abusivo de álcool e outras substâncias não é um privilégio de jovens na periferia, escusado é dizer. Porém, outros adolescentes do grupo da Casa da Juventude frequentam outros espaços de sociabilidade; e enquanto Emily contava de seus porres, eles ficavam em silêncio, com expressões que pareciam denunciar pensamentos do tipo: “que menina doida!”. Outros simplesmente achavam graça.

Mas vamos em frente. Falemos mais sobre o percurso biográfico de Emily. Embora não tenha a conhecido em um contexto onde estivesse cumprindo medida socioeducativa, a menina tem pontos em comum com os adolescentes na Unimetro, no que se refere à questão familiar e escolar. Essas questões fizeram com que Emily se afastasse destas esferas e fosse vivenciar outras, como será explicado. Tais situações deixaram-na suscetível às *violências* que poderiam ter causado sua internação em uma instituição de atendimento socioeducativo. Por meio do relato, será possível notar os fatores que condicionam a diferencialidade dos

percursos de vida, em especial com relação ao envolvimento em situações arriscadas ou mesmo com o “mundo do crime”. Depois (no último tópico), apresentarei o relato biográfico de Miguel, jovem que foi constituído no mesmo contexto que os demais e, embora tendo enfrentado situações adversas, passou pela adolescência, chegou a juventude sem se envolver com o “crime”. A partir dessa comparação, os tais fatores condicionantes ficarão ainda mais evidentes aos olhos dos leitores, assim espero.

Emily não está na escola, desde o ano passado (2016), quando fugiu de casa, como foi dito. Estava cursando a quinta série do Ensino Fundamental. Espera voltar a estudar no ano que vem. A adolescente completará 15 anos em outubro de 2017. A avó levou-a ao CRAS e a instituição deu orientações no sentido de que participasse das atividades do Projovem. A atitude da avó se deveu ao fato de que a neta ficava o dia todo em casa, “sem fazer nada, só na internet, no celular e isso não é bom para o seu futuro”... “isso não dá dinheiro”, “receber *curtidas* não dá dinheiro, não dá futuro pra ninguém”, alertava.

Em 2015, quando Emily estava morando com a mãe, esta e o padrasto da menina a agrediram e a sua irmã também. A mãe e o padrasto certa vez foram denunciados pelos vizinhos ao Conselho Tutelar por causa dos constantes maus tratos. Depois destas coisas, a irmã de Emily foi morar com o pai, que não é o mesmo pai de Emily. Esta, então, passou a morar com a avó materna. Mas em função de alguns conflitos resolveu fugir de casa depois de ser impedida de entrar na escola por estar sem uniforme, com a tal calça vermelha. Ela disse que queria “sair”, se divertir com os amigos, mas a avó nunca permitia. A menina fugiu e não deu satisfação a ninguém. A avó e a mãe denunciaram à polícia o desaparecimento da adolescente e, dessa forma, ela foi encontrada pela mãe através do contato de uma pessoa anônima que viu a foto de Emily no jornal e ligou para a família.

O ato de fugir de casa pode ser compreendido como um meio que a adolescente encontrou para, de algum modo, fazer a mãe pagar com lágrimas por sua ausência e pelas violências que fez a menina padecer. Quando foi descoberta através da denúncia anônima, a mãe procurou Emily e ambas se encontraram em uma casa onde a mulher estava, mas a adolescente não quis ficar com ela, pois disse que acontecia uma festa no lugar e “as pessoas estavam bêbadas e tal”. Enfim, não gostou do ambiente (expressou isso em palavras e mais ainda em gestos). Desse modo, resolveu continuar morando com amigos. Nesse período, a adolescente contou que trabalhava em um bar (o dia todo) na periferia de Vila Velha, às vezes fazia faxinas e lavava roupas.

Quando Emily fugiu de casa, foi com uma amiga que a acompanhava em sua jornada para Santo Antonio (bairro que fica localizado em um morro na cidade de Vitória), as duas dormiram na casa de um amigo e depois resolveram ir à praia de manhã. Na praia, já em Vila Velha (outro município), Emily e a amiga conheceram dois rapazes o “Indiozinho” e o “Carioca”, de quem já falamos. “Índio” também tinha 14 anos e “Carioca” 19. Emily, sua amiga e os dois jovens viveram juntos numa mesma casa na periferia de Vila Velha e passaram por momentos difíceis, sob muitos aspectos. Viveram uma espécie de “quadrado” amoroso, por assim dizer. E, em decorrência disso, aconteceram conflitos que acabaram por separar o quarteto, a gota d’água foi a traição da amiga de Emily, como os leitores já sabem. Entre esses conflitos figuram as brigas entre “Indiozinho” e Emily – ela contou que o namorado começou a usar drogas e a obrigava a fazer o mesmo, depois a agredia fisicamente. Num dia em que as agressões se tornaram mais severas, quando o rapaz a amarrou e a queimou com cigarro, ela resolveu deixá-lo definitivamente. A menina ainda tem as marcas das queimaduras.

Depois destas coisas, foi para um terminal rodoviário, disposta a ir a outra cidade, procurar uma amiga. Mas isso acabou não acontecendo, pois neste terminal, inusitadamente, Emily conheceu um rapaz que lhe ofereceu um “trabalho”, o trabalho consistia em vender drogas ilícitas na periferia de Serra. Ela aceitou a proposta sem pestanejar e foi morar em Serra e por lá ficou uns meses. “Fazia plantões, pegava mercadoria para vender e ficava com o lucro, tinha clientes particulares”. Disse que ganhava por dia dois mil reais, enfatizava os “dois mil reais”, como para destacar a lucratividade do negócio.

Basicamente, a garota narrou uma dinâmica comercial semelhante a que os adolescentes internos na Unimetro contaram, contudo, seu foco não eram as guerras entre as bocas/pontos de venda, as competições, as perseguições policiais, mas antes os aspectos relacionais de sua vida, com diferentes amigos, as brigas por causa de namorados, as festas, as brigas domésticas, as aventuras de não saber onde estará no dia de amanhã. É importante mencionar que a menina transitou pelos locais onde mais acontecem homicídios de jovens no Espírito Santo: três cidades (Vitória, Vila Velha e Serra) e no interior de três conglomerados de bairros diferentes onde os homicídios se concentram. Conforme estudo do IJSN (2015), 20% dos homicídios de jovens (15 a 29 anos) ao longo dos anos entre 2011 e 2014, acontecerem em bairros da RMGV – Emily passou por eles durante o tempo em que esteve *fora de casa*. A bem da verdade, pelos relatos da menina, e pelo que usualmente entendemos

como sendo “casa” ou “lar” (local de afeto e segurança), a adolescente nunca teria de fato vivido *dentro de casa*, num certo sentido. Sempre inconstante, entre idas e vindas entre a mãe e a avó, a mãe com vários relacionamentos conturbados, as agressões...

Enfim, Emily desistiu de trabalhar no comércio varejista de substâncias ilícitas na medida em que passou a adoecer em função do uso abusivo de drogas, cocaína, principalmente. Certa feita, teve uma grave convulsão, sendo socorrida por um amigo, que a persuadiu a sair daquela “vida errada”. Então, a moça acolheu o conselho e foi embora para a cidade onde uma amiga a estava esperando. Por lá conheceu um rapaz (que é seu atual namorado, namoram desde outubro de 2016). Permaneceu nessa cidade da RMGV, Guarapari, uns oito dias e voltou a morar com a avó e com a mãe – a mãe nesse momento também estava com a avó de Emily. Após um curto período de tempo, a adolescente foi com a mãe a Belo Horizonte (MG), onde permaneceram durante quatro meses. A viagem aconteceu tendo em vista que a mãe de Emily conhecera um homem pela internet e resolveu ir ter com ele, mas considerando que o relacionamento fracassou, mãe e filha voltaram ao Espírito Santo.

Passadas algumas semanas, a mãe de Emily se envolveu com outro homem, que a menina diz gostar, menos por ele do que pela filha dele, de 12 anos – a mais nova melhor amiga da adolescente. As duas se fazem companhia, as almas ligaram-se. Em função disso, Emily agora vive com a mãe, o novo padrasto e a querida filha deste. A adolescente disse que no presente sua mãe está “mais calma”, pois o seu novo padrasto teria a advertido de que: — Ficaria sozinha para sempre se não mudasse o *jeito difícil*, porque *gente ruim* só fica sozinha.

Emily *justifica* o comportamento agressivo da mãe, dizendo que ela teria problemas nos “nervos”. As duas irmãs da mãe da adolescente são pessoas com deficiência (Emily diz: “minhas tias especiais”). Nesse sentido, acredita que a mãe também tem um problema, porém nos “nervos”.

A mãe parece pouco se importar com o fato de Emily não frequentar a escola. Por isso e por ter se afastado da convivência com adultos, os quais poderiam lhe dar limites e ensinar valores que a ajudariam a viver em sociedade de uma maneira segura, Emily foi exposta a várias violências, por exemplo, como quando esteve vendedora de substâncias ilícitas no varejo, além dos relacionamentos afetivo-sexuais conflituosos. A bem da verdade, a adolescente já era exposta às violências mesmo dentro da casa materna. Sabemos que em virtude das duras circunstâncias narradas, Emily poderia ter sido assassinada ou interna como

tantos outros e outras¹⁶⁵.

Assis e Constantino (2001), no livro intitulado “Filhas do Mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro”, contam a vida das adolescentes internadas em instituições de atendimento socioeducativo no Rio de Janeiro e também de suas respectivas mães, a partir da percepção delas. As autoras afirmam que essas vidas representam um ciclo de abandonos prematuros e de amadurecimentos forçados, o que também notamos no percurso da mocinha aqui em questão. Essa mesma realidade também teria sido vivenciada pelas mães.

Parcela considerável das adolescentes da pesquisa de Assis e Constantino (2001) nasceram e foram criadas pelo “mundo”, o qual em plena crise econômica e de valores, como igualmente verificamos na atual conjuntura brasileira, pouco lhes dá, além de expô-las a riscos em cidades potencialmente violentas. Limites demasiadamente rígidos ou o oposto, totalmente ausentes, são comumente encontrados, dificultando o preparo das jovens para enfrentar o mundo. Essa realidade tem como pano de fundo a pobreza, em especial nas famílias chefiadas por mulheres, como é o caso da avó e da mãe de Emily (percebam que a figura de um pai ou de um avó é ausente, conquanto famílias com a presença de pais ou padrastos violentos sejam condicionantes para a *revolta* de meninos e meninas).

Acresce, aqui, a situação difícil da avó com as filhas especiais (as tias com deficiência, sobre as quais Emily falou), demandando desta avó tempo, recursos e trabalho. Tempo, recursos e trabalho que precisam ser divididos com o cuidado de Emily. Por fim, ainda temos de levar em conta a proximidade das adolescentes com a criminalidade, em específico, com o mercado ilegal de drogas ilícitas no varejo. Este, oportunista, aproveita o vácuo de autoridade moral existente na vida de crianças e adolescentes para inculcar-lhes um modo de ser violento. No entanto, os agentes deste mercado, provavelmente, passaram desde a infância pelo mesmo ciclo de violência, de modo que talvez não se trate exatamente de um “treinamento violento” (intencionalmente realizado); mas, antes, da reprodução de atitudes aprendidas pelo exemplo; como o idioma que aprendemos a falar naturalmente, por apenas vivermos em meio aos falantes¹⁶⁶.

165 Nesse sentido, Adorno (1991) compreende que crianças que passam pela experiência precoce da punição são duplamente punidas. Primeiro, pelas variadas adversidades de suas condições de existência. Segundo, pela criminalização de seu comportamento.

166 Muitos dirão que o problema central, nesse sentido, é a política proibicionista brasileira com relação às drogas e a consequente máquina mortífera que é denominada “guerra às drogas”. Creio que, em certa medida, esse juízo está correto, é razoável. Porém trata-se, aqui, de mostrar “o que as pessoas fazem com o que fazem delas?”. Ou seja, dado que este é o estado das coisas, como os agentes atuam em seu campo de possibilidades? É precisamente isso que tento mostrar. Caso consiga, pelo menos um pouco, pago-me da tarefa de escrever esta dissertação.

Enfim, a avó de Emily parece se preocupar mais com o futuro da menina do que a mãe, pois foi pelas mãos da avó que a jovem chegou ao CRAS e por isso hoje está participando das atividades do Projovem, circunstância na qual a conheci. Todavia, no momento em que esta dissertação é escrita, Emily está morando com a mãe novamente, em Vila Velha, e as idas à Casa da Juventude tornaram-se difíceis, por causa da dificuldade para conseguir o dinheiro das passagens de ônibus.

Podemos esperar que a participação de Emily em esferas de sociabilidade como os projetos sociais e a escola, tão logo volte a estudar, cause alguma mudança em sua vida, no sentido de romper com o ciclo de violência? Talvez. Nem tudo é determinação. Existem campos de possibilidades onde os indivíduos agem de acordo com o significado que as coisas têm para eles. Esses significados são constituídos coletivamente a partir do contexto onde estamos inseridos (SIMMEL, 2006). Mas nem tudo é ação. Os acontecimentos humanos também dependem de circunstâncias fortuitas, que alguns chamam de acaso, outros de providência.

5.3.3 A igreja como esfera de sociabilidade juvenil

Educa a criança no caminho em que deve andar; e até quando envelhecer não se *desviará* dele. Provérbios 22.6.

Começamos o tópico citando a bíblia, a fim de ilustrar que desde os tempos antigos, do rei Salomão, já se falava da importância da educação na prevenção dos *desvios*. Discutimos acima a importância que a escola e a família assumem na vida dos adolescentes e jovens, sobretudo no sentido de que as relações constituídas nestas esferas podem provavelmente condicionar o não engajamento em atividades ilícitas (frequentemente arriscadas). Vimos que o mecanismo, nesse sentido, é a socialização, a educação, em suma, o processo de inculcação dos valores morais dominantes, processo que se dá no seio familiar e escolar – por excelência. Vimos que o que aproxima os dois grupos aqui enfocados é o contexto socioeconômico e comunitário onde foram (ou onde estão sendo) constituídos e os processos de estigmatização pelo qual passam em virtude da condição de adolescente e jovem pobres urbanos. E notamos que o que distancia os dois grupos, provavelmente, é a relação que mantiveram ao longo da vida com as instituições família e escola.

Nesse sentido, foi apontado que o papel primordial da educação escolar é inculcar certos valores sociais e morais nos indivíduos necessários para que vivam em sociedade de maneira harmoniosa, de maneira a preservar a própria organização social – isso aprendemos com Durkheim. De alguma forma, a aprendizagem desses valores afasta os jovens de atividades “criminosas” - pois “crime” é precisamente o que contraria os valores apreendidos. Todavia, se os sujeitos apreendem outros valores em outros meios que não a escola, logo, passam a ser *governados*, por assim dizer, por outras regras que podem não coincidir com as da sociedade abrangente. Na medida em que essas regras lhes parecem boas, é difícil substituí-las por outras, já que o processo de inculcação de valores é mais facilmente realizado na infância, como já se comentava desde a antiguidade, haja vista o provérbio acima.

Pois muito bem, além da escola, da família e dos projetos sociais, outra instituição apareceu como sendo importante na vida de adolescentes e jovens no contexto enfocado, tanto com relação ao grupo que estava interno na Unimetro, quanto com relação ao grupo em São Pedro. Essa instituição é nada menos que a *igreja*, em específico, as igrejas cristãs evangélicas em suas várias denominações. A igreja, aqui, deve ser entendida como uma esfera de educação (inculcação de valores), interação e sociabilidade, desde que é um dos ambientes sociais em que muitos adolescentes e jovens se divertem e constroem laços de amizade. Ela suscita uma forma de *sociação* ou uma figuração social de relevância indiscutível para a constituição da consciência moral dos indivíduos. Nessa instituição, os agentes estão ligados por relações de interdependência que engendram códigos de comportamento particulares. Escusado é dizer que a igreja é uma esfera de sociabilidade não só no que concerne aos jovens e também não só no que concerne à periferia.

Lembrem os leitores das relações profundamente iníquas no período da Idade Média, mas que a despeito disso mantiveram suas estruturas intactas durante um longo tempo, parcialmente em função da religião que era o cimento que ligava aquela sociedade. Lembrem também da importância da ética protestante para o desenvolvimento do capitalismo em seus primórdios, como nos ensinou Weber (2004). Contemporaneamente, considerem alguns “combatentes” islâmicos que em nome de Alá e de seus ideais não pensam duas vezes para sacrificar suas próprias vidas e a de outros. Finalmente, vejam agora o que lhes apresento, a situação de jovens que embora sofrendo constrangimentos sociais para, por exemplo, tornarem-se trabalhadores no “tráfico”, não se tornam, devido, parcialmente, a sua constituição moral. Tendo essas coisas em mente, perceberão que a religião, em alguns

contextos e conjunturas, assume um papel determinante.

Ao comentar episódios de sua infância, em que brincava com os amigos na igreja que frequentava, Davi, além de disputar corridas e lanchar, certamente ouvia as lições ministradas na Escola Dominical e as mensagens do pregador, o testemunho dos irmãos, as canções cantadas pelo coral da mocidade, enfim. Mesmo que naquela idade não compreendesse tudo o que era ensinado e nem o significado de todas as palavras, aos poucos as lições foram gravadas em sua consciência, o que provavelmente o impedia de se envolver com o “crime”¹⁶⁷. Isso ele disse que sempre achou “errado”, embora para sua consternação tenha visto colegas se envolverem e alguns morrerem.

Durante uma fase de sua adolescência, saiu da igreja, se “desviou” (é quando o crente se afasta do Caminho), passou a frequentar mais festas, mas jamais pensou em se envolver com o “tráfico”. Um pouco mais velho, entre 19 e 20 anos, contou que resolveu sair em um domingo, sem saber para onde ir, a intenção inicial era parar em alguma festa. Porém, passou em frente a uma igreja, em específico a Coanp, e resolveu entrar. Não saiu mais. Ele me disse que lá está há um ano. Quando eu perguntei por qual motivo decidiu entrar na igreja, já que afinal de contas pensava em ir a outro lugar, ele me disse: “foi o Espírito Santo, que me incomodou”. Sentiu uma vontade irresistível que atribuiu ao chamado do próprio Deus. O jovem sabia disso em função da socialização pela qual passara. Não importa que os leitores sejam céticos e não acreditem em chamados do “Espírito Santo”, aqui o que importa é a percepção do rapaz, o *sentido* que este confere às ações, que terão consequências objetivas no mundo real – sendo uma destas o não envolvimento com o “crime”.

Se os laços com a escola foram corrompidos durante um tempo em função de conflitos com o corpo dirigente, como aconteceu com Davi, os laços com a avó e com o grupo de pessoas na igreja eram fortes, além dos vínculos com os projetos sociais dos quais participou e participa. Desse modo, embora se tratasse do perfil típico da vítima de homicídio no Brasil: adolescente negro, morador de um bairro pauperizado urbano, com chances de se tornar um trabalhador ou um “sujeito-homem” no “tráfico”, Davi provavelmente não o fez por uma

167 Possmozer (2017) descreve em sua pesquisa como a criança se envolve aos poucos com o “tráfico” a partir da sociabilidade local, pelo fato de ficar na rua, presenciar o comércio, as armas tornam-se objetos banais... Algumas inclusive brincam que são traficantes na “boquinha de toddy”: colocam leite em pó e toddy (marca de achocolatado em pó) em saquinhos e saem pelo bairro para vender de “brincadeirinha”, como se fosse droga ilícita... Por ali mesmo, a criança passa a usar drogas, mormente maconha, e, enfim, a realizar pequenos serviços e mais tarde vende drogas na “boca” (de verdade). Todavia, nem todas as crianças na periferia passam por esse processo, na verdade a maioria não passa, em virtude de estarem circulando em outros espaços; um destes é a igreja, que existe aos montes nos bairros pauperizados.

questão de consciência. Uma consciência moral constituída a partir das interações sociais tecidas ao longo da vida, tanto em casa, quanto na escola e na igreja, e também nas entidades sociais do bairro.

A região do bairro São Pedro é repleta de igrejas, sendo uma quase ao lado da outra, dividindo espaço com os pontos comerciais locais. Uma, em particular, me chamou atenção pela suntuosidade da placa, trata-se da “Tenda dos Milagres”¹⁶⁸. Depois, durante uma entrevista em grupo com os adolescentes na Casa da Juventude, soube que algumas igrejas tocam músicas gospel no estilo *funk*, que agradam alguns adolescentes como Emily, e desagradam outros como Davi.

O ponto de destaque é o seguinte: a participação dos adolescentes nessas comunidades religiosas significa a constituição de uma dinâmica de interação, em que eles não apenas aprendem valores e praticam a religião, mas fazem amigos, encontram-se semanalmente na casa de um deles, a partir das denominadas células, onde estudam os textos sagrados, mas sobretudo compartilham suas próprias vidas cotidianas, seus problemas, expectativas, etc., saem juntos para passear e lancha, tiram fotos desses encontros, postam no Facebook, organizam e participam ativamente de atividades específicas para adolescentes e jovens na igreja, etc. Quais são as implicações disso para adolescentes que vivem em um contexto estigmatizado e “violento”?

Nesses ambientes, os jovens dão e recebem orientações e vivenciam experiências que em muito ultrapassam a esfera puramente religiosa. Sentem-se provavelmente valorizados, importantes e amados, embora em um contexto historicamente estigmatizado pela pobreza e a violência, como o é a região de São Pedro. Essa identidade constituída de maneira positiva, desencadeará efeitos na vida concreta (objetiva) dos indivíduos.

De uma forma geral, em vários bairros periféricos da RMGV, os adolescentes são socializados em meio a uma “cultura evangélica” ou a um “meio moral evangélico”, como preferirem. Desde que existem muitas igrejas cristãs evangélicas, sobretudo de origem

¹⁶⁸ Algumas destas igrejas, especialmente as neopentecostais, chamam atenção dos transeuntes com placas contendo mensagens do tipo: “Pare de sofrer!”. Como se o fato de estar naquela comunidade, vivenciando certas experiências religiosas fosse um tipo de panaceia para os males humanos. Aqui, notamos uma diferença. Igrejas cristãs tradicionais, tanto as do presente como as do passado, ensinam que uma vida, de fato, livre do sofrimento, só seria possível no “novo céu” e na “nova terra”, ou seja, após o fim deste mundo. Embora mesmo no mundo presente ensinam que os crentes contam com a “graça” e o “poder” de Deus para enfrentar tudo o que precisarem. Já as igrejas mais contemporâneas, sobretudo as neopentecostais, parecem ensinar uma vida livre do sofrimento desde já, por meio da influente Teologia da Prosperidade. Esse discurso, em determinados contextos onde as pessoas são castigadas em demasia pelas condições adversas de vida, é bem atrativo.

pentecostal e neopentecostal, isso faz com que os adolescentes tenham simpatia pelos crentes em geral, gostem de cantar hinos, louvores e cânticos, de receber orações e etc. Isso se explica, em parte, pelo trabalho social e assistencial que determinados cristãos desenvolvem em algumas comunidades e pelo relacionamento de respeito que procuram construir mesmo com os “traficantes”; por pregarem o amor de Deus a todos, indistintamente. Quem não gostaria de saber que é amado e especial para o Deus Todo-poderoso? Isto é, a pregação evangélica, sob esse aspecto, é consideravelmente atrativa. Ainda mais quando consideramos que esse Deus é um Pai protetor e provedor, que sustenta seus filhos num sentido material e espiritual, pois: “O Senhor é meu Pastor e *nada* me faltará” (Salmos 23, versículo 1). Dessa maneira, mesmo no “mundo do crime” os indivíduos respiram, por assim dizer, essa atmosfera¹⁶⁹.

Um dos adolescentes internos na Unimetro, o já citado Iago, mesmo estando na condição de “traficante”, disse que gostava de ir à igreja. Quando ele era criança, costumava acompanhar a mãe na Igreja Universal do Reino de Deus. A mãe infelizmente morreu quando ele tinha oito anos (o pai morreu quando ele tinha cinco meses); assim, morou um tempo com a irmã mais velha e o cunhado, depois foi morar com um primo de consideração, ambos envolvidos no “crime”, “traficantes”, assaltantes de lanchonetes e ladrões de carros. Quando adolescente, já engajado no “tráfico”, frequentava os cultos de vez em quando em seu bairro¹⁷⁰. Nesse ponto, Cunha (2008) compreende que ser “bandido” e ser evangélico não são necessariamente são condições excludentes, conquanto seja problemático para as denominações cristãs admitirem “bandidos” no rol de membros¹⁷¹. Pois bem, em uma palavra,

169 Segundo o Censo 2010, a proporção de evangélicos no Espírito Santo é maior do que no restante do país. 33.1% dos capixabas se disseram evangélicos, índice superior a média nacional, que é de 22,2%. Entre os evangélicos no estado, a predominância é dos de origem pentecostal, que tem como principal denominação a Assembleia de Deus. Quanto à faixa etária, a proporção de católicos – que compõem 64,6% da população brasileira - foi maior entre as pessoas com idade superior a 40 anos. Já os evangélicos pentecostais têm sua maior proporção entre as crianças e os adolescentes (IBGE, 2010).

170 A utilização de uma “gramática pentecostal” vem se difundindo em meio aos traficantes afetados pelo crescimento pentecostal nas favelas, pela identidade evangélica de vários dos seus familiares e/ou da sua própria. A influência da passagem pelas prisões e o forte contato com missionários evangélicos nessas condições são ainda fator a gerar tal empatia entre os traficantes e o discurso/gramática evangélico (CUNHA, 2008, p.42).

171 Creio que o termo evangélico não se aplica a “traficantes”. Seria mais adequado considerá-los como pessoas que foram *cristianizadas* ou *socializadas em uma “cultura evangélica”*, em função de seu contexto familiar ou comunitário imediato. Pois evangélicos seriam indivíduos reconhecidos como tal por um grupo de cristãos evangélicos na esfera de uma comunidade religiosa. Ou seja, a rigor, evangélicos são aqueles *membros de uma igreja evangélica*. O fato de eles terem um repertório linguístico, por assim dizer, do movimento evangélico, especificamente o neopentecostal, gostarem de músicas cristãs e etc., não significa que possam ser considerados evangélicos, tendo em vista que diferem em muita coisa no que se refere, por exemplo, à moralidade cristã, que

o cristianismo evangélico nessas comunidades é popular.

Nesse sentido, Emanuel, no âmbito da Unimetro, contou uma experiência de quando certa vez ele e seus companheiros estavam fugindo da polícia e foram abordados por um pastor da comunidade que os convidou para um culto que aconteceria à noite na igreja em que ele pastoreava. Os adolescentes se sentiram “tocados” pelo convite e decidiram comparecer ao culto. Segundo meu interlocutor, assim que ele e seus amigos puseram os pés no local, foram recebidos com calorosos aplausos e se sentiram, por isso, acolhidos. No culto, o pastor orou pelos jovens e fez várias advertências sobre os perigos de se viver no “mundo do crime” e profetizou para cada um individualmente no sentido do que aconteceria se eles persistissem na “vida errada”: seriam baleados e mortos. Sabemos que essa profecia se cumpre cotidianamente na vida de vários jovens nas periferias do Brasil.

Semelhante episódio se deu enquanto Emanuel estava no Rio de Janeiro, foi para lá fugindo de um conflito com um “traficante” de seu bairro, creio já ter mencionado isso acima. Estando no Rio começou a “traficar”, até que se deu o caso narrado. Depois destas coisas, o rapaz ficou com medo de continuar no “crime” considerando as profecias do pastor, e voltou para Vitória decidido a mudar de vida. Por um tempo começou a trabalhar como ajudante de pedreiro, até que voltou a “traficar”. Como não havia deixado de consumir maconha, para pagar uma dívida nesse sentido, se enredou de novo nas redes do comércio de drogas ilícitas. Nessa conjuntura foi apreendido. Já na Unimetro, após o fato de seu irmão ter sido vítima de homicídio, como contei acima, decidiu “aceitar Jesus”. Mas essa decisão não se deu da noite para o dia.

Emanuel me contou que teve um sonho. Um sonho não, um pesadelo, melhor dizendo. Ele estava dormindo no alojamento, lá também estava dormindo Iago, a quem os leitores já foram apresentados. Tendo ouvido um barulho, Emanuel acordou assustado e viu um vulto

caracteriza os indivíduos evangélicos. Se tais “traficantes” forem considerados evangélicos, teríamos, então, de mudar o conceito e excluir os que se declaram atualmente evangélicos.

Além disso, tenho necessidade de dizer aos leitores que algumas igrejas cristãs não reconhecem pessoas provenientes de igrejas neopentecostais como evangélicas, de fato, em função dos pretensos desvios doutrinários, manifestados, por exemplo, pela afamada “Teologia da Prosperidade”, bastante discutida por cientistas sociais, a propósito. Estes, muitas vezes, tomam os neopentecostais como os representantes dos evangélicos, de maneira, portanto, bastante equivocada. Desse modo, usar o termo “evangélico” de forma genérica pode trazer prejuízos para nossa compreensão dos fenômenos sociais que envolvem o assunto. Enfim, como Cunha (2008) mesmo indica, os traficantes frequentam cultos em igrejas evangélicas, obviamente os cristãos não proíbem tais visitas, até mesmo por esperarem que eles saiam da “vida errada”, mas não significa que sejam aceitos e reconhecidos como membros. O foco é que o “traficante” deixe de ser “traficante” e se torne um “homem de Deus”, um evangélico. Por exemplo, só pelo fato de um casal viver junto sem ser casado formalmente, é motivo para que não sejam aceitos como membros em uma comunidade religiosa, como bem mostra Cunha (2008). Se semelhante coisa é um impedimento, quanto mais difícil seria um “traficante” ser considerado evangélico por uma comunidade.

preto de aspecto assustador rondando Iago, esse vulto, que parecia um fantasma ou mesmo o próprio diabo, queria levar para as trevas a alma de Iago. Nesse sentido, Emanuel gritou para acordar o colega. Este acordou, mas não via nada, estava como impedido de ver o tal vulto. Com o alvoroço, um agente correu para saber o que estava acontecendo, mas este também não pôde ver o vulto. Só Emanuel o enxergava. Este foi o pesadelo.

Depois daquela noite, o rapaz ficou um tempo quieto, circunspecto, refletindo sobre sua vida, sobre este pesadelo, sobre a morte repentina e violenta do irmão e etc. Ao cabo de poucos dias, chamou um agente socioeducativo que também é pastor e lhe contou sobre a decisão de “aceitar Jesus”¹⁷², oraram ambos e pronto, o rapaz estava convertido. A partir disso, todos atestaram que seu comportamento mudou, “virou outro”. Ele próprio me disse que até deixou de fumar (sim, embora não podendo, alguns adolescentes disseram que fumam dentro da unidade, sendo sancionados quando descobertos; todavia, Emanuel relatou que, a seu ver, há casos em que alguns agentes fazem vistas grossas, com o propósito de não precisarem punir os adolescentes).

Mas, este mesmo Emanuel agora está “preso de novo”, como já disse algumas vezes. O que aconteceu, então? Ele não havia sido convertido? Pois bem, no dia 11 de junho de 2017 o jovem falou comigo pelo Facebook as seguintes palavras: “Cai. Foi mal, desculpa não queria tomar seu tempo. Eu queria muito ficar na presença de Deus, mas não consegui tentei mesmo.” Respondi, perguntei como ele estava, o que havia acontecido, tentei dar uma força¹⁷³... ele disse “obrigado”, apenas, e depois não nos falamos mais.

No dia 01 de agosto de 2017 a mãe falou comigo pelo *whatsapp* que o filho estava preso (de novo). Nesse sentido, tudo indica que ele tentou ficar “na presença de Deus” e, conseqüentemente, longe do “crime”, mas não foi possível. Provavelmente, quando me mandou aquela mensagem, estava envolvido em alguma atividade ilegal, que suponho ser o “tráfico”, porque pela mãe eu não soube exatamente o que havia se passado. Para além das questões estruturais já debatidas anteriormente, no sentido da ausência de políticas públicas efetivas de atendimento ao egresso, vemos que do ponto de vista subjetivo do agente, o fato de não estar na “presença de Deus”, pode ser compreendido como a causa para o desvio do

172 Segundo a teologia cristã, “aceitar Jesus” significa, basicamente, aceitar (pela fé) seu sacrifício pelos pecados, crer que ele morreu para salvar os homens da morte eterna e lhes dar a vida eterna, sendo, por isso mesmo, o salvador. Quando se aceita essas coisas, por uma obra do Espírito Santo, a pessoa passa da morte para a vida, “nascendo de novo” (REEVES e CHESTER, 2017).

173 Essa situação foi uma das que mais me perturbou ao longo da pesquisa. Me senti culpada. “Talvez se eu tivesse me esforçado mais para encontrá-lo e buscado intervir em sua vida...” assim pensava naquele momento.

caminho que pretendia seguir.

Além disso, no contexto da institucionalização se leva em conta a presença de grupos de apoio espiritual de origem evangélica e espírita, sendo que os adolescentes manifestaram evidente preferência pelos evangélicos. Ademais, eles relataram que nos rituais de mudança de fase do cumprimento da medida, músicas cristãs são tocadas e os próprios adolescentes são convidados para apresentações culturais fora da unidade, como no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, onde tocam e cantam músicas gospel – situação que presenciei durante meu trabalho de campo na Unimetro. Vi Gabriel e Cássio se preparando para deixar a unidade a fim de irem participar de uma dessas apresentações. Gabriel e Cássio são muito amigos, ambos provenientes da mesma região do município de Serra. Eles estavam sem o uniforme de internos, com suas próprias roupas, arrumados, gel no cabelo, pareciam felizes, saíram do alojamento abraçados em direção a garagem onde estava estacionada a van que os levaria ao Tribunal. Vi essas coisas enquanto estava na oratória, uma espécie de pátio localizado no centro da unidade, onde entrevistava Iago. Perguntei a Iago se ele não gostaria de participar também, ao que me respondeu que não sabe tocar nenhum instrumento – senti uma ponta de desdém em sua resposta. Iago é também de Serra, mas de um bairro diferente de Gabriel e Cássio. Entre os bairros de Iago e dos outros dois existem disputas relacionadas ao “tráfico”, soube pelo Iago no contexto da referida entrevista. Talvez isso explicasse o desdém.

Mas, na verdade, o que estou querendo dizer é que a religiosidade é um elemento importante na vida desses adolescentes, inclusive dentro da unidade existe um agente socioeducativo que é pastor, como indiquei, a quem os adolescentes querem bem, segundo as narrativas.

No que tange aos adolescentes em São Pedro, no âmbito da Casa da Juventude, alguns disseram ir à igreja, mas de vez em quando. Existem dois que de fato se consideram evangélicos: Davi, já mencionado, e Alef. Alef disse que deseja fazer faculdade de música, pois quer ser músico, a fim de tocar e cantar música gospel. Estava inclusive organizando uma banda com os amigos de sua igreja. Emily disse que vai à igreja às vezes, mas na “Fé e Milagres”, onde tocam músicas gospel no estilo *funk*. Davi não vai de jeito nenhum nessa igreja por causa disso mesmo. Ele frequenta a Coanp. Por meio do contato com o líder dos adolescentes e jovens desta igreja, conheci algumas moças e rapazes e nos comunicamos por meio de um grupo no Facebook, alguns me adicionaram ao rol de amigos, e passamos a interagir desta forma.

Uma vez que não conseguimos nos encontrar para um grupo focal, elaborei um questionário pela internet (ferramenta *Google* formulários) e pedi por favor que, se fosse possível, respondessem. Seis responderam, três moças e três rapazes. Nesse sentido, percebi que embora estes sejam basicamente da mesma idade que os demais (do Projovem e da Unimetro), estão já cursando o Ensino Médio, enquanto os outros estão no Ensino Fundamental (os da Unimetro no primeiro ciclo e os do Projovem concluindo o segundo ciclo)¹⁷⁴.

Além disso, a principal diversão dos adolescentes do grupo da Coanp é ir à igreja, encontrar os amigos e depois do culto sair para lanche. Na própria comunidade religiosa existem grupos de coreografia, música, coral, etc., que oportunizam encontros frequentes para reuniões e ensaios, assim, os laços são fortalecidos. Acresce que eles organizam encontros domésticos semanais. A igreja é dividida em grupos de doze pessoas (chamados de células) para os cultos no domicílio, que acontecem uma vez por semana. Nesses encontros, eles estudam a bíblia e apoiam uns aos outros em assuntos relativos à vida em geral. São incentivados, também, a convidarem amigos de fora da igreja para participarem destas reuniões. No final, tipicamente um lanche é servido; também tiram fotos e publicam em suas redes sociais.

Perguntei abertamente no questionário sobre o que menos gostavam no bairro. Três disseram “*violência*”, um disse “*boca de fumo*”, outro disse “*distância das coisas que gosto de fazer*” e o último respondeu “*da estrutura do bairro*”. Quando perguntei sobre o que mudariam na região se pudessem, um disse que, se pudesse, “*mudaria de bairro*” (resposta bem radical); outro, igualmente radical, disse que mudaria “*tudo*”. Os demais disseram que melhorariam: 1) prontos de atendimento de saúde e a limpeza pública; 2) a falta de respeito, pois “quando a prefeitura constrói alguma coisa, as pessoas não valorizam”; 3) “segurança”; e 4) “fariam mais praças e melhorariam o policiamento”. O “Lugar de toda pobreza” do final do século XX, ainda não é, na perspectiva dos jovens, um lugar exatamente ideal para viverem, temos esses problemas aí diante de nós, que são, provavelmente, encontrados em outros bairros periféricos de Vitória. Chamo atenção especialmente para a questão da “*violência*” e

174 Os adolescentes do Projovem têm idades entre 14 e 23 anos. Davi, com 23, já concluiu o Ensino Médio pela EJA. Emily, de 14, não está estudando; Alice e Pedro, têm 16 e estão no 8º ano do Ensino Fundamental. Alef tem 15 anos e está no 9º ano do Ensino Fundamental. Com relação à Coanp, quatro jovens têm 16, um tem 19 e outro 20 anos. Os com 16 estão no do Ensino Médio (três no 2º ano e um no 1º ano); os demais já concluíram este nível de ensino. Não consta, aqui, a idade dos outros indivíduos que participaram da pesquisa no âmbito do Projovem, pois estes estiveram presentes apenas durante o segundo grupo focal e o questionário eu apliquei na oportunidade do primeiro grupo focal.

da “segurança”, que assim como no grupo do Projovem, foi destacada.

Em geral, o que mais gostam no bairro, são “as praças” ou “a quadra”, “a igreja” e “os moradores”. Também perguntei abertamente qual foi o melhor momento da vida deles, todos disseram coisas relacionadas à religião, quando “aceitaram Jesus” ou o momento do batismo, ou quando participaram de algum evento diferenciado na igreja, um congresso ou encontro de jovens, por exemplo.

Rigorosamente todos os participantes, de todas as esferas da pesquisa, estudam ou estudaram em escolas públicas. Os adolescentes da Coanp parecem ser mais favorecidos do ponto de vista econômico que os demais, mas objetivamente eu não averigüei dados econômicos sobre as famílias dos participantes da pesquisa – dados gerais nesse sentido constam no capítulo II. Talvez isso se explique pelo fato de que o Projovem é uma política social direcionada às pessoas cadastradas nos serviços de assistência social do município, ou seja, o seu alvo são mesmo as pessoas de renda mais baixa. Além disso, alguns indivíduos são especialmente encaminhados em função de situações de vulnerabilidade, tais como “trabalho infantil”, ou envolvimento com “drogas”, ou ainda problemas de violência no âmbito doméstico, por exemplo.

Acresce que os adolescentes do grupo da Coanp, ao que tudo indica, parecem se sair melhor na escola do que os demais. Isso corrobora a tese de Bittar (2015), no sentido de que a participação de jovens de origem popular em esferas de sociabilidade como as igrejas, provavelmente influencia de modo positivo sua trajetória acadêmica. A autora explica que a igreja, na periferia, é utilizada como um meio para disciplinar os jovens e evitar o seu envolvimento com atividades ilícitas: a grande preocupação das famílias nas periferias¹⁷⁵. Assim, é um fator condicionante para que adolescentes de um mesmo microcosmo trilhem percursos biográficos distintos. Chegamos, assim, ao momento ideal para conhecer o percurso

175 A avó de Emily tentou lançar mão deste recurso com a netinha rebelde. Vejamos. Em dado momento da entrevista enquanto contava sobre o processo de fugir de casa, Emily explicou que a causa de seu infortúnio foi a *igreja*, declarou que sua avó diz isso com frequência. O motivo é que, certa vez, uma senhora da igreja onde a menina começou a frequentar não permitiu que ela cantasse no coral, porquanto a saia que estava usando não seria suficientemente decente para os padrões daquela comunidade.

Depois dessas coisas, a menina teria se “revoltado” e deixado de ir à igreja. Deixando de ir à igreja, se envolveu com “más influências” e a partir daí tudo desandou em sua vida. Nesse sentido, tanto a neta quanto a avó entendem que *estar na igreja* impede que o indivíduo se envolva com a “vida errada”. Naquele contexto, ser crente é percebido como uma proteção contra o declínio moral. Sinto necessidade de dizer ainda que a igreja em que Emily foi repreendida pela roupa é a “Deus é Amor”, uma igreja de origem pentecostal e conservadora no que se refere ao vestuário, as mulheres usam apenas saias, que não podem ser curtas. Mas esses costumes variam de igreja para igreja. Por exemplo, na Coanp e em igrejas evangélicas de missão, como a Batista e a Presbiteriana, as mulheres usam calças e saias, são menos conservadoras nesse sentido.

de Miguel.

A primeira vez que vi esse jovem foi justamente em um espaço de culto. Fui à Coanp a fim de convidar os adolescentes para participarem de minha pesquisa – expliquei esse processo no capítulo I. Era uma agradável noite de sexta-feira, embarquei no ônibus perto de minha casa que me levaria direto ao bairro. O ônibus estava particularmente cheio, a maioria dos passageiros parecia voltar do trabalho, homens e mulheres, alguns com um aspecto bem cansado, silenciosos, mexendo no celular, outros em pé conversando e rindo. Desembarquei em frente a um supermercado chamado “Ovelha” e fiquei esperando o colega de trabalho de minha mãe, o qual morava na comunidade e frequentava a Coanp. Esse colega de minha mãe tem entre 30 e 40 anos, viveu parte importante da infância em um “orfanato” (ou Casa Lar, termo compreendido como mais adequado atualmente) em São Paulo, contou que quem era responsável pelas crianças batia nelas, ele especialmente apanhava muito. O Ademir chegou e fomos caminhando até a igreja, que não era longe. A igreja é relativamente grande, com um salão principal onde as cadeiras de plástico estão enfileiradas, piso branco de cerâmica; na frente ficam o púlpito e os instrumentos musicais. Estava um pouco vazia ainda, chegamos cedo. Aos poucos, as pessoas também foram chegando, a maioria era composta por adolescentes e jovens, estavam arrumados, parecia haver um cuidado especial com as roupas, os acessórios, os cabelos, etc.; mas não se tratava de extravagância, nada ali me pareceu ser dispendioso.

Primeiro foi o “período de louvor”, o som estava alto, algumas músicas animadas, os músicos eram bem jovens, meninas e meninos. Uma moça, em particular, tinha a voz muito bonita, era negra, mas não sei se ela própria se consideraria negra, os seus cabelos eram escuros e cacheados. Depois foi o “período da pregação”, isto é, da mensagem, quem dirigiu essa parte foi ninguém menos que Miguel – rapaz negro, estava com uma camisa xadrez, calça jeans, óculos de leitura, o qual retificava de vez em quando a posição no rosto. Me chamou atenção durante a mensagem o fato de ele contar experiências vivenciadas. Em dado momento, ele disse que sabia, quando era mais novo, que enquanto *jovem, pobre, negro e morador de periferia* tinha de estudar, caso quisesse “melhorar de vida” – não me lembro agora se essas foram exatamente as palavras que ele usou, mas o sentido era esse: “mudar de vida” ou “ser alguma coisa na vida”. Eu fiquei pensando: de que modo ele havia chegado a semelhante juízo sobre si e sobre seu contexto?

Pois bem. Depois do culto, fiz o que tinha planejado, fui apresentada ao grupo de

adolescentes, falei genericamente sobre minha pesquisa e trocamos informações de contato. Fui embora satisfeita. Mas sentia que seria importante conhecer mais sobre a biografia daquele jovem e eloquente pregador. Decidida, procurei-o por meio do Facebook e enviei uma mensagem, perguntando se porventura aceitaria participar de meu estudo. Ele aceitou e depois de um tempo o entrevistei.

Bem, Miguel nasceu e foi criado no Bairro da Penha, um bairro semelhante a São Pedro, periférico e pauperizado, onde também existem conflitos em função de disputas entre os garotos envolvidos com o “tráfico”. Sua mãe “sempre foi faxineira” e o pai fazia alguns trabalhos como pedreiro, mas bebia em demasia e aconteciam conflitos em casa em função disso. Miguel disse que tinha *vergonha* de seu pai, pois era também “usuário de drogas”, e as pessoas no bairro diziam quando ele passava: “Olha lá o filho do ...” Algumas acrescentavam, “cuidado para você não ficar igual a seu pai!”. Parece que a criança queria tudo, menos seguir o exemplo do pai. A palavra usada foi vergonha. Mas, por que vergonha?

A mãe de Miguel nesse tempo frequentava cultos evangélicos, era cristã e o menino acompanhava-a, por vezes sem querer, mas ia. Contou que a mãe era bastante severa. Por exemplo, se ele chegasse da escola com algum objeto que não o pertencesse, ela brigava muito e fazia-o devolver. Mas aqui não houve descrição de castigos físicos, como no caso de Emanuel.

Além disso, a família de seu pai, os tios, sobretudo, estudavam, alguns faziam faculdade, estudavam na Universidade Federal do Espírito Santo, embora também de condição social humilde, e encorajavam o garoto a estudar. Ou seja, essa família está entre aquelas que atribuem um valor especial a educação como um meio de ascensão social (BITTAR, 2015). Por outro lado, também havia a participação do jovem na esfera de sociabilidade da igreja, a qual funcionava como um canal complementar à família e à escola, sendo um ambiente produtor de valores morais e identitários, assim como um sistema de disposições orientador de condutas (SETTON, 2008). Mas não se trata tão-só do ambiente, deve-se levar em conta sobretudo, a meu ver, o processo de *educação*. Os tais valores são apreendidos de modo metódico, as pessoas são incentivadas a estudar as escrituras diariamente de maneira devocional, e isso produz efeitos incomensuráveis em suas existências.

Ainda na infância, Miguel brincava bastante na rua depois da escola (disse que o pai implicava frequentemente com a mãe por isso, pois ele estaria sendo “criado na rua”). Aos

finais de semana, o garoto ia à feira com um carrinho para trabalhar como carregador de sacolas. Vi adolescentes que conheci no Projovem fazendo o mesmo numa feira perto de minha casa, assim como outras crianças. É uma estratégia de sobrevivência alternativa, por exemplo, aos meninos que passam a vender drogas ilícitas na periferia, como havia dito no capítulo II. Nesse sentido, é um equívoco conceber que em função da miséria a maior parte dos adolescentes na periferia veem no tráfico, ou em outras atividades ilícitas, a única estratégia de sobrevivência – como se a causa direta do “crime” fosse a pobreza. A pobreza pode incitar ao *trabalho*, aliás precocemente e precariamente, mesmo que seja vendendo cosméticos como natura, hinodê ou bijuterias, carregando sacolas e etc. Alguns jovens e adolescentes das regiões periféricas, na medida em que não encontram trabalho formal, buscam estratégias justamente na venda desses produtos que mencionei, em sua perspectiva são “autônomos”. Semelhantemente, produzem alimentos para vender tais como bombons, outros doces, bolos, etc. Algumas mulheres jovens trabalham como cabeleireiras e manicures, por exemplo. Para não mencionar os garçons, lavadores de carros, trabalhadores de lojas, em escritórios, porteiros, recepcionistas embaladores nos supermercados, etc. Vejam as próprias mães de alguns adolescentes da pesquisa, as quais trabalhavam como faxineiras. Além disso, tendo em mente a heterogeneidade das periferias, existem aqueles jovens que não sem dificuldade cursam o Ensino Superior em busca de trabalho mais qualificado.

O que faz o “crime” é a reação moral a ele; nesse sentido, se determinada atitude é considerada degradante ou errada, logo, tal atitude se torna “criminosa” e os indivíduos buscarão outros meios para “ganhar a vida”. Decerto, essas “decisões” não são inteiramente livres, tendo em mente os diversos constrangimentos sociais/estruturais. Contudo, diante do campo de possibilidades existente (mais ou menos limitado), as pessoas guiarão suas “escolhas” a partir dos tais sentidos. Eis aí então uma resposta possível para a pergunta: “o que as pessoas fazem com o que fazem delas?”. A capacidade de autodomínio, em função dos *sentidos* que damos a vida, é um das características mais marcantes da feição humana.

Pois bem, Miguel aos 18 anos foi, por intermédio de um tio, jogar futebol em Belo Horizonte, no time Cruzeiro – disse ter sido um bom jogador, porém teria se decepcionado com o mundo competitivo do futebol, estava desiludido. Ficou lá um tempo, e depois voltou, sentia que a mãe e a irmã precisavam dele. Conversavam pelo telefone e soube dos conflitos em casa, decidiu voltar de vez. Nesse ínterim, houve um episódio em que o pai tentou a agredir fisicamente a mãe e a irmã mais nova, o que motivou a separação dos pais. Mais tarde,

através também de um tio, Miguel fez curso pré-vestibular em uma escola particular e, por isso, conseguiu ingressar no curso de Engenharia no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Estudou um tempo, mas como o curso funcionava em período integral, teve de deixar a faculdade para trabalhar, a necessidade econômica familiar era imediata. Eis o constrangimento. Agora, eis o que o agente fez.

Começou a trabalhar em uma escola de informática e inglês, disse que com paciência foi aprendendo o idioma, estudando sozinho. Nesse período, era monitor de informática. Hoje é o coordenador de uma das unidades desta escola. Vemos que houve um *investimento* por parte da família, que não é a família “estruturada” que idealizamos, na educação do rapaz, o que o permitiu tomar essas “decisões”, mas nem todos contam com semelhante apoio. O investimento foi menos econômico do que no sentido de encorajamento (através de exemplos). Em suma, o jovem foi constituído em um meio onde as pessoas conferiam valor à educação.

Enfim, na adolescência, Miguel deixou de ir à igreja, já mais velho, assim como Davi, voltou: “filhos pródigos”. Ajudou a organizar um grupo de oração e estudo bíblico na faculdade onde estudava, o qual hoje tornou-se um movimento abrangente, que hoje possui grupos em várias escolas e faculdades na RMGV. Tal movimento realiza encontros, palestras, cultos e reuniões de oração e estudo, cujo alvo básico é evangelizar estudantes. O rapaz é bem engajado nessa causa, por meio da qual tece várias amizades. Resta dizer que ele está particularmente feliz, porque ficou noivo de uma moça muito bonita, que conheceu no Ifes quando ela estava cursando o Ensino Médio. Eu mesma conheci a tal moça no dia da entrevista, chegou quase no final. Os leitores sabem como é difícil para namorados se desgrudarem.

No presente, Miguel disse que pretende voltar a estudar, porém que não tem intenção de continuar estudando Engenharia, pois de fato nunca teria gostado do curso. Pretende cursar Direito, mas em uma faculdade particular; e, no momento, devido aos preparativos ou aos gastos com o casamento, o projeto do curso superior foi adiado¹⁷⁶. Sobre a família, o pai

176 O percurso de Miguel, por exemplo, poderia nos levar a refletir sobre o processo de disciplina ou inculcação de valores dos indivíduos em esferas como a escola e a própria igreja. Este jovem talvez poderia ser visto como “adaptado” às normas da sociedade dominante, por assim dizer. Alguns poderiam problematizar ainda que a socialização em igrejas acaba por enfim contribuir com a perpetuação dos valores associados à masculinidade hegemônica, reproduzindo, assim, situações de violências nesta sociedade. No entanto, não foi meu objetivo, aqui, discutir tais pontos, mas apenas indicar como a participação de jovens em determinadas esferas de sociabilidade podem provavelmente explicar a diferencialidade de percursos de vida (no mesmo contexto econômico) no que se refere ao engajamento em atividades ilícitas arriscadas, em específico.

passou um tempo em uma clínica de recuperação para pessoas com “dependência química” e parece que está indo bem, tendo voltado a morar com a mãe do rapaz recentemente. Notamos que a vida de Miguel não foi isenta de conflitos, ao contrário.

O que vemos de diferente no percurso deste jovem que o diferencia dos demais? Em primeiro lugar, não podemos desprezar suas próprias características singulares. Silva (2003) afirma que a permanência na escola decorre da dinâmica estabelecida entre as características singulares do sujeito e as redes sociais nas quais ele se insere. Além do apoio que teve da família, tanto moral quanto financeiro (lembramos do tio que arcou com as despesas do cursinho pré-vestibular, por exemplo), o jovem contava com o apoio do espaço de sociabilidade da igreja, como foi dito. As suas experiências nesses espaços, as formas como as vivenciava e as interpretava guiaram, provavelmente, suas escolhas e estratégias. Esse relativo sucesso escolar e profissional infelizmente pode não ser comum entre os jovens na periferia, em função da desigualdade de oportunidades educacionais, como discuti acima. Todavia, o foco aqui é apontar prováveis fatores condicionantes para o não engajamento em atividades ilícitas (arriscadas) em contextos urbanos periféricos.

O principal risco de um jovem ao se envolver com tais atividades na periferia é morrer, por conseguinte, estamos lidando com fatores que condicionam os homicídios juvenis. Alguns dos fatores, conforme minha interpretação baseada nas crônicas, são provavelmente relações corrompidas no contexto familiar, em primeiro lugar, e escolar. O que chamei aqui de vácuo de poder ou autoridade moral pode ser ocupado pelos grupos de jovens envolvidos com o “tráfico”, os quais também provavelmente passaram por situações adversas e se constituíram em um meio violento, a partir de uma cultura agonística. Ademais, esferas de sociabilidades para além da família, como as igrejas e os projetos sociais, servem como apoio para adolescentes e jovens, completando ou reforçando o processo de formação social e moral. Nessas esferas, os sujeitos vivenciam experiências, apreendendo e construindo sentidos, os quais condicionarão suas “decisões”, não obstante os limites estruturais.

Considerações finais

Este estudo sociológico por certo não teve a pretensão de saturar o assunto dos jovens na periferia de Vitória-ES. Efetivamente, existem lacunas para serem preenchidas; busquei apontar aqui, portanto, algumas tendências e hipóteses plausíveis no sentido da compreensão dos significados dos conflitos potencialmente letais *entre* jovens, a partir de suas dinâmicas de sociabilidades. Busquei também apontar hipóteses para a compreensão das diferenças de percursos biográficos em um mesmo microcosmo, em relação ao envolvimento ou não com o “mundo do crime”. As sociabilidades no contexto do “tráfico”, de um projeto social e de uma igreja não representam a totalidade das formas de interação juvenil nas periferias da RMGV. E mesmo estas poderiam ter sido examinadas com mais profundidade, se eu tivesse mais tempo e, sobretudo, mais experiência. Também poderia ter examinado, por exemplo, as dinâmicas de interação entre adolescentes participantes de atividades esportivas, como o futebol. São numerosos os garotos que participam da Escolinha de Futebol em São Pedro, que a propósito fica ao lado da Casa da Juventude. Decerto, por ali também são constituídas identidades, sociabilidades e masculinidades. A participação nessa esfera pode, provavelmente, favorecer a construção de uma masculinidade diferente da que foi encontrada no domínio do “tráfico”. De modo semelhante, poderia ter focado as meninas dos grupos de dança, que existem em São Pedro e os rapazes do *hip hop* e do grafite.

Enfim, para entendermos profundamente o processo de socialização de crianças e adolescentes nas escolas e os conflitos que daí emergem, teríamos de fazer um mergulho nessa esfera, a fim de apreendermos os meandros de seu cotidiano. Mas aqui não podemos mergulhar nesse vasto oceano em virtude do tempo, que é escasso. Na verdade, fui levada a esta questão, em específico, e aos aspectos das sociabilidades em esferas como igrejas e projetos sociais no curso da pesquisa. A princípio, eu pretendia estudar grupos relacionados às dinâmicas de lazer, como o fenômeno dos “bondes” formados por adolescentes e jovens, tal como fez Pimenta (2014) em sua pesquisa, que muito inspirou a minha. Todavia, em campo, percebi que no contexto em que pesquisava, isso não era tão significativo quanto o aspecto das sociabilidades mencionadas.

É importante considerar que a faixa etária em que o índice de evasão escolar é mais significativo, no país, coincide com a adolescência, fase da vida em que os indivíduos são mais suscetíveis aos homicídios no mundo contemporâneo e, em especial, no Brasil

(WENTZEL, 2017). E tudo indica que os que estão fora da escola são os mais afetados. Parte importante dos jovens os quais deveriam cursar o Ensino Médio, está fora da escola, por variados motivos. Isso parece, à luz da pesquisa, ter implicações nos campos da saúde e da segurança pública. Nesse sentido, é forçoso nos atentarmos para os enfrentamentos que se dão entre os jovens e os demais atores na escola, bem como os principais entraves que os impedem de continuar estudando: familiares, econômicos e sociais. Porém, que a vivência escolar não sirva para a internalização da moral dominante no sentido de preservar intocadas as iniquidades e impiedades sociais. Mas, antes, que venha a cumprir o papel de *descriminalizar* a pobreza, a exemplo dos adolescentes na Casa da Juventude, e no sentido da construção de relações sociais solidárias, por meio de uma pedagogia humanista, em vez do tal “treinamento violento” - que a bem da verdade parece ser mais um aprendizado espontâneo pelo exemplo do que uma pedagogia, propriamente. Por outro lado, as instituições de atendimento socioeducativo devem considerar o quão complexo é lidar com concepções morais alheias. Devem considerar que o que a sociedade abrangente chama “violência” e “banditagem”, pode ser vivenciado pelos sujeitos de uma forma diferente: tenho em mente aqui o “sujeito-homem” e o “tráfico” como um trabalho, o qual possibilita aos jovens menos dinheiro do que o reconhecimento em um microcosmo. Reconhecimento que, com frequência, não foi dado em esferas como a família e a escola, por exemplo. Todos querem ser reconhecidos, afinal de contas; e por que não dizer: *amados*? Talvez seja este o motivo da difusão bem-sucedida do movimento evangélico em regiões pauperizadas, bem como da simpatia conquistada entre os indivíduos que se encontram encarcerados nos desumanos presídios brasileiros, visto que tal movimento parece favorecer relações sociais caracterizadas por atos de reconhecimento (e valorização) da dignidade das pessoas.

Devemos considerar, ainda, a cultura brasileira no que tange à construção social da masculinidade. Nos relacionamentos aqui descritos, ouvimos relatos de experiências violentas envolvendo homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres. Esses conflitos intersubjetivos, fundamentados em raízes históricas e culturais profundas, podem ser radicalizados em contextos onde existe disponibilidade de armas de fogo, em função dos mercados ilegais. Sendo assim, a política de segurança no sentido do desarmamento é vista com bons olhos.

Tenho necessidade de dizer que a apatia moral da sociedade brasileira no que se refere aos homicídios juvenis tem sido responsável por eles. Conforme Durkheim (2005), um

sentimento se mostra muito mais respeitado quando ele é sempre e uniformemente respeitado. Portanto, na medida em que os homicídios se tornam banais, naturalmente eles tendem a se banalizar cada vez mais. É preciso que haja um horror ao sangue derramado para que tais mortes sejam evitadas, seriamente. E como evitá-las? Atribuindo à vida humana o valor que lhe é devido. E desde a infância, a partir de políticas sociais direcionadas às famílias, fortalecendo as entidades sociais nos bairros, melhorando o relacionamento dos estudantes com os demais na esfera escolar, etc... Sabemos o que fazer, não quero ser redundante. Como diz o Eclesiastes, “não há nada novo debaixo do sol”. Creio que não falta ciência, mas sim ação.

Por falar em ação, embora seja um tema complicado sobre o qual eu não tenho autoridade aqui para proferir juízos, digo apenas que se o Estado brasileiro não tem sido capaz de impedir que as substâncias (hoje) ilícitas cheguem aos bairros nas periferias urbanas, onde as “guerras” entre os adolescentes são travadas, seria preferível buscar sistematicamente outra estratégia, no sentido da regulamentação da venda de tais substâncias. Ou o Estado impede que o comércio varejista nestes locais aconteça, sem mais prejuízos para os moradores (o que não tem sido capaz de fazer até aqui), ou que atue para regulamentar a venda, a fim de que a cultura agonística juvenil suscitada nesse contexto não seja alimentada, por assim dizer. Uma consequência desse estado de coisas (da política de segurança pública de enfrentamento belicoso ao “tráfico”) tem sido a desumanização (*des-valorização*) da vida de determinados adolescentes e jovens. Ou seja, *contraditoriamente*, a sociedade abrangente querendo combater um “crime” (o “tráfico” e o uso de determinadas substâncias), que em princípio afronta seu sensível senso moral, torna possível o cometimento de vários outros “crimes” - pela via da omissão ou até mesmo pela defesa mais ou menos indireta da morte de indivíduos especiais, aqueles definidos ou estigmatizados como “bandidos”. E, nesse ponto, não há equidade, visto que muitas vezes o que está em jogo não é o “crime” (abstrato), mas quem o cometeu – o sujeito. Em alguma medida, essa sociedade abrangente pratica, indiretamente, o que ela mesma diz condenar: violências e, conseqüentemente, a degradação da vida humana, daí a contradição ou a hipocrisia.

Em conclusão, espero ter apresentado, ao menos um pouco, as complexidades e diversidades de percursos de vida dos jovens, a partir de suas crônicas. Que eles tenham aparecido como sujeitos ativos que são, não obstante as pressões socioestruturais. São meninos e meninas, rapazes e moças que andam por aí. Eles trabalham e estudam, fazem

amizades e inimizades, dançam, correm e caem, sorriem e choram, sofrem e fazem sofrer, e, enfim, amam.

Referências

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, v. 2, n.2, p. 01-11, 2010.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliane e LIMA, Renato Sérgio de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 62-74, 1999.

ADORNO, Sérgio. A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 79, p. 77-80, 1991.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALBUQUERQUE, Manoela; MACHADO, Viviane. **Crise na segurança faz 6 meses**. G1 ES, 04 de agosto de 2017, Vitória-ES. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/crise-na-seguranca-faz-6-meses-e-g1-mostra-a-resposta-do-governo-a-onu-e-a-realidade-de-vitimas-e-pms-no-es.ghtml> Acesso em 01 out 2017.

ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. **A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. A produção do fato da transformação do adolescente: uma análise dos relatórios utilizados na execução da medida socioeducativa de internação. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.24.1, p.28-53, 2017.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de Si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ALVAREZ, Marcos César. A questão dos adolescentes no cenário punitivo da sociedade brasileira contemporânea. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, vol. 10, p.110-126, 2014.

ANDERSON, Elijah. **The Code of the Street**: decency, violence, and the moral life of the inner city. New York: W.W. Norton and Company, 1999.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2006.

ASSIS, Simone Gonçalves; CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BATISTA, Vera Malagutti. **Difíceis Ganhos Fáceis - drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BECKER, Howard Saul. Estudo de praticantes de crimes e delitos. In. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais**. Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BITTAR, Mariana. Trajetórias educacionais de jovens residentes em um distrito da periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, out, p.47-61, 2015.

BITTENCOURT, Matheus Boni. **As políticas da insegurança: da Scuderie Detetive Le Cocq às masmorras do novo Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BLUMMER, Herbert. **Symbolic Interactionism: perspective and method**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual Sinase 2013**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. LEI 12.594. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas à adolescentes que pratiquem ato infracional. Brasília, 2012.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BORJA, Janira. O grito da cidade: Balanço Geral, qualidade e modos de endereçamento. In: GOMES, IMM., org. **Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 223-242.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CARNEIRO, Henrique. As drogas: objeto da Nova História. **Revistas Usp**. n. 23. p.85-91. 1994.

CATINI, Carolina de Roig e MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta e educação política. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 137, p.1177-1202, out.-dez., 2016.

CECCHETTO, Fatima. **Violência e estilos de masculinidade**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2004.

CECCHETTO, Fatima; MONTEIRO, Simone; VARGAS, Eliane. Sociabilidade juvenil, cor, gênero e sexualidade no baile Charme carioca. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146, p.454-473, 2012.

CERQUEIRA, Daniel et. al. **Atlas da Violência 2016**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2016.

CERQUEIRA, Daniela et. al. **Atlas da Violência 2017**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017.

CERQUEIRA, Daniel; MELLO, João Manuel P. de. **Menos armas, menos crimes IPEA**. Texto para Discussão nº 1721. Brasília, março de 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2003.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 21(1): 424, jan-abr. p.241-282, 2013.

CORRÊA, Marcello. Brasil é o décimo país mais desigual do mundo. *Jornal O Globo*. 21 mar 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>. Acesso em: 17 jun 2017.

COSTA, Marco Aurelio Borges. **Mitos sobre homicídios no Espírito Santo**. In: III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012, São Carlos - SP. Anais do III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012.

- COSTA, Arthur Trindade M. Violências e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. **Caderno CHR**, v. 24, n. 62, p.353-365, 2011.
- CUNHA, Christina Vital da. Traficantes evangélicos: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural**, v.15, p.23-46, 2008.
- DADALTO, Maria Cristina; RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Migração e violência: o 'baiano' na construção na sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo. **Dilemas**, v. 7, n. 1, jan/fev/mar, p. 143-166, 2014.
- DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.127-152.
- DIAS, Kaique. Policiais que apreenderem armas terão bonificação no Espírito Santo. Rádio CBN Vitória. 09 mai 2017. Vitória, ES. Disponível em: http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/05/policiais-que-apreenderem-armas-terao-bonificacao-no-espírito-santo-1014053215.html Acesso em 12 de setembro de 2017.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaio 1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan./abr. 2010.
- FERNANDES, Vilmar. Abono para policiais é o dobro para armas apreendidas com menores. 11 abr 2017. Gazeta Online. Vitória, ES. Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/04/abono-para-policiais-e-o-dobro-para-armas-apreendidas-com-menores-1014043906.html> Acesso em: 12 de setembro de 2017.
- FONSECA, Claudia. Cavalos amarrados também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 15, ano 6, p. 27-39, 1991.
- FRANCEZ, Livia. Violações no sistema socioeducativo do estado são novamente denunciadas à OEA. Século Diário (online), 22 mai 2017. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/34192/12/violacoes-no-sistema-socioeducativo-do-estado-sao-novamente-denunciadas-a-oea> Acesso em 08 de setembro de 2017.

FREIRE, Jussara. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v.3, n. 10, out/nov/dez, p.119-142, 2010.

FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de. É isso bandido? Engajamentos à vida do crime na Região Metropolitana da Grande Vitória. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2016.

GARCIA, Leila Posenato. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2013.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Cap. 1, p. 13-41.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. Cap. 8, p.202-240.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva. 1987.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, v. 75, p. 1-37, 1995.

IASSES. **Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo 2014**. IASSES, Espírito Santo. Disponível em: https://iases.es.gov.br/Media/iases/Arquivos/PPPI_VERSAO_FINAL_1.pdf Acesso em: 24 de setembro de 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2010.

IMBUSCH, Peter; MISSE, M.; CARRIÓN, Fernando. Violence research in Latin American and Caribbean: a literatura review. **International Journal of Conflict and Violence**. IJCV. v. 5 (1), p 87-154, 2011.

IJSN, Instituto Jones dos Santos Neves. Cadernos da Juventude 03. **Juventude e Violência: uma análise comparativa dos homicídios no estado do Espírito Santo**. Vitória-ES, 2015.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: Anthony Giddens; Jonathan Turner (Orgs.). **Teoria Social Hoje**. (Trad. Gilson C. Cardoso de souza) São Paulo: Editora Unesp, 1999. p.127-175.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 10, n.15, p.124-136, jun. 2004.

KRUEGER, Richard. **Analysing and Reporting Focus Groups**, Thousand Oaks, Sage, London. 1998.

LOEBER, Rolf. **Development and risk factors of juvenile antisocial behavior and delinquency**. *Clinical Psychology Review*, volume 10, issue 1, 1990, p. 1-41.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MANSO, Bruno Paes. Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. São Paulo. Tese (doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre segurança pública. Uma abordagem crítica acompanhada de uma agenda de pesquisas. In: *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos n.91, p.23-39, 1995.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos avançados**, v. 21, n.61, São Paulo, p. 139-157, 2007.

MORAES FILHO, Evaristo. **Georg Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. 2ª ed. rev. Vitória; EDUFES/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

OLIVEIRA, Daniela Cristina Neves de. Homicídios Juvenis: A Percepção Social das Mães das Vítimas sobre a Violência, 2013. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

OGBURN, William F. e NIMKOFF, Meyer F. Cooperação, competição e conflito. In Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (Orgs.). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral** (7ª ed.). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV, p. 139-165, 1990.

PAULA, Liana de. Da “questão do menor” à garantia de direitos: discursos e práticas sobre o envolvimento de adolescentes com a criminalidade urbana. **Civitas**. Porto Alegre. v. 15, n.1, p. 27-43, jan-mar. 2015.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. **Revista Pensata**, v. 3, n.2, maio, 2014.

PERES, Maria Fernanda Tourinho e SANTOS, Patrícia Carla dos. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Rev. Saúde Pública**, 39(1): 58-66, 2005.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; CARDIA, Nancy; SANTOS, Patrícia Carla dos. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002**. Relatório de Pesquisa. Núcleo de Estudos em Violência – Universidade de São Paulo, 2006.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. **Rev Panam Salud Publica**, v.29, n.1, p.17-26. 2011.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Masculinidades e sociabilidades: compreendendo o envolvimento de jovens com a violência e criminalidade. **Dilemas**, v.7, n.3, p.701-730, jul/ago/set. 2014.

Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Gestão Estratégica (SEGES). **Vitória bairro a bairro: janeiro de 2013**. Vitória, 2013. Disponível em:

http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/publicacoes/Vitoria_bairro_bairro/Vit%C3%B3ria_bairro_%20a_bairro.pdf Acesso em: 07 de setembro de 2017.

POSSMOZER, Michelli de Souza. Tráfico de drogas: o mercado que adota crianças e não dispensa trabalhadores. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Centro de Ciências e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2017.

REDMOND, L.M. **Surviving**: When someone you know was murdered. Clearwater: Psychological Consultations and education Services Ltd, 1989.

REEVES, Michael; CHESTER, Tim. **Por que a Reforma ainda é importante?** São Paulo: Editora fiel, 2017.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011, p.41-87.

RIBEIRO JÚNIOR, Humberto. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo**: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010). Vitória: Cousa, 2012.

ROLIM, Marcos. **A formação de jovens violentos**: para uma etiologia da disposicionalidade violenta. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre-RS, 2014.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Consumo e violência: O fetiche no jogo de dominação da juventude. In: PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia; DADALTO, Maria Cristina; VELOSO, Henrique Maia (Coord.). **Sociedade e consumo**: múltiplas dimensões na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2010. p. 301-315.

ROSA, Pablo Ornelas. **Pedagogia punitiva**: dos discursos pedagógicos às práticas punitivas

das medidas sócio-educativas privativas de liberdade. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RUOTTI, Caren; MASSA, Viviane Coutinho; PERES, Maria Fernanda Tourinho. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 37, p.377-389, abr/jun, 2011.

SATRIANO, Nicolás. 'Minha terra tem horrores': versão de poema feita por alunos do Rio causa comoção nas redes sociais. 07 abr. 2017. G1 Rio. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/minha-terra-tem-horrores-versao-de-poema-feita-por-alunos-do-rio-causa-comocao-nas-redes-sociais.ghtml> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

SCHNOOR, Eduardo. “Riscando o chão”: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império. IN.: DEL PRIORE, Mary & AMANTINO, Marcia (Orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013. p. 85-117.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, 1995.

SERRA. **A percepção social da violência na Serra**: proposição de políticas públicas para conter a violência no município. Câmara Municipal da Serra. Serra, 2006.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 107-116, 2002.

SAPORI, Luis Flavio. Avanço no socioeconômico, retrocesso na segurança pública: paradoxo brasileiro? Desigualdade & Diversidade – **Revista de Ciências Sociais da PUC - Rio**, n. 11, p. 133-158, 2012.

SIASES. **Dados de reincidência**. Gerência Técnica do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo. Sistema de Informação do Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo – Siases, 2017.

SILVA, Sandra Rúbia. Performances de masculinidade, práticas de subversão: o consumo de telefones celulares entre jovens de camadas populares. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo. v.9, n.26, p. 61-82, 2012.

SILVA, Jailson de Souza. **Por que uns e não outros?** Caminhada de estudantes da Maré para a Universidade. Rio de Janeiro, 7 Letras. 2003.

SIMMEL, Georg. O âmbito a sociologia. In: _____. **Questões fundamentais da sociologia. Indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: Evaristo Morais Filho (Org.). Georg Simmel: Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.

- SIQUEIRA, Maria da Penha. Crescimento e Pobreza: as contradições do desenvolvimento econômico da região da Grande Vitória. In Anais do XI Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 2011.
- SOUZA, Edinilsa Ramos de, et al. Homicídios de jovens: impactos da perda em famílias de vítimas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.27, n.3, jul-set. 2017.
- SOUZA, Edinilsa Ramos de. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cad Saúde Pública**, v. 10 (supl. 1), p. 45-60. 1994.
- SOUZA, Ednilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, 2005.
- SUTHERLAND, Edwin H.; CRESSEY, Donald R.; LUCKENBILL, David F. **Principles of criminology**. 11. ed. New York: General Hall, 1992.
- UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação Mundial da Infância 2011**. Adolescência, uma fase de oportunidades. UNICEF, 2011.
- VAZ, José Carlos. **Projeto São Pedro**. Pólis – Ildesfes: ideias para ação municipal. Instituto Pólis, n. 103. São Paulo. 1998. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/481/481.pdf> Acesso em: 09 de setembro de 2017.
- WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Educação: blindagem contra a violência homicida?** Caderno Temático nº1, Mapa da Violência. FLACSO Brasil, Recife, 2016.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.
- WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: _____ (Org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: Edusp: 1999.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- WENTZEL, Marina. O que mais mata os jovens no Brasil e no mundo, segundo a OMS. BBC Brasil. Basiléia, Suíça. 16 mai. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39934226>. Acesso em: 28 mai. 2017.
- WIKSTRÖM, Per-Olof H. **Crime propensity, criminogenic exposure and crime involvement**. MschrKrim 92. Jahrgang – Heft 213. 2009.
- ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, n. 2, 2012, p. 327-365.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz et al. **Atlas da Criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, 2011.

Anexos

ANEXO A - Região Administrativa 7: São Pedro. Imagem extraída do *site* da Prefeitura de Vitória



ANEXO B - Modelo do roteiro de discussão dos grupos focais

BLOCO TEMÁTICO	PERGUNTA	OBJETIVO
Pergunta inicial:	Vocês poderiam falar sobre como começaram a participar desse projeto?	Promover um debate interativo.
Cidade e situação de moradia:	Vocês moram no bairro...? Poderiam falar como é o dia a dia por aqui?	Conhecer os aspectos do cotidiano e identificar possíveis problemas relacionados à segregação socioespacial.
Lazer e sociabilidade:	Vocês poderiam comentar sobre o que gostam de fazer para se divertir? Onde costumam ir com seus amigos?	Conhecer a dinâmica das interações relacionadas às atividades de lazer.
Relação com os pais:	Vocês moram com seus pais? Como é a relação entre vocês?	Conhecer o contexto familiar e como se constituem as relações entre as gerações.
Relação com jovens do sexo oposto:	Vocês poderiam comentar um pouco sobre suas experiências de namoro?	Verificar as relações entre os jovens de ambos os sexos e as representações de masculinidade e feminilidade.
Conflitos:	Vocês poderiam comentar sobre suas experiências em conflitos (brigas) na escola, na rua, entre amigos, por exemplo?	Conhecer o contexto e os sentidos atribuídos aos conflitos intersubjetivos.
Violência/polícia:	Vocês já tiveram algum problema com a polícia? Poderiam falar sobre alguma experiência que tiveram?	Analisar situações de conflito vivenciadas em relação aos agentes policiais nos bairros.

ANEXO C - Questionário aplicado aos adolescentes do grupo Coanp

1 Nome:

2 Idade:

3 Nasceu em qual cidade?

4 Bairro onde mora:

5 Em qual escola estuda:

6 Em qual série ou ano você está na escola?

7 Está estagiando/trabalhando? Já estagiou/trabalhou alguma vez?

8 Com quem você mora?

9 Há quanto tempo você frequenta a Coanp?

10 Como você passou a frequentá-la?

- a) Fui convidado por amigos
- b) Fui convidado por familiares
- c) Fui sozinho
- d) Sempre fui evangélico, mas de outra igreja

11 Do que mais gosta em seu bairro?

12 Do que menos gosta em seu bairro?

13 Se você pudesse mudar alguma coisa em seu bairro, o que seria?

14 Você sente que já foi discriminado? Se sim, conte como foi:

15 Você sente que já sofreu algum tipo de violência? Se sim, conte como foi:

16 Você pretende fazer faculdade?

17 Se sim, qual curso?

18 Qual é sua música preferida no momento?

19 Em quais lugares você mais gosta de ir?

20 Qual é o seu maior sonho?

21 Conte qual foi o melhor momento de sua vida:

ANEXO D - Questionário aplicado aos adolescentes na Unimetro¹⁷⁷

1 Nome:

2 Idade:

3 Qual série ou ano estava cursando antes de vir para o Iases?

4 Cidade e bairro onde mora:

5 Com quem morava:

6 Você considera que tem ou teve um bom relacionamento com seus pais ou com outras pessoas que cuidaram de você?

7 Quem é ou quem são as pessoas mais importantes em sua vida?

8 Conte, em resumo, qual foi o momento que considera mais feliz de sua vida até hoje.

9 E o momento mais triste?

10 Se pudesse mudar algo no mundo, o que seria?

11 Música ou frase que você mais gosta?

12 Diga algo que gostaria de mudar em você e explique o motivo:

13 Diga algo que você goste em você. Por quê?

14 Você fez amigos na unidade? Quais são as qualidades que alguém deve ter para ser seu amigo?

15 Você se considera um bom amigo e por quê?

16 Você já brigou com alguém na unidade? Se sim, por qual motivo? Em sua opinião, por quais motivos as brigas acontecem aqui dentro?

17 Qual é o momento do dia que mais gosta na unidade e por quê?

18 E o que menos gosta?

177 Os roteiros de discussão dos cinco grupos focais realizados com os participantes na Unimetro não constam aqui em função de terem sido em grande medida adaptados e (re)elaborados no momento de cada encontro. As discussões também foram estruturadas a partir das dinâmicas descritas no primeiro capítulo da dissertação. Além disso, como a entrevista a partir da técnica da narrativa de vida é aberta e pouco estruturada, também não constam aqui os roteiros. Mais detalhes estão explicitados no capítulo I.

ANEXO E - Questionário aplicado aos adolescentes participantes do Projovem

1 Nome:

2 Idade:

3 Em qual escola estuda e em qual série ou ano está?

4 Em qual bairro você mora?

5 Há quanto tempo mora nesse bairro?

6 Com quem mora:

7 Há quanto tempo você participa do projeto (coletivo):

8 Qual é o seu maior sonho? Por quê?